

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTIFICA – LNCC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA – IFBA



Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento
DMMDC

ANA LÍCIA DE SANTANA STOPILHA

**SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA
COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença
(BA)**

Salvador-BA
2015

ANA LÍCIA DE SANTANA STOPILHA

**SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA
COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença
(BA)**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia e parceiros, para obtenção do título de Doutor em Difusão do Conhecimento.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Ferreira Menezes
Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Núbia Moura Ribeiro

Salvador-BA
2015.

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA LÍCIA DE SANTANA STOPILHA

**SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA
COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença
(BA)**

Tese aprovada como requisito para obtenção do título de Doutora em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação, pela seguinte banca examinadora:

Prof^o Dr. Eduardo Oliveira
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes
UNEB
Orientadora

Prof^a Dra. Núbia Moura Ribeiro
Co-orientadora
IFBA

Prof^a. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
UFRB

Prof^a Dra. Leliana Santos Sousa
UNEB

Prof^o Dr. Roberto Marinho Alves da Silva
UFRN

Salvador, 10 de julho de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Stopilha, Ana Lícia de Santana

S232s Saberes e práticas das Marias Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco:

uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)./ Ana Lícia de Santana Stopilha. – Salvador, 2015.

290f.

Orientadora: Ana Maria Ferreira Menezes

Coorientadora: Núbia Moura Ribeiro

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar

Dedico,

À minha mãe, Maria Bonifácia (*in memoriam*), artífice de matéria e de espírito que durante sua passagem na terra transcendeu a si mesma e, com sabedoria, cultivou solidariedade, generosidade e amor que viceja em cada um que recebeu sua centelha de luz;

A meu irmão, Antônio Arivalter, herdeiro das tradições, luz presente em todos os momentos significativos da minha vida;

Ao meu marido, Rodelço Stopilha, senhor do genuíno saber pragmático, companheiro de todas as horas, de todas as alegrias e todas as dificuldades;

Ao meu sobrinho, Vinícius Santana, minha dádiva, exemplo de motivação, determinação e conquistas para a minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade pela inspiração, pela luz, pela força, pela energia vital e pelas pessoas que caminham comigo! Toda honra e toda glória.

Às Marisqueiras da Comunidade de Mangue Seco Valença (BA) participantes deste estudo por terem aberto as portas de sua casa e de seu coração e assim, ao compartilhar seus saberes também construíram um laço que é forte, que é coletivo e que não se desfaz. Aprendo, espanto-me e encanto-me a cada dia com vocês!

À professora Ana Maria Ferreira Menezes, minha orientadora, por me acompanhar na caminhada da construção do conhecimento com tenacidade e afinco. Porque para orientar um projeto que é, sobretudo, um projeto de vida é preciso também mobilizar valores internos que vão além da competência técnica a exemplo da confiança, da humildade, da generosidade e da solidariedade, na perspectiva de atingir os objetivos do projeto, mas especialmente, colaborar com a formação de um pesquisador mais humano.

À professora Núbia Ribeiro, minha co-orientadora, pelo respeito ao saber e às necessidades do outro; pela dedicação e carinho na condução deste trabalho e de todos que chegam as suas mãos e que encontram ali acolhimento seguro; pelo compromisso com a ciência e, sobretudo, com o humano e com o espiritual.

À Maria Ângela, minha irmã de coração, pela solidariedade, carinho, amor alegria e, sobretudo, por compartilhar comigo suas joias mais preciosas: Antonio filho e Vinícius;

Aos amigos Márcia Cordeiro, Ana Celeste, Isabelle Djardin, Francisco Eudaldo, Reginaldo, Marcos Vianna, Josete Bispo, Ronaldo, Sônia Sampaio, Paulo Gonçalves e Raul Marques porque dar e receber para e entre nós tornou-se um hábito saudável daqueles que verdadeiramente se reconhecem como irmãos e se amam; porque qualquer difícil tarefa torna-se factível e prazerosa com vocês.

Ao meu irmão espiritual Rubem Neves, porque somos fruto dos mesmos elementos e, por isso, nos reencontramos para aprender, trocar experiências e sermos melhores a cada dia orientados para a luz e para o bem.

Ao meu pai, Sérgio Fernandes (*in memoriam*), pela herança comportamental que me possibilita transitar em muitas realidades.

Aos primos-irmãos e cunhados Aidil Dagmar, Alberto Santana, Nádia e Roberto Stopilha pela vibração positiva e torcida constante.

Aos sobrinhos-primos-amigos Antonio Arivalter Filho, Júlia e Natália Moreira, Anderson Wagner, Márcia Brito, Alberto Filho e Aline Muniz por empenharem-se nos seus trabalhos e estudos na construção de uma ciência nova, que dialoga e se aproxima das diversas experiências sociais.

Aos amigos - filhos André Guedes, Hough Wilson, Mateus Rocha e Aline Andrade por compartilharem suas competências com carinho e disponibilidade.

Às minhas bio-amigas Telma Pereira e Helena Bastos pela escolha das boas sementes e do bom terreno; por plantarem comigo as mudas da transformação.

Às minhas amigas Eliene Neves, Caline Chagas e Juci Zironi pelos momentos lúdicos tão necessários ao processo criativo.

Aos estagiários, monitores, técnicos e amigos do projeto Maria Marisqueira especialmente Emanuele Viana, Karine Sullivan, Cleide Sousa, Cloves Leandro, Natalí Andrade, Gerusa Sobreira, Elaine Joyce, Raíssa Cosenza, Camila Costa pelo comprometimento, pelo respeito e pelo carinho dedicado ao projeto Maria Marisqueira.

Ao professor Luiz Carlos dos Santos, eterno orientador e incentivador na academia e na vida. Em cada orientando seu está a sua marca de dedicação e respeito ao ser humano.

Às professoras Leliana Sousa e Tatiana Velloso pelo apoio, pela parceria, pela vibração cósmica, pelas valiosas e sábias orientações durante o processo de construção da pesquisa e escrita da tese e, especialmente, pela espiritualidade com a qual conduziram o processo.

Aos professores do DMMDC, especialmente Hernane Borges, José Michinel, Dante Galleffi, Wilson Nascimento e Terezinha Fróes pela disponibilidade e generosidade em socializar seus saberes, promover a construção do conhecimento de maneira inovadora e, notadamente, por acreditarem no potencial dos pesquisadores deste programa.

Aos professores Roberto Marinho e Ronalda Barreto pelas indicações de suas práticas e experiências sociais que muito agregaram valor a este estudo.

Aos funcionários, professores amigos da UNEB Campus XV, por lançarem um olhar de interesse, confiança e apoio neste estudo, especialmente a Wecsley Fonseca e Patrícia Vieira pela competência, disponibilidade e paciência em partilhar seus saberes comigo.

Ao Senhor José Hélio de Carvalho, funcionário do DMMDC, por sua diligência e ajuda que vão além de suas competências no serviço público.

À Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por ser um espaço democrático de formação, de trabalho e de oportunidades de desenvolvimento profissional e humano. Especialmente ao *Campus XV* pelo apoio fundamental ao projeto de ensino, pesquisa e extensão Maria Marisqueira e a ao acolhimento sempre dispensado às minhas demandas.

À Universidade Federal da Bahia e às instituições parceiras do Programa DMMDC pela seriedade na condução de todo o processo do DMMDC e por ampliar as perspectivas de pesquisadores de áreas e localidades diversas.

Aos parceiros do Projeto Maria Marisqueira porque solidariedade e generosidade transcendem aos aspectos formais de cooperação entre pessoas e instituições. Constituem-se em elementos principais daqueles que se preocupam com um mundo melhor.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia , uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor é a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça é preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida.

(MILTON NASCIMENTO)

RESUMO

Este estudo objetivou investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas. Assim, assume como objeto a atividade da mariscagem de um grupo de Marisqueiras em Valença (BA), e tem como recorte temporal o período de 2009 a 2014. Tendo em vista que os saberes pertencentes a grupos que desenvolvem atividades cujas práticas configuram-se como tradicionais e situam-se no circuito inferior da economia, a exemplo de comunidades que sobrevivem da pesca e mariscagem, encontram-se em situação de invisibilidade produzida pela racionalidade dominante e que tal configuração acarreta o desperdício de experiências, entende-se que a mobilização dos saberes para a solução de problemas e o aprimoramento de suas práticas torna-se imprescindível. Apesar de desenvolverem uma atividade cuja riqueza de saberes revela-se na manutenção destas ao longo dos anos e, sobretudo, por representar sustento e geração de renda para o grupo de Marisqueiras, a mariscagem apresenta-se como desvalorizada e invisível econômica e socialmente traduzindo-se em ausência de investimentos e melhorias para as práticas inerentes à atividade e condenando à subalternidade os grupos que a praticam. Diante deste cenário, emerge o seguinte questionamento: como o grupo de Marisqueiras de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas? Esta pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como pesquisa aplicada. No tocante à abordagem a investigação valeu-se dos vetores quantitativo e qualitativo. Assume inicialmente o caráter exploratório e evolui para a pesquisa descritiva. A pesquisa-ação delineou-se como tipo de pesquisa mais orientada ao problema e aos objetivos deste trabalho, visto ser uma modalidade que permite a intervenção do pesquisador na realidade social e a mobilização do grupo ou comunidade na solução dos problemas a partir da utilização de técnicas e métodos da pesquisa social. No âmbito da pesquisa-ação o Diagnóstico Rural Participativo delineou-se como instrumento imprescindível para promoção da articulação e compartilhamento de saberes através de suas ferramentas. Na busca de coerência aos procedimentos metodológicos, na acepção teórica do estudo, procedeu-se à pesquisa bibliográfica em livros, revistas, bancos de dissertações e teses congêneres, à pesquisa eletrônica e a pesquisa documental através dos registros do projeto de extensão Maria Marisqueira e do projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA). Na vertente empírica utilizaram-se rodas de conversa, oficinas, entrevistas e formulários. Os resultados revelam que as Marisqueiras possuem uma diversidade de saberes, essencialmente aqueles relacionados com o ambiente natural, onde desenvolvem suas práticas produtivas. Os dados ainda mostram que elas compartilham saberes prioritariamente com os membros da família e de sua comunidade, mas que, mediadas pela pesquisa, elas demonstraram potencial para articular e compartilhar saberes e práticas com outros grupos. Conclui-se que a articulação e o compartilhamento dos saberes e práticas das Marisqueiras permitiu visibilidade ao grupo e orientou todos os atores envolvidos neste estudo para a construção coletiva de estratégias, a exemplo da tecitura redes solidárias, do fortalecimento do capital social, da criação de tecnologias sociais, do fomento da economia solidária e da demanda e proposição de políticas públicas que comunguem com a melhoria das práticas produtivas das Marisqueiras.

Palavras-Chave: Saberes. Articulação e compartilhamento. Práticas produtivas. Mariscagem.

ABSTRACT

This study aimed to investigate how the shellfish women from Mangue Seco community (Valença) articulate and share knowledge for the improvement of their productive practices. Thus takes as its object the activity of this group of shellfish women between 2009 and 2014. Bearing in mind that the knowledge belonging to groups that develop activities whose practices are considered traditional and are in the lower circuit of the economy, like communities that survive on fishing and shellfish, are in invisibility a situation produced by the dominant rationality and that such rationality means the loss of experiences of these groups, it is understood that the mobilization of knowledge to solve problems and to improve its practices becomes essential. Although developing an activity whose wealth of knowledge is acquired over the years, and above all represents sustenance and income generation for the shellfish group, shellfish is undervalued and socially and economically invisible due to an absence of investments and improvements to the inherent practices condemning the subordinate groups who practice it. In this scenario, emerges the question: how the shellfish women from Mangue Seco (Valencia) articulate and share knowledge for the improvement of their productive practices? This research is characterized by nature, as applied research. Regarding the research, the approach taken, takes advantage of both quantitative and qualitative vectors. It initially assumes an exploratory character and evolves into descriptive research. The action research focused more on the problems and the objectives of this work, being a modality that allows the researcher's intervention into the social reality and the group's or community's mobilization in solving problems by using techniques and methods of social research. Under the action research the Participatory Rural Appraisal outlined as indispensable instrument for promoting coordination and knowledge sharing through its tools In the interest of methodological procedures consistency, the theoretical meaning of the study, we resorted to bibliographic research in books, magazines, data bases essays and congeneric theses, from electronic and documentary research available in the extension project Maria Marisqueira and the research project Mapping and diffusion of knowledge management tools and social capital in local communities: A study about Marisqueiras de Mangue Seco em Valença.(BA.). On the empirical side, were used, conversation circles, workshops, interviews and forms. The results show that the Shellfish Women have a diversity of knowledge, mostly that related to the natural environment where they develop their productive practices. The data also shows that they share knowledge primarily with family members and the community but, mediated by research, showed potential to articulate and share knowledge and practices with other groups. It is concluded that the articulation and the sharing of knowledge and practices of the shellfish women has permitted the group's visibility and directed all the actors involved in this study for the collective construction of strategies, such as the construction of solidarity networks, the strengthening of social capital, creating social technologies, fostering solidarity economy and demand and policy proposition that commune with improved production practices of the shellfish women.

Keywords: Knowledge. Articulation and sharing. Production practices. Shellfishery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do território de cidadania do Baixo Sul da Bahia.....	23
Figura 2: Imbricamento entre o problema e os objetivos da pesquisa.....	31
Figura 3: Mapa conceitual da Introdução da tese	33
Figura 4: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.....	48
Figura 5: Procedimento da pesquisa-ação no contexto da mariscagem-2011 a 2014.....	50
Figura 6: Eixos teóricos basilares da pesquisa	52
Figura 7: Síntese da estrutura metodológica da pesquisa.....	67
Figura 8: Síntese do capítulo Saberes Matizados: a experiência que liberta.....	112
Figura 9: Estratégia de reaplicação de TS	134
Figura 10: Síntese do capítulo Estratégias para práxis produtiva na mariscagem.....	143
Figura 11: Vista aérea da comunidade do Mangue Seco em Valença (BA).....	147
Figura 12: Rua principal da comunidade de Mangue Seco.....	150
Figura 13: Síntese do perfil socioeconômico das Marisqueiras.....	155
Figura 14: Fluxograma de produção de catados do grupo Maria Marisqueira.....	156
Figura 15: Maria Marisqueira catando crustáceos na frente de casa.....	161
Figura 16: Marisqueira filetando camarão na peixaria.....	164
Figura 17: Encontro do estuário com o manguezal em Valença	168
Figura 18: Manguezal do entorno de Valença (BA).....	178
Figura 19: Marisqueiras na canoa	179
Figura 20: Pesquisadora atolada no manguezal	179
Figura 21: Maria Esperança colhendo mariscos no manguezal.....	181
Figura 22: A pesquisadora coletando sururu no manguezal.....	182
Figura 23: Gaiolas para criação de siris.....	182
Figura 24: Siri capturado à unha.....	183
Figura 25: Jereré.....	184
Figura 26: Manzuá.....	184
Figura 27: Maria Esperança capturando sururus.....	186
Figura 28: unha crescida para filetar camarão.....	187
Figura 29: Armadilhas para Guaiamuns	187
Figura 30: Oficina teórica de custos de produção.....	189
Figura 31: flor do mangue.....	192
Figura 32: Síntese dos saberes das Marias Marisqueiras.....	193

Figura 33: Matriz FOFA do grupo Maria marisqueira (2014).....	194
Figura 34: Oficina tecnologias do pescado I.....	195
Figura 35: Defumo de tilápias inteiras e em roletes.....	196
Figura 36: Dinâmica comportamental.....	197
Figura 37: Filés de tilápia produzidos seguindo o POP.....	198
Figura 38: POP desenvolvido pelas Marias Marisqueiras.....	199
Figura 39: Maria Esperança catando mariscos em sua residência.....	200
Figura 40: Produtos comercializados no 1º Festival Gastronômico de Valença.....	202
Figura 41: Marisqueiras participando da semana de calouros na UNEB.....	213
Figura 42: Enchedor de embutidos.....	216
Figura 43: Defumador de latão.....	217
Figura 44: Feira de Economia Solidária em Valença (BA).....	219
Figura 45: Estratégias para Práxis produtiva do grupo Maria Marisqueira.....	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas das rodas de conversa empreendidas com o grupo Maria Marisqueira no período de 2011 a 2014.....	61
Quadro 2: Temáticas das oficinas de articulação e compartilhamento de saberes realizadas com o grupo Maria Marisqueira no período de 2011 a 2014.....	62
Quadro 3: O planejamento metodológico.....	62
Quadro 4: Características dos circuitos da economia.....	115
Quadro 5: As dimensões da tecnologia social e suas características.....	133
Quadro 6: Atividades realizadas pelas Marias marisqueiras anualmente.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Infraestrutura existente na comunidade de Mangue Seco	149
Tabela 2: informações sobre escolaridade das Marisqueiras.....	153
Tabela 3: Matriz de priorização de problemas	154
Tabela 4: Dados relativos à iniciação das Marias Marisqueiras na mariscagem	158
Tabela 5: Motivação das Marias Marisqueiras na mariscagem.....	159
Tabela 6: motivos e dificuldades de permanência apontada pelas Marisqueiras na atividade.....	170
Tabela 7: informações sobre compartilhamento de saberes entre as Marisqueiras.....	189
Tabela 8: Bolsa família recebida pelas Marisqueiras.....	204
Tabela 9: Seguro defeso recebido pelas Marisqueiras.....	204
Tabela 10: Matriz de comercialização semanal em quilos de pescados do grupo Maria Marisqueira.....	209

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária das Marisqueiras.....	151
Gráfico 2: Tarefas produtivas cotidianas envolvidas na mariscagem.....	160
Gráfico 3: Quantidade de mariscos beneficiados vendidos por semana.....	163
Gráfico 4: Quantidade de Marisqueiras que possuem doenças.....	166
Gráfico 5: Formas de compartilhamento do conhecimento.....	201
Gráfico 6: Quantidade de Marisqueiras estimuladas a participarem de organizações	211
Gráfico 7: Incidência de Marisqueiras que participam de associações de pesca e de moradores.....	212
Gráfico 8: Instituições e órgãos que as Marisqueiras recorrem para apoiar a profissão.....	212
Gráfico 9: Benefícios elencados pelas Marisqueiras em participar de grupos e organizações.....	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPESCA – Associação Beneficente de Pescadores e Marisqueiras do Baixo Sul da Bahia

A.C. – Antes de Cristo

APP's – Áreas de Preservação Permanente

APROBATEC – Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Baixão, Tremedal e Cariri em Valença (BA)

ASMOPEMA– Associação dos Moradores do Mangue Seco

ATEPA – Assistência Técnica e Extensão Pesqueira Aquícola

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CATARENDA – Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia

CEFET– BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

CIPAR – Centro Integrado da Pesca Artesanal

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COELBA – Companhia de Eletricidade da Bahia

COOPESVA – Cooperativa Mista dos Pescadores de Valença

CRAS – Centro de Assistência Social

DMMDC – Doutorado Multi– institucional em Difusão do Conhecimento

DRP– Diagnóstico Rural Participativo

DRR– Diagnóstico Rural Rápido

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola em Valença

ESCT – Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia

FAO – Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura

FAPESB – Fundação de Amparo á Pesquisa do Estado da Bahia

FOFA– Forças, oportunidades, fraquezas, ameaças.

FUNDIPESCA – Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais

FVC – Fundação Visconde de Cairu

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

INCUBA– Incubadora de Empreendimentos Solidários

ITCP– Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITS – Instituto de Tecnologia Social
INS – Índice do Nível de Saúde
IPLAN – Instituto de Planejamento da Gestão Governamental
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
PAI – Pesquisa–Ação Integral
PMV – Prefeitura Municipal de Valença
POP – Processo Operacional Produtivo
PROCATEDES – Estratégias e Viabilidade de Empreendimentos Solidários Populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê – Bahia
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RTS – Rede de Tecnologia Social
SAAE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUS – Sistema Único de Saúde
TA – Tecnologia Apropriada
TC – Tecnologia Capitalista ou Tecnologia Convencional
TECSOL – Tecnologias sociais para a inclusão digital e o desenvolvimento da economia solidária
TS – Tecnologia Social
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB – Universidade Federal do recôncavo
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
2 NAS SENDAS DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS METODOLÓGICOS, EPISTEMOLÓGICOS E ÉTICOS DA PESQUISA	35
2.1 OBJETO, RECORTE ESPACIAL, RECORTE TEMPORAL E SUJEITOS DE PESQUISA.....	35
2.2 O LUGAR DA COMPLEXIDADE NA PESQUISA	38
2.3 CARACTERIZAÇÃO, FASES DA PESQUISA E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS ..	42
2.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e documental	45
2.5 DOS ENCONTROS COM AS MARISQUEIRAS	60
2.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	68
3 SABERES MATIZADOS: A EXPERIÊNCIA QUE LIBERTA.....	69
3.1 CONCEPÇÕES E CONEXÕES ACERCA DO SABER E DO CONHECIMENTO	69
3.2 ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTITUIÇÃO DOS SABERES DA MARISQUEIRAS	83
3.3 DO DIÁLOGO COM SABERES: a diversidade em movimento	99
4 ESTRATÉGIAS PARA PRÁXIS PRODUTIVA NA MARISCAGEM: UMA BUSCA PELO ENTENDIMENTO E POR ALTERNATIVAS.....	114
4.1 A COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS PRODUZIDAS COMO INVISÍVEIS	114
4.2 DA PRÁTICA À PRÁXIS PRODUTIVA: um movimento de transição	124
4.3 DESVENDANDO PISTAS E SINAIS; REVELANDO ALTERNATIVAS, ESTRATÉGIAS E EMERGÊNCIAS	128
5 MARIA MARISQUEIRA: SUBJETIVIDADES, SABERES E PRÁTICAS.....	145
5.1 O RETRATO DA DINÂMICA E DO PERFIL SOCIAL	145
5.2 DESVENDANDO A PRÁTICA PRODUTIVA	156
5.3 A EXPERIÊNCIA SILENCIADA.....	172
5.4 A TEIA DE SABERES PARA A PRÁTICA PRODUTIVA.....	176
5.5 TRANSFORMAÇÕES, RESIGNIFICAÇÕES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PRODUTIVA	194

6. CONCLUSÃO.....	223
REFERÊNCIAS.....	234
APÊNDICES	250
A) ROTEIROS DE RODAS DE CONVERSA.....	251
B) ROTEIROS DE OFICINAS	257
C) INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	268
D) NOMES FICTÍCIOS DAS MARISQUEIRAS E DE MORADORES DA COMUNIDADE ENTREVISTADOS	282
E) MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.....	284
F) MAPA DE PROCESSO	286
G) ÁRVORE DE ARTICULAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES	289
H) CARTILHA MARIA MARISQUEIRA: SABERES E PRÁTICAS.....	290

1 INTRODUÇÃO

No processo de interação com o mundo, os saberes dos indivíduos encontram centralidade, reconhecendo-se que todo saber primeiro parte do próprio indivíduo e a partir daí interage com o ambiente e as outras pessoas a fim de construir sua história e seu ambiente à medida que conhece. “[...] a experiência de certeza é um fenômeno individual cego em relação ao ato cognitivo do outro, numa solidão que só é transcendida no mundo que criamos junto com ele” (MATURANA; VARELA, 2001, p. 22).

Entretanto, apesar dos discursos mais recentes destacarem a relevância dos saberes na construção de uma sociedade de aprendizagem mais inclusiva, na qual tais saberes possam orientar-se para melhoria de vida das pessoas, a valorização do ser humano ainda se apresenta sob um prisma manipulativo, servindo aos interesses do capital, especialmente em comunidades locais que precisam manejar toda sua complexidade de cognição, a fim de superar problemáticas peculiares ao seu cotidiano, sobretudo, no tocante à produção, distribuição e consumo de bens.

Os saberes pertencentes a grupos que praticam atividades artesanais, a exemplo de comunidades que sobrevivem da pesca e mariscagem e que, pela peculiaridade de seu trabalho, exercem práticas tradicionais, a mobilização da complexidade da cognição humana para solução de problemas e perpetuação da existência torna-se essencial. Entretanto, tais grupos inserem-se em um contexto que denota precariedade nas relações econômicas, sociais e políticas alijando-as dos benefícios produzidos tanto pelos seus saberes, quanto pelos saberes oriundos da ciência.

Instiga-se, nesse processo, o despontar de potencialidades e arranjos locais coletivos orientados para a construção do protagonismo de atores sociais que possam articular seus saberes e práticas conduzindo-os para a melhoria da organização social e econômica do grupo. Sob este prisma, à medida que promove a reflexão e a crítica de comunidades e pequenos grupos o saber e sua articulação provocam novas conexões sociais a partir da interação, da cooperação e da colaboração como instrumentos de troca de saberes para a intensificação da participação dos atores sociais na criação de alternativas econômicas, ambientais e tecnológicas que respondam às reais demandas das comunidades.

A busca pela valorização e pelo bem-estar de grupos sociais subalternizados inclui, necessariamente, a questão econômica por constituir-se em uma área conflituosa na qual as

forças de mercado ditam as regras predominando leis, valores e práticas capitalistas, inviabilizando e excluindo, dessa maneira, a participação de pequenos grupos das relações produtivas. Assim, torna-se imprescindível pensar e gerar novas formas de melhoria, de organização da produção e de acesso ao mercado que valorizem e contemplem as reais demandas das comunidades e seu modo de produzir.

Alinhada com a realidade, encontra-se a atividade da mariscagem, que se insere na categoria da pesca artesanal, por ser considerada pesca de baixo impacto para o meio ambiente, haja vista que os pescadores artesanais utilizam-se de instrumentos rudimentares, que não exercem mudanças substanciais aos ecossistemas nos quais desenvolvem suas práticas produtivas. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) conceitua como pescador artesanal como aquele que:

[...] exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (BRASIL, 2014).

Por estar associada ao uso e manejo de saberes e práticas aprendidas através de gerações e relacionados ao trato com a natureza a pesca artesanal, a exemplo da mariscagem, inclui-se como modo de trabalho tradicional, conforme assevera o MPA:

Mais que uma profissão, a pesca artesanal é um modo de vida e parte integrante da cultura dos pescadores artesanais, detentores e herdeiros de um valioso saber tradicional, reconhecido como “conhecimento ecológico tradicional”, processo que foi acumulado ao longo de vários anos, numa verdadeira reprodução cultural de pai para filhos. [...]. A prática da pesca artesanal, por ser uma das mais sustentáveis, permite a manutenção dos recursos pesqueiros renováveis, haja vista o seu baixo impacto nos estoques pesqueiros, contribuindo para o suprimento de proteína nobre para uma imensa quantidade de brasileiros (BRASIL, 2014)

Apesar de admitir dificuldades e ambiguidades no reconhecimento de populações tradicionais, Diegues (2001) compreende-as como aquelas cujas características relacionam-se com atividades econômicas vinculadas e dependentes da natureza e muitas vezes vivem em ecossistemas a exemplos de manguezais, restingas, florestas tropicais. Essas atividades envolvem saberes que são adquiridos através das tradições de práticas produtivas das populações costeiras e ribeirinhas, na observação direta e no contato com a natureza. Descreve ainda que tais grupos são, em sua maioria, analfabetos e possuem pouco poder político.

O decreto n.º 6.040, de sete de fevereiro de 2007, oriundo da Presidência da República e que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, em seu artigo terceiro, reconhece as populações tradicionais como grupos que são culturalmente diferenciados, que possuem suas próprias formas de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais com a finalidade de reproduzirem-se de forma econômica, cultural, religiosa e social através de seus saberes e práticas transmitidos tradicionalmente. Conforme Santiago e Accioly (S/D) a relação travada entre comunidades pesqueiras e os recursos naturais sustenta-se em um saber passado de geração em geração o que possibilita a exploração desses recursos como forma de sobrevivência, e ainda salientam, sobre a mariscagem:

Os obstáculos naturais do caráter agreste do ecossistema mais as influências externas oriundas do meio adjacente influem nos fluxos de transformações do ecossistema e na organização do processo produtivo e a atividade de coletar mariscos encerra um legado, patrimônio cultural imaterial, uma série de conhecimentos necessários que são transmitidos em nível tão cotidiano que muitas vezes as próprias pessoas da comunidade não se dão conta que esse saber existe (SANTIAGO; ACCIOLY, S/D, p. 2).

Dados do MPA (BRASIL, 2014) sobre pesca artesanal revelam que existem no Brasil 957 mil pescadores organizados em 1.200 colônias, 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Os dados ainda mostram que no Brasil produz-se 1 milhão e 240 mil de pescado por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca extrativa artesanal. Em 2011 a produção de crustáceos marinhos ficou na ordem de 57.344,8 t; a produção de moluscos em 13.989,4 t o que denota um incremento de 1% e 0,3%, respectivamente, quando comparada ao ano de 2010.

A região Nordeste desponta como a maior produtora de pescado artesanal, representando 75% das capturas regionais (BRASIL, 2012a, 2012b). Duas em cada cinco pessoas envolvidas na pesca artesanal residem na região Nordeste; são 164.854 pescadores que equivalem a 42,19% do total do Brasil. (BRASIL, 2006).

A pesca artesanal é muito importante para a economia nacional, sendo responsável pela criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral e também naquelas localizadas à beira de rios e lagos, sendo mais representativa nas regiões no norte, nordeste e centro-oeste. Ela exige que os pescadores desenvolvam um vasto conhecimento etnológico que os permita utilizar os recursos pesqueiros com sustentabilidade e garantia da pesca futuro. Essas habilidades e conhecimento empírico são na maioria dos casos adquiridos e perpetuados para outras gerações. É também de grande importância como fonte de alimento e renda, sendo diversas vezes a única fonte proteica de alimentação. Dessa forma, a gestão desses recursos, além dos benefícios ambientais, é imprescindível para a manutenção da cultura e o desenvolvimento destas regiões (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 3).

O estado da Bahia abarca 14% do litoral brasileiro caracterizado por seu amplo território costeiro, cuja extensão é de 1200 km, no qual se revelam estuários e uma faixa de manguezais de 100.000 hectares. Com tal configuração, o estado ocupa a terceira posição em produção de pescado no Brasil, e a segunda na região Nordeste, produzindo cerca de 115 mil toneladas/ano de pescado (BAHIA PESCA, 2013).

A diversidade de espécies que habitam os ecossistemas do litoral baiano, além de produzirem exuberância e riqueza ambiental, proporciona subsistência e renda para muitas famílias costeiras. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstram que no estado da Bahia 1.046.093 pessoas estão envolvidas na pesca, enquanto que destas 447.221 são mulheres. Segundo o MPA (2011), 105.455 mil pescadores estavam cadastrados, sendo 54,9% do sexo masculino e 45,1% do sexo feminino.

No Estado da Bahia a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, explorando ambientes próximos à costa, pois as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas relativamente simples e sua produção tem como finalidade a obtenção de alimento, sendo total ou parcialmente destinada ao mercado (BAHIA PESCA, 2013).

O território de cidadania do Baixo Sul da Bahia¹, segundo maior em produção pesqueira do estado da Bahia conforme sinaliza a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira Aquícola (ATEPA, s/d), é caracterizada pela presença de estuários, bacias hidrográficas e manguezais o que torna uma região imprescindível na produção de relações alimentares entre as espécies que ali convivem, mantendo também, através da importância dos manguezais um grande número de comunidades pesqueiras.

A presença de estuários e manguezais caracteriza o Baixo Sul como uma microrregião extremamente fértil e fundamental na produção das cadeias tróficas da fauna marinha associada, por oferecer abrigo para reprodução, criação e alimentação de espécies. Os mangues apresentam ainda grande importância econômica para a manutenção das comunidades pesqueiras do seu entorno. As espécies vegetais mais frequentes são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue siriúba (*Avicennia schaueriana*) e mangue branco (*Laguncularia racemosa*), apresentando altura de até 15 metros e composição variada (BRASIL, 2010, p.25-26).

O Baixo Sul da Bahia ocupa uma área de aproximadamente 7.168,10 km², que perfaz cerca de 1,14% do estado da Bahia e é formada por quatorze Municípios: Gandu, Piraí do

¹ O território de cidadania do Baixo Sul da Bahia faz parte do programa de Territórios de cidadania criado pelo Decreto do Governo Federal de 25 de fevereiro de 2008 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania utilizando-se de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável por meio de ações que promovam desenvolvimento na área social, econômica, da saúde, de educação, da cultura, da infraestrutura e outras fundamentais para o desenvolvimento humano. Informação Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixosulba/one-community?page_num=0>.

Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (MDA, 2012). Oito desses são litorâneos: Jaguaripe, Cairu, Taperoá, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença; já o município de Aratuípe, apesar de não se localizar em faixa litorânea, guarda proximidade com o mar e, desta forma, juntamente com os demais, tem na pesca artesanal um dos principais meios de sobrevivência para sua população. No que se refere a Valença, o MDA (2012) revela que este município pertence ao território da cidadania Baixo Sul desde 25/09/2005.

O território é habitado, na sua maioria, por comunidades tradicionais que estabelecem íntimas relações com a natureza e seus recursos como meio de reprodução cultural e econômica. Atualmente parte dessas comunidades “luta”, em termos locais, com produtos do mar/ mangue [...] (SANTOS, 2009, p.12).

A Figura 1 exibe os municípios que compõem o território de cidadania do Baixo Sul da Bahia:



Figura 1: Mapa do território de cidadania do Baixo Sul da Bahia
Fonte: Brasil (2010, p. 9).

Conforme sinalizam Walter e Wilkinson (2011), a pesca artesanal envolve 14.000 pescadores e Marisqueiras constituindo-se como principal meio de vida para cerca de 100

comunidades e bairros de nove dos quatorze municípios que compõem a referida região, incluindo-se nessa estatística o Município de Valença. A atividade gera em torno de 15 mil toneladas de frutos do mar e perfazendo R\$ 78 milhões na primeira comercialização.

Para manutenção desta atividade as famílias de pescadores capturam mais de sessenta espécies nos estuários, manguezais e ambientes marítimos. O trabalho vai desde a captura da espécie até o tratamento realizado para seu beneficiamento e conservação envolve toda família e resulta em quatro produtos principais: pescados, catados, mariscos vivos e peixes secos (WALTER; WILKINSON, 2011, p. 01).

O IBGE (2010) aponta que o Município de Valença ocupa uma área de 1.192,614 quilômetros quadrados e encontra-se a 262 quilômetros de distância da capital do estado e estende-se sobre uma extensa faixa litorânea, entre a Baía de Todos os Santos e a Baía de Camamu. Esse município exhibe ricos ecossistemas, a exemplo de manguezais, Mata Atlântica, restingas que se combinam entre si formando um ambiente propício às atividades extrativas naturais.

As principais atividades desenvolvidas no Município de Valença e geradoras de emprego e renda mapeadas pelo IBGE (2010) são aquelas que compõem o setor primário da economia: agricultura, pecuária, pesca; seguido do setor secundário representado pela construção naval e a indústria têxtil; e o setor terciário com as atividades relacionadas ao comércio e ao turismo.

O município abriga três comunidades pesqueiras conhecidas como Cajaíba que localiza-se a 5 km da sede, a comunidade de Guaibim que dista da sede 20 km e a comunidade do Tento localizada na sede do município. O Tento subdivide-se em duas comunidades: Porto da Embira e Mangue Seco. Juntas as três comunidades comportam no total cerca de quatro mil pescadores e Marisqueiras, segundo dados da Secretaria Municipal de Pesca. A atividade de pesca artesanal, especialmente a mariscagem, no município ainda se fundamenta em práticas tradicionais de baixa produtividade.

Segundo Stopilha (2008), é perceptível a deficiência na infraestrutura de apoio para a atividade que se traduz em baixo nível tecnológico utilizado, na insuficiência de frigoríficos e entrepostos devidamente planejados, o que induz os pescadores e pescadoras locais à submissão da distribuição e da comercialização do pescado *in natura*, tornando o produto caro para o consumidor final devido ao processo de intermediação pelo qual passa, sem que com isso resulte em maior renda para o pescador. A quantidade de pescado beneficiado é relativamente pequena, o que proporciona uma reduzida agregação de valor à produção pesqueira local.

Não obstante a criação da Secretaria de Pesca do município ter ocorrido no ano de 2009, ainda não se possui dados e estatísticas sobre população e produção pesqueira local. Da mesma forma, a Bahia Pesca, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (SEAGRI), que tem por objetivo fomentar a aquicultura e a pesca inaugurou no ano de 2013 escritório no referido município, entretanto, ainda não possui dados sobre pesca e aquicultura locais.

Igualmente as associações e as colônias de pesca encontram-se desprovidas de tais dados. Entrevistas realizadas em maio de 2013 nas centrais dos referidos órgãos, assim como no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a fim de compor dados para este trabalho de pesquisa, revelaram a lacuna que existe sobre estatísticas de pesca na Bahia, especialmente sobre a pesca artesanal. O gerente de pesca do escritório de Salvador (BA) afirmou que os últimos dados são do ano de 2006. Este cenário é salientado nos dizeres de Vasconcellos et al. (2006, p.2):

É amplamente reconhecida a precariedade das estatísticas da pesca artesanal no mundo inteiro. A situação não é diferente no Brasil onde a pesca artesanal sofre de uma carência generalizada de informações biológicas e, especialmente, sócio-econômicas. Se as informações socioeconômicas sobre a pesca artesanal eram precárias durante os mais de 30 anos de existência da SUDEPE², elas tornaram-se ainda mais insuficientes após a extinção desse órgão em 1989. Uma das carências mais evidentes refere-se aos tipos de emprego e renda, de tecnologias empregadas e os aspectos organizativos dos pescadores artesanais. A razão principal dessa insuficiência era, de um lado, a dispersão das comunidades de pescadores ao longo da costa, que dificultava um sistema de coleta e de outro, a pouca importância e visibilidade que caracterizavam esse setor durante essas décadas, uma vez que a prioridade era dada, pelos órgãos governamentais, à pesca industrial/empresarial.

Tal situação denota o patamar e a importância da pesca artesanal no cenário público. Sendo assim, os impactos desta atividade na economia regional e local ficam restritos ao empirismo. A situação torna-se ainda mais alarmante quando trazemos para a discussão e investigação a atividade de mariscagem.

[...] não existe documentação relativa aos métodos, ferramentas e dispositivos utilizados; em geral a transmissão do conhecimento ocorre no âmbito familiar ou da comunidade específica; não há aplicação de métodos de determinação de custos e preços; não há metodologia de avaliação da produtividade, da qualidade ou de melhoria de processo. [...] O resultado é a péssima qualidade de vida para as Marisqueiras quanto à saúde, renda, auto-estima, condições de trabalho. Em adição, locais de coleta e formas de manipulação e processamento inadequados geram grandes riscos para a saúde dos consumidores (BARQUETE et al., 2008, p. 2).

Muitas são as comunidades que desenvolvem atividades produtivas tradicionais que abrigam mulheres pescadoras, a exemplo das Marisqueiras, as quais vivem às margens dos

² Superintendência de Desenvolvimento da Pesca.

manguezais e estuários. Segundo a FAO, estima-se que atualmente 90% da mão de obra do setor de captura de pescado mundial é artesanal. Neste contexto, 50% do total dos trabalhadores são mulheres (BRASIL, 2014).

Nas regiões costeiras, existem extensas áreas de manguezais, restingas e também lagunas, estuários e florestas litorâneas, como partes da Mata Atlântica. Nela se estabeleceram grupos que desenvolveram culturas particulares que se caracterizam por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis (DIEGUES, 1995, p. 214).

Tais trabalhadoras sobrevivem da atividade da mariscagem que é conhecida como a prática de capturar e beneficiar animais aquáticos e é exercida, especialmente, por mulheres. A atividade, considerada como pesca artesanal, originou-se da necessidade de ajudarem seus maridos na pesca. Assim, ficavam em casa esperando os seus maridos voltarem do mar e ocupavam-se em eviscerar todos os pescados por eles apreendidos, além de ocuparem-se com a lida doméstica.

Ao longo dos anos, a divisão sexual do trabalho no setor produtivo pesqueiro evidenciou-se. Assim, sempre coube aos homens ir ao mar e às mulheres o beneficiamento do resultado da pesca e a confecção de redes e de outros instrumentos para a atividade. “A pesca era uma atividade eminentemente masculina ainda que em alguns lugares a mulher participasse da puxada da rede” (DIEGUES, 1983, p.181). Com o passar do tempo as mulheres também passaram a frequentar o mar e os manguezais para desenvolverem a atividade de pesca, agora não mais para auxiliar seus maridos no sustento da casa, e sim para extrair da natureza os alimentos para a sua própria subsistência.

Dessa maneira, a atividade de mariscagem consubstanciou-se, por décadas, como trabalho doméstico por ser uma extensão deste possuindo, desta forma, características similares ao mesmo, especialmente aquelas orientadas para a subsistência, conforme sinaliza Andrade (2004, p. 2): “durante muito tempo o trabalho da mulher na pesca foi considerado apenas como uma extensão do lar”. Entretanto, é na década de 1950 que a atividade da mariscagem começa a tomar outros rumos, ela deixa de ser um trabalho doméstico e passa a ser um trabalho artesanal. Ou seja, passa a ser uma atividade remunerada.

Embora, ao longo do tempo, tenham surgido inúmeras profissões, a mariscagem ainda é para grande parte das populações litorâneas a principal base econômica que garante a sobrevivência, possibilitando às mulheres de comunidades litorâneas e ribeirinhas, durante décadas, a criação dos filhos na maioria das vezes sem o auxílio dos pais.

Nessa perspectiva, a atividade de mariscagem torna-se relevante visto que propicia remuneração tanto para quem a realiza, quanto para todos os envolvidos no processo de

comercialização do produto final como pataqueiros que vendem os seus pescados para serem beneficiados pelas Marisqueiras, que os repassam depois de catados para os atravessadores; estes, por sua vez, vendem e revendem para o mercado local gerando alimentando, assim, a cadeia produtiva.

Neste ramo de atividade encontram-se tarefas que se referem à extração de crustáceos e moluscos no manguezal ou no estuário e seu conseqüente beneficiamento para consumo próprio e/ou para venda. Entretanto, fatores como a inabilidade para a lida no manguezal, a ambiência desfavorável, a exemplo de manguezais poluídos ou tomados pela violência, a incapacidade e a limitação física podem contribuir para que algumas Marisqueiras optem em apenas beneficiar o pescado.

Neste caso, a dinâmica constitui-se em ir ao porto esperar os barcos de pescado, ou mesmo os atravessadores que compram nos barcos e revendem para as catadeiras, conhecidos no município de Valença como pataqueiros, para então negociarem e adquirirem sua matéria prima. Chegando do mangue ou do porto às suas casas, independente da hora, o processo do beneficiamento tem que dar início com certa urgência, pois os mariscos são altamente perecíveis e qualquer atraso no seu trato poderá ocasionar degeneração do produto.

Não obstante o trabalho de mariscagem configurar-se como atividade histórica, tradicional e de relevância para as economias locais e regionais, tal trabalho não possui valorização tampouco visibilidade traduzindo-se em falta de reconhecimento na sociedade. Tal fato relega os envolvidos na pesca e mariscagem a permanecerem excluídos do tecido social, sem direitos, sem exercer sua cidadania, sem possuir liberdades essenciais.

Destacam-se nesta pesquisa as Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, localizada no município litorâneo de Valença no Estado da Bahia, residentes às margens da transição entre o rio Una com o mar, dependentes, portanto, da natureza para sobreviverem. Revela-se, portanto, na fala das Marisqueiras participantes desta pesquisa, a aproximação do caso empírico com o referencial teórico e os dados expostos neste texto, no sentido de validá-los, como, por exemplo, no texto citado a seguir:.

A gente adora ir no mangue, é duro, é dificultoso, mas é divertido. Nós vai juntas, e é bom. No mangue se encontra um de tudo para comer e trabalhar. Não se passa fome. Nós cozinha os mariscos que cata, em casa, pra puder dá conta das outras coisas de casa que tem que fazer.[...]. Antes era quase todo dia se ia no mangue, mas agora com a violência não se pode mais entrar no mangue daqui. Tudo perigoso. Eu mesma também que já to velha num tenho muita resistência, os dedos ficando torto, não dá pra pegar caranguejo nem sururu. As meninas aqui que não pode ir no mangue compra do pataqueiro. Mas faz o trabalho todo. Tem que saber da maré, esperar barco, comprar os baldes de siri, cozinhar e catar. É assim... (MARIA ESPERANÇA, 2011).

Assim, do cenário e das inquietações descritas, emergiu o seguinte questionamento: como o grupo de Marisqueiras de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas?

Vivenciando a experiência no Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na condição de discente, e a partir da necessidade de discutir-se sobre desenvolvimento tanto humano quanto local, surgiram várias inquietações sobre a real dimensão que tal temática representava no município objeto empírico deste estudo, sobretudo alinhados às discussões sobre conhecimento, saberes e sua organização.

Sendo assim, retomando atividades como professora do *Campus XV-Valença* da Universidade do Estado da Bahia, a autora desta pesquisa propôs projeto de ensino e, posteriormente, de extensão, intitulado Maria Marisqueira, em um grupo de mariscagem do Município de Valença versando sobre saberes e práticas produtivas. Os resultados deste trabalho levaram ao reconhecimento das problemáticas vivenciadas pelos grupos em referência e que implicam no desenvolvimento humano.

Investida da crença que a complexidade permeia a vida cotidiana, e sustentada pelo percurso traçado junto ao grupo de Marisqueiras da comunidade Mangue Seco, a fim de responder às inquietações advindas dos sujeitos da pesquisa e das observações pessoais desta pesquisadora as quais o projeto de extensão tornou-se limitado para responder, submeteu-se projeto de pesquisa ao Programa de Doutorado Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC) vinculado à Universidade Federal da Bahia conjuntamente com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), a Fundação Visconde de Cairú (FVC) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), assim justificando o interesse pessoal da autora nesta investigação.

Apesar dos discursos mais recentes destacarem a relevância dos saberes na construção de uma sociedade de aprendizagem mais inclusiva, na qual tais saberes orientem-se para a melhoria de vida das pessoas e a valorização do ser humano, percebe-se o viés manipulativo que estes assumem servindo aos interesses do capital, especialmente quando se trata de grupos que exercem atividades produtivas ligadas à natureza e localizadas no circuito inferior da economia.

O circuito inferior da economia, tema que será tratado no capítulo III, é definido como aquele composto por de atividades de pequena dimensão que envolvem, principalmente, as populações pobres (SANTOS, 2008), a exemplo da mariscagem; tais grupos precisam

manejar toda sua complexidade de cognição, a fim de superar problemáticas peculiares ao seu cotidiano, sobretudo, no tocante à produção, distribuição e consumo de bens.

Ao relacionar-se o tema saberes com a investigação sobre grupos que exercem atividades produtivas que se encontram no circuito inferior da economia, a exemplo da atividade de mariscagem exercida em zonas urbanas, percebe-se na prática das experiências certa fragilidade de tais conceitos, o que torna recorrente a integração de outras tendências, teorias e disciplinas a esta temática.

Os exemplos de desenvolvimento exitosos em grupos que vivem no entorno da sociedade reportam-se necessariamente a experiências que se referem à articulação de saberes tácitos e explícitos para a geração de ideias, produtos, soluções que se traduzem, quase sempre, em tecnologias sociais e criatividade mediadas pelo aprendizado coletivo.

Dessa maneira, os estudos voltados para a articulação e o compartilhamento de saberes de pequenos grupos produtivos poderão possibilitar melhorias de suas práticas, notadamente aquelas de produção, que respondam aos processos excludentes produzidos pelo sistema dominante, no sentido de melhorar a qualidade de vida de pessoas que se encontram no entorno do tecido social.

Cabe salientar que, segundo o IBGE (2010), o município de Valença possui uma população de cerca de 88.673 habitantes e, embora distante da capital apenas 265 km, apresenta um índice percentual de pobreza na faixa de 47,70% e o índice de indigência de 52,22%; tais dados denotam que grande parte da população encontra-se em situação de completo abandono, penúria, miséria e exclusão social. Neste cenário percebe-se, ainda, a insuficiência de políticas públicas e de organização econômico-social.

Igualmente, as experiências vivenciadas no município de Valença e alinhadas ao aprimoramento de atividades produtivas de pequenos grupos de mariscagem, os quais se encontram pulverizados em todo litoral do Estado da Bahia, ainda carecem de maior aprofundamento, visto tratarem-se de alternativas relativas à própria sobrevivência das populações. Tais experiências e suas implicações são insuficientemente investigadas e, portanto, ficam restritas ao empirismo.

Este fato acaba por negligenciar os saberes e práticas de vários grupos sociais, especialmente aqueles que são secularmente excluídos, que trabalham com atividades ligadas à natureza e, contudo, colaboram para o desenvolvimento da economia com seus saberes, sua cultura e seu trabalho, o que repercute diretamente no modo e na qualidade de vida dessas pessoas e no próprio impacto da sua atuação para a comunidade da qual fazem parte. Os resultados deste trabalho poderão servir de referência, respeitando-se as devidas

especificidades, para outros grupos com características semelhantes no sentido de proporcionar-lhes novas possibilidades de desenvolvimento, sendo assim socialmente relevante.

Considera-se ainda que as universidades públicas devam comportar-se como agentes de desenvolvimento, inovação e práticas inclusivas para as comunidades nas quais se inserem. Sob este prisma, as universidades carecem compreender a problemática e as demandas da sociedade a fim de refletir, discutir e promover políticas afirmativas junto à comunidade e outras instituições que resultem em um modelo de desenvolvimento que possibilitem transformação social resultante em melhoria de vida das pessoas e em sua autonomia futura.

Portanto, para a academia, tal exercício proporcionará maiores esclarecimentos em torno das temáticas propostas e dos saberes locais que a cerca, culminando, conseqüentemente, na abertura a novas perspectivas para construção de um novo conhecimento e da inclusão de saberes e heterogeneidades no cotidiano universitário, justificando-se esta pesquisa cientificamente.

No sentido de melhor definir e nortear o caminho a ser traçado na presente pesquisa, definiram-se o seguinte objetivo geral: investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas. E os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o grupo de Marisqueiras participante da pesquisa em termos socioeconômicos;
- b) Diagnosticar saberes do grupo e verificar como o grupo articula e compartilha saberes para as práticas produtivas;
- c) Construir coletivamente estratégias de articulação e compartilhamento de saberes orientadas para melhoria de práticas produtivas;
- d) Examinar se as estratégias adotadas para a articulação e o compartilhamento de saberes possibilitaram a melhoria das práticas produtivas e a visibilidade do grupo.

A Figura 2, exposta a seguir, demonstra o imbricamento entre o problema e os objetivos desta pesquisa:

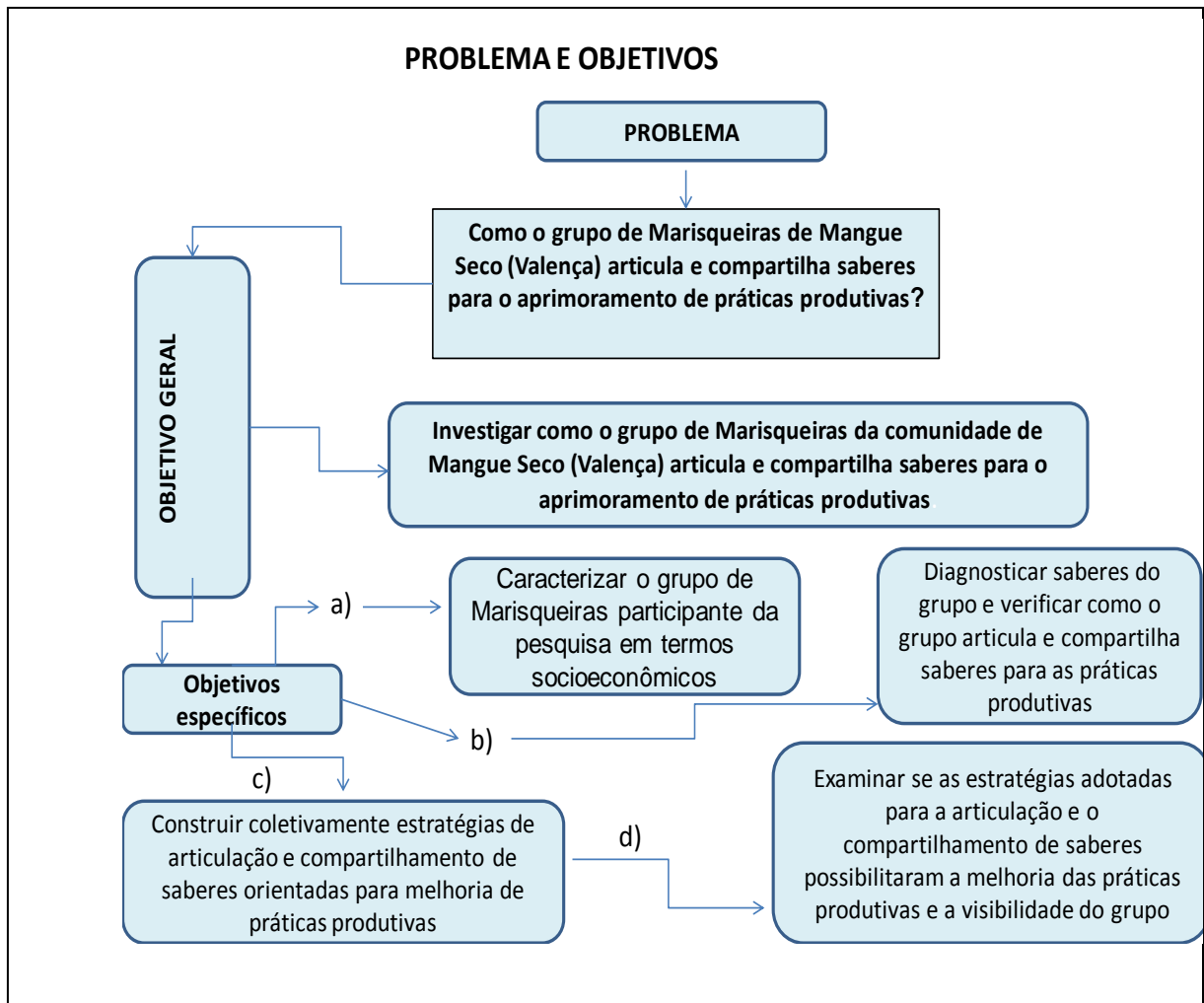


Figura 2: Imbricamento entre o problema e os objetivos da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

No intuito de discorrer sobre as questões anteriormente expostas nesta introdução, o presente estudo que se intitula: **SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO**: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA) e apresenta os capítulos delimitados da seguinte forma: o capítulo II intitulado **NAS SENDAS DA INVESTIGAÇÃO**: aspectos metodológicos, epistemológicos e éticos da pesquisa. Neste capítulo expõe-se o percurso da investigação, descortinando-se a postura epistemológica que norteará a pesquisa; também se discutem as fases e os procedimentos da pesquisa, apontando-se a pesquisa-ação como conduta principal; explana-se ainda sobre o marco teórico utilizado, o instrumental metodológico e seu embasamento.

O capítulo III intitulado **SABERES MATIZADOS** fará uma revisita aos conceitos sobre saberes e conhecimentos, estabelecendo conexões entre ambos, conduzindo ao conceito

de saber que será utilizado neste trabalho; refletir-se-á sobre a relação entre saber e complexidade, sobre a diversidade de saberes dando ênfase ao saber popular, especialmente aos saberes do grupo de Marisqueiras que são orientados para práticas produtivas; as possibilidades de articulação entre o saber do grupo de Marisqueiras, o saber técnico e o saber científico através do diálogo.

No capítulo IV intitulado ESTRATÉGIAS PARA PRÁXIS PRODUTIVA NA MARISCAGEM: uma busca pelo entendimento e por alternativas discute-se sobre o círculo inferior da economia e a sociologia das ausências e emergências identificadas respectivamente por Milton Santos e Boaventura Santos, localizando-se e caracterizando-se o grupo de Marisqueiras ora investigado em tal segmento; abordar-se-á a possibilidade transformação de práticas produtivas em práxis produtiva através de alternativas e estratégias contra-hegemônicas.

No capítulo V intitulado MARIA MARISQUEIRA: subjetividades, saberes e práticas discutir-se-ão os resultados da pesquisa apresentando o diagnóstico socioeconômico e os saberes do grupo inerentes às práticas produtivas, o relato da experiência e as estratégias de articulação e do compartilhamento propostas coletivamente.

Na sexta e última seção expõem-se as conclusões.

A seguir expõe-se, na Figura 3, uma síntese da introdução expressa em mapa conceitual:

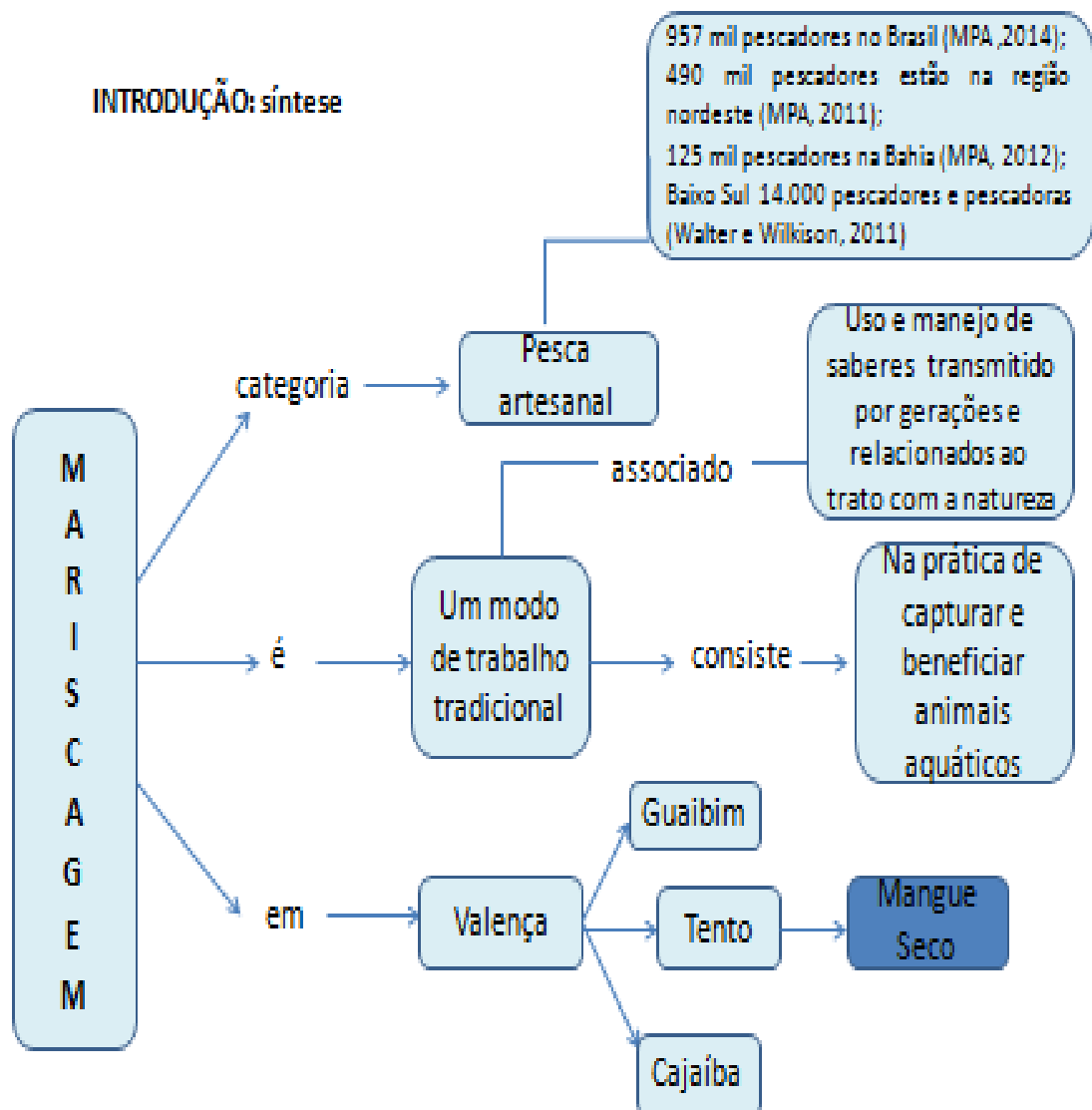


Figura 3: Mapa conceitual da Introdução da tese
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

2 NAS SENDAS DA INVESTIGAÇÃO: aspectos metodológicos, epistemológicos e éticos da pesquisa

A pesquisa científica pressupõe a investigação minuciosa dos aspectos e fenômenos que ocorrem no e com o mundo e as pessoas refletindo sobre as problemáticas que derivam destes cenários, a fim de promover respostas ou levantar propostas para a solução para tais problemas. Assim, compreende-se que o conhecimento científico abarca a pesquisa, a sistematização e a comprovação. Conforme assevera Fachin (2005) o conhecimento científico caracteriza-se pela presença do método e da sistematização do conhecimento sobre a realidade, da relação existente com outros fatos e as implicações advindas dessas relações. Portanto, este capítulo discute a base que norteou as escolhas para a construção da metodologia e relata os procedimentos metodológicos escolhidos em função do problema e dos objetivos propostos.

Igualmente, torna-se imprescindível delimitar o objeto de investigação, o recorte espacial e temporal, bem como os sujeitos de pesquisa a fim de clarificar e tornar fidedignos os resultados.

2.1 OBJETO, RECORTE ESPACIAL, RECORTE TEMPORAL E SUJEITOS DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como objeto a atividade da mariscagem e situa como Campo Empírico o município de Valença (BA). A problemática proposta neste trabalho, a saber: como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas, orientou-se para uma investigação que abrange o período de 2009 a 2014, haja vista que durante este período aconteceram ações que auxiliaram na resposta do referido questionamento.

No ano de 2009 propôs-se um projeto de ensino que se originou na disciplina Economia, trabalho e educação, ministrada por esta pesquisadora, quando solicitou aos discentes de pedagogia que produzissem um documentário em uma comunidade cujas atividades estivessem na informalidade. Assim, um dos grupos apresentou a situação das Marisqueiras de Mangue Seco.

Já em 2010, a partir das demandas exibidas no documentário, a pesquisadora foi ao local conhecer o grupo de Marisqueiras e, dessa forma, elaborou o projeto de extensão

conhecido como Maria Marisqueira: um mapeamento sobre demandas de trabalho e educação das Marisqueiras de Mangue Seco em Valença (BA). Este projeto vincula-se ao Campus XV da UNEB e inicialmente objetivou mapear as demandas sobre trabalho e educação do grupo de Marisqueiras. Assim, as primeiras ações vincularam-se às ações de aproximação com a comunidade e com o próprio grupo. Atualmente, o projeto de extensão abrange duas comunidades: Mangue Seco e Maricoabo, ambas no município de Valença, e tem por objetivo subsidiar as ações do projeto de pesquisa e ainda promover educação em espaços não formais.

As demandas das Marisqueiras em relação às práticas produtivas, ao trato com o saber e sua articulação tomaram uma proporção que extrapolaram as possibilidades do projeto de extensão. Assim, ainda em 2010, esta pesquisadora apresentou ao Doutorado Multidisciplinar e Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC), o projeto de pesquisa intitulado Saberes e práticas produtivas das Marias Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA) a fim de investigar como as Marisqueiras de Mangue Seco articulavam e compartilhavam seus saberes no intuito de construir com elas a melhoria de suas práticas produtivas. Em 2011, com a aprovação do projeto, deu-se início uma nova etapa de investigação.

No sentido de ampliar os horizontes da pesquisa sobre a mariscagem e enriquecê-lo, a Professora Ana Maria Meneses, orientadora do presente estudo, submeteu à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) o projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA)³, vinculados à UNEB, do qual a autora dese trabalho também foi pesquisadora. Este projeto teve como objetivo investigar, em conjunto com a comunidade, quais as ferramentas de gestão do conhecimento que podem contribuir para a melhoria das atividades produtivas de mariscos na comunidade de Mangue Seco em Valença (BA), bem como acompanhar e avaliar a implementação das mesmas.

Importa destacar que os projetos de extensão e de pesquisa referenciados, caminharam juntos com o presente estudo, embora com objetivos, problemáticas perspectivas diversas, formando vínculos na busca pela solução de problemas relacionados com o objeto em comum: a atividade mariscagem.

³ Projeto de pesquisa de caráter interdisciplinar vinculado à Universidade do Estado da Bahia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) sob edital 022/2011 e coordenado pela Prof^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes.

Os sujeitos de pesquisa deste estudo são vinte e nove Marisqueiras residentes na comunidade de Mangue Seco, que foram escolhidos com base na participação de cada uma delas no Projeto de extensão Maria Marisqueira. Inicialmente o grupo era composto por trinta mulheres, mas uma delas faleceu no ano de 2013. Decidiu-se que as participantes deste estudo serão tratadas por nomes fictícios, conforme apêndice, e o grupo de Marisqueira assumirá o nome de Maria Marisqueira, nome escolhido coletivamente, visto que a maioria tem por prenome Maria.

O grupo aqui intitulado de Maria Marisqueira tem na extração e beneficiamento de crustáceos e moluscos sua principal atividade. Para empreendê-la cotidianamente as Marisqueiras necessitam de condições que são alheias à sua vontade a exemplo daquelas sintonizadas com a natureza: fluxo das marés, fases da lua, direção dos ventos, ritmo das chuvas e a sazonalidade de animais aquáticos; e de outras relativas ao ambiente econômico, político e social: mercado e preço de produtos, políticas públicas para pesca artesanal, violência, poluição ambiental e saúde, conforme apontado no relatório do projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA) em 2012, p. 7:

Com o que ganham, além de ajudar na renda familiar, pagam a Colônia de Pescadores e, no entanto, não têm garantido nenhum direito trabalhista, entre eles, o salário-desemprego e licença-maternidade, direito de todas as trabalhadoras brasileiras. [...]. Os produtos são comercializados com as peixarias locais, ou diretamente pelas marisqueiras em suas casas e, ainda, através de atravessadores. O grupo tem a expectativa de fortalecer o vínculo interpessoal e formalizar seu trabalho, de modo a valorizá-lo e deixar a relação de subordinação.

As observações sobre as configurações do grupo de Marisqueiras aqui descritos e o ponto de partida da pesquisa, a articulação e o compartilhamento dos saberes, definiram como postura epistemológica deste trabalho os pressupostos da complexidade, visto que para vivenciar e compreender as problemáticas surgidas na atividade do grupo de Marisqueiras, as flutuações a que estão sujeitas, assim como a busca pelo equilíbrio foi preciso transcender a visão fragmentada e compreender que a desconstrução é necessária para que se possa reconstruir o novo (DEMO, 2002).

2.2 O LUGAR DA COMPLEXIDADE NA PESQUISA

A decisão sobre a postura epistemológica da pesquisa não é apenas uma questão de preferência do pesquisador, visto que precisa estar em congruência com o problema e os objetivos definidos. No entanto, a influência da crença do investigador sobre a pesquisa certamente o conduz à percepção da trilha mais apropriada a seguir. Assim, buscando conciliar a crença da autora e o problema de pesquisa, assumiu-se como postura epistemológica a complexidade, considerando as palavras de Edgar Morin quando assevera:

Não se deve acreditar que a questão da complexidade só se coloque hoje em função dos novos progressos científicos. Deve-se buscar a complexidade lá onde ela parece em geral ausente, como, por exemplo, na vida cotidiana (MORIN, 2011, p. 57).

Em outro contexto, o autor serve-se de personagens dos romances do século XIX e do início do século XX, especialmente aqueles descritos por Honoré de Balzac e Charles Dickens, para exemplificar a complexidade da vida cotidiana na qual tais personagens assumem vários papéis sociais e múltiplas identidades que interagem e se integram conforme desenrolam suas vidas mesmo em um contexto no qual a ciência pregava o determinismo conforme destaca Morin (1996a, p. 240), “a ciência clássica se construiu sobre os três pilares da certeza, que são a ordem, a separabilidade, e a lógica. Eram para ela fundamentalmente absolutos”. Sob este prisma, a própria ciência se apresentaria insuficiente para compreender e explicar o embricamento de relações e o encadeamento de cenários apresentados na realidade.

A crença que a complexidade permeia a vida cotidiana, impressa pelas palavras de Edgar Morin e o percurso traçado pela pesquisadora junto ao grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, em Valença (BA), a fim de responder às inquietações advindas dos sujeitos da pesquisa e das observações realizadas, foi possível descortinar uma diversidade de problemas e de possíveis explicações existentes na natureza do grupo de Marisqueiras investigado, referentes à diversidade de interações, de comportamentos, de organização e desorganização postos e sobrepostos de tal forma que promovem um processo de mudança, de instabilidade e estabilidade e uma troca de energia constante.

Os componentes dessa comunidade entrelaçam-se agindo tal qual uma onda no oceano; por vezes, pequenas e por vezes, grandes, criando força e pressão, mudando de forma, assumindo configurações de ordem e desordem as quais conduzem à observação holística da natureza, exibindo com esta uma relação de intimidade tal que por vezes se confundem, tornando-se unos. Nesta dinâmica empírica, as Marisqueiras mostram, especialmente nas suas práticas laborais, o rompimento da dicotomia natureza/cultura, fruto da filosofia tradicional,

que pressupunha o dualismo entre verdadeiro – falso; corpo – mente; sujeito-objeto; empírico-lógico; ciências humanas - ciências naturais. Já na modernidade este dualismo⁴ se acirra com a proposta do iluminismo⁵ o qual prega o avanço da ciência e da razão. Para o iluminismo o homem assume um papel de centralidade, pois ao agir através da razão e de sua liberdade cria cultura a exemplo das artes, da filosofia, das políticas, das práticas e técnicas próprias e, assim, diferencia-se dos outros seres.

[...] é possível encontrar uma prática, pela qual, conhecendo as forças e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus, e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente quanto conhecemos os diversos ofícios dos nossos artífices, poderíamos, do mesmo modo, aplicá-los a todos os usos aos quais são próprios e, assim, tornar-nos senhores e possuidores da natureza (DESCARTES, 2000, p.63).

A concepção tradicional da relação homem natureza considera que o homem seja o ator dominante nesta relação, que, conforme Marilena Chauí (2003), intervém deliberada e voluntariamente para adequá-la aos valores de sua sociedade. Na perspectiva dualista, o homem apresenta-se como sujeito e a natureza como objeto, e a intervenção do homem na natureza geraria o desenvolvimento. A incapacidade da ciência, ao longo dos anos, de compreender e promover as ligações existentes entre os entes natureza e homem possibilitam a vigência do pensamento dominante na contemporaneidade, o que determina as consequências nefastas advindas da separação dessa relação, a exemplo das catástrofes ambientais, da invisibilidade de muitas populações, da extinção de costumes e crenças, maculando a própria natureza humana.

A natureza relacional do ser humano o faz um elemento da trindade indivíduo/sociedade/espécie (MORIN, 2005a). Assim, corroborando com o pensamento de Maturana; Varela (2001), Morin afirma que os indivíduos ao interagirem produzem a sociedade e, por um processo de retroação sobre a cultura e sobre os indivíduos, a própria sociedade configura-os como humanos. Dessa forma, Morin destaca a inseparabilidade entre ser humano, sociedade e espécie considerando que existem elementos dos humanos na espécie, assim como a centelha da espécie se faz presente nos seres humanos. Das inter-relações entre ser humano e sociedade mediados e retroalimentados pela cultura, surgem e ressurgem homens, cultura e sociedade resignificados e redimensionados. “Quem somos? é inseparável de onde

⁴ Doutrina que concebe a realidade como composta por duas substâncias opostas e incompatíveis (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

⁵ “Movimento filosófico também conhecido com Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolveu particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no séc. XVIII, caracterizando-se pela defesa da ciência e da racionalidade crítica” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 142).

estamos, de onde viemos e para onde vamos?’ Conhecer o humano não é expulsá-lo do universo, mas aí situá-lo” (MORIN, 2005a, p. 25).

O comportamento incerto, instável e probabilístico o qual as Marisqueiras e o ambiente que as cerca manifesta, denota sua natureza complexa. Para além da complexidade peculiar ao grupo, considera-se ainda que para compreendê-los é preciso reconhecer sua característica sistêmica. Um sistema é definido como um conjunto de partes que se interage e se interdepende formando um todo indivisível, “é um todo constituído de elementos diferentes encaixados e articulados” (MORIN, 1996b, p. 278). Os sistemas sociais e humanos organizam-se no sentido de alcançarem objetivos comuns, embora se considere que o produto resultante pode ser maior ou menor que a soma dos resultados das partes.

[...] os sistemas vivos são redes autogeradoras, o que significa que o seu padrão de organização é um padrão em rede no qual cada componente contribui para a formação dos outros componentes. Essa ideia pode ser aplicada ao domínio social, desde que as redes vivas de que estamos falando sejam identificadas como redes de comunicação (CAPRA, 2004, p.102).

Por conseguinte, tais grupos caracterizam-se como sistemas abertos ou orgânicos, pois trocam energia com o meio ambiente sendo que essa relação de causa e efeito é indeterminada. Ao percorrer essa trilha, percebe-se a impossibilidade de conviver com o grupo de Marisqueiras e compreender os problemas oriundos do mesmo sem conhecer todas as suas problemáticas; cada elemento revelou-se de extrema importância para o grupo visto que o caminho para o equilíbrio esteve, por vezes, em um elemento ou na soma dele com os demais. Nessa perspectiva, considera-se, portanto, que um elemento do grupo pode agir como elemento catalisador, gerando uma perturbação no sistema a qual poderá resultar em reorganização. Sendo assim, cada parte pode interagir de tal modo com as outras que levará o sistema ao equilíbrio ou a se afastar dele.

Todas as coisas sendo causadas e causantes, ajudados e ajudantes mediatas e imediatas, e todas sustentando-se por laços natural e insensível que liga as mais distintas e as mais diferentes, julgo impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, nem conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes (PASCAL, apud MORIN, 2008, p.64).

Compreende-se, portanto, que as peculiaridades de trabalho das Marisqueiras, a exemplo da produção artesanal, do trato e da dependência com o ecossistema manguezal, com as marés, com os mercados para a venda de seus produtos, com as políticas públicas orientadas para o setor da pesca e mariscagem e de outras relações de interdependência demandam, nos dizeres de Sousa Santos (2007, p.57), “[...] conversar muito, dialogar muito mais, buscar outra metodologia de saber, ensinar, aprender” que abarque significados,

relações, simbologias, saberes em uma perspectiva não linear a fim de buscar compreender, agir e transformar coletivamente.

Desse modo, a ideia de perseguir a articulação e o reagrupamento de saberes presentes neste trabalho constitui-se em um objeto que, nas palavras de Morin (2002b), por seu caráter de interação e interpenetração de conhecimentos, permitirá a troca, a construção da cooperação e da competência diversificada. O pensamento de religar saberes e experiências de um grupo que, a princípio, se mostram desconectados, articulando-os a fim de produzir melhorias na sua atividade encontra consonância no pensamento complexo.

No entendimento de Morin (2002a) nas diversas culturas, o conhecimento cotidiano é composto de percepções sensoriais, construções ideológicas e culturais de racionalidade e racionalizações, de instituições verdadeiras e falsas, como também de induções justificadas e errôneas além de ideias, silogismos, saberes profundos, sabedorias ancestrais e opiniões pessoais. Tais conhecimentos seriam, segundo o autor, limitados em relação ao conhecimento científico, porém estes últimos comparativamente seriam limitados em relação ao conhecimento do senso comum assim, o autor evidencia a necessidade do religamento e da valorização da diversidade de conhecimentos científicos, técnicos, acadêmicos, formais, populares, mitológicos.

O paradigma da complexidade rompe com a visão determinista de mundo posta pela ciência moderna e passa a considerar sob outro prisma a maneira de conhecer o mundo. Assim, em oposição ao pensamento positivista que pregava o conhecimento do todo através de suas partes, o paradigma da complexidade inaugura uma nova visão de mundo a qual permite transcender o reducionismo e a linearidade – relação de causa e efeito - proposta pelo pensamento cartesiano oriundo da ciência moderna, a qual ainda impera, especialmente nos processos alinhados ao desenvolvimento humano. O pensamento complexo integra em suas investigações a objetividade e a subjetividade, as partes e o todo estabelecendo suas conexões para melhor entendimento dos fenômenos e de suas múltiplas dimensões.

[...] Imagina-se com frequência que os defensores da complexidade pretendem ter visões completas das coisas. Por que pensariam assim? Porque é verdade que pensamos que não se podem isolar os objetos uns dos outros. No fim das contas tudo é solidário. Se você tem o senso da complexidade, você tem o senso da solidariedade. Além disso, você tem o senso do caráter multidimensional de toda realidade (MORIN, 2011, p. 68).

A emergência de novas forças políticas, econômicas, culturais, étnicas e sociais e as mudanças aceleradas presentes no mundo atual que impactam a vida social já não permite sua compreensão a partir de um pensamento concebido pela visão disciplinar e fragmentada de

mundo. Mergulhados nos macro contextos social, econômico, cultural, político, histórico, ambiental e ainda em contextos particulares os grupos humanos, por sua própria natureza, assumem configurações as quais se conectam com múltiplos aspectos e óticas formando um caleidoscópio de acontecimentos intimamente ligados que suscitam a complexidade como pano de fundo.

Conforme sinaliza Morin (2009), o pensamento complexo permite o avanço à concretude e à realidade do mundo dos fenômenos. A pesquisa nas ciências humanas ou sociais encontra na complexidade um viés mais amplo de compreensão dos fenômenos contribuindo, dessa maneira, para uma solução mais alinhada com as problemáticas postas ao considerar a natureza incerta, instável e multicasual dos fatos humanos (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 41).

Nesta perspectiva, propõe-se, neste trabalho, um diálogo entre pesquisa ação, que será apreciada adiante, e pensamento complexo no sentido de buscar a articulação e o compartilhamento de saberes populares, técnicos e científicos com o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, a fim de possibilitar melhorias em sua dinâmica de trabalho. Com este intento, a pesquisa orienta-se para a interação entre diversos campos do saber, para a compreensão da problemática proposta: como o grupo de Marisqueiras de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas? Estes saberes originam-se da composição da equipe multidisciplinar de pesquisa, que será exposta posteriormente, a saber: economia, pedagogia, geografia, administração, química, veterinária e sociologia que se delinearam durante o processo de diálogo com o grupo de Marisqueiras como saberes necessárias ao diálogo para aprimoramento de práticas produtivas.

Portanto, as implicações metodológicas desta pesquisa surgiram tanto da dinâmica dialógica estabelecida com e entre o referencial teórico e, especialmente, entre sujeitos de pesquisa, a pesquisadora e a equipe multidisciplinar, quanto destes com o referencial teórico em um movimento de interação constante no qual se construíram instrumentos mais afinados com a problemática proposta.

2.3 CARACTERIZAÇÃO, FASES DA PESQUISA E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como pesquisa aplicada visto possuir como principal motivação a contribuição para resolução de um problema presente no nosso meio social. (LAVILLE; DIONNE, 1999). Neste caso, a temática surgiu de uma inquietação real e a produção de conhecimento advinda da mesma poderá contribuir para a solução ou o

melhor entendimento de um problema real encontrado na atividade da mariscagem objeto desta pesquisa, apontando caminhos que ampliem a discussão e a compreensão de tais problemas.

No que se refere à abordagem esta pesquisa apoia-se no vetor de investigação quantitativo-qualitativo objetivando a obtenção de uma quantidade maior de dados, pois, entende-se que existem dados objetivos que necessitam de quantificação, a exemplo de estatísticas sobre pesca artesanal e dados socioeconômicos sobre as Marisqueiras, e outros, de caráter exclusivamente subjetivos, que carecem ser analisados à luz da investigação qualitativa. Considera-se ainda que os dados qualitativos e quantitativos devam convergir para a complementaridade e para o diálogo de forma que apresentem respostas mais consistentes ao problema de pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume o caráter exploratório e evolui para a pesquisa descritiva, já que por não haver estudos suficientes e sistematizados que embasassem a pesquisa inicialmente, procedeu-se ao levantamento de dados, dos problemas, das demandas prioritárias do grupo e da constituição da equipe. Na fase exploratória, portanto, realizaram-se os primeiros contatos com o grupo de Marisqueiras, em nível de pesquisa, nos quais se apresentou o presente projeto de pesquisa, ouviu-se o grupo quanto às suas expectativas, problemas e sugestões coletando-se dados e informações no sentido de traçar um esboço do planejamento.

Ainda na fase exploratória, para conduzir um projeto de pesquisa cuja natureza complexa emerge do seu objeto de pesquisa, a pesquisa - ação revelou-se como o método mais apropriado. Tornou-se imprescindível constituir uma equipe multidisciplinar capaz de avançar na escuta sensível e no diálogo com a comunidade no sentido de aceitá-la e ser aceito a partir da construção de laços de confiança advindos da credibilidade das ações desenvolvidas, da empatia com o grupo, da disponibilidade para conviver e da habilidade para fugir da conotação assistencialista, muitas vezes imposto pela própria comunidade.

A fim de construir uma equipe com tais características, assim como custear as ações necessárias para esta pesquisa, foi preciso manter o projeto de extensão Maria Marisqueira em funcionamento, sob coordenação desta pesquisadora, e elaborar o projeto de pesquisa intitulado Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA), coordenado pela orientadora desta pesquisa, professora Ana Maria Ferreira Menezes.

Diante destas providências, compôs-se uma equipe multidisciplinar na qual se agregaram monitores bolsistas e voluntários, técnicos e professores de diversas áreas do saber.

A transdisciplinaridade⁶ revelou-se como forte aliada na tecitura das relações interpessoais, no planejamento e implementação de ações envolventes para a comunidade e orientadas para a melhoria de suas práticas. Sob o prisma diferenciado de cada disciplina e, ao mesmo tempo, a interação de todas elas, juntamente com os saberes do grupo em questão, foi possível conduzir a pesquisa buscando e desvendando novos caminhos para práticas produtivas em mariscagem.

Outro aspecto relevante para a sustentação da pesquisa foi a formação de parcerias com diversas instituições; algumas delas evoluíram para a formação de uma rede haja vista que a configuração de rede permite que seus participantes percebam que é necessário trabalhar coletivamente, de maneira interdependente, no sentido de elaborar estratégias, e ações para solucionar os problemas que surgem. Assinala-se que a palavra rede, neste trabalho, terá a conotação de uma estrutura interligada por pontos compostos pelas instituições e pessoas aqui relacionadas que se entrelaçam em interdependência produzindo nós e, à medida que buscam solucionar problemas, também se fortalecem de forma recíproca, como será mais bem explicitado no capítulo IV.

Assim sendo, figuraram como elementos da rede o grupo Maria Marisqueira; a equipe multidisciplinar de pesquisa; a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBA) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), juntamente com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Católica de Salvador e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do PROCATEDES - Estratégias e Viabilidade de Empreendimentos Solidários Populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê/Bahia; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do Projeto de extensão Maria Marisqueira e do Projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA); a Secretaria de Agricultura do Município de Valença; a Secretaria de Pesca do Município de Valença; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e a Associação de pesca ABIPESCA que colaboraram na elaboração das ações cedendo recursos humanos, logística, laboratórios para as oficinas, espaços, instrumentos e materiais, dentre outros aspectos e tiveram como contrapartida o conhecimento sobre aspectos dantes desconhecidos sobre a atividade da mariscagem no Município de Valença, o que lhes possibilitou ma maior reflexão e planejamento sobre tal panorama. Também, as referidas

⁶ Termo criado por Nicolescu Basarab (1996) que refere-se ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas.

instituições contaram com o serviço e a mediação de uma equipe multidisciplinar na manutenção de diálogos produtivos para todos os envolvidos.

As reuniões com a equipe multidisciplinar realizaram-se quinzenalmente ou com maior regularidade, conforme as demandas do grupo de Marisqueiras e dos resultados das ações. Nelas discutiram-se questões referentes à condução das ações que são incondicionalmente debatidas com o grupo de Marisqueiras para a tomada de decisões.

A pesquisa evoluiu para a ordenação dos dados e a apresentação do panorama da mariscagem, indicando fatores que influenciaram na atividade produtiva consubstanciando-se, desta maneira, em um diagnóstico.

Com as características e problemáticas delineadas, a pesquisa progrediu para sua fase descritiva; nesta os dados colhidos na fase anterior referentes a realidade socioeconômica do grupo de Marisqueiras e os relacionados aos saberes e práticas produtivas foram discutidos, estudados, relacionados e interpretados a fim de registrar a experiência coletiva e buscar as possíveis soluções para a problemática imposta.

2.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e documental

Devido à peculiaridade do grupo investigado pertencente à classe popular e que exerce a atividade da mariscagem, a pesquisa-ação delineou-se como tipo de pesquisa mais orientada ao problema e aos objetivos deste trabalho visto ser uma modalidade de pesquisa que permite a intervenção do pesquisador na realidade social e a mobilização do grupo ou comunidade na solução dos problemas, a partir da utilização de uma gama de técnicas e métodos da pesquisa social de modo dinâmico. Para Morin (2004, p.56):

O termo pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores. É identificada como uma nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática.

Assim, os princípios, a concepção e a organização desta pesquisa orientaram-se por um roteiro de pesquisa-ação elaborado por Barbier (2007), Thiollent (2011) e Tripp (2005) haja vista que a situação apresentada pelo grupo de Marisqueiras participantes desta investigação afina-se com a proposta de tais autores.

Existe uma indefinição sobre as reais origens da pesquisa-ação. Primeiramente, encontram-se raízes desta tipologia de pesquisa no século XIX e no início do século XX em

trabalhos de Karl Marx e da sociologia qualitativa. Entretanto, é em 1946 que a origem da pesquisa-ação será atribuída a Kurt Lewin, considerando-se ser ele o primeiro a utilizar o termo, conforme assinala Tripp (2005). Ainda existem os que creditam as origens ao movimento da Escola Nova⁷, a partir de John Dewey; os percussores da escola nova utilizaram a pesquisa-ação associada a um ideal democrático, ao pragmatismo e ao conhecimento científico o que teria influenciado discentes e docentes; já Georges Lapassade atribui o termo a John Collier tendo em vista seus trabalhos com índios de reservas americanas (BARBIER, 2007).

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação vai além de uma forma de ação ou ativismo, pois envolve tanto o conhecimento dos grupos objeto do estudo quanto dos próprios pesquisadores. Assim, de acordo com Barbier (2007), citando Hugon; Siebel (1988) observa-se na pesquisa-ação dois objetivos fundamentais: o de transformar a realidade e o de produzir conhecimentos sobre tais transformações; sendo assim tais pesquisas promovem uma ação de transformação sobre a realidade.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação onde os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20).

Diante de tais particularidades escolheu-se a pesquisa-ação como tipologia apropriada a esta investigação, que guarda como aspectos mais importantes apontados por Thiollent (2011, p.22):

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

A realização da pesquisa-ação pressupõe a identificação do problema e o processo de relacionamento entre os pesquisadores e o grupo; assim, o diagnóstico da situação problema delinea-se como fase inicial, o que requer a escuta sensível da situação a fim de reinterpretá-

⁷ Movimento de renovação do ensino proposto por John Dewey na segunda metade do século XX o qual prega que a escola deveria ser um espaço de humanização e valorização social a partir do reconhecimento das qualidades de cada indivíduo (CUNHA, 2001).

la e rediscuti-la com o grupo participante. O planejamento da pesquisa é feito em espiral, respeitando-se a temporalidade; assim, as fases da pesquisa interagem entre si impactando no seu conjunto. A observação participante existencial e o diário de itinerância despontam como principais técnicas utilizadas segundo Barbier (2007): na primeira o pesquisador procura ganhar a confiança, a partir de negociações, a fim de ser aceito pelo grupo. Deste modo, o pesquisador precisa manter a discrição evitando impor sua linguagem e conhecimentos; entretanto, não deve imediatamente agir como se pertencesse ao grupo, mas é importante a sua participação em eventos e atividades do grupo a fim de imergir no cotidiano do grupo.

Para Barbier (2007), o diário de itinerância é metodologicamente específico e destaca-se das outras formas de diário visto que trata da itinerância de pessoas ou grupos transcendendo sua trajetória, mostrando também itinerários contraditórios. Assim, Barbier (2007, p. 133) identifica o diário de itinerância como “um bloco de apontamentos no qual cada um anota o que sente, o que pensa, o que medita, ou o que poetiza, o que retém de uma teoria, de uma conversa, o que constrói para dar sentido à sua vida”. Ainda conforme Barbier (2007), o diário de itinerância compõe-se três fases: o diário-rascunho no qual se escreve tudo que emergir da ação e o que se quiser anotar sem preocupações com a forma escrita; este servirá como base para o diário elaborado que constitui a segunda fase. Neste as informações são trabalhadas e estruturadas de modo que possam ser transmitidas a outras pessoas. Por fim, a terceira fase apresenta o diário comentado no qual a escrita é socializada e exposta ao público tornando-se um diário coletivo.

A teorização refere-se ao referencial que embasará o entendimento sobre o problema e a busca por possíveis soluções. Desta maneira, a dimensão teórica deve, sobretudo, contemplar referências em ciências humanas e sociais, pois possibilitam uma melhor compreensão de comportamentos, ideias e valores humanos. Salienta-se, entretanto, a necessidade de incorporar outros segmentos da ciência que se delineiem pertinentes na ampliação e no esclarecimento do campo de visão e de decisão dos pesquisadores e do grupo. Para concluir o ciclo da investigação-ação ainda torna-se imprescindível a avaliação e divulgação dos resultados, retorno da informação aos participantes do processo, incluindo grupo implicado, parceiros e pesquisadores (BARBIER, 2007).

De acordo com Thiollent (2011), devido ao caráter flexível da pesquisa-ação seu planejamento envolve etapas que se iniciam com a fase exploratória, evoluindo para outras etapas, mas que não precisam necessariamente seguir uma ordem. Estas serão aplicadas a depender da necessidade de dar respostas aos problemas de ordem prática que surgirem durante a pesquisa e que possibilite a solução desses problemas e a mudança da condição

inicial até chegar-se a última etapa que é a divulgação de resultados. Assim como Barbier (2007), Thiollent (2011) também adverte para a importância da teoria como geradora de ideias e orientadora da pesquisa. O mesmo autor salienta que a hipótese deve ser formulada pelo pesquisador como um instrumento que busque solucionar a problemática encontrada no contexto da pesquisa.

As etapas descritas se interrelacionam no sentido de promover a ação coletiva transformadora identificada na situação problema. Assim, o seminário surge como uma técnica promotora de entendimento e comunicação entre os participantes. Nele reúnem-se os principais membros da equipe pesquisadora e membros do grupo envolvido no problema a fim de examinar, discutir e tomar decisões sobre a investigação. O campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa diz respeito à delimitação do campo abarcado pela investigação. Dessa maneira, uma pesquisa-ação poderá envolver tanto uma comunidade geograficamente concentrada (favela) ou espalhada (camponeses). Na etapa da coleta de dados as principais técnicas utilizadas devem ser idealizadas pela equipe do seminário central; as mais utilizadas em pesquisa-ação são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado. As técnicas de coleta de dados devem ser aplicadas de modo a obterem-se informações apropriadas para o andamento da pesquisa.

A pesquisa-ação, por seu caráter dinâmico e dialógico, envolve um processo de aprendizagem, especialmente devido a comunicação, a articulação e a troca entre o saber formal e informal dos participantes; o papel do pesquisador é facilitar a aprendizagem, entretanto, no processo de troca o saber formal do pesquisador é complementado pelo saberes do grupo participante que possui experiências de vida, dos problemas e da situação que vivenciam. De acordo com Thiollent (2011, p. 77),

De um modo geral, quando existem condições para sua expressão o saber popular é rico, espontâneo, muito apropriado à situação local. Porém, sendo marcado por crenças e tradições, é insuficiente para que as pessoas encarem rápidas transformações.

[...] Na busca de soluções de problemas colocados, os pesquisadores, especialistas e participantes devem chegar a um relacionamento adequado entre saber formal e saber informal.

Por fim, o plano de ação apresenta-se como a etapa concreta da pesquisa-ação. O plano de ação trata-se de um processo no qual os participantes se envolvem na construção de uma proposta metodológica que consiste na definição dos atores ou unidades de intervenção; na forma com a qual estes se relacionam; na definição sobre o processo decisório; no estabelecimento de objetivos e metas; na superação de dificuldades e a continuidade da ação;

na forma de se assegurar a participação da população e a avaliação dos resultados. Na Figura 4, revela-se o ciclo básico da pesquisa-ação.

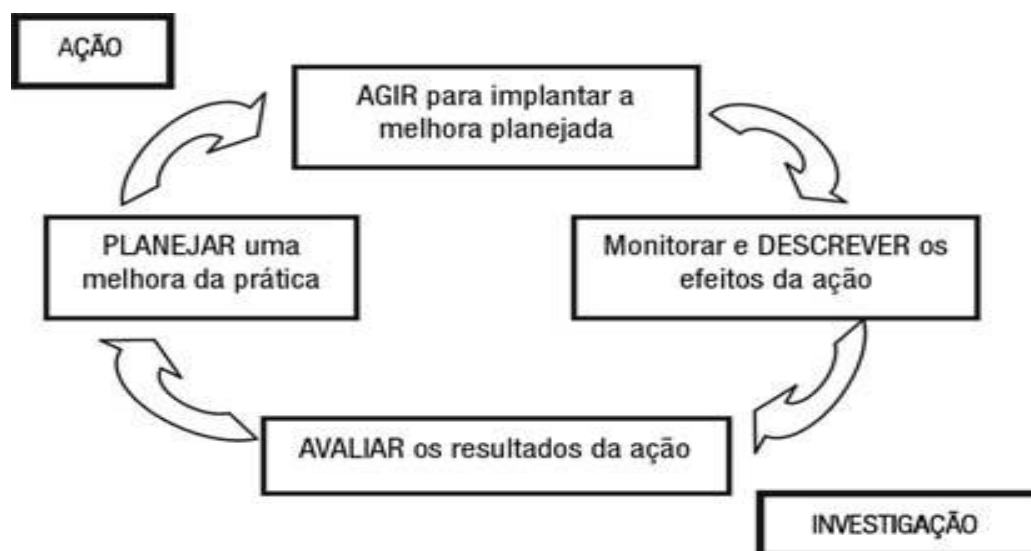


Figura 4: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação

Fonte: Tripp (2005, p. 446).

Para Morin (2004), a pesquisa-ação assume variadas denominações a depender do grau de implicação dos atores, a saber: integral, aplicada, distanciada, informativa, espontânea, usuária, militante e ocasional ou improvisada. Destas tipologias, a Pesquisa-ação Integral (PAI) é a que exige a participação dos atores em todas as etapas do processo, sendo assim, esta possibilidade aproxima esta pesquisa à referida tipologia quando permite a participação, implicação e interação de e entre as Marisqueiras, a pesquisadora e a equipe multidisciplinar constituindo-se em oportunidade de expressão e comunicação dos atores de forma dialógica.

A PAI é aquela que visa a uma mudança pela transformação recíproca da ação e do discurso, isto é, de uma ação individual em uma prática coletiva eficaz e incitante, e de um discurso espontâneo em um diálogo esclarecido e, até, engajado. Ela requer um contrato aberto e formal (preferencialmente não estruturado), implicando em participação cooperativa e podendo levar até a co-gestão (MORIN, 2004, p. 60).

Deste modo, contrato, participação, mudança, discurso e ação apresentam-se como elementos da PAI de maneira interdependente, dinâmica e sistêmica, embora não estejam no mesmo nível. O contrato significa um consentimento de negociação e exhibe formalidade, abertura e não estrutura; a formalidade permitirá um comprometimento maior entre as partes que pode ser um pesquisador e um grupo. A abertura deverá permitir o questionamento e a

participação do grupo em todas as etapas do processo e, conforme Morin (2004, p. 63) “deve se enriquecer com a noção de diálogo”.

A noção de não estrutura diz respeito a flexibilidade que deve permear o contrato permitindo ajustes no mesmo. A participação refere-se à representação, à cooperação e à co-gestão como níveis essenciais na pesquisa. Assim, exige que os participantes se engajem e promovam o diálogo, sem, no entanto, estabelecer relações de dependência. “Cada um toma parte na ação e na reflexão da tarefa comum a ser cumprida. Todos deveriam idealmente participar na elaboração da problemática da ação e na busca de soluções e de explicações” (MORIN, 2004, p.66).

A mudança refere-se a uma transformação que pode ocorrer em nível de posturas, comportamentos, resolução de problemas. Segundo Morin (2004), esta se associa à passagem de um estado para outro. A mudança, portanto, será a finalidade da pesquisa ação integral; o discurso surge neste processo como instrumento de mudança. È no discurso que os sujeitos se conscientizam da necessidade de transformação. Segundo Morin (2014, p. 75), “[...] há uma gradação no enriquecimento do discurso. De entendimento mais intuitivo e *espontâneo*, ele passa a ser cada vez mais *esclarecido*, consciente e *engajado*”. Por fim, a ação que deverá ser cooperativa e coletiva orientada para uma conduta de intervenção no campo de estudo, de modo que permita a reflexão e a conscientização, a análise a verificação e a multiplicação dos saberes.

Nesta perspectiva, Morin (2004, p. 61) afirma que:

A participação é *essencial*. O contrato é uma das *condições* que asseguram. A mudança é a *finalidade*. Os efeitos dessa participação ou ação negociada estão presentes no *discurso* ou na transformação dos espíritos e na *ação* encarada para resolver ou equacionar um problema da melhor maneira possível.

Compreende-se, portanto, que a pesquisa-ação guarda estreita relação com a base epistemológica escolhida neste trabalho, a complexidade, visto permitir que o pesquisador inicie de um contexto real, incerto, imprevisível e complexo, visualizando o grupo objeto do estudo como um todo a fim de perceber as particularidades, os significados e a organização do grupo. Conforme assinala Barbier (2007, p. 87), “Nada de pesquisa-ação sem uma justa apreciação da complexidade do real”.

A Figura 5 expõe o procedimento da pesquisa-ação no contexto da mariscagem.

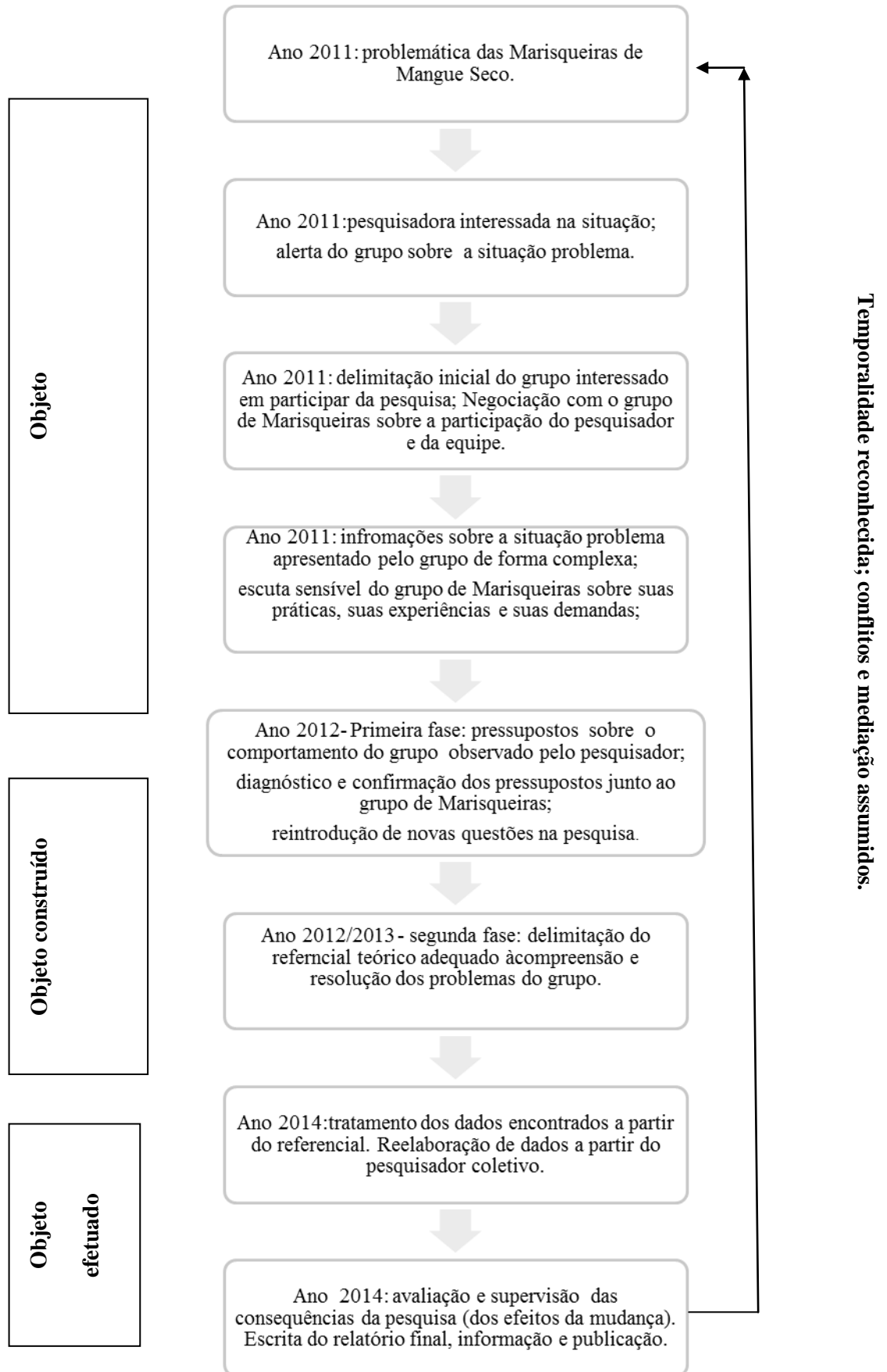


Figura 5: Procedimento da pesquisa-ação no contexto da mariscagem-2011 a 2014.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Barbier (2007, p. 122)

Considerando-se a flexibilidade que a pesquisa ação possibilita, o trabalho realizou-se na perspectiva teórico-empírica. Assim, a discussão teórica reportou-se ao levantamento bibliográfico em livros, em revistas, em periódicos, em bancos de dissertações, em teses congêneres, em pesquisa eletrônica e pesquisa documental através dos registros do projeto de extensão Maria Marisqueira, do projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA).

Também se utilizou documentação sobre a situação cadastral das Marisqueiras e dados sobre a mariscagem no Município de Valença na Associação Beneficente de Pescadores e Marisqueiras do Baixo Sul da Bahia (ABIPESCA), além de documentos sobre a comunidade de Mangue Seco na Prefeitura Municipal de Valença e na Secretaria de Saúde do Município de Valença. Os dados socioeconômicos do Município de Valença foram pesquisados em documentos e mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados sobre pesca, pesca artesanal e mariscagem no Ministério de Pesca e Aquicultura e na Bahia Pesca.

A fim de evidenciar a trilha bibliográfica seguida pelo trabalho, torna-se imprescindível discutir o marco teórico que deu sustentação à pesquisa, como um todo, sobretudo, ao problema delineado. Nos dizeres de Boaventura (2004, p. 46), “a revisão de literatura objetiva demonstrar o que foi escrito sobre o tema. Consiste na análise e síntese das informações, visando definir as linhas de ação para abordar o assunto ou problema e gerar ideias novas e úteis”.

Com base na problemática que norteia todo o trabalho, delinear-se os seguintes eixos teóricos para discussão: saberes, práticas produtivas e a complexidade como eixo transversal aos demais, conforme descritos na Figura 3, com os principais teóricos dentro de cada eixo. Entretanto, a pesquisa não se limitou aos referenciais citados; verticalizou-se para outros afins que se delinearem durante o processo da pesquisa empírica.

Assim, o presente trabalho fundamenta-se nas ideias de articulação e compartilhamento de saberes orientado para a melhoria das práticas produtivas de um grupo de Marisqueiras do Município de Valença (BA), exibindo um marco teórico que dialoga continuamente e que se encontra exposto na Figura 6:

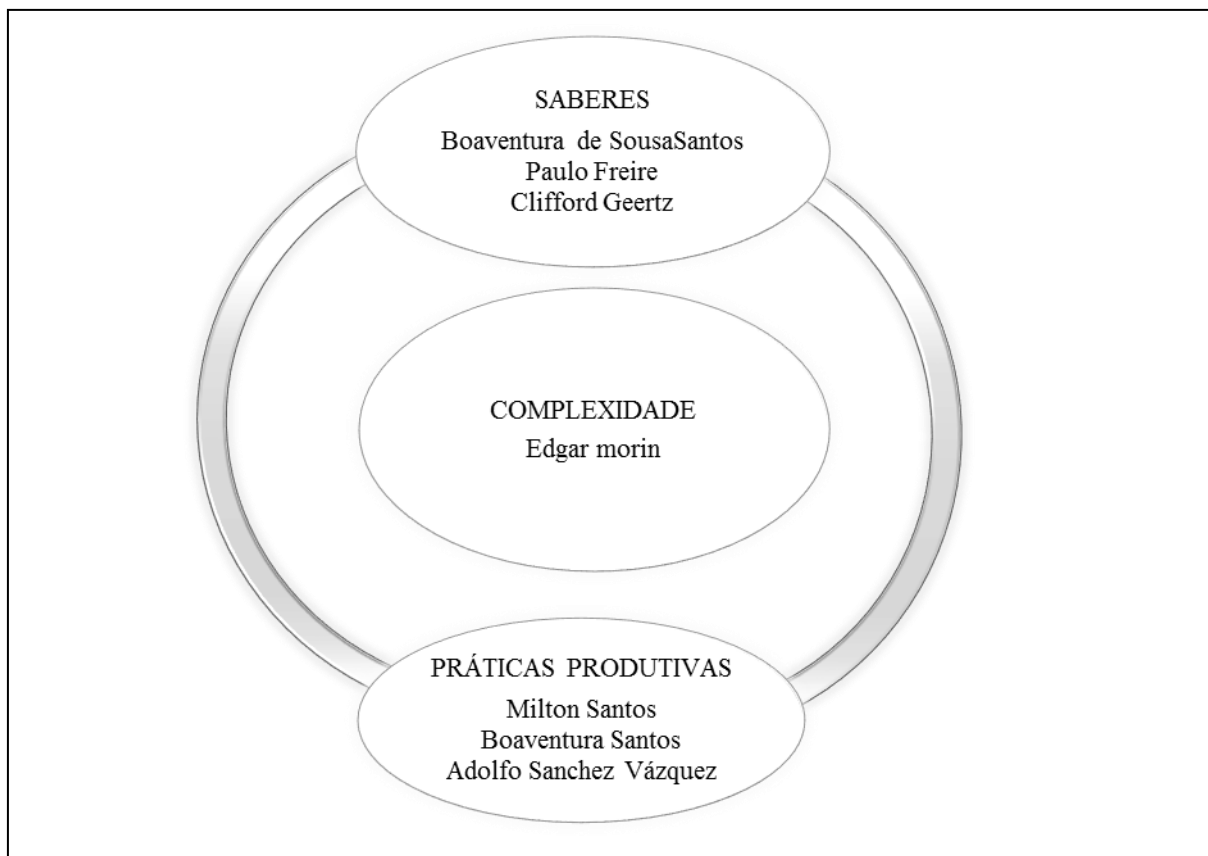


Figura 6: Eixos teóricos basilares da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

A complexidade surge como base epistemológica da Pesquisa. Assim, discute-se a partir de Edgar Morin, o religamento de saberes sob o prisma transdisciplinar e a complexidade como um tear para a articulação de saberes e o repensar a religação de saberes.

Na obra de Clifford Geertz (2009), os aspectos referentes à compreensão da importância do nível local e de como e as práticas, as habilidades, as atitudes e as experiências, do senso comum e do cotidiano do grupo de Marisqueiras articuladas e compartilhadas a partir das singularidades locais produzem saber. Ainda a partir dos relatos das experiências com diversos grupos humanos descritos na obra de Geertz encontrou-se um suporte para a aprendizagem e construção de técnicas de pesquisa-ação que possibilitam o entendimento da dinâmica de comunidades e grupos.

Na obra de Paulo Freire (2005, 2006, 2010, 2011,2012), buscaram-se ideias alinhadas à perspectiva de mudança, transformação e valorização advindas do respeito às diferentes formas de saber e a orientação para que os atores se enxerguem como cidadãos; o reconhecimento do saber popular e o estabelecimento de uma relação horizontal entre pesquisadores e grupo; o fortalecimento da participação dos indivíduos na sua prática de

forma dialógica. Igualmente, a reflexão sobre os processos de valorização de saberes a partir do saber popular e da articulação deste com saberes técnicos e acadêmicos através do diálogo.

Na obra de Boaventura Santos (2005, 2007, 2010), trabalha-se a concepção da Ecologia dos Saberes e a compreensão de como os sistemas hegemônicos constroem os sistemas locais de saberes; a reflexão sobre a pluralidade de saberes e a necessidade da conversão dos mesmos em alternativa contra-hegemônica transformadora a partir de ações efetivamente emancipatórias.

Para o eixo práticas produtivas buscou-se o entendimento do conceito do circuito inferior da economia na obra de Milton Santos (2000, 2002, 2008), identificando-se o grupo de Marisqueiras participantes da pesquisa como parte do deste circuito e caracterizando-o conforme peculiaridades da temática; a reflexão sobre necessidade de criar alternativas locais que possam dar respostas ao processo excludente do sistema dominante.

No pensamento de Vázquez Sánchez (2007), encontram-se a distinção das atividades que se configuram como práxis e os pressupostos para a práxis produtiva como possibilidade de reflexão da atividade prática e de como o saber se articula e se torna imprescindível para a construção da práxis produtiva.

Ainda em Boaventura Santos, exprimem-se as perspectivas de alternativas de valorização dos saberes e práticas de grupos e a emancipação que permite ao sujeito apossar-se do conhecimento em relação de igualdade com o seu observador e a possibilidade de ampliar esses saberes e práticas no sentido de identificar formas de atuação futura; a leitura sobre a sociologia das ausências, reconhecendo as experiências do grupo de Marisqueiras como formas de saberes que podem ser valorizadas e aprimoradas para sua emancipação; a identificação de formas de produção não capitalistas que se afinam com o modo de vida e de produção das Marisqueiras participantes desta pesquisa.

Na perspectiva da sociologia das ausências as tendências e teorias hegemônicas sobre saber, cultura, política e economia promovem o desperdício das experiências sociais, inculcando no mundo um pensamento baseado na monocultura do saber, na monocultura do tempo linear, na escala dominante e na lógica produtivista, na classificação social que passam da solução dos reais problemas na sociedade, conforme assevera Boaventura de Souza Santos (2007, p.24): “[...] a meu ver, o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem não haver alternativas, quando na realidade há muitas alternativas”.

A concepção das monoculturas previstas pelo autor, aliadas à razão indolente, que contrai o tempo presente e dilata o futuro, reforçam as não existências na sociedade excluindo

as experiências sociais e alternativas, provocando seu desperdício; assim, a sociologia das ausências surge como proposta de reconhecer as inexistências promovê-las ao nível de inclusão dando às experiências periféricas visibilidade e confiabilidade, pensamento que se identifica com a experiência produtiva vivida pelas Marisqueiras de Mangue Seco que se encontram à margem do processo produtivo dominante em situação de não existência, muito embora contribuam com seu trabalho e renda com a dinâmica da economia local.

Enquanto a sociologia das ausências mapeia e valoriza as experiências que estão à margem do eixo dominante, a sociologia das emergências trata de identificar e expandir alternativas e possibilidades baseadas em saberes, experiências, práticas renegadas pela racionalidade hegemônica.

Sob este prisma, as experiências do saber, da cultura, da produção, dentre outros aspectos de pequenos grupos, a exemplo do grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, que se encontram à margem do processo produtivo dominante e pertencem ao circuito inferior da economia revelam-se como experiências silenciosas e inexistentes dentro do processo das monoculturas, conforme sinaliza Santos (2008). Assim, em todo o percurso desta pesquisa, e especialmente no campo, comungou-se com a ideia de Sousa Santos (2007, p. 32) quando levanta como proposta da sociologia das ausências: “[...] fazer o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem, mas são invisíveis e não críveis estejam disponíveis [...]”.

Nesta ótica, este trabalho pretendeu identificar a experiência do grupo de Marisqueiras de Mangue Seco e discutir coletivamente alternativas para tornar esta experiência proveitosa para seus participantes, conforme propõe a sociologia das ausências e emergências. Especialmente no planejamento das oficinas e encontros, a experiência das Marisqueiras sofreu um processo de tradução que é um procedimento de interação sociocultural livre de imposições hegemônicas proposto por Sousa Santos (2007), através da tradução dos saberes do grupo de Marisqueiras e dos saberes da equipe multidisciplinar no qual se desvendou um mundo com diversos sentidos, experimentaram-se e valorizaram-se ações advindas das experiências, das práticas e dos saberes de um grupo e do outro traduzindo-os em novos saberes e novas práticas.

Para a coleta de dados, utilizaram-se as técnicas de pesquisa-ação a exemplo do diagnóstico, da observação participante (percepção de questões comportamentais e individuais do grupo) e do diário de itinerância, tendo como instrumentos de coleta de dados os formulários e outros que se delinearem necessários. A observação participante configurou-se como a fase mais longa da pesquisa envolvendo vários momentos da convivência com o

grupo de Marisqueiras; esta observação não se dá de modo estruturado, tampouco de maneira linear haja vista que as Marisqueiras vivem de acordo com o vai e vem das marés. Desta forma, os momentos de observação são atípicos visto que a temporalidade do grupo é única.

As observações realizaram-se na comunidade de Mangue Seco, local onde as Marisqueiras vivem e onde realizam algumas tarefas inerentes à mariscagem; nas casas delas onde também realizam tarefas e se reúnem para catação de mariscos; nas peixarias onde filetam camarão; nos portos e manguezais onde coletam mariscos; nas oficinas de práticas produtivas realizadas em salas e laboratórios da Universidade do Estado da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; nos encontros realizados na Associação de Pesca; nas feiras e eventos orientados para mariscagem nos quais o grupo participou. Em todos os momentos e locais citados a pesquisadora assumiu o papel de participante, aprendendo com as Marisqueiras práticas e posturas revelados pela experiência e pelo discurso os quais também transformaram seu conhecimento e seu modo de ação e tornando-a alguém confiável e incorporada ao grupo de Marisqueiras.

Os diários de itinerância foram produzidos durante as reuniões, encontros e oficinas com o grupo de Marisqueiras. Neles rascunhou-se, de forma não estruturada, a trajetória do grupo de Marisqueiras no tocante às suas práticas assim como às suas reações comportamentais. Inicialmente relatou-se a experiência, ainda em construção, em cadernos escritos a mão, registrando-se apenas o que foi observado nas ações e discussões; na segunda fase o diário foi retomado fazendo interpelações com a interpretação da pesquisadora à luz das teorias que embasam esta pesquisa. Mais tarde, os diários foram digitalizados no sentido de comporem o material escrito deste trabalho.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP), também utilizado nesta pesquisa como instrumento de diagnóstico e de facilitação nos diálogos durante encontros e oficinas, não se enquadra como um método científico tradicional. Autores a exemplo de Chambers (1992), Kummer (2007), Verdejo (2006) discorrem sobre as origens do DRP e apontam que a metodologia deriva do Diagnóstico Rural Rápido (DRR), proposta criada nos anos final dos anos 1970, início dos anos 1980 com o objetivo de substituir os métodos de transferência de tecnologias tradicionais vigentes até os anos 1970 que já mostravam esgotamento, visto não promoverem a participação dos grupos beneficiários.

Entretanto, o DRR mostrou-se insuficiente, pois apenas permitia a identificação e o levantamento de dados de forma mais participativa, limitando a participação dos grupos em todas as etapas do processo. Assim, da necessidade de se promover uma metodologia participativa para subsidiar os trabalhos extensionistas rurais, surge o DRP que permite a

participação do grupo de forma sistêmica no planejamento e elaboração de projetos. Importa salientar que, segundo Verdejo (2006), o DRP também se inspira na pesquisa-ação e sofreu a influência dos escritos contidos no livro *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire (1968).

O DRP, portanto, constitui-se em um instrumento metodológico participativo e conceitua-se como um conjunto de técnicas que permitem às comunidades fazerem seu próprio diagnóstico e a partir deste planejar, gerenciar e desenvolver reflexões que resultem em ações coletivas para solução de problemas.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas (VERDEJO, 2006, p. 12)

De acordo com Pareyn e colaboradores (2006), o DRP possibilita a realização da análise de diversos aspectos presentes no cotidiano do grupo participante no sentido de promover uma troca de saberes entre este e a equipe de pesquisadores, através de diálogo e da utilização de ferramentas que visem a compreensão e a solução das demandas e problemas recorrentes. Sendo assim, o DRP possibilita ao grupo envolvido a autonomia na identificação tanto dos riscos, barreiras e oportunidades, quanto das estratégias para solução de problemas, permitindo que o mesmo desenvolva técnicas próprias de autogerenciamento que conduzem à mudança de atitudes e posturas dos envolvidos.

As metodologias participativas estão baseadas principalmente na mudança de posicionamento do pesquisador, do profissional, que deixa de ser uma simples fonte de informação para terceiros, desempenhando “um papel de sujeito ativo que deve estar presente também em todas as etapas da pesquisa”. A ação se resguarda no desenvolvimento de capacidades, onde enxerga-se o ser humano como elemento-chave para as transformações do meio e como agente promotor do desenvolvimento. A participação como prática social é requisitada a todo o momento para que um desenvolvimento local seja conquistado com participação da própria comunidade (BROSLER *et al.*, 2010, p. 4).

Conforme Kummer (2007), metodologia participativa compreende um processo contínuo e dinâmico e, portanto, deve ser continuamente adaptada a depender das características e comportamentos exibidos pelo grupo alvo. Assim, identifica seis etapas que possibilitam a melhor realização de um trabalho coletivo (p. 83):

Etapa 1: Sensibilização e Mobilização

Etapa 2: Diagnóstico Participativo;

Etapa 3: Planejamento Participativo;

Etapa 4: Execução de Atividades e Projetos Específicos;

Etapa 5: Monitoramento, Avaliação, Acompanhamento e Replanejamento.

A etapa um, sensibilização e a mobilização, refere-se à fase inicial e envolve a seleção dos grupos e locais onde será desenvolvido o trabalho. Essa escolha deve ser feita entre técnicos, os grupos e as instituições envolvidas, considerando-se as demandas destes. Ainda nessa fase busca-se envolver o grupo e travar uma espécie de contratualização, explicando-se a essência do trabalho e ressaltando-se a importância da participação dos envolvidos no sentido de receber a aceitação do grupo. Nesta pesquisa esta etapa corresponde à fase de envolvimento das Marisqueiras no projeto de Pesquisa, considerando-se que já participavam do projeto de extensão.

A etapa dois, o diagnóstico participativo, caracteriza-se pela análise participativa da situação e equivale a um pré-planejamento. Nessa fase identificam-se demandas e problemas, priorizando-os e relacionando os elementos entre causas e efeitos, a exemplo do ocorrido no diagnóstico realizado com o grupo de Marisqueiras explicitado no capítulo empírico.

Na etapa três, planejamento Participativo, elabora-se o planejamento estratégico e operacional, definindo-se em que lugar o grupo está e aonde quer chegar. Para tanto, elaboram-se os planos de ação e definem-se as atividades que se realizarão ao longo do tempo. Desta forma, na presente pesquisa elaborou-se coletivamente a matriz de forças, fraquezas e oportunidades, ferramenta do DRP, assim como todas as ações necessárias para se alcançar objetivos estabelecidos.

A etapa quatro, execução de atividades e projetos específicos, equivale a parte prática do DRP. Desse modo, sendo uma etapa de ação, o engajamento e a motivação dos indivíduos envolvidos fica evidente. Avalia-se também a efetividade das ações implementadas, de modo que o grupo desenvolva o sentimento coletivo, através do consenso, buscando fortalecer-se. Nesta etapa, na presente pesquisa utilizaram-se mapas, matrizes, calendários sazonais constantes no capítulo empírico.

A etapa cinco, monitoramento, avaliação, acompanhamento e replanejamento, objetiva acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas, no sentido de corrigir seu curso ou agregar valor às mesmas. Assim, têm-se a possibilidade de medir, através de indicadores, se os objetivos propostos são alcançados. No presente estudo esta etapa consolidou-se nas rodas de conversa, a partir do *feed back* das Marisqueiras sobre as ações executadas, como também a avaliação de ações e a ação corretiva das mesmas.

Sendo assim, o DRP representa uma possibilidade de diagnóstico reflexivo, dialógico e multidisciplinar e, portanto, afina-se com a tipologia de pesquisa-ação. Kummer (2007) e Verdejo (2006) identificam uma diversidade de ferramentas utilizadas pelo DRP para auxiliar na coleta de dados e na execução das ações, a exemplo das utilizadas nesse estudo: questionários, entrevista semiestruturada, mapa da comunidade, matriz de priorização de problemas, matriz de organização comunitária, calendário sazonal agropecuário e de rotinas, fluxograma comercial e o fluxograma de produção. Ressalta-se, ainda, que as ferramentas descritas foram adaptadas para a realidade do grupo investigado.

Os questionários são instrumentos de obtenção de dados que permitem informações mais amplas. A entrevista semiestruturada possibilita levantar informações objetivas e subjetivas sobre a história da comunidade, quando envolve o próprio grupo para reconstituir informações e detalhar dados. Neste estudo, aplicaram-se questionários com o grupo investigado, permitindo dessa maneira um melhor esclarecimento e o cruzamento de dados obtidos na observação direta. Igualmente, o mesmo instrumento serviu como suporte na ampliação e elucidação da resposta dos objetivos específicos, cujos demais instrumentos utilizados nesta pesquisa não possibilitaram plenamente.

O mapa da comunidade é construído quando se pretende visualizar melhor o que existe na comunidade a exemplo de ecossistemas, do tipo de solo, do relevo, dos recursos naturais e da infraestrutura, movendo o grupo a conhecer sua realidade. Na matriz de priorização de problemas estrutura-se uma hierarquia dos problemas, a partir da socialização e discussão dos mesmos, até então diagnosticados, a fim de focar-se na resolução dos mais urgentes.

A matriz de organização comunitária orienta-se para uma melhor visualização e análise da posição do grupo a partir de suas fortalezas, debilidades, oportunidades e ameaças (FOFA). Desse modo, o grupo poderá conhecer os seus pontos fortes, os quais poderão utilizar para promover melhorias; suas debilidades, que são fatores negativos inerentes ao grupo de precisam ser eliminados; as oportunidades presentes no ambiente no qual estão inseridos e que podem influenciar de maneira positiva o trabalho do grupo e, finalmente, as ameaças que são forças externas que podem influenciar negativamente o grupo.

No calendário sazonal agropecuário reforça o conhecimento do grupo em relação às atividades que são realizadas pelo grupo durante certo período de tempo. O fluxograma de produção parte da análise das tarefas produtivas com o intuito de conhecê-las melhor e assim aperfeiçoá-las. Já o fluxograma comercial exhibe todos os fluxos comerciais realizados pelo

grupo, oportunizando o conhecimento das suas etapas no sentido de analisar as forças e as debilidades ocorridas durante processo.

2.5 DOS ENCONTROS COM AS MARISQUEIRAS

A comunidade de Mangue Seco constitui-se como periferia do Município de Valença e se originou de uma invasão; nesta habitam cerca de mil e quinhentas pessoas (400 famílias) de baixa renda; a maioria sobrevive da pesca e da mariscagem, sendo que homens dedicam-se a pesca e mulheres dedicam-se à mariscagem. A comunidade possui um alto índice de violência devido ao tráfico de drogas que se estabeleceu no local.

Fruto da dinâmica social capitalista, a violência na comunidade de Mangue Seco instalou-se a partir de um processo sócio histórico de contradições resultado do desemprego, da ausência de políticas públicas, da dinâmica do crescimento da zona urbana que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que abriga um grande contingente da população rural que migra na busca por emprego e melhores condições de vida, submete-as a todo tipo de mazela social, a exemplo da ausência de infraestrutura para moradia, das dificuldades no acesso à educação, à saúde, ao emprego e renda, dentre outros aspectos socioeconômicos e políticos presentes em nossa sociedade.

A miséria, o desemprego, a falta de rendimentos, a falta de informação, o não acesso à educação, aparecem com mais frequência como causas da violência. As inseguranças diárias pelas quais passam os moradores impedem a projeção de expectativas de vida, mesmo em curto prazo, podendo ser fonte de violência. As novas formas de “trabalho”, como as atividades ilícitas, são apresentadas também como motivadoras de outras violências (LOLIS, 2004, p. 11).

Este panorama inviabiliza a visibilidade de atividades lícitas ali desenvolvidas, assim como o próprio acesso às políticas públicas locais, visto que os próprios órgãos oficiais desconhecem a realidade da comunidade e evitam instalar projetos no mesmo, devido às represálias (RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO MARIA MARISQUEIRA, 2010). Torna-se necessário explicitar aqui esta realidade a fim de uma melhor compreensão da escolha dos locais dos encontros, das oficinas e das rodas de conversa.

A posição de coordenadora do projeto extensionista Maria Marisqueira desde o ano de 2009, e as frequentes visitas à comunidade de Mangue Seco, juntamente com os monitores foram decisivos para o processo de inserção da mesma no grupo de Marisqueiras; a frequência na comunidade e nas casas das Marisqueiras planejando e implementando ações ou até mesmo para simples conversas e participação em eventos, desde então possibilitou um trânsito parcialmente livre naquele local.

Diz-se parcialmente, pois em tempos de confrontos provenientes do tráfico mesmo para os moradores é difícil o acesso e trajeto na comunidade. Esta convivência possibilitou a observação mais apurada do cotidiano das Marisqueiras, dos seus saberes, dos costumes, das práticas produtivas, das dificuldades; assim também possibilitou o olhar das Marisqueiras sobre o comportamental da pesquisadora fornecendo um “passaporte” que permitiu à pesquisadora participar do cotidiano dessas mulheres. Sendo assim, realizaram-se algumas atividades na própria comunidade e no manguezal; já as atividades que demandavam locais específicos com laboratórios ou salas apropriadas com instrumental realizaram-se nas instituições parceiras com o aval do grupo que sugeria os espaços pela proximidade de seus lares ou do porto onde recolhem os mariscos, a exemplo do IFBA que se localiza fronteiro à comunidade de Mangue seco.

Nos encontros com as Marisqueiras, utilizaram-se as rodas de conversa como uma técnica possibilitadora de interação, discussão, escuta, troca e *feed-back* entre o grupo de Marisqueiras e a equipe de intervenção. Campos (2000) aponta que o método da roda confere prerrogativa aos sujeitos e, sendo assim, aplica-se a o trabalho de grupos e coletivos proporcionando, a partir da dialogicidade e da dialética, uma reflexão sobre a prática. As rodas de conversa e as oficinas funcionaram como instrumentos promoção ao diálogo, à articulação e ao compartilhamento de saberes de forma coletiva e dialógica. Nestas também se pretendeu criar laços de confiança entre o grupo Maria Marisqueira e a equipe multidisciplinar e entre o próprio grupo de Marisqueiras, a fim de gerar sentimentos de cooperação para melhor entendimento e solução de problemas.

As rodas de conversa seguiram um roteiro pré-desenhado (apêndice A) contendo as temáticas que seriam discutidas. Conforme a orientação de construção coletiva, este roteiro mostrou-se flexível, visto que em alguns momentos foi alterado devido às necessidades do grupo. Por vezes, tínhamos que resignificar a roda e adotar outro instrumento, pois o grupo precisava discutir assuntos urgentes e de seu interesse naquele momento.

As rodas de conversa possibilitaram o compartilhamento de experiências, especialmente aquelas direcionadas à atividade da mariscagem, valorizando a participação de todo o grupo. Ali as Marisqueiras se expressaram, escutaram e sugeriram mediados pela equipe multidisciplinar, abrindo espaços de construção coletiva através do diálogo no qual, ao longo das conversas revelaram-se aspectos comportamentais relacionados tanto à resistência, ao conflito, à baixa estima, quanto à liderança, à autonomia, às competências. A socialização e a valorização dos saberes do grupo, do saber acadêmico e do saber técnico também se

configuraram como tônica nas rodas de conversa e permitiram manter o interesse do grupo de Marisqueiras, garantido sua participação, inicialmente tímida.

Aos poucos, as Marisqueiras empoderaram suas falas construindo autonomia para opinarem por si mesmas, assumindo uma postura reflexiva diante dos problemas apresentados; um aspecto importante é o surgimento de lideranças neste processo; lideranças estas que emergem da necessidade de enfrentamento dos problemas e conflitos surgidos durante as ações e durante os próprios encontros; um dos assuntos mais recorrentes nas rodas de conversa foram as políticas públicas para mariscagem e o acesso das Marisqueiras as tais políticas.

Embora a condução desta pesquisa tivesse como foco as práticas produtivas, pelo seu aspecto complexo, não raro surgiram questões relativas à violência, à educação, à saúde que também foram tratadas, pois considerou-se que impactavam a vida das Marisqueiras e, desta forma, também sua relação com a produção. Assim, este espaço consolidou-se como um espaço de pertencimento e empoderamento de ideias no qual surgiram soluções e inovações para os problemas existentes no grupo referentes às práticas produtivas e às questões que o grupo considerava relevantes à melhoria de tais práticas.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi um instrumento utilizado nas rodas de conversa como facilitador de diálogo e de sugestões. O Quadro 1 demonstra as temáticas utilizadas nas rodas de conversa:

Roda	Temática	Objetivo
1	Diagnóstico socioeconômico do grupo	Caracterizar e diagnosticar o grupo objeto da pesquisa no viés socioeconômico
2	Diagnóstico de práticas produtivas	Diagnosticar organização e práticas produtivas
3	Diagnóstico das demandas do grupo	Diagnosticar e interpretar demandas do grupo
4	Diagnóstico, articulação e compartilhamento de saberes do grupo orientados para práticas produtivas	Diagnosticar os saberes do grupo orientados para práticas produtivas e como estes são articulados e compartilhados
5	Construção coletiva de ações <i>Feed-back</i> dos encontros anteriores	Planejar e construir cronograma de ações coletivamente
6	Construção coletiva de ações <i>Feed-back</i> dos encontros anteriores	Propor e construir cronograma de ações coletivamente

Quadro 1: Temáticas das rodas de conversa empreendidas com o grupo de Maria Marisqueira no período de 2011 a 2014

Fonte: Elaborado pela autora (2011)

As temáticas das oficinas (Apêndice B), realizadas com o grupo de Marisqueiras, estão expostas no Quadro 2:

Oficina	Temática	Objetivos
1	Tecnologias do pescado e boas práticas I	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proporcionar o conhecimento de novas técnicas de manejo de pescado; ✓ Iniciar o grupo nas técnicas de boas práticas; ✓ Dialogar saberes do grupo com saberes técnicos
2	Artesanato com resíduos de pescado I	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introduzir e desenvolver novos saberes derivados da atividade da mariscagem ✓ Desenvolver produtos oriundos do reaproveitamento de resíduos de pescados
3	Tecnologias do pescado e boas práticas II	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introduzir a elaboração de novos produtos; ✓ Fortalecer conhecimentos anteriores sobre tecnologia do pescado; ✓ Introduzir a noção de preço e custo de produção. ✓ Articular saberes pertinentes, técnicos e científicos. ✓ Aprofundar saberes adquiridos sobre boas práticas
4	Organização produtiva: associativismo, produção coletiva	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introduzir noções de organização produtiva para o grupo; ✓ Observar a orientação do grupo sobre produção coletiva.
5	Saberes e práticas I: reproduzindo experiências no manguezal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compartilhar práticas produtivas ✓ Examinar o processo de trabalho ✓ Receber <i>feed-back</i> das atividades realizadas de forma lúdica
6	Tecnologia do pescado III e Processo Operacional Produtivo (POP) I	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Observar a articulação e difusão de novas práticas produtivas no grupo; ✓ Introduzir a noção de organização do processo de trabalho; ✓ Internalizar aprendizados anteriores
7	Articulação e compartilhamento de práticas produtivas I	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificar em campo a desenvoltura dos saberes do grupo em relação a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Produção; ○ Boas práticas; ○ Comercialização
8	Saberes e práticas II: reproduzindo experiências no manguezal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compartilhar práticas produtivas ✓ Examinar o processo de trabalho ✓ Receber <i>feed-back</i> das atividades realizadas de forma lúdica
9	Tecnologias do pescado IV: Boas práticas de fabricação Processo Operacional Produtivo (POP) II	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fomentar a utilização do processo produtivo padrão na prática da mariscagem ✓ Aprofundar saberes adquiridos sobre boas práticas e tecnologias do pescado ✓ Desenvolver boas práticas de fabricação

		✓ Receber <i>feed-back</i> das atividades realizadas
10	Articulação e compartilhamento de práticas produtivas II (Feira de economia solidária)	✓ Verificar em campo a desenvoltura dos saberes do grupo em relação a: <ul style="list-style-type: none"> ○ Produção; ○ Boas práticas; ○ Comercialização

Quadro 2. Temáticas das oficinas de articulação e compartilhamento de saberes realizadas com o grupo Maria Marisqueira no período de 2011 a 2015

Fonte: Elaborada pela autora (2011-2012)

Igualmente, elaborou-se o Quadro 3, no intuito de esclarecer sobre a utilização do instrumental, sua relação com o cumprimento dos objetivos, assim como estabelecer elementos para o plano de ação, sugerido por Thiollent (2011) quando assevera que na proposta metodológica da pesquisa - ação deve estar bem quem explicado quem são os atores ou unidade de intervenção e como se relacionam; quem toma as decisões e quais os objetivos tangíveis das ações; quais os critérios de avaliação das ações e como dar continuidade às mesmas diante dos obstáculos encontrados; como garantir a participação da população e incorporar suas sugestões; como controlar o conjunto do processo e avaliar seus resultados. Tais questões suscitam a escrita desta pesquisa e compõem a experiência impressa ao longo destas páginas.

O Quadro 3 apresenta o planejamento metodológico para atingir o Objetivo Geral, que é Investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas.

Objetivo específico	Fundamentação teórica	Fonte de dados (sujeitos, documentos etc)	Instrumento de coleta	Técnica de análise de dados
a) Caracterizar o grupo de Marisqueiras participante da pesquisa em termos socioeconômicos	Sociologia das ausências e emergências: Boaventura Santos	Documentário do Projeto de ensino da disciplina economia, trabalho e educação sob o título Economia informal: as Marisqueiras de Mangue Seco. Relatórios do Projeto de extensão Maria Marisqueira; Relatórios do Projeto de Pesquisa Mapeamento e	Resenha do documentário do projeto de ensino Maria Marisqueira; Análise dos relatórios dos Projetos de extensão Maria Marisqueira, do projeto de pesquisa PROCATEDES e do projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital	Inferência baseada no referencial teórico e nas experiências pessoais Análise estatística de dados

		<p>difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA);</p> <p>Marisqueiras;</p>	<p>social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA);</p> <p>Documentos oriundos da ABIPESCA, da Prefeitura Municipal de Valença, da Secretaria de Saúde do Município de Valença e da Câmara de Vereadores do Município de Valença.</p> <p>Ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo;</p> <p>Entrevistas com dois moradores antigos da comunidade</p> <p>Levantamento de dados a partir de formulários individuais estruturados com perguntas fechadas e aplicados aos vinte e nove sujeitos de pesquisa, em apêndice.</p>	
<p>b) Diagnosticar saberes do grupo e verificar como o mesmo articula e compartilha saberes para as práticas produtivas</p>	<p>Saberes teóricos: Clifford Gertz; Paulo Freire; Boaventura Santos.</p> <p>Dissertação sobre saberes: Ednacely Mota (UNICAMP)</p> <p>Dissertações e teses sobre pesca e mariscagem: Fátima Brasão; Rosana Gomes (UNEB); Tatiana Walter; Ana Cláudia Teixeira.</p> <p>Trabalho na lama: Saberes e fazeres de Marisqueiras em garapua e barra dos carvalhos – Ba</p> <p>Trabalho de Pesquisa coordenado por Prof^o Miguel da Costa Acioly (UFBA)</p>	<p>Marisqueiras</p>	<p>Roteiros de rodas de conversa e de oficinas (apêndice A);</p> <p>Diários de observação participante (apêndice)</p> <p>Formulários semi-abertos de múltipla escolha aplicados aos vinte e nove sujeitos de pesquisa (apêndice C).</p> <p>Pesquisa-ação</p>	<p>Inferência com embasamento no referencial teórico e nas experiências pessoais.</p> <p>Levantamento de informações colhidas com os sujeitos de pesquisa.</p>
<p>c) Construir coletivamente estratégias de articulação e compartilhamento de saberes orientados para melhoria de práticas produtiva</p>	<p>A Sociologia das ausências e emergências (Boaventura Santos)</p> <p>Formação de redes solidárias (Sandícola)</p>	<p>Marisqueiras;</p> <p>Equipe multidisciplinar;</p> <p>Lideranças do segmento da pesca artesanal no Município;</p>	<p>Roteiro estruturado de oficinas (em apêndice);</p> <p>Entrevistas semi-estruturadas</p> <p>Pesquisa ação</p>	<p>Inferência com embasamento no referencial teórico e nas experiências pessoais;</p> <p>Análise do discurso</p>

	Fortalecimento do capital social (Putnam; Bordieu); Tecnologia Social (Dagnino).	Lideranças comunitárias; Marisqueiras.		
d) Examinar se as estratégias adotadas para a articulação e o compartilhamento de saberes possibilitaram a melhoria das práticas produtivas e a visibilidade do grupo.	A Sociologia das ausências e emergências (Boaventura Santos) Formação de redes solidárias (Sandícóla) Fortalecimento do capital social (Putnam; Bordieu); Tecnologia Social (Dagnino).	Marisqueiras; Equipe multidisciplinar; Lideranças do segmento da pesca artesanal no Município; Lideranças comunitárias; Marisqueiras.	Roteiro estruturado de oficinas (em apêndice); Entrevistas semi-estruturadas Pesquisa ação	Inferência com embasamento no referencial teórico e nas experiências pessoais; Análise do discurso

Quadro 3: O planejamento metodológico da pesquisa – 2011 a 2014.

Fonte: elaborado pela autora (2014).

No sentido de alcançarem-se os objetivos desta pesquisa desenhou-se o instrumental metodológico exposto no Quadro 3. Importa salientar que o instrumental proposto refere-se, sobretudo, ao alcance do objetivo geral da pesquisa: investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas. Nesta ótica, para cada objetivo específico, estabeleceu-se um instrumental metodológico.

O objetivo específico “Caracterizar o grupo de Marisqueiras participante da pesquisa em termos socioeconômicos” fundamentou-se na sociologia das ausências e emergências proposta por Boaventura Santos. Os conceitos embutidos na sociologia das ausências e emergências levam à compreensão de perfis socioeconômicos e de práticas e experiências de grupos que se encontram à margem do tecido social e que refletem nas condições de vida de tais grupos assim como nas suas possibilidades de organização produtiva, a exemplo das Marisqueiras participantes desta pesquisa.

Quanto à fonte de dados apontada para coleta delinearam-se o documentário oriundo do projeto de ensino Maria Marisqueira (2009); neste material coletaram-se impressões reveladas nas falas das Marisqueiras da comunidade de Mangue seco sobre condições de vida, renda, moradia, aspectos produtivos e associativos das mesmas, assim como as relações do grupo sobre as políticas públicas locais. Nos relatórios do projeto de extensão Maria Marisqueira (2009, 2010) coletaram-se dados relativos à idade, ao estado civil, a profissão, a

escolaridade, dados também revelados nos relatórios do projeto de pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as Marisqueiras do Mangue Seco em Valença (BA).

Alguns dados socioeconômicos e produtivos aparecem tanto no documentário quanto nos relatórios dos projetos de extensão e pesquisa aqui referenciados por tratarem do mesmo o objeto de estudo e do mesmo grupo participante. Entretanto, a fim de atualizar tais dados e alinhá-lo ao problema desta pesquisa e aos objetivos propostos, utilizou-se também a aplicação de formulários diretamente com as Marisqueiras participantes da pesquisa.

O objetivo específico “Diagnosticar saberes do grupo e verificar como o mesmo articula e compartilha saberes para as práticas produtivas”, por guardar afinidade na temática, foi apreciado com a mesma fundamentação teórica. Deste modo, os relatos de experiências de vida de diversos povos e comunidades orientados por seus saberes relatados por Clifford Geertz; o reconhecimento e a valorização do saber popular e a criação de saberes a partir da articulação deste com o saber acadêmico proposta por Paulo Freire; a valorização da pluralidade de saberes e de experiências práticas e a necessidade de aprimorá-los para melhoria de grupos e comunidades expostas por Boaventura de Sousa Santos; o estado da arte do saber tratado por Ednacy Mota serão esteio para atingir o objetivo b.

Igualmente, para articular a temática saber com os saberes oriundos da pesca, mapeá-los, conceituá-los e investigar as práticas produtivas da atividade da Mariscagem utilizou-se as dissertações sobre pesca e mariscagem de Fátima Brasão e Rosana Gomes e as teses sobre a mesma temática de Tatiana Walter e Ana Cláudia Teixeira além da Pesquisa coordenada por Professor Miguel da Costa Acioly. Nesta direção, a fonte dados serão as Marisqueiras participantes da pesquisa.

O objetivo específico “Construir coletivamente estratégias de articulação e compartilhamento de saberes orientados para melhoria de práticas produtivas” e o objetivo “Examinar se as estratégias adotadas para a articulação e o compartilhamento de saberes possibilitaram a melhoria das práticas produtivas e a visibilidade do grupo” estão sujeitos ao processo de tradução que é uma maneira contra-hegemônica de se entender e articular saberes, ações e práticas provenientes de sujeitos e coletivos proposto por Boaventura Santos na sociologia das ausências e emergências: “é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem “canibalização” sem homogeneização (SANTOS, 2007, p. 39).

O cumprimento dos referidos objetivos engloba praticamente todos os referenciais já citados e discutidos e que embasam os demais objetivos específicos na perspectiva do diálogo

entre os saberes. Entretanto, o objetivo reconhecido pela letra ‘d’ ainda aponta para a utilização de conceitos a exemplo da formação de redes solidárias, do capital social, da tecnologia e da economia solidária.

2.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), através da plataforma Brasil com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 32357614.0.0000.0057, obtendo do mesmo aprovação.

A Figura 7 exhibe a síntese da estrutura metodológica desta pesquisa.

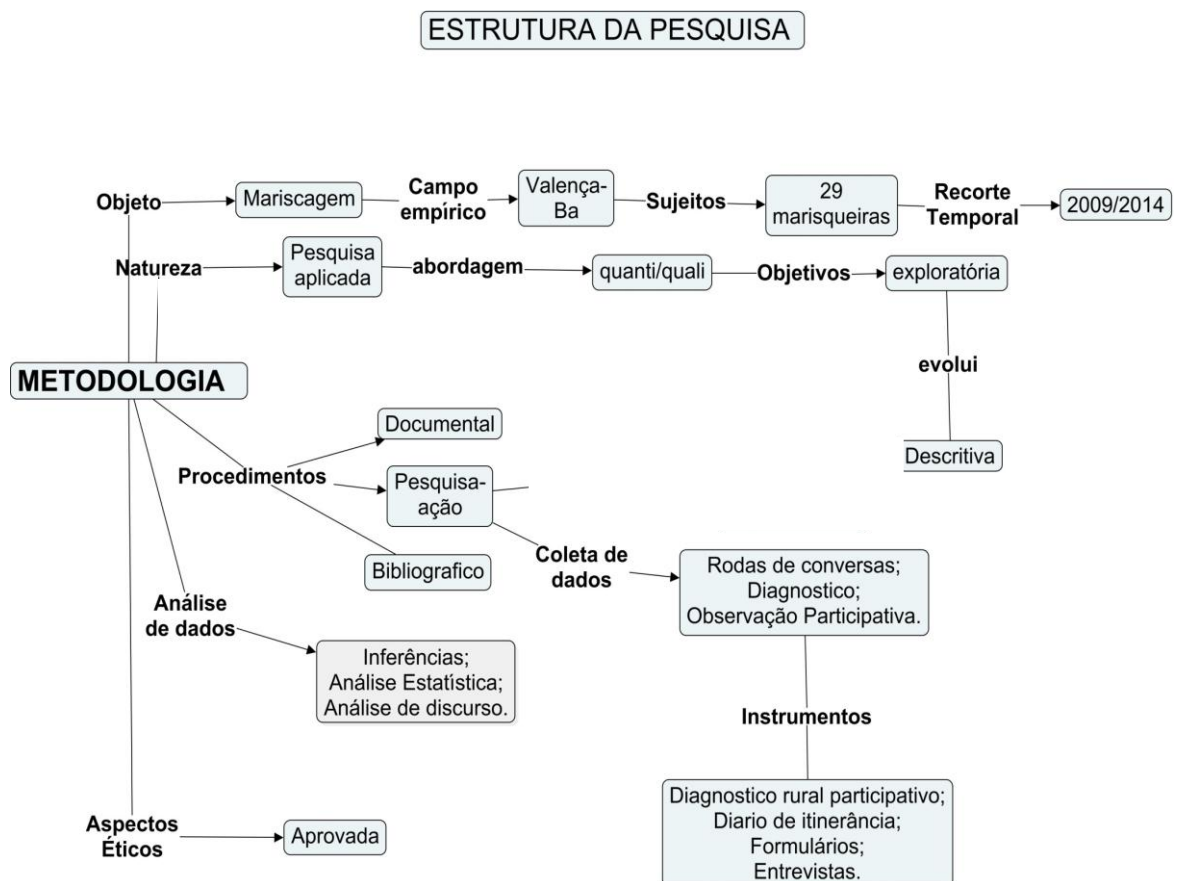


Figura 7: Síntese da estrutura metodológica da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

3 SABERES MATIZADOS: a experiência que liberta

3.1 CONCEPÇÕES E CONEXÕES ACERCA DO SABER E DO CONHECIMENTO

Desde Epicuro (341 a 270 A.C.) e Aristóteles (384 A.C. a 322 A.C.) na antiguidade até os filósofos, educadores e sociólogos contemporâneos que a humanidade persegue e formula teorias e conceitos acerca do conhecimento. Segundo Piaget (1973), as teorias clássicas foram as primeiras a questionar o que é, como é possível e qual o fundamento do conhecimento. São os filósofos gregos que primeiro se interessam em construir explicações sobre o universo e seu funcionamento, embora, conforme salienta Chauí (2000), não tivessem como questão central a preocupação com o conhecimento. “[...] dedicavam-se a um conjunto de indagações principais: Por que e como as coisas existem? O que é o mundo? Qual a origem da Natureza e quais as causas de sua transformação? Essas indagações colocavam no centro a pergunta: o que é o Ser?” (CHAUÍ, 2000, p.137). Deste modo, desenvolveram recursos que contrapõem mito e conhecimento tentando responder tais questionamentos.

[...] Platão e Aristóteles são talvez os representantes mais conhecidos, desenvolvem os instrumentos da lógica, especialmente a distinção entre *sujeito e objeto*: de um lado o *sujeito que procura conhecer*, e, de outro, *o objeto a ser conhecido*, bem como a relação entre ambos [...]. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 23).

É na filosofia clássica que se originam a dialética⁸ e a lógica. A dialética proposta por Platão fundamenta-se na separação de alguma coisa em duas partes opostas a fim de que, a partir do pensamento e da linguagem, se conheça sua contradição, determinando-se, desse modo, qual é a proposição verdadeira e qual é a falsa. Já a concepção do filósofo Aristóteles promove um pensamento o qual não separa realidade de aparência e não considera o caráter mutável das coisas a partir da contradição, para Aristóteles há coisas cuja essência é imutável. (CHAUÍ, 2000). Igualmente, considera que a dialética não se configura em uma conduta segura e apropriada ao pensamento filosófico e científico, visto que o simples debate entre opiniões contrárias não promoveria a garantia de se chegar à essência do objeto investigado.

A dialética, diz Aristóteles, é boa para as disputas oratórias da política e do teatro, para a **retórica**, pois esta tem como finalidade persuadir alguém, oferecendo

⁸ A dialética é um debate, uma discussão, um diálogo entre opiniões contrárias e contraditórias para que o pensamento e a linguagem passem da contradição entre as aparências à identidade de uma essência. Superar os contraditórios e chegar ao que é sempre idêntico a si mesmo é a tarefa da discussão dialética [...] (CHAUÍ, 2000, p. 229).

argumentos fortes que convençam o oponente e os ouvintes. É adequada para os assuntos sobre os quais só cabe a persuasão, mas não para a Filosofia e a ciência, porque, nestas, interessa a demonstração e a prova de uma verdade (CHAUÍ, 2000, p. 230).

Configurando-se como um conjunto de procedimentos de demonstração e prova, a lógica aristotélica diferencia-se da dialética platônica por ser “um instrumento que antecede o exercício do pensamento e da linguagem, oferecendo-lhes meios para realizar o conhecimento e o discurso. Para Platão, a dialética é um modo de conhecer. Para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é um instrumento para o conhecer” (CHAUÍ, 2000, p. 230).

Para Chauí (2000), existem dois exemplos que demonstram a busca filosófica pelas respostas dos questionamentos sobre o mundo, a verdade, o conhecimento e o ser. O primeiro refere-se ao filósofo Sócrates que indagava para as pessoas sobre a natureza das coisas e das ideias, nas praças e ruas de Atenas, enquanto por elas caminhava; o segundo exemplo é a do filósofo Descartes, que começa sua obra descrevendo todos os conhecimentos que adquiriu ao longo de sua experiência, optando por desprezá-los, pois considerou que tudo o quanto aprendera pela experiência tinha caráter duvidoso e incerto, a menos que esses aprendizados pudessem ser provados racionalmente. Assim, Chauí (2000) assevera sobre o exemplo de Descartes:

[...] Para isso, submete todos os conhecimentos existentes em sua época e os seus próprios a um exame crítico conhecido como **dúvida metódica**⁹ [...]. Ele os submete à análise, à dedução, à indução, ao raciocínio e conclui que, até o momento, há uma única verdade indubitável que poderá ser aceita e que deverá ser o ponto de partida para a reconstrução do edifício do saber (CHAUÍ, 2000, p. 145).

Inegavelmente, a teoria do conhecimento formulada no sentido de investigar a essência e a validade do conhecimento vai afastar-se cada vez mais do mito e da natureza e aproximar-se da consolidação da ciência. Especialmente a partir do século XVIII, a tradição filosófica concebe que o mito fazia parte de uma etapa da civilização menos evoluída comparativamente àquela cujo pensamento lógico foi concebido. “Essa tradição filosófica fez crer que o mito pertenceria a culturas ‘inferiores’, ‘primitivas’ ou ‘atrasadas’, enquanto o pensamento lógico ou racional pertenceria a culturas ‘superiores’, ‘civilizadas’ e ‘adiantadas’ (CHAUÍ, 2000, p. 203). O século XVII inaugura a Idade Moderna a partir do racionalismo¹⁰ proposto nos trabalhos de Descartes (1596-1650) e o empirismo¹¹ nos estudos de Locke (1632-1704) que articulam razão e experiência a fim de objetivar o pensamento científico

⁹ Método de análise criado pelo filósofo Descartes (CHAUÍ, 2000).

¹⁰ Perspectiva epistemológica que tem na razão e no pensamento a principal fonte do conhecimento (HESSEN, 2003).

¹¹ Perspectiva epistemológica que se baseia na experiência como principal fonte do conhecimento (HESSEN, 2003).

conforme salienta Laville e Dionne (1999, p.23): “[...] o saber não repousa mais somente na especulação, ou seja, no simples exercício do pensamento. Baseia-se na observação, mensuração, experimentação, fundamentos do método científico em sua forma experimental”.

É especialmente nesse momento histórico que surge uma maior preocupação com o conhecimento, construindo-se, a partir deste ponto, as diversas teorias para explicá-lo, visto este não mais se compreender através da especulação, e sim por meio da observação, do experimento e da mensuração (LAVILLE; DIONNE, 1999). Neste sentido, ainda na Idade Moderna, René Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704), Immanuel Kant (1724-1804), formulam a teoria do conhecimento na tentativa de explicar, através da filosofia, a natureza do conhecimento humano.

Sob o prisma do dualismo Chisholm (1989) que reflete sobre a natureza do conhecimento humano, assumindo que através dela, surgem os problemas filosóficos que embasam a epistemologia. Desta forma, elenca a natureza de tais problemas, quais sejam: Qual é a distinção entre conhecimento e opinião verdadeira? A nossa prova para algumas coisas, ao que parece, consiste no fato de termos provas para outras coisas. Devemos dizer de tudo aquilo para o que temos prova que a nossa prova consiste no fato de termos prova para alguma outra coisa? Conjunto daquilo que conhecemos, em qualquer momento dado, é uma espécie de “estrutura”, que tem seu “fundamento” no que acontece ser diretamente evidente, nesse momento? O que é que sabemos? Qual é a extensão do nosso conhecimento? Como decidir, em qualquer caso particular, se sabemos ou não? Quais são os critérios de conhecimento, se porventura existem? O que sabemos, ou julgamos saber é verdadeiro? Como distinguir o que é verdadeiro e o que é falso? Qual é a relação entre as condições da verdade e os critérios de evidência? O conhecimento, visto por essa ótica, assume as características do internalismo¹², que herda da sua origem cartesiana a separação entre sujeito e objeto, constrói-se de maneira indiscutível e ostenta a forma de crença verdadeira e justificada.

O internista assume que, tão somente refletindo sobre o seu próprio estado de consciência, ele pode formular um conjunto de princípios epistêmicos que lhe possibilitará descobrir, com respeito a qualquer possível crença sua, se ele está ou não justificado em tê-la. Os princípios epistêmicos formulados por ele são princípios que podem ser descobertos e aplicados sentando numa poltrona, por assim dizer, e sem a necessidade de qualquer auxílio externo (CHISHOLM, 1989, p. 76).

¹² Condição de uma teoria epistemológica quando considera que os elementos para que um sujeito desenvolva e justifique uma crença são inerentes a ele. O conhecimento seria, neste caso, um estado interno do indivíduo e não sofreria interferências externas (BONJOUR, 2010).

O pensamento produzido na Idade Moderna afastou o homem do mito, enfatizou o dualismo na concepção do conhecimento e promoveu o homem a sujeito principal na construção do conhecimento, conferindo-lhes supremacia sobre a natureza. Tais aspectos, aliados à produção fragmentada de mundo e de conhecimento urdida na modernidade estendeu-se à contemporaneidade, configurando graves problemas naturais, sociais e econômicos inerentes à desconexão do homem com a natureza, especialmente da sua própria natureza holística e de seu autoconhecimento, à ruptura entre as possibilidades do conhecer a partir da interação entre disciplinas e metodologias, à incompetência em reconhecer e reconciliar conhecimentos diversos do conhecimento científico, tratados como inferiores, aumentando, assim, o fosso entre culturas, natureza e homens, orientando cada vez mais para o caos social.

Nosso progresso, portanto, foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa evolução unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade. Podemos controlar o pouso de espaçonaves em planetas distantes, mas somos incapazes de controlar a fumaça poluente expedida por nossos automóveis e nossas fábricas. Propomos a instalação de comunidades utópicas em gigantescas colônias espaciais, mas não podemos administrar nossas cidades. O mundo dos negócios faz-nos acreditar que o fato de gigantescas indústrias produzirem alimentos especiais para cachorros e cosméticos é um sinal de nosso elevado padrão de vida, enquanto que os economistas tentam dizer-nos que não dispomos de recursos para enfrentar os custos de uma adequada assistência à saúde, os gastos com a educação ou transportes públicos (CAPRA, 2003, p. 39).

Contrapondo-se ao racionalismo e ao empirismo surge, entre o século XVII e o século XX, o pensamento dialético hegeliano. A dialética já era praticada pelos filósofos clássicos, na antiga Grécia, entretanto, segundo Chauí (2000), Hegel, buscando a superação das diferenças entre Platão e Aristóteles e recusando-se em aceitar identificação entre a lógica e a matemática, promove outra posição filosófica que tem como essência a discussão das contradições. Chauí (2000, p. 258) exprime o julgamento de Hegel sobre as concepções de Sócrates e Platão a respeito da dialética:

Ambos se enganaram, julga Hegel. **A dialética é a única maneira pela qual podemos alcançar a realidade e a verdade como movimento interno da contradição**, pois Heráclito tinha razão ao considerar que a realidade é o fluxo eterno dos contraditórios. No entanto, ele também se enganou ao julgar que os termos contraditórios eram pares de termos positivos opostos.

Para Hegel é na contradição dialética que um sujeito surge, manifesta-se e transmuta-se. O resultado da discussão dialética é sempre uma nova forma, um novo homem, um novo conhecimento. Conforme Malanovicz (2008), na lógica dialética o Espírito, a Natureza e a

Consciência aparecem como predicados¹³. Nessa configuração, o Espírito tem sua essência no sujeito que se materializa no predicado Natureza e sua condição de substância, qualidade, quantidade, dentre outros, desse modo se manifesta no predicado Consciência, conferindo aos aspectos e coisas sentidos a partir da sua existência na experiência do sujeito. Assim, Chauí (2000, p. 258) afirma que a contradição, em Hegel, contrariamente ao que julgavam todos os filósofos, é o que dinamiza e transforma o sujeito, “fazendo-o síntese¹⁴ ativa de todos os predicados postos e negados por ele”.

Em cada momento de sua história, a razão produziu uma tese¹⁵ a respeito de si mesma e, logo a seguir, uma tese contrária à primeira ou uma antítese¹⁶. Cada tese e cada antítese foram momentos necessários para a razão conhecer-se cada vez mais. Cada tese e cada antítese foram verdadeiras, mas parciais. Sem elas, a razão nunca teria chegado a conhecer-se a si mesma. Mas a razão não pode ficar estacionada nessas contradições que ela própria criou, por uma necessidade dela mesma: precisa ultrapassá-las numa síntese que una as teses contrárias, mostrando onde está a verdade de cada uma delas e conservando essa verdade. Essa é a razão histórica (CHAUÍ, 2000, p. 100).

Sob esse prisma, a construção do conhecimento resultaria do debate conflituoso de ideias, de suas contradições e das superações destas. Dessa forma, a relação do sujeito com o objeto é de interação constante, em uma aventura na qual ambos se desorganizam e sofrerão mudanças. Assim, o conhecimento deixa de ser imutável, para assumir um caráter de transitoriedade e transformação. Portanto, ao orientar-se a partir dos filósofos clássicos, transcender o pensamento proposto por estes, e desenvolver um método inovador, Hegel lança as bases para uma concepção de homem e de mundo que já não comunga com a separabilidade das partes, mas, na dinâmica que se estabelece entre o contraditório, empreende-se a reconexão entre sujeito/natureza/cultura, apontando para uma compreensão integradora e complexa da construção do conhecimento.

Na sociedade contemporânea, reconhecida como a sociedade do conhecimento e da informação, o termo conhecimento adquiriu um *status* sem precedentes, visto que se delineou como principal componente de crescimento e desenvolvimento para pessoas, organizações e países. Com efeito, o conhecimento hoje é o caminho para organizações, cidades, países indivíduos sobreviverem em uma sociedade cada vez mais complexa e pulverizada. No

¹³ Para a lógica predicado refere-se à qualidade de uma coisa. O que se afirma ou nega sobre um sujeito (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

¹⁴ Compreende-se como o momento da superação, da fusão resultante do embate entre tese e antítese. A síntese gera uma nova tese e com ela uma nova antítese até que, neste movimento dialético, atinja-se a essência do saber (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

¹⁵ Para a dialética, o termo tese refere-se à primeira proposição positiva que é confrontada pela antítese, resultando em uma síntese como resultado desse conflito (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

¹⁶ Diz-se do momento negativo da discussão dialética. Refere-se à negação da tese (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

entendimento de Davenport e Prusak (1998), o conhecimento pode ser definido como uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado; estes aspectos proporcionam uma estrutura para avaliar experiências e informações novas. O conhecimento origina-se e é aplicado na mente dos conhecedores.

O pensamento formulado por Boaventura Santos (1995), reformulado em praticamente toda sua obra nos anos seguintes e denominado de epistemologias do Sul, refere-se à diversidade epistemológica do mundo (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) e revela um movimento integrador de saberes. A perspectiva da epistemologia do sul admite que exista uma relação desigual entre os saberes de povos colonizados e inferiorizados pela racionalidade hegemônica que os conduziu à supressão. Sendo assim, além de denunciar tal realidade, busca intervenções capazes de valorizar, dar visibilidade e tratar de maneira horizontal os saberes que resistiram ao longo da história.

O autor acredita que a experiência social em todo mundo é muito mais rica, variada e extensa do que considera a tradição científica e filosófica; denuncia que a estrutura dicotômica do conhecimento, característico da era colonial e ainda presente no pensamento ocidental atual, que separa teoria da prática, homem de cultura e sentimento da razão suscita que surjam propostas para a recuperação das experiências de grupos exilados socialmente, a fim de que seus saberes se transmutem em práticas transformadoras.

A estrutura dicotômica do conhecimento também promove a ideia de superioridade das culturas hegemônicas, impondo como verdade absoluta uma cultura que despreza os saberes diversos, notadamente a cultura que emana do saber popular e que representam a própria vida de muitos povos e grupos subalternizados. Para Geertz (2003), a cultura representa as construções simbólicas e os significados tecidas e compartilhados pelos homens sobre suas subjetividades e suas ações, portanto pode-se dizer que seus saberes estão contidos nesses símbolos.

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2003, p. 15).

Considerando-se, desta forma, o conceito de cultura, assume-se que não existem culturas superiores ou inferiores e sim, formas diferentes de perceber e interpretar o mundo. Assim, as heterogeneidades culturais suscitam interpretações e percepções diferentes do mundo, portanto, Geertz (2003) adverte sobre a necessidade de se promover a interpretação

das culturas para que se conheçam os significados contidos nos símbolos e se compreendam os conflitos gerados por essas diferenças.

A cultura assim refletida floresce em um plano no qual interagem homens e natureza de forma dialética na qual saber e experiência movimentam-se na relação com o meio onde aqueles se inserem, resignificando ambos elementos. “[...] temos, pois, de considerar a cultura como um sistema que faz comunicar – dialetizando – uma experiência existencial e um saber construído” (MORIN, 1984, p. 37).

É desde a sua origem que a dominação da natureza retroage de maneira complexa no devir da humanidade. A domesticação do fogo domesticou o homem, criando-lhe um lar, ela o barbarizou convidando-o a destruir através do fogo. A dominação das turbulências e das explosões permitiu civilizar enormes forças motrizes selvagens, ela também aumentou a turbulência explosiva da história humana e criou as condições de uma autodestruição generalizada. A cultura das plantas culturizou o homem ao criar a vida rural e a urbana, ela lhe fez perder a rica cultura arcaica dos caçadores recolhedores nômades. A dominação do mundo animal criou os modelos de dominação do homem pelo homem (MORIN, 2008, p. 301).

Deste modo, surge a imperiosa necessidade de conceituar, fazer conexões e, se possível, distinções entre conhecimento e saber, termos utilizados muitas vezes como sinônimos na contemporaneidade. Perseguem-se, neste capítulo, as conexões existentes entre conhecimento e saber, especialmente porque a prática, as crenças, os rituais, os símbolos e os mitos estão presentes na experiência de vida humana e podem significar respostas aos problemas que a perpassam.

Para melhor elucidação, parte-se de uma tentativa de compreensão dos significados de conhecimento e saber, mediante diversos conceitos e considerações. A definição clássica para conhecimento é a de que o mesmo é crença verdadeira justificada e origina-se no diálogo entre o filósofo Sócrates e Teeteto, descrito por Platão.

Este conceito serve de pista para investigações a cerca do que é conhecimento, visto que o próprio filósofo Sócrates, em longo diálogo descrito por Platão, instiga e conduz seu debatedor Teeteto a formular uma definição sobre conhecimento. No afã de perseguir o tema, o interlocutor passa pelas definições de conhecimento como atividades a exemplo da carpintaria, como percepção, e como juízo verdadeiro, todas as considerações rejeitadas por Sócrates. Assim, Teeteto acaba por não formular uma certeza de entendimento sobre a questão o que se exprime em sua dúvida sobre o significado de aprender e tornar-se sábio e na afirmação de que conhecimento e sabedoria significam a mesma coisa (PLATÃO, 2007).

A reflexão entre saberes e conhecimentos estimula-se ainda a partir da definição do dicionário de Ferreira (2010, p.189) quando define: conhecimento “[...] 1. Ato ou efeito de

conhecer.2.Informação ou noção adquiridas pelo estudo ou pela experiência. 3. Consciência de si mesmo”. Para o mesmo autor, a palavra saber é explicada como:

1.Ter conhecimento, informação ou notícia de. 2. Ter certeza de. 3. Ser instruído em. 4. Ter certeza de (coisa futura); prever.5. Ter meios ou capacidade para. 6. Compreender, perceber. 7. Reter na memória; saber de cor. 8. Ter conhecimento teórico e/ou prático: Ele não sabe dirigir.9. Conseguir: Ela sabe ser simpática.10.Indagar;informar-se.[...]. 11. Ter o sabor de: este bolo sabe a mel. 13. Ter sabedoria. 14. Ter o conhecimento ou notícia de algo. [...]. 15. V. Sabedoria (FERREIRA, 2010, p. 678).

Na consulta feita ao dicionário de filosofia elaborado por Japiassú e Marcondes (2008) encontra-se que o termo conhecimento origina-se do latim *cognoscere* significando procurar, saber e conhecer. Função ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência. Apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los e utilizá-los. O termo “conhecimento” designa tanto a coisa conhecida, quanto o ato de conhecer (subjutivo) e o fato de conhecer [...] (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.52-53).

Na compreensão dos mesmos autores, a palavra saber está associada à palavra sabedoria, deriva do latim *sapere* e, genericamente, tem o mesmo sentido de conhecimento.

Na tradição filosófica, a sabedoria significa não só o conhecimento científico, mas a virtude, o saber prático: “Por sabedoria (*sagesse*), entendo não apenas a prudência, mas o perfeito conhecimento de tudo o que os homens podem saber” (Descartes, *Princípios de Filosofia*) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 245).

As atribuições dadas aos termos saber e conhecimento, ao longo dos séculos, pelos filósofos e pela própria língua portuguesa, revela-se ainda hoje em ambos uma aproximação, quando não a semelhança entre os termos, tornando-os uma unidade. Contudo, percebe-se na definição constante do dicionário da língua portuguesa Ferreira (2010) uma ampliação de significado do termo saber quando comparado ao termo conhecimento. No primeiro, o autor abstrai o conceito de saber alargando-o e incorporando-o ao o estado de espírito, ao sensorial, à intuição, à previsão de questões futuras e a experiência prática. É nesta perspectiva que Mota (2005) reconhece que a palavra saber era utilizada com uma amplitude maior que a palavra conhecimento pelos filósofos da antiguidade quando afirma:

No entanto, a procura pela significação da palavra *saber* nos mostra que é muito comum na literatura filosófica (J. GROTE, 1856; W.JAMES, 1991, ORTEGA Y GASSET, 1958; JEANNE DELHOMME, 1954; X. ZUBIRI, 1944) de algumas línguas, tais como, português, espanhol, francês e alemão, a mesma ser utilizada num sentido muito mais amplo que a palavra *conhecimento*. A palavra *conhecimento* refere-se a situações objetivas e teóricas que devidamente sistematizadas, dão lugar à ciência, o que de certa forma, nos confunde, porque ciência procede do verbo *scire* que significa saber. Enquanto que, a palavra saber, pode referir-se a situações tanto

objetivas como subjetivas, tanto teóricas quanto práticas. É como se a palavra *conhecimento* coubesse dentro da palavra *saber* e não o contrário (MOTA, 2005, p. 28-29).

Bombassaro (1992) assevera que o saber é eclético e pode ser elucidado de duas formas: a partir da crença que está relacionada com as proposições de verdadeiro ou falso e à prática; e a partir do poder. Deste modo, considera que:

Saber é poder manusear, poder compreender, poder dispor. O saber está vinculado ao mundo prático o qual não é somente condição de possibilidade para qualquer enunciado, mas também o lugar efetivo onde a enunciação pode ser produzida. Portanto, a investigação do saber como conceito epistêmico remete ao prático. Pois o saber revela-se em instância que vincula o homem ao mundo (BOMBASSARO, 1992, p. 19-20).

Assumindo a forma de poder, o saber pode desencadear uma multiplicidade de significados/significantes configurados em imagens, símbolos, valores e ações gerando “potência em uns e impotência em outros” (BITTENCOURT, 1999, p. 56). Assim, barreiras enfrentadas pelos saberes, especialmente aqueles subalternizados ao longo do tempo, associam-se aos processos de desconstrução também presentes na característica do poder. Bittencourt (1999, p. 65) ainda assinala que “no processo social, o poder é um conjunto de tecnologias que cria uma profundidade hierarquizada, vários lugares. Assim, a relação saber-poder precisa ser aquela que valoriza e confere autonomia aos saberes e que resulta em um lugar de diálogo privilegiado com os conhecimentos considerados válidos pela sociedade a fim de fazer com que emane do indivíduo o manancial de saberes que ele detém e que possam emancipá-lo e empoderá-lo.

Ao buscar o entendimento sobre significado de saberes, é importante refletir sobre o pensamento de estudiosos da educação, área na qual tal temática é recorrente nas discussões sobre a profissão docente, sobre aprendizado e sobre *currículo*, pois, saberes e experiências assumem relevância na construção da vida pessoal, profissional e comunitária de discentes e docentes. Charlot (2005) observa a longevidade da relação entre humanidade e busca do saber desde Sócrates. Considerando que a escola é um palco no qual circulam saberes em amplo sentido “imaginação, exercício físico, estético e sonhos também” (2005, p. 65) aponta para a centralidade da questão e assinala que o saber é construído a partir de uma história coletiva, disposto a partir de um sujeito, pois é oriundo da mente humana e de suas atividades vinculando-se à coletividade, visto demandar validação, transmissão e capitalização (CHARLOT, 2000). Ressalta-se, sobretudo a relevância que assume a experiência, a reflexão na construção dos saberes assim como o relacional do sujeito-mundo, o compartilhamento e o coletivo como requisitos para sua validação, em que

[...] a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante *investir a pessoa* e dar um estatuto ao *saber da experiência* (NÓVOA, 1995, p. 25).

Similarmente, Tardiff (2002) afirma que o saber é inerente à pessoa que se move no sentido de atingir um objetivo. Igualmente Thierren e Loiola (2001, p. 148) confirmam que “grande parte dos saberes docentes são fundados na experiência, integrados a uma cultura pessoal e passíveis de formalização”. Significa dizer que o saber possui uma identidade, e esta identidade é a do possuidor do saber que o valida através de sua experiência e competência profissional e de vida.

Aproxima-se da ideia de Tardiff (2002) a noção de saber e sua relação com o trabalho docente. Para o autor o saber do professor relaciona-se intimamente com seu trabalho e é nesta seara e no ato de ensinar que o mesmo elabora, aplica e resignifica seus saberes. Transportando-se o pensamento de Maurice Tardiff para os sujeitos participantes desta pesquisa, as Marisqueiras da Comunidade de Mangue Seco, em Valença-Bahia, ao questioná-las e observar suas respostas sobre o significado de saber, a partir da escuta sensível e expressos através de imagens, verbalizações e gestuais, compreendeu-se que para elas o saber está ligado, especialmente, aos afazeres advindos das lidas domésticas e aquelas do mar e das marés, dos elementos da natureza, das fases da lua e sua influência nas marés, dos hábitos e do habitat de crustáceos e dos moluscos, das areias e dos manguezais, da vegetação e de outros saberes necessários à perpetuação destes saberes.

Da mesma forma, apontam para uma relação com o aprendizado proporcionado pelos vizinhos e pela família, notadamente de como tentam perpetuar ou não tais práticas aos seus descendentes; estes saberes estão representados por sentimentos como valorização, reconhecimento e visibilidade social e muito vinculados ao saber-fazer harmonizando-se, desta forma, com o pensamento de Sousa (1999, p. 95) quando assegura: “[...] Saber-fazer ensina por imitação, na vivência, no estar junto. Fazer-Saber é um fazer que envolve magia, mistério e a energia de quem faz ao reunir, ligar-desligar as condições necessárias na (re)criação do produto”.

Sousa Santos e Meneses (2010) afirmam que muitas formas de saber foram suprimidas a partir da relação saber-poder e propõem que aconteça a valorização dos saberes os quais, apesar de desqualificados ao longo do tempo, resistiram ao saber hegemônico. As Marisqueiras participantes desta pesquisa se reconhecem nesta situação: exibem e afirmam seus saberes ao tempo em que denunciam o não reconhecimento, e por vezes a negação destes pela sociedade na qual vivem como se fossem destituídos de valor.

[...] as vez não dá tempo da gente se arrumar porque sai da lida direto pra resolver coisas no centro. Uma compra, resolver qualquer coisa. Já olham assim... Enviesado... Principalmente quando é nas lojas. Quando diz que é Marisqueira, a gente sente a diferença (MARIA FORTALEZA, 2013).

Teve outro dia que uma freguesa foi comprar e a mulher que tava com ela disse, na minha cara: “não como isso não que não tem higiene, sabe lá como é que isso é catado.” Pró, não lhe nego não, fiquei arrasada. A gente acorda com a madrugada, cedinho, chuva ou sol, trabalha o dia todo e ainda ninguém dá valor (MARIA ESPERANÇA, 2014)

[...] veio aqui um grupo, não foi da faculdade não... Veio para dar curso para gente, disse que era pra a gente aprender mais. Botaram umas figuras dos bichos do mangue na parede com uns nomes esquisitos... A gente nem sabia repetir, mas a gente sabia tudo quanto era bicho que tinha ali. Era caranguejo, siri de mangue, siri de mar, lambreta tudo com nome estranho, dava até sono... Mas a gente não podia dizer nada. Desse curso a gente não quer mais não (MARIA BATALHA, 2013).

Tais falas denotam o desprezo social em relação aos saberes e práticas do grupo de Marisqueiras que, apesar de reconhecerem a discriminação, submetem-se a uma relação de poder na qual são oprimidas e desvalorizadas, considerando seus saberes como inferiores, o que as conduz a uma condição de baixa estima e subalternização diante da sociedade. Todavia, as Marisqueiras demandam que a valorização e a consequente visibilidade aconteçam pela via dos saberes que possuem e almejam o reconhecimento social mediante suas práticas produtivas de Mariscagem, conforme assinalam:

[...] Eu mesma sei pescar de todas as maneiras. Com rede, com os apetrechos de mariscar, com a mão. Eu tinha tudo quanto era tipo de rede pra pegar os bichos. Minha pró, pode trazer fotógrafo, tirar foto, botar no livro e no jornal. Nós quer é aparecer. Quero muito, muito mesmo que as pessoas veja a gente sabe de muita coisa (MARIA ESPERANÇA, 2010).

O que é mais importante de tudo o que a gente sabe? Ah! tudo que ajuda a. gente a se sustentar, a trabalhar. Tecer uma rede; pegar o caranguejo, o siri, o sururu; nadar; pilotar um barco. Eu mesmo sabia pilotar canoa, mas não tinha comprovante. Mas agora tenho carteira. A gente fez um curso e tirou carteira. A senhora foi lá ver (MARIA BATALHA, 2013).

Professora, saber a gente sabe. Mas a gente quer aprender mais para um dia, quem sabe, agente poder ter no marisco o nome do nosso bairro. Pro povo comprar lá em Valença e saber que foi a gente que fez. Saber que foi feito no Mangue Seco (MARIA CORAGEM, 2013).

Para penetrar no tecido social, reconhecer suas rupturas e preenchê-lo proporcionando um novo entrelaçamento as Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, a exemplo de tantas outras comunidades que sobrevivem da pesca, do artesanato, da colheita de frutos e de outros afazeres cujo manejo de saberes se torna imprescindível, necessitam de oportunidades para a reelaboração desses saberes traduzidos em modos de vida e em práticas produtivas e sociais as quais lhes conferem a própria sobrevivência, transmutando-os em inovação,

criatividade, novos saberes e conhecimentos que lhes conceba visibilidade e fortalecimento alinhados com a emancipação e autonomia própria e da comunidade em que vivem.

Fagundes e Burham (2005), ao correlacionar saber com comunidade referente a experiências na área de saúde, salientam que: “a comunidade caracteriza-se por ser um espaço em que cruzam diversas referências que vão dar origem a saberes distintos daqueles que circulam nas instituições onde, tradicionalmente, as práticas dos cursos da área de saúde ocorrem” (FAGUNDES; BURNHAM, 2005, p. 107). Estende-se tal compreensão para as diversas comunidades, especialmente considerando que o saber é também fruto do relacional, sendo, portanto social, cultural, simbólico, representativo das experiências vivenciadas pelo indivíduo. Igualmente ao movimento das marés, o saber está em constante deslocamento constituindo e sendo constituído por seu contexto.

Mas o sentido de pluralidade e multiplicidade é ainda algo a ser conquistado pela espécie humana em sua maioria quase absoluta. [...] Mas, do ponto de vista da potência humana para a vida em comunidade, que é o único meio inteligente para projetar futuro comum-pertencente para todos, de maneira dinâmica e aberta à criação que ainda é desconhecido, é preciso ainda vencer a força que insiste em separar e excluir a riqueza espiritual da humanidade em projeto desde sua nascente (GALEFFI, 2011, p. 25).

Algumas características do saber são elencadas por Barth (1993) como estrutura, evolução, cultura, contexto e afeto ampliam sobremaneira o conceito de saber aproximando da noção que se persegue nesta pesquisa. Desta maneira, o autor afirma que o saber está assentado no aspecto concreto, sem, no entanto, banalizar o subjetivo, sendo assim estruturado: o caráter temporário do saber, visto que está em constante mutação, em interação com outros saberes, portanto ele evolui e nunca é o mesmo de antes; as interações entre saberes, que se dão a partir das interações sujeito-mundo promovem a absorção dos aspectos culturais os quais permearão tais relações.

O saber assume, portanto, o aspecto cultural; a situação na qual o saber emerge, se constrói e é compartilhado permeia-se por pormenores presentes no meio em que se desenvolve, portanto, o saber é contextual: produz o seu contexto e é produzido por ele; o saber tem caráter emotivo. A emotividade está presente nas expressões reveladas pelos sujeitos do saber assim o saber assume um componente afetivo quando conduz suas ações para a aceitação de outros saberes e de outros sujeitos evoluindo da competitividade para a cooperação e à colaboração.

O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência, e é esse

modo de convivência que conotamos quando falamos do social (MATURANA, 1998, p. 23).

Nesta trilha, o saber assume categoria de práxis. Na teoria marxista, práxis reporta-se à interação entre o homem e a natureza na qual ao transformá-la, transforma-se a si mesmo. Marx incorpora a teoria no conceito de práxis, aliando-o à ação e associando - o à vida social que para ele é essencialmente prática, declarando que a práxis humana e sua compreensão revelariam o fundamento da teoria (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

Ao perseguir o conceito filosófico de práxis, Vázquez (2007) afasta-se do conceito utilitário de prática e vai buscar no termo grego cuja denominação para práxis sugere: “ação que é levada a cabo, mas uma ação que tem seu fim em si mesma e que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou a sua atividade. [...]” (VÁZQUEZ, 2007, p.28). O autor ainda assevera que o tipo de ação que produz efeitos fora do agente e de seus atos recebe a denominação grega de *poiésis* e inclui este termo na noção da filosofia da práxis. Sob este prisma, amplia-se o conceito de práxis designando-o como: “uma atividade consciente objetiva, sem que, por outro lado, seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere no significado de “prático” na linguagem comum” (VÁZQUEZ, 2007, p. 28).

Pela práxis une-se a prática, a teoria e a poesia promovendo ação de forma dialógica, reflexiva e transformadora. Mobilizam-se, sob este prisma, os elementos do saber em função da ação para o sujeito que age e com finalidades externas de provocar mudanças. Desta maneira, concebe-se que o saber assuma a particularidade da práxis.

Traduz-se, portanto, em Mota (2005) a delimitação entre conhecimento e saber quando assevera que o conhecimento é relativo a qualquer ação cognitiva que resulta na apropriação sobre causas, qualidades, estruturas, propriedades de um determinado objeto externo ao sujeito. Enquanto que o saber requer um envolvimento e uma interação mais completa entre sujeito, conhecimento e seu encadeamento com o mundo. Assim, salienta a autora:

Construir saberes significa construir “*realidades da verdade*”. É necessário que a teoria seja dialogada com a prática. Prática, entendida aqui, não como tarefa, pois, seu significado fica empobrecido, por encontrarmos apenas “a repetição e o formalismo, a sujeição a modelos, à ausência da reflexão” (RIOS, 2001, p. 96). Entendo prática como ação que exige reflexão imaginação criadora, sensibilidade e razão associadas a um contexto [...] (MOTA, 2005, p. 44).

Recorre-se também aos princípios do pensamento complexo elaborados por Morin (2005b), no sentido de incorporá-los à estrutura do saber em busca de sua melhor compreensão: o princípio de dialógico presente no pensamento complexo autoriza a reflexão, a partindo-se do mesmo espaço, lógicas diferentes que se complementam e se contrapõem,

promovendo assim, discussão. Considera-se a dialogicidade como promotora de inquietação no sujeito, promovendo-lhe, conforme aponta Freire (2012, p. 131) “[...] maturidade, aventura de espírito, segurança ao perguntar, seriedade na resposta. [...]”; o princípio recursivo rompe com o pensamento linear à medida que considera causa e efeito como produtores e reprodutores de si próprios; constitui-se em um processo cíclico no qual os efeitos e produtos são causa e produtor simultaneamente retroalimentando-se. O princípio hologramático designa que a parte está no todo e o todo nas partes rompendo, desta forma, com a ideia de fragmentação, redução e separabilidade do todo e das partes. Nessa perspectiva compreende-se o saber como:

[...] uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualidade técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual) etc. (LYOTARD, 2006, p. 36).

Diante destas considerações, neste estudo assume-se a postura de que o saber se constitui em um talismã social e tem suas bases na práxis. Sob este prisma o saber amplia seu domínio para uma diversidade de entendimentos sobre a vida no âmbito do prático, do comportamental e do sensitivo assumindo, desta forma, a constituição do indivíduo, algo que o constrói enquanto ser no mundo. Neste sentido, o saber torna-se alicerce na elaboração e construção do conhecimento, que se considera um domínio mais especializado que o saber. O conhecimento orienta-se para um segmento específico e tem sua construção a partir do saber do sujeito. Em um movimento dialético e cíclico, o conhecimento vai incorporar-se aos saberes do sujeito, sendo, portanto, indissociáveis.

Nesta dinâmica, o conhecimento germina quando indivíduos movimentam seus saberes e viceja como conhecimento validado para solução de problemas quando dialoga com os saberes que o constituíram a fim de produzir novos saberes e novos conhecimentos através da crítica, do questionamento e da reflexão, representando um sistema aberto no qual o saber e conhecimento reciprocamente se alimentam. “A compreensão da pluralidade dos saberes e conhecimentos, tomando saberes como abarcando também conhecimentos, é um acontecimento da ampliação dos horizontes do processo humano na terra” (GALEFFI, 2011, p. 21).

Os saberes revelados por indivíduos que tratam com a natureza, representados aqui pelas Marisqueiras, são saberes genuínos, não derivam de outros saberes, ao contrário, são deles constituintes. Guardam também em sua constituição aspectos do modo de vida produzido pelo grupo, da sua condição feminina e da forma como estão imbricados com

ambiente em que vivem. Sendo assim, representam a forma com que esta categoria lida com a natureza, como agem e como refletem sobre seus afazeres cotidianos e suas práticas produtivas e de como o compartilham e o perpetuam.

3.2 ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTITUIÇÃO DOS SABERES DA MARISQUEIRAS

Ao longo dos anos a divisão sexual do trabalho no setor produtivo pesqueiro evidenciou-se, cabendo aos homens ir ao mar e às mulheres o beneficiamento do resultado da pesca e a confecção de redes e outros instrumentos para a atividade. “A pesca era uma atividade eminentemente masculina ainda que em alguns lugares a mulher participasse da puxada da rede” (DIEGUES, 1983, p.181). Assim, perpetuou-se o trabalho do homem no mar e o trabalho da mulher na terra.

Nas sociedades ocidentais, o mar permanece ainda como um espaço mal conhecido, perigoso, fora da cultura terrestre, fora da lei que impera no continente. Desse modo, desenvolveram-se duas formas de rituais, um de caráter terrestre e outro, marítimo. Quando entram no mar, os pescadores, por exemplo, devem abandonar aquilo que vem da terra para se proteger; quando chegam do mar devem abandonar o que receberam do mar, para se reintegrar na sociedade dos continentais, sem os contaminar. Hoje, os rituais coletivos de proteção da gente do mar (procissões, oferendas, ex-votos) estão desaparecendo, mas permanecem ainda certas práticas como evitar a presença, no barco, de certas categorias de pessoas (religiosos, mulheres), não proferir certas palavras e comportamentos enquanto navegam durante a noite (DIEGUES, 2003, p. 11).

Conforme Woortmann Fensterseifer (1992), a divisão sexual do trabalho demarca-se, ainda na atualidade, nos espaços de atuação de homens e de mulheres. Os primeiros são responsáveis pelas atividades no mar de fora, área de oceano, enquanto as segundas realizam suas atividades nas praias onde se encontram as áreas de manguezais, consideradas como terra. Já nos estuários e na maré, conhecido como mar de dentro, observa-se a participação de ambos os sexos nas atividades produtivas.

Diegues (2003) sinaliza que diversos estudiosos destacam as relações duplas entre terra e mar presentes no cotidiano dos pescadores, os quais percebem a natureza a partir destes dois mundos e organizam-se em função dos mesmos. Assim, mar e terra criam o simbolismo, o imaginário, as práticas e os saberes que permeiam a vida e as relações dos pescadores e das pescadoras.

[...] as mulheres assumem uma postura protagonista na medida em que enfrenta a barreira imposta pela divisão sexual do trabalho, que reserva aos homens o espaço público - espaço do poder - e a mulher o espaço privado - do lar e, por que não dizer,

da invisibilidade - expressão máxima do patriarcado, sistema de dominação masculina na sociedade (ALBUQUERQUE; FISHER, sd)

Os modos de produzir atrelados à pesca artesanal, sobretudo da mariscagem, constituem-se em elementos culturais que revelam saberes e práticas cuja composição afina-se com a questão de gênero. Para Scott (1995), o gênero relaciona-se com a constituição das relações sociais, impactando-as, considerando-se a formação de identidades, das representações sociais e da diferença entre sexos norteando, dessa maneira, a forma como os indivíduos se organizam para lidar com os diversos aspectos da vida social. Assim, Scott (1995, p. 75) afirma que a palavra gênero “oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e homens”.

A diferença evidente entre corpo masculino e feminino foi, primitivamente, o suporte de símbolos e mitos que a história não esqueceu em função da hegemonia da ordem racional. A cultura vem fazendo seu trabalho lapidar de reinventá-los, reatualizá-los no campo social, lugar no qual se materializam as relações desiguais entre os gêneros e destes com os recursos naturais (OLIVEIRA, 1993, p. 79).

Tradicionalmente, as mulheres exercem em comunidades pesqueiras um papel fundamental: aliam as atividades domésticas às atividades de coleta de mariscos e confecção de utensílios para pesca o que permite aos homens dedicarem-se à lida no mar de fora, ou oceano. Tal observação cristaliza-se nas palavras de Morin (2002a, p. 74) quando observa sobre o modo de vida em sociedades primitivas: “os homens possuem por vezes um saber escondido às mulheres, e essas, um saber desconhecido dos homens”.

A divisão sexual do trabalho está visivelmente presente na mariscagem. Na comunidade de Batateira, no município de Cairú (BA) pesquisada por Esteves (2007) cabe aos homens apreenderem caranguejos, visto ser uma atividade mais rentável e que exige maior força física; já as mulheres dedicam-se à extração de lambreta por ser um trabalho mais leve. Similarmente ocorre na comunidade de Mangue Seco, em Valença (BA), onde as Marisqueiras raramente apreendem caranguejos; dedicam-se, entretanto à captura de mariscos como sururu e ao beneficiamento do siri e do camarão. “Essas especializações definidas pela divisão do trabalho se fazem com base nas características físicas de força e crenças a respeito da fragilidade e vulnerabilidade das mulheres, sobretudo” (ESTEVES, 2007, p. 84).

No imaginário da pesca as mulheres estão presentes como sinônimos de proteção e sucesso e são reverenciadas nas figuras dos orixás.

[...] Iemanjá, Oxum, Janaina, Mãe d'Água, Nanã as sereias e as rainhas do mar são “forças que moram nas águas”. Donas das águas doces e do mar, são representadas por mulheres belas, vaidosas, que protegem os pescadores e mantém com estes uma relação amorosa simbólica. De tempos em tempos, transformam-se inteiramente em

mulheres e cantam à beira da praia para atrair o pescador escolhido. O ciúme destas ‘donas’, que não suportam outra presença feminina nas suas águas, seria, pois, a causa simbólica do impedimento da mulher ir ao mar e pescar em águas distantes (OLIVEIRA, 1993, p. 78).

No entanto, enquanto a mulher mítica exerce poder e fascínio no cenário da pesca, a mulher real desdobra-se entre o produtivo e o doméstico sem, no entanto, ter o merecido reconhecimento e visibilidade, conforme sinaliza Oliveira (1993, p. 71): “Á primeira todos os presentes e todos os mimos; à segunda todas as tarefas [...]”. Deste modo, na pesca artesanal, prevalecem as dicotomias homem/mulher, mar/terra, mito/real que se traduzem na “não percepção das mulheres enquanto ator social produtivo, permanecendo o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro” (LEITÃO et al., 2009, p.11). Assim, a mulher pescadora torna-se invisível por sua condição feminina e, igualmente, por pertencer a uma camada social subalternizada.

Dessa forma, a invisibilidade da mulher pescadora, especialmente da Marisqueira, revela-se nos diversos aspectos da sua vida: biológico, psicológico, econômico, político, social e que se traduzem em doenças ocupacionais, baixa auto estima, baixa produtividade e lucratividade, na dificuldade de acesso às políticas públicas e vulnerabilidade social. Leitão et al (2009) observam que o trabalho das mulheres pescadoras artesanais no Brasil é bastante desvalorizado tal fato deve-se a uma conjunção de questões ligadas ao gênero com aquelas de ordem estrutural a exemplo da proteção ao trabalho feminino, da política de financiamento e da geração de emprego e renda.

As mulheres Marisqueiras, na qualidade de pescadoras artesanais, habitam áreas de proteção e estão associadas à aptidão do uso e do manejo de saberes e práticas aprendidas através de gerações e do trato com a natureza. Sendo assim, inscrevem-se como população tradicional embora, conforme Vianna (2008), não há ainda um consenso sobre o termo visto que o poder público definiu população tradicional como sendo aquelas que teriam um trato diferenciado com a natureza e, portanto, estariam capacitadas para empreender a conservação ambiental. Esses grupos estariam autorizados em permanecer em unidades de proteção e conservação, excluindo-se os demais grupos.

Mais que uma profissão, a pesca artesanal é um modo de vida e parte integrante da cultura dos pescadores artesanais, detentores e herdeiros de um valioso saber tradicional, reconhecido como “conhecimento ecológico tradicional”, processo que foi acumulado ao longo de vários anos, numa verdadeira reprodução cultural de pai para filhos. [...]. A prática da pesca artesanal, por ser uma das mais sustentáveis, permite a manutenção dos recursos pesqueiros renováveis, haja vista o seu baixo impacto nos estoques pesqueiros, contribuindo para o suprimento de proteína nobre para uma imensa quantidade de brasileiros (BRASIL, 2014).

Apesar de admitir dificuldades e ambiguidades no reconhecimento de populações tradicionais, Diegues (2001) compreende-as como aquelas cujas características relacionam-se com atividades econômicas vinculadas e dependentes da natureza, muitas vezes vivem em ecossistemas a exemplos de manguezais, restingas, florestas tropicais e sinaliza que tais populações produzem “[...] modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica” (DIEGUES, 2001, p. 10).

Essas atividades envolvem saberes que são adquiridos através das tradições de práticas produtivas das populações costeiras e ribeirinhas, na observação direta e no contato com a natureza. Descreve ainda que tais grupos são, em sua maioria, analfabetos e possuem pouco poder político.

Conforme Santiago e Accioly (sd), a relação travada entre comunidades pesqueiras e os recursos naturais sustenta-se em um saber passado de geração em geração o que possibilita a exploração desses recursos como forma de sobrevivência, e ainda salientam, sobre a mariscagem:

Os obstáculos naturais do caráter agreste do ecossistema mais as influências externas oriundas do meio adjacente influem nos fluxos de transformações do ecossistema e na organização do processo produtivo e a atividade de coletar mariscos encerra um legado, patrimônio cultural imaterial, uma série de conhecimentos necessários que são transmitidos em nível tão cotidiano que muitas vezes as próprias pessoas da comunidade não se dão conta que esse saber existe (SANTIAGO; ACCIOLY, sd, p. 2).

A origem do conceito surge, segundo Vianna (2008) a partir da década de 1980 por grupos envolvidos na questão ambiental e adeptos do conservacionismo, que possui como princípio a administração e o manejo racional dos recursos naturais pelo homem. Tal conceito se fortalece nos anos 1990, com a publicação de documentos que expressavam a preocupação com tal questão, especialmente no que dizia respeito a relação entre desenvolvimento, populações locais e conservação de recursos, sugerindo a ideia de sustentabilidade.

Esse desafio reflete-se também na concepção de áreas naturais protegidas impondo uma compreensão menos restritiva de seu manejo, como um fator importante senão primordial, para manutenção da sua biodiversidade. [...]. Formalmente, em nível internacional, essa posição consolidou-se em 1994 [...] o reconhecimento do papel

frequentemente positivo que as *indigenous people*¹⁷, ou *native people* desempenham na conservação dos ambientes que manejam (VIANNA, 2008, p. 208).

O interesse pelos territórios das populações consideradas *indigineous people* gerou uma relação conflituosa entre estas e os conservacionistas gerando injustiças sociais o que resultou em uma aliança que reconheceu essa população como detentora de práticas tradicionais e, portanto, com direitos a permanência em seus territórios. Desta maneira, convencionou-se chamar tais populações de tradicionais. Sendo assim, no Brasil, cunhou-se o termo populações não étnicas para designar grupos humanos que igualmente às populações indígenas, possuíam características para conservar o meio em que viviam. (VIANNA, 2008). Assim, segundo Vianna (2008, p. 214) os conservacionistas definem populações tradicionais como aquelas que apresentam:

[...] “a harmonia com a natureza”, o etnoconhecimento, o manejo sustentável dos recursos naturais, e a condição de produtoras de biodiversidade. Essas são chamadas de “populações tradicionais” expressão que designa um conjunto de populações de pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, caipiras, camponeses, extrativistas, pantaneiros e ribeirinhos que fazem uso direto dos recursos da natureza através de atividades extrativas e/ou de agricultura com tecnologia de baixo impacto ao meio, que vivem em remanescentes florestais que são ou podem vir a ser unidades de conservação.

As lutas travadas neste campo pelos movimentos sociais, pelos ambientalistas, pelo poder público, pelas universidades e outros segmentos instaurou discussões e ações sobre a ocupação, a conservação, a incorporação da população e a gestão eficiente das áreas protegidas sob duas perspectivas: a do conservacionismo e a do Movimento social. Os conservacionistas propunham incorporar as populações ao discurso conservacionista; o movimento social campo, que é formado por grupos organizados para a promoção de mudanças coletivas nos âmbitos de interesse social, procurou incorporar o discurso conservacionista aos movimentos sociais do campo no sentido de fortalecê-los para o enfrentamento das lutas pelos recursos naturais e pelo direito ao território (VIANNA, 2008).

Embora tenham origens históricas e interesses diferentes, as duas perspectivas acabam por se cruzar na busca pela compatibilização da ocupação tradicional com objetivos de conservação das áreas protegidas e pela maior eficiência na gestão dessas áreas. Um exemplo desse cruzamento é a formação do Conselho Nacional dos Seringueiros; outro é o movimento dos moradores de unidades de conservação, que nasce em São Paulo e se formaliza com a Comissão de Moradores de Unidades de Conservação, em 1994 (VIANNA, 2008, p. 215).

Motivado pelo acesso a terra e aos recursos naturais, surge a segunda perspectiva, baseada em uma coalizão entre populações tradicionais e movimentos ambientalistas o qual

¹⁷ Habitantes originais – e seus descendentes – das terras que foram ocupadas pela expansão colonizadora europeia, iniciada no século XVI (VIANNA, 2008, p. 209).

assevera Vianna (2008), tem saboreado algumas conquistas e promovido a organização e a resistência de populações locais na luta pelos seus direitos, conferindo-lhes visibilidade, como mostra o exemplo:

Inspirados em movimentos sociais rurais, que passaram a defender seus meios de produção incorporando o discurso ecológico, as populações diretamente afetadas pela implantação de unidades de conservação, de uso direto da Mata Atlântica, notadamente as pessoas que viviam dentro de seus limites, começaram a se organizar para defender seus direitos, formando diversas associações (VIANNA, 2008, p. 225).

Conforme aponta Diegues (2001), não existem populações que exibam todas as características de população tradicional. Alguns grupos exibem características que podem aproximá-los mais ou menos do conceito. Assim, as características apontadas por Diegues (2001), se presentes em grupos em menor ou maior grau, podem identificá-los como populações tradicionais. Entretanto, o poder público, ao definir as populações tradicionais, assume tais características integralmente resultando, muitas vezes, na desclassificação de algumas populações que não as exibam na íntegra.

- a. Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroi um “modo de vida”;
- b. Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c. Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;
- d. Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e. Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f. Reduzida acumulação de capital;
- g. Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h. Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i. A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;
- j. Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e
- k. Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 1994, p. 245).

Há cerca de dez mil anos as sociedades de caçadores e extrativistas, nômades em sua essência, realizavam atividades baseados na caça, pesca e coleta de frutos no sentido de sobreviverem. Sucederam-se as civilizações hidráulicas ou agrícolas cujo arranjo social

pressupunha a proximidade entre as pessoas e a atividade produtiva era realizada pelas famílias com foco nos recursos naturais. Em ambas as sociedades, pela própria dinâmica imposta pelas relações sociais, não havia necessidade de separar espaço, tempo e lugar. A este arranjo social denominou-se chamar de sociedades pré-capitalistas.

As populações tradicionais exibem traços de um modo de vida não capitalista, no entanto, inseridas na dinâmica do modo de produção capitalista presente na atualidade, convivem com este sistema, ainda que às suas margens. Este fato é observado em muitas populações que exibem modos de vida que podem ser considerados tradicionais (VIANNA, 2008). Assim, a autora adota o conceito de populações tradicionais como: “participantes da formação econômica e social capitalista moderna, com todas as consequências dessa situação histórica, e não como grupos isolados, amostras ‘puras’ de sociedades pretéritas, como nas definições correntes, incorporadas pelo conservacionismo” (VIANNA, 2008, p. 257). Sendo assim, este conceito corrobora com a configuração de vida das Marisqueiras participantes desta pesquisa.

Conforme sinaliza Vianna (2008), as populações tradicionais no Brasil têm suas raízes centradas no processo de formação do Brasil colônia que, ao esgotar um ciclo econômico, fomentava a pobreza e deixava populações em situação de penúria vivendo às margens do tecido social, praticando uma economia de subsistência, propiciando o surgimento de subculturas regionais, ou sociedades rústicas, a exemplo do caipira, do caiçara, do sertanejo que constituem o campesinato. “Como todas as culturas rústicas, os camponeses são descritos como relativamente autônomos quanto ao seu próprio sustento, mas com alguma forma de vínculo com a cidade ou com grandes proprietários” (VIANNA, 2008, p. 262).

Dessa maneira, originalmente a estrutura social e econômica das populações tradicionais guarda semelhança e afina-se em suas origens com o campesinato cujas características principais revelam-se na organização social e econômica centrada na propriedade rural familiar, tendo na agricultura sua principal fonte de sobrevivência; na vida em pequenas comunidades rurais que denotam uma cultura específica, especialmente na raiz de seus saberes provenientes da experiência; nas lutas travadas por visibilidade, constituição e construção de seu espaço socioeconômico, e na forma como estão submetidas à dominação e exploração de forças externas como o mercado.

Assim, os atravessadores e o próprio Estado através de suas políticas tornam-se agentes de dominação que qualificam tanto a forma como vivem os camponeses quanto a outros grupos que se encontram às margens do tecido social. Tais observações orientam para

um conceito de campesinato que vai além das fronteiras geográficas ou profissionais, identificando-o como um modo de vida (SHANIN, 2005; WANDERLEY, 1996).

A permanência identitária do campesinato, mesmo recriado pelo capitalismo para servir aos interesses de reprodução, conduzem Woortmann (1990) a atribuir o termo campesinidade ao modo de vida camponês. Este termo reporta-se a um conjunto de ética e de tradição, de relações de solidariedade e reciprocidade e de valores como a família, a religiosidade, o trabalho e a terra. A campesinidade, portanto, pode estar presente em muitos grupos cujo modo de vida não capitalista guardem características semelhantes aquelas produzidas pelo campesinato, a exemplo daquelas que exibem um saber tradicional.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1996, p. 5).

A engrenagem de reprodução do capital redefiniu e colocou a seu serviço o campesinato que, embora transformado e adaptado, resistiu permanecendo identificável como tal (MOURA, 1986).

Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento” (SHANIN, 2005, p. 9).

Conforme sinaliza Diegues (2003), o esgotamento dos ciclos do café e do açúcar no Brasil colônia proporcionou o surgimento da pesca artesanal como alternativa de trabalho, sobrevivência e ocupação nos litorais.

[...] No período colonial, os manguezais principalmente do Nordeste e do Sudoeste foram utilizados pelas populações humanas que viviam no litoral para diversas finalidades como a extração de madeira para as construções, para a lenha, para a preparação do tatino com que se tingem as redes, para a extração de ostras, para a pesca, etc (DIEGUES, 2001, p. 189).

Apesar de configurar-se como possibilidade econômica e social, a exemplo do campesinato, a pesca artesanal e, como categoria desta, a mariscagem, guarda profundas

raízes nas atividades agrícolas constituindo, no Brasil, um segmento periférico marcado por precariedades, vigentes nos dias atuais reforçadas pela égide do capitalismo. Vianna (2008) assevera que a discussão sobre a definição de caçara no Brasil inclui também o pescador.

Embora diferencie a sociedade de pescadores da sociedade camponesa, especialmente aqueles grupos que exercem sua atividade no mar e que, portanto, possuem simbologias e culturas diferenciadas, Diegues (1995) admite que as pessoas que viviam em contato com o mundo natural inseriam-se na categoria de camponeses.

É somente nos anos 1960, segundo Vianna (2008), que começam a aparecer os primeiros estudos sobre pesca e comunidades pesqueiras como segmento da sociedade. Depois de uma década surgem também os centros de pesquisa sobre comunidades e pescadores, culminando no surgimento da antropologia marítima¹⁸. Conforme Vianna (2008, p. 262), “o principal argumento para distinção de populações litorâneas e populações interioranas é o de que a pesca define uma organização social, espacial, temporal e simbólica específica”.

Conforme descreve Polany (2000), as sociedades rústicas zelam, primeiramente, pela manutenção de seus laços sociais em detrimento das atividades econômicas. O aspecto de imbricamento destas com as relações sociais reforçam-se a partir da realização de atividades e da divisão dos resultados de forma compartilhada. Dessa maneira, reciprocidade e generosidade tornam-se sementes para a atividade econômica.

Tais particularidades revelam um distanciamento do modo de vida produzido pelas sociedades capitalistas cuja principal motivação está baseada no lucro. Neste sentido, Gonçalves (2009) observa que a reciprocidade, a redistribuição e os laços sociais que permeiam as trocas nas sociedades denominadas “primitivas” conferem ao sistema econômico a coesão e a estabilidade social estabelecendo uma contraposição às sociedades capitalistas industriais cujo sistema econômico é fundado na economia de mercado autorregulado que desagrega o tecido social.

[...] o modo de vida camponês é uma expressão de resistência ao processo de capitalismo e também uma forma de sobrevivência dentro do capitalismo, uma vez que a terra é utilizada também como meio de produção de bens para comercialização, mesmo com a ressalva de que o formato de produção camponesa se difere da latifundiária (capitalista por sua essência). Encontramos na economia camponesa alguns aspectos intoleráveis ao capitalismo como a troca e a reciprocidade.

Portanto, a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também *morada da vida*, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da

¹⁸ A Antropologia Marítima é um campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente a pesca (DIEGUES, 2003).

fatura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do auto-consumo (PAULINO; ALMEIDA 2010, p. 40).

O estilo de vida camponês revelado na relação estreita com a terra e com a construção e a difusão de um saber tradicional também se constituem em forma de resistência ao modelo imposto pelo capitalismo. Shanin (2005) observa ainda a mobilidade presente no campesinato que muitas vezes assume formas de trabalho diversas como estratégia de sobrevivência. Da mesma forma ocorre com as Marisqueiras participantes desta pesquisa em suas práticas produtivas. Em épocas de defeso, é comum as mulheres migrarem para as atividades agrícolas, especialmente quando coincidem com a safra de produtos regionais como o cravo, a pimenta do reino e o dendê. Na alta estação, quando o fluxo turístico é maior no município, assumem atividades na rede hoteleira local como faxineiras, camareiras ou cozinheiras, assim como em barracas de praia para complementar renda.

A diversidade de belas paisagens, do clima agradável, as manifestações culturais e a proximidade com a capital do Estado, dentre outros fatores presentes na região do Baixo Sul, fazem de Valença, segundo a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia¹⁹, um dos 156 municípios turísticos do estado, além de figurar como porta de entrada para o litoral do Baixo sul e corredor turístico para Morro de São Paulo²⁰. Contudo, o setor turístico em Valença apresenta-se carente de infraestrutura, investimentos e, sobretudo, ações educativas alinhadas à sustentabilidade dessa atividade. Desta maneira, tanto pode revelar aspectos favoráveis para o trabalho das Marisqueiras a exemplo das possibilidades de complementação de renda e uma maior demanda por produtos oferecidos, quanto podem descortinar instabilidades e ameaças para o segmento, conforme sinaliza Cerqueira dos Santos:

No entanto, a maneira como o turismo se insere provoca sérias ameaças aos ecossistemas costeiros. Por um lado, existe elevado potencial para o desenvolvimento de um ecoturismo, com possibilidades de relações mais equilibradas entre os recursos naturais e as dinâmicas culturais encontradas. Por outro lado, a carência de planejamento que permita a inclusão da população local, no processo de crescimento das novas atividades, demanda maiores reflexões sobre a inserção do turismo no litoral da Bahia (CERQUEIRA DOS SANTOS, 2010, p. 1-2).

O relato das Marisqueiras revela que as atividades turísticas tem impacto positivo de curto prazo para a vida delas. Percebe-se que o ganho auferido no período é imediato, mas não promove uma melhoria significativa de vida para o grupo, tampouco individualmente, conforme observa Maria Articuladora (2014):

¹⁹ Informação disponível no site: < <http://www.setur.ba.gov.br/>>.

²⁰ Localidade situada na baía de Tinharé, no município de Cairú (BA) e um dos principais destinos turísticos internacionais do estado da Bahia.

Na alta estação agente ‘bomba’. Vendemos o triplo que no inverno. É por causa dos turistas que querem sempre provar um marisco e acaba levando pra casa os catados. Também agente acha muito trabalho na época de dezembro até fevereiro nas pousadas. Eu mesmo e minhas amigas trabalhamos nas barraca de praias como cozinheira, nas pousadas arrumando cama, ganhamos uns trocados para o verão. A gente sempre espera essa época para ganhar mais um pouco. Mas é só isso, depois o povo vai embora e a gente tá muito cansada, mas tem que voltar pras nossas atividades de sempre. Não muda muita coisa não.

Outro aspecto importante refere-se à especulação imobiliária que se instala em áreas de ecossistemas ou fronteiriças com estes. Valença é um município cercado de Manguezais e Mata Atlântica onde grande parte da população exerce suas atividades produtivas. A invasão e derrubada da vegetação dessas áreas são constantes dando lugar a casas, condomínios, empreendimentos e prédios públicos, a exemplo do IFBA que foi edificado em área de Manguezal fronteiro à comunidade de Mangue Seco, na qual a população foi destituída do espaço no qual coletavam mariscos restringindo assim sua área de atuação. Sobre o turismo, nessa perspectiva, Rodrigues e Alencar dos Santos (2012, p.3) sinalizam:

Assim, por suas características específicas, ele necessita de vastas extensões de terra para se desenvolver, normalmente localizadas em regiões cujas belezas naturais lhes confere elevado potencial turístico, o que, no mais das vezes, gera forte especulação imobiliária, além de conflitos fundiários em áreas habitadas por populações ali radicadas.

O município de Valença (BA) guarda semelhanças com a realidade relatada por Cerqueira dos Santos (2010) sobre a região do Recôncavo da Bahia, nos aspectos acima abordados, demonstrando que esta é uma realidade a qual pescadoras e pescadores estão submetidos.

Por um lado, encontram-se as residências de pescadores, construídas sobre estacas, em sua maioria, de modo a proteger-se das movimentações constantes das ondas do mar e dos sedimentos. Os impactos provocados por essas intervenções são mínimos, visto que a maioria desses habitantes pratica uma pesca artesanal e não dispõe de equipamentos técnicos como moto-serra, tratores e veículos automotores. Por outro lado, assiste-se à intensa devastação dos manguezais, pelos empreendedores econômicos, que nesse caso constituem aqueles que empregam maiores volumes de capital, principalmente com a implantação de projetos imobiliários e com a construção de tanques para a criação de camarão, entre outras atividades, sem as devidas precauções ambientais (CERQUEIRA DOS SANTOS, 2010, p. 10-11).

Esta realidade faz nascer uma relação de antagonismo da população em relação a tais empreendimentos que se vê alijada de uma área que acreditava possuir. Dessa maneira, conforme apontam Rodrigues e Alencar dos Santos (2012), na atualidade, a especulação turística materializada na construção de condomínios residenciais, *resorts*, dentre outros privatiza ambientes a exemplo do mar e dos manguezais, configurando-se como uma ameaça às condições de trabalho nestas áreas. Com a escalada do turismo, a especulação se acirra,

empurrando os grupos que dependem da natureza para sobreviver cada vez mais para as periferias e transformando paisagens e locais nativos em bairros cujos grupos que há décadas as habitam e tiram delas seu sustento não podem ter acesso, desconstruindo para estes grupos a própria percepção que possuem sobre seu território.

As populações tradicionais, sobretudo aquelas relacionadas com a pesca artesanal, estão intimamente relacionadas com a noção de território no qual se desenrolam as relações com o meio natural, de poder e de simbologia. Tais relações constituem-se em territorialidades, conforme aponta Saquet (2007). As abordagens sobre território assumem uma diversidade de conceitos que se relacionam às concepções que cada autor possui sobre a temática. Costa (2004, p. 37) reconhece a vastidão do conceito e aponta dimensões que podem ser assumidas nas concepções sobre território.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (COSTA, 2004, p. 37).

Na perspectiva de Ratzel (1990), o conceito de território está atrelado ao espaço o qual se torna esteio para a evolução do Estado e da população. Conforme sinaliza Valverde (2010), o havia uma limitação no conceito de território que no passado esteve atrelado apenas a escala do território nacional e suas fronteiras com outros países, atribuindo ao poder público o poder para empreender o controle do espaço.

Contrapondo-se a esta perspectiva, Raffestin (1993) assevera que o espaço é anterior ao território e que este se forma a partir de um ambiente para as relações de produção e de poder, este entendido como energia e informação, construídas e compartilhadas pelos indivíduos com o Estado e com outros agentes. Assim, o autor compreende território como sendo: “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

A definição envolvendo as relações de poder também é compartilhada por Souza (2001 e 2006) quando define território como “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2006), o que não necessariamente engloba o conceito de

Estado. No conceito defendido por Souza (2001) o que está em pauta é a união entre os conceitos de espaço e poder tendo em mente que a noção de poder não é aquela ligada à violência ou à força, mas aquela que estabelece relações de dominação político-cultural. Nesta perspectiva, o espaço territorializado passa a ser aquele onde há uma diversidade de territórios dentro de um mesmo território, conforme sinaliza: “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN²¹” (SOUZA, 2001, p.1).

[...] a partir dos anos 80, os territórios passaram a ser aplicados para representar as atividades de movimentos sociais urbanos. Com o inchamento das cidades brasileiras na década anterior, aumentaram também os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, a violência e a desigualdade econômica. O crescimento caótico que derivou dessa soma de fatores trouxe uma pluralidade de atores e cenários para o espaço público. Nesse sentido, o discurso sobre o território passa a envolver novas possibilidades ao se tornar um elemento crucial das reivindicações nas cidades (VALVERDE, 2004, p. 120).

No âmbito da pesca artesanal, a dimensão de construção do território está associada aos aspectos econômicos e sociais que permeiam as relações dos pescadores, bem como ao uso do seu saber e à apreensão do saber presente no seu cotidiano. Assim, considera-se a mariscagem como uma atividade que depende de articulações entre saberes, experiências, práticas, espaços, simbologias para a sobrevivência e produção e sustentação do seu território.

O território da pesca artesanal é uma articulação de vários territórios onde os pescadores artesanais desenvolvem suas atividades de pesca e de vida. A moradia, as manifestações do Estado e dos órgãos responsáveis pela criação das políticas públicas. É sabido a importância desses territórios enquanto espaço produtivo que garantem a sobrevivência da comunidade, pois a partir da comercialização desses produtos que os mesmos têm acesso a outros recursos básicos necessários a sua sobrevivência (alimentação, energia elétrica, vestuário, dentre outros), porém suas relações com o espaço não restringem-se a produtividade pesqueira (RIOS, 2012, p. 16).

Na observação do cotidiano das Marisqueiras de Mangue Seco infere-se que a noção de território, mesmo que imperceptível para elas representa o desencadeamento de identidade, cultura, do modo de vida, das relações sociais, das práticas produtivas, conflitos e, sobretudo, do sentimento de pertencimento traduzido no conceito proposto por Santos (2006, p. 13): “Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o

²¹ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe (SANTOS, 2006, p. 14).

Neste sentido, Souza (2001) revela que o território constitui-se tanto como base de sustentação econômica, quanto cultural sendo, portanto, imprescindível na conquista pela autonomia. O conceito de território surge, dessa forma, como um elemento possibilitador de autonomia e de mudanças no qual identidade, poder, cultura e laços sociais projetam-se e refletem-se em contradições, reciprocidades, trocas, informação e aprendizado.

Considerando-se que a mariscagem constitui-se em uma atividade que envolve o coletivo já que as Marisqueiras, e em particular, aquelas participantes desta pesquisa, realizam suas tarefas cotidianas de ir ao manguezal coletar os mariscos ou ir ao porto adquiri-los e beneficiá-los sempre juntas em pequenos grupos observa-se, que nessa dinâmica, elas decidem, discutem problemas, resolvem conflitos e estão sempre submetidas à avaliação e validação dos seus saberes umas pelas outras, tanto profissionalmente quanto comportamentalmente. Essa dinâmica é centrada, especialmente, na comunidade na qual comungam seus objetivos, a qual se tornou palco principal da vida social e econômica das Marisqueiras.

A compreensão sobre o conceito de comunidade vem sofrendo transformações ao longo dos anos. O conceito de clássico proposto por Ferdinand Tönnies (1979) considera que a comunidade nasce de uma vontade genuína, natural ou orgânica, vontade essa que determina o pensamento. A comunidade, nesta perspectiva, é uma forma de convivência de um grupo no qual se evocam as relações de parentesco, práticas e experiências culturais compartilhadas que, para Tönnies, se opõem à ideia de sociedade. Para o autor, o conceito de sociedade origina-se da vontade arbitrária, aquela que é produzida pelo pensamento. Assim, o conceito de sociedade surge atrelado às motivações racionais e as relações em seu âmbito teriam um caráter comercial e calculista.

Sob este prisma, o conceito de comunidade orienta-se para certo bucolismo e afasta-se da real percepção das comunidades atuais nas quais disputas e conflitos estão sempre presentes. Outrossim, considera-se que exista uma relação de influência e de dependência entre os conceitos de comunidade e sociedade, notadamente no processo de troca de saberes e

experiências, a qual exige uma evolução dos conceitos no sentido de acompanhar as transformações humanas.

Portanto, no caminho da evolução do conceito de comunidade, observa-se que o dicionário de Filosofia Abbagnano (2000) imprime ao termo o sentido de comunhão dinâmica que suscita a ideia de união, de compartilhamento e de objetivos comuns. Já o dicionário de Ciências Humanas Dortier (2010) indica que uma comunidade é um grupo de pessoas unidas através de laços de sociabilidade, pelo sentimento de pertencimento e por uma subcultura comum. De ambos os conceitos, apreendem-se aspectos que caracterizam uma comunidade, a exemplo do compartilhamento, dos objetivos comuns e das semelhanças culturais encontradas também na dinâmica comunitária das Marisqueiras de Mangue Seco.

Em Weber (2002), encontra-se um elemento fundamental para aproximar a configuração comunitária das Marisqueiras do conceito de comunidade: a solidariedade. Desta forma, Para Weber (2002, p. 71), comunidade significa: “uma relação social na medida em que a orientação da ação social²² – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. O autor, entretanto, afasta-se da ideia de comunidade ideal ao incluir em seu conceito a presença do conflito. Assim, evidencia que, mesmo nas relações comunitárias mais íntimas, o conflito pode ser encontrado. Para Silva (2003), a caracterização das relações comunitárias proposta por Weber centra-se no fato dos participantes da mesma sentirem-se como um todo, atribuindo-se à comunidade uma ideia de unidade.

Na busca pelo conceito de comunidade, questionaram-se as Marias Marisqueiras sobre a temática, o diálogo resultante mostrou-se revelador. Maria Esperança (2014) declarou que a primeira palavra que caracteriza uma comunidade é a união, mas admite as relações conflituosas que surgem no seio da comunidade: “Para ter comunidade é preciso ter união; a nossa comunidade diminuiu muito por causa dos conflitos, então, se não tiver união não tem comunidade, a gente tem que ser um só, um ajudando o outro”.

Nas palavras de Maria Articuladora (2014), para haver comunidade é preciso ter “caráter e respeito”. Assim, ela evidencia a importância de valores individuais para o sucesso do conceito coletivo de comunidade. Maria Articuladora ainda acrescenta que tem muitas pessoas que costumam chamar o local de favela. Assim, afirma que se indigna quando algumas pessoas dizem ‘nós somos favela’. Ela diz que acha aquilo um absurdo, e desabafa:

²² Ação do indivíduo orientada para os outros (WEBER, 2002, 37).

“se aqui fosse uma favela a gente que mora e convive aqui era o que? Favelados? Não somos favelados mesmo!”.

Diante desta fala, trava-se um diálogo no qual Maria Acomodada (2014) posiciona-se “isso é porque a gente sempre sofreu preconceito, sempre foi menosprezado”. “Então o povo mesmo daqui diz que é favela, mas a gente não acha mais isso não”. A fala de Maria Acomodada denota que ela própria já comungou desse preconceito, mas hoje já visualiza outra condição. Observando a discussão, Maria Sabedoria (2014) assevera: “a gente é comunidade porque tem diálogo; pra ser comunidade tem que ter diálogo, se não tiver nada acontece”. Diante dos posicionamentos, Maria Esperança (2014) encerra o debate sobre o assunto, concluindo que: “assim como todo mundo disse a gente pode dizer, minha pró, que comunidade não é só aqui o lugar que a gente mora não; a gente pode dizer que o Mangue Seco é comunidade e o nosso grupo, o Maria Marisqueira, é uma comunidade, né”?

Na fala de Maria Esperança revelam-se aspectos a exemplo de união, solidariedade, unidade e a presença do conflito, encontrados na concepção weberiana de comunidade. Assim como Weber (2002) afirma que uma comunidade pode basear-se em qualquer tipo de relação emocional, afetiva ou tradicional, também assim concebe Maria Esperança quando questiona afirmando que o grupo Maria Marisqueira também é uma comunidade. Sob o prisma da orientação para a ação social presente na concepção de Weber (2002) sobre comunidade, admitir a necessidade de diálogo como elemento imprescindível ao conceito, indicada por Maria Sabedoria, torna-se fundamental, pois a ação social somente se empreenderá a partir da comunicação e do diálogo.

O diálogo entre os saberes e a experiência compartilhada das Marisqueiras em suas relações comunitárias possibilitou inferir-se sobre o conceito que possuem sobre comunidade e sobre o posicionamento do mesmo neste estudo. Desta forma, além dos saberes inerentes às práticas produtivas, desvendam-se saberes que as Marisqueiras detêm sobre suas relações sociais. Todavia, os saberes próprios de grupos e comunidades, a exemplo dos saberes das Marias Marisqueiras, a fim de perpetuarem-se, gerarem novos saberes e intervirem na realidade carecem ser traduzidos, a fim de dar-lhes visibilidade, atarem-se laços que possibilitem a construção de relações entre realidades distintas, conforme observa Mota (2005). Considerando o caráter de incompletude de todo saber, Sousa Santos e Meneses (2010) propõem que haja diálogo e disputa epistemológica entre eles para que se transformem em práticas diversas e sábias, práticas que conduzam à liberdade.

Sendo assim, sugere-se que a diversidade de saberes seja posta em circulação, no sentido de conhecerem-se e reconhecerem-se, construir-se e desconstruir-se e entrarem em entendimento que resulte em vínculos condutores de melhorias dos grupos envolvidos.

3.3 DO DIÁLOGO COM SABERES: a diversidade em movimento

A coexistência da diversidade e da desigualdade de saberes no mundo traz em seu cerne a presença de diversas formas de pensá-los e compreendê-los. As relações capitalistas que norteiam o pensamento ocidental construíram um arcabouço de saberes que assumiram a forma hegemônica, prescindindo todos os outros saberes que não se encaixavam em sua lógica, predominando assim a hierarquização de saberes bem como a negação das culturas consideradas submissas e subalternas, principalmente no modo de vida não capitalista.

Na medida em que sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: foram definidas (e, muitas vezes, acabaram-se autodefinindo) como saberes locais e contextuais apenas utilizáveis em duas circunstâncias: como matéria-prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumento de governo indireto, inculcando nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem autogovernados. A perda de uma autoreferência genuína não foi apenas uma perda gnoseológica, foi, também, e, sobretudo, uma perda ontológica: saberes inferiores próprios de seres inferiores (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 17).

Igualmente, a epistemologia promovida por este modo de pensar outros saberes que não aqueles os quais servissem aos interesses econômicos e políticos, postos e impostos pela racionalidade moderna, reconhecida por Sousa Santos (2007) como razão indolente, promove o afastamento, relegando à sombra, experiências de saberes e práticas reais e que poderiam estar presentes. Assim, tal intenção se materializa mediada pela produção de uma cultura exclusiva, típica do pensamento hegemônico.

Deste modo, a monocultura do saber e do rigor eleva o saber científico como o único válido, desprezando outras formas de saber; a monocultura do tempo linear promove a história em uma só direção, a dos povos considerados desenvolvidos. Assim, instituições e comportamentos sociais são aceitos como modelo de produção de progresso e lhes confere a posição de frente do processo de desenvolvimento enquanto outros povos estariam em desalinho, portanto, considerados primitivos; a monocultura da naturalização das diferenças classifica a dita inferioridade de povos como algo que provém da natureza e assim promove, ao tempo em que oculta hierarquias; a monocultura da escala dominante constrói uma ideia válida para todas as coisas, a exemplo da globalização, que se expande incutindo nomenclaturas e conceitos aos movimentos os quais lhes são opostos denominando-os de locais e estabelecendo-os como invisíveis; a monocultura do produtivismo capitalista ignora

todas as formas de organização da produção que não sejam aquelas relacionadas com a mensuração da produtividade e do crescimento econômico que acontecem em apenas um ciclo de produção. Assim, excluem-se as experiências de grupos que lidam com a natureza, e que por seu caráter sazonal, empreendem outras formas de cultivo e extração de produtos, a exemplo da atividade da mariscagem, banindo-os para o círculo inferior da economia (SOUZA SANTOS, 2007).

Os desdobramentos desse pensamento, e sua conseqüente desconstrução de saberes, estão impressas ainda nos dias atuais nos cenários da exclusão social, da desigualdade, da negação de direitos econômicos e políticos, da opressão, dos conflitos, da violência, da falta de expectativas positivas para os sujeitos, conforme sinaliza Morin (2011, p. 13): “Infelizmente, pela visão mutiladora e unidimensional, paga-se bem caro nos fenômenos humanos: a mutilação corta na carne, verte sangue, expande o sofrimento [...]”. Esta realidade evoca adotar um novo modo de pensar os diversos saberes, conectando-os a fim de que a inteligibilidade entre eles aconteça.

De acordo com Sousa Santos e Meneses (2010), o mundo é naturalmente diverso do ponto de vista epistemológico o que confere à capacidade humana a riqueza de capacidades. Esta constatação permite a formulação de alternativas à epistemologia dominante quando promove a reflexão sobre possíveis interpretações e intervenções produzidas pela diversidade de saberes.

A epistemologia do sul preocupa-se com a epistemologia de maneira crítica quando propõe um olhar diferenciado sobre os saberes populares para possibilitar a visibilidade e a valorização dos mesmos e reconhecê-los com riqueza social. Como instrumento para atingir tal proposta, opta pelo diálogo entre saberes, também denominado por Sousa Santos (2007) de ecologia dos saberes.

A partir da ecologia dos saberes devemos admitir que seja impossível haver uma epistemologia geral: Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo (SOUZA SANTOS; MENESES, 2010, p. 54).

Todavia, para promover o diálogo entre diversas experiências cognitivas e suas diferentes linguagens, símbolos, aspirações, posturas e concepções é preciso lançar mão do processo de tradução: “Através da tradução torna-se possível identificar preocupações comuns, aproximações complementares e, claro, também contradições inultrapassáveis” (SOUZA SANTOS, 2010, p.62). A dificuldade da tradução estabelece-se a partir das fronteiras que existem entre os grupos sociais e da compreensão/incompreensão de formas de

vida, de reprodução social, de organização produtiva, de saberes, de simbologias e de demandas externas preterindo, desta forma, a troca e o enriquecimento mútuo.

[...] É preciso desenvolver, como propus noutra lugar (Santos, 1999) uma teoria da tradução que permita criar inteligibilidade recíproca entre as diferentes lutas locais, aprofundar o que têm em comum de modo a promover o interesse em alianças translocais e a criar capacidades para que estas possam efectivamente ter lugar e prosperar (SOUSA SANTOS, 2002, p. 27).

Nas primeiras tentativas de aproximação com o grupo de Marisqueiras, ainda durante a experiência do projeto de extensão em 2010, a equipe da universidade foi rejeitada e olhada com desconfiança posto que as mesmas tivessem um discurso formado sobre a universidade como pessoas que se apropriavam dos seus saberes e não lhes proporcionava algum retorno. A impressão do grupo de Marisqueiras com relação à atuação das universidades e de outras instituições de pesquisa não é infundada.

São muitas as experiências reveladas por grupos e comunidades que denunciam a postura negligente de pesquisadores os quais se aproximam dos grupos, absorvem seus saberes, e não retornam ao menos para agradecer ou dar retorno do real tratamento dado ao patrimônio cultural pesquisado. Dessa maneira, a imagem da universidade torna-se maculada e, especialmente a universidade pública, que na qualidade de instituição social tem a sua missão distorcida, aumentando ainda mais o muro entre si e as comunidades em cujas poderia construir pontes. Igualmente, na prática, a universidade pública ainda configura-se como um espaço elitizado, no qual as classes populares ainda não tem acesso, e quando o têm, sentem-se desconfortáveis, a exemplo das primeiras incursões das Marias Marisqueiras na Universidade do Estado da Bahia. O distanciamento também revela-se no tratamento que é dispensado às equipes oriundas da universidade as quais, via de regra, não na maioria das pesquisas não se incorporam ao estilo de vida da comunidade, sendo rechaçadas por estas, conforme apontam as Marisqueiras.

No caso desse estudo, o processo de tradução possibilitou a aproximação, o entendimento, o repensar, a troca de saberes e a busca de interesses e soluções possíveis, orientando para a observação de Freire (2010, p. 29): “Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo”.

A relevância da interação, da comunicação e do diálogo é apontada também por Freire (2005) quando afirma que o diálogo é fenômeno humano e direito de todo homem e que nele reside a possibilidade de reflexão e de ação orientando os sujeitos para a transformação e significando-os no mundo.

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só com o diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. O diálogo é, portanto, o indispensável caminho (Jaspers), não somente nas questões vitais para a nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtual da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eles mesmos” (FREIRE, 2006, p. 115-116).

Igualmente, o Professor Ernani Fiori, ao redigir o prefácio do livro *pedagogia do oprimido* em 2005, salienta que o diálogo fenomeniza e historiciza a intersubjetividade dos sujeitos e revela:

[...] ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se [...]. E ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca reencontrar-se além de si mesma é comunicar-se com o outro (FREIRE, 2005, p. 16).

Nesta direção, no ano de 2013, em um evento de lançamento do livro de receitas oriundo das oficinas de tecnologia do pescado no qual estavam presentes no auditório da Universidade do Estado da Bahia, no *Campus XV-Valença* as Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, autoridades locais e comunidade acadêmica, abordou-se, no discurso acadêmico, as demandas e os direitos econômicos, políticos e sociais do grupo. Do seu lugar na plateia, Maria Batalha exclamou: “o nosso grupo sempre pensou e quis dizer para as pessoas essas coisas, mas nunca foi ouvido. Agora estamos aqui, dentro da faculdade, e todo mundo escutando”. Ato contínuo, Maria Batalha dirigiu-se aos presentes endossando o discurso acadêmico, chamando outras Marisqueiras para a discussão, dando abertura, naquele momento, ao diálogo entre diversos saberes, permeado pelo princípio da dialogicidade.

O diálogo pressupõe a troca, o debate e o confronto de ideias nos quais se movimentam muitos saberes e diversos olhares e por possuir tal configuração pressupõe que se transponha a perspectiva disciplinar. Para Miller (2012) apesar da dificuldade em se ultrapassar a visão da fragmentação disciplinar, nenhuma abordagem teórica sozinha poderá explicar a relação homem- natureza. O físico teórico Basarab Nicolescu (1996) argumenta que na atualidade a diversidade de conhecimentos existentes demanda e legitima a adequação das mentalidades aos saberes, assim observa e questiona: “A harmonia entre as mentalidades e os saberes pressupõe que estes saberes sejam inteligíveis, compreensíveis. Todavia, ainda seria possível existir uma compreensão na era do big-bang disciplinar e da especialização exagerada?” (NICOLESCU, 1998, p. 10).

Neste sentido, explica que a necessidade de construção de pontes entre as diversas disciplinas conduziu ao surgimento da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade. A pluridisciplinaridade refere-se à investigação de um objeto de um campo de conhecimento por várias outras disciplinas, entretanto alerta que apesar de ultrapassar os limites das disciplinas o estudo pluridisciplinar restringe-se à da pesquisa disciplinar, pois se estuda a temática não apenas em uma disciplina, mas em várias ao mesmo tempo. Entretanto, estas não dialogam, nem transpõem suas fronteiras. Mantêm o foco em si próprias. Assim, Nicolescu (1998, p. 10) exemplifica: “[...] a filosofia marxista pode ser estudada pelas óticas conjugadas da filosofia, da física, da economia, da psicanálise ou da literatura. Com isso, o objeto sairá assim enriquecido pelo cruzamento de várias disciplinas”.

A interdisciplinaridade diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Nicolescu distingue três graus para interdisciplinaridade, a saber:

a) O grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) um grau epistemológico. Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito; c) um grau de geração de novas disciplinas. Por exemplo, a transferência dos métodos da matemática para o campo da física gerou a física matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica; os da matemática para os fenômenos meteorológicos ou para os da bolsa, a teoria do caos; os da informática para a arte, a arte informática (NICOLESCU, 1998, p. 10).

Contudo, observa que a interdisciplinaridade, tal qual a pluridisciplinaridade, permanece inscrita na pesquisa disciplinar, apesar de ultrapassá-la. Diante da lacuna a ser preenchida, Nicolescu (1999) concebe o conceito de transdisciplinaridade que propõe ir além, através e entre as disciplinas. Desta forma, a transdisciplinaridade promoveria um complemento aos estudos pluri e interdisciplinares.

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo “entre” as disciplinas, “através” das diferentes disciplinas e “além” de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 46).

Considera-se neste trabalho que a transdisciplinaridade como recurso nos diálogos promovidos para a articulação de saberes assumindo-se a proposta presente em Morin (2004), quando sugere a religação de saberes. “A constituição de um objeto ao mesmo tempo interdisciplinar, polidisciplinar e transdisciplinar, permite, muito bem, criar a troca, a cooperação e a policompetência” (MORIN, 1999, p.73).

Temos de imediato uma figuração do sentido da perspectiva transdisciplinar, que se apresenta como novo modelo. Trata-se de um modelo epistemológico que se diferencia do modelo disciplinar dominante pela sua articulação complexa e por sua

dinâmica inclusiva formalmente elaborada, para qual o Terceiro é incluído como meio articulador de toda unidade aberta, na diversidade e multiplicidade dos acontecimentos gerativos, em permanente transformação e manutenção [...] (GALEFFI, 2011, p. 35).

Atraído por este pensamento, empreenderam-se diálogos entre o saber tradicional, popular e técnico das Marisqueiras e o saber acadêmico e técnico da equipe multidisciplinar envolvida na pesquisa, permeados pela escuta sensível e a prática coletiva, na busca pelo atingimento dos objetivos e solução ao problema proposto nesta pesquisa.

As formas variadas de saberes fruto das experiências e práticas vivenciadas ao longo da história por diversos povos foram por muito tempo ignoradas e subalternizadas pela ciência. Para Chassot (2006, p.207), o saber popular é “aquele que detém, socialmente, o menor prestígio, isto é, o que resiste a menos códigos”. O saber popular tem sua importância revelada e enfatizada em toda a obra de Paulo Freire, que reconhece os mesmos como advindos da experiência diária e fundamentais à prática educativa. “O respeito a esses saberes se insere no horizonte maior em que eles se geram - o horizonte do contexto cultural [...]” (FREIRE, 2011, p. 119). Assim, compreende-se que:

[...] o pescador solitário, que encontramos em silenciosas meditações, sabendo onde e quando deve jogar a tarrafa, também tem saberes importantes. A lavadeira, que sabe escolher a água para os lavados, tem os segredos para remover manchas mais renitentes ou conhece as melhores horas de sol para o coaro. A parteira, que os anos tornaram doutora, conhece a influência da lua nos nascimentos e também o chá que acalmara as cólicas do recém nascido. A benzedeira não apenas faz rezas mágicas que afastam o mau-olhado, ela conhece chás para curar o cobreiro, que o dermatologista diagnostica como herpes-zoster. O explorador de águas, que indica o local propício para se abrir um poço ante o vergar de sua forquilha de pessegueiro, tem conhecimentos de hidrologia que não podem ser simplesmente rejeitados (CHASSOT, 2006, p. 221).

Existem muitos significados e conceituações sobre o saber tradicional, permitindo uma diversidade de interpretações. Neste trabalho, conceitua-se o saber tradicional a partir de Diegues et al. (1999, p. 30) como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”; considera-se também a perspectiva de Geertz (2009) que entende o saber local como todas as formas simbólicas de fácil observação a exemplo das manifestações das crenças, rituais, habilidades, práticas e vivências oriundos de grupos e comunidades que engendram uma forma particular de os construir e os compartilhar.

O entendimento dos saberes, costumes, símbolos presentes especialmente em grupos que manejam e dependem da natureza para sobreviver torna-se essencial para que se compreenda a dinâmica dos mesmos e eles a si próprios, o que os sujeitos pensam de si e de

sua cultura a fim de produzirem significados, formarem sua identidade social e assim se organizarem, considerando-se que o saber desses grupos está imbricado na cultura local.

O saber tradicional também se inscreve como saber popular quando se assume que o conhecimento vulgar ou popular: é “geralmente típico de camponês, transmitido de geração para geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 75); harmoniza-se este conceito com a definição proposta por Dickmann e Dickmann (2008, p. 70) quando asseveram que: “o saber popular é entendido como aquele adquirido nas lutas, que não está escrito nos livros, aquele que é fruto das várias experiências vividas e convivas em tempos e espaços diversos na história do povo”. Tais experiências, quando compartilhadas e articuladas a partir dos saberes, podem resultar em práticas bem sucedidas. Deste modo, adota-se o conceito de saber tradicional como um saber que emana do povo, considerando que envolve:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (DIEGUES, 1999, p. 22).

As comunidades que vivem do saber tradicional ainda podem ser identificadas pela forma com que processam suas práticas produtivas. Diegues (2001) associa tais práticas aos modos de produção pré-capitalistas, cujas atividades guardam a afinidade do manejo com a natureza e dependem de seus ciclos e a distribuição do produto é feita, primeiramente, de modo comunal. Tais aspectos assemelham-se em muito aos encontrados no grupo de Marisqueiras de Mangue Seco, pois, mantém uma relação direta de sobrevivência com o mar e os manguezais. De sol a sol, saem em grupos de suas casas para retirar o sustento para família e para si próprias. Assim, atravessam o manguezal e as áreas ribeirinhas em busca de mariscos e/ou moluscos, muitas vezes peixes que propiciam renda e sustento.

As mais humildes técnicas dos chamados primitivos fazem apelo a operações manuais e intelectuais de uma grande complexidade que é preciso ter compreendido e aprendido e que, de cada vez que se executam, reclamam inteligência, iniciativa e gosto. Não é qualquer árvore que é própria para fazer um arco, nem mesmo qualquer parte da árvore; a exposição do tronco, o momento do ano ou do mês em que a abatem tão-pouco são indiferentes (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 383).

Observa-se ainda que as relações capitalistas travadas com o mercado, o distanciamento das políticas públicas para o setor da mariscagem que apenas se revelam teoricamente, os problemas de violência que assolam a comunidade de Mangue Seco e que impossibilitam o trânsito nos manguezais da região visto que se tornaram alvo de esconderijos de traficantes e de tiroteios frequentes, o fato de exercerem uma profissão que envolve saberes tradicionais, mas estarem inseridas em um espaço urbano, com apelos, aspectos e dinâmicas que vão de encontro à tradição, além da entrada de pessoas que não possuem o componente afetivo nem ligação com os costumes da profissão e que encontram na mariscagem apenas um modo de sobrevivência constitui-se em aspectos produzidos pela modernidade que não podem ser relegados, pois impactam diretamente as relações socioeconômicas e promovem conflitos na ordem dos saberes e práticas do grupo, denúncia feita pelas próprias Marisqueiras.

Conforme Maria Experiência (2013), no passado, o pescado capturado era distribuído de maneira mais solidária, com toda comunidade pesqueira. Hoje, denuncia:

[...] Professora, hoje é cada um por si; tenho aqui minha família e uns vizinhos e a gente se ajuda. Mas por aqui já tem muita gente diferente, que marisca por que não tem outra coisa para fazer. Então, a senhora sabe que essa gente não segue aqueles costume. Mas tem aqui que segue sim. Eu mesma gosto de mariscar, de ir pro mangue com as colega; tem as que marisca e as que só cata. Mas tudo é marisqueira. Mas o mangue daqui agora tá difícil entrar por causa da violência. As vez a gente tá no mangue e lá vem tiro de bandido, de polícia. Vem minino pra se esconder. Então a gente é obrigada a comprar na mão do pataqueiro os baldes de siri pra catar. Quem dera a gente pudesse mariscar como antigamente; era divertido, tão bom...

Na oficina realizada durante o Projeto de Pesquisa com o grupo de Marisqueiras no Manguezal, durante o trajeto e o acompanhamento das atividades produtivas neste ecossistema, observou-se que o espírito de compartilhamento e coletividade ainda se faz presente nas práticas cotidianas. No mangue o grupo de mulheres revela um comportamento diverso daquele da vida na comunidade; ali são mais competitivas, geram mais conflitos, são menos solidárias; no mangue revelam solidariedade e reciprocidade no trato com as outras e com a equipe; existe efetivamente um trabalho coletivo, de cooperação, compartilhamento e de socialização de saberes. As mulheres assumiram compartilhar saberes com a equipe de pesquisadores, com destreza e paciência, guiá-los a conhecer saberes antes desconhecidos.

Assim, pode-se e deve-se voltar ao arcaico, ao elementar; serão redescobertos motivos de vida e de ação que numerosas sociedades e classes ainda conhecem: a alegria de doar em público; o prazer do dispêndio artístico generoso; o da hospitalidade e da festa privada e pública [...] (MAUSS, 2013, p. 118).

Em uma das oficinas na qual o grupo se deslocou de canoa para um manguezal mais distante, no caminho o grupo deparou-se com outros grupos de pescadores que nos

ofereceram alimento e pescados para levar. No retorno, passou-se em outra comunidade de Marisqueiras e pescadores, na qual se socializaram os pescados capturados durante o dia, trocaram-se experiências e aspirações e impressões sobre a vivência. Nestes momentos, o grupo revelou, liderados por Maria Batalha (2013), que gostaria que essas experiências acontecessem mais vezes, pois se sentiam livres, longe da violência e podiam mostrar o que sabiam e ainda levar muito alimento para casa e que também aprenderam com as comunidades com as quais interagiram.

Três aspectos revelam-se importantes para inserir as Marisqueiras de Mangue Seco como possuidoras do saber tradicional: o primeiro associa-se ao modo com produzem e partilham seu produto; o segundo refere-se à forma como se reproduzem socialmente, ou seja, suas relações de parentesco, de amizade, de transmissão de seus saberes; o terceiro, de como identificam e mapeiam seu território. Para Miller (2012), O saber tradicional revela-se na oralidade e no saber-fazer. Tais saberes não se revelam separadamente, até porque é o território o local ideal para promoção da articulação entre eles. Diegues (2001) assinala que o território não se reduz apenas ao meio físico, mas, sobretudo, é o local no qual ocorrem as relações sociais. Ainda revela o autor que para as sociedades que lidam com a pesca artesanal, a noção de território é muito mais ampla que a noção de território terrestre, pois sua posse é mais fluida, não obedecendo a demarcações, embora saliente que essa posse é conservada pelo respeito entre as comunidades.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de *território* que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também:

- a) os meios de subsistência;
- b) os meios de trabalho e produção;
- c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (DIEGUES, 2001, p. 49).

Depreende-se que as sociedades tradicionais guardam características e exemplo das descritas por Diegues (1999), e encontradas no grupo das Marisqueiras, que podem ser aqui expostas a exemplo da relação de dependência e simbiose com a natureza; do conhecimento profundo da natureza e seus ciclos o que resulta no uso de estratégias para seu manejo; da transferência oral de saberes de geração para geração; da apropriação e conhecimento do território no qual travam suas relações socioeconômicas; das atividades de subsistência e da baixa acumulação de capital; da importância das relações familiares e de vizinhança e amizade reproduzidas também nas atividades econômicas; da predominância do aspecto

artesanal, utilizando-se tecnologias simples; fraco poder político; do auto identificação com grupos que pertencem à mesma cultura; da presença de símbolos, mitos e rituais, ressaltando que estes, no grupo de Marisqueiras participantes desta pesquisa, já se encontram embotados pela opção religiosa que a maioria das Marisqueiras adotou. Segundo dados da pesquisa de campo, 51,7% das Marisqueiras declaram-se evangélicas, afastando-se de rituais, cânticos e simbologias que são associados ao folclore e à matriz afro-cultural, as quais eram utilizadas nas práticas de mariscagem, substituindo-as por aqueles de cunho evangélico.

A complexidade dos saberes tradicionais das Marisqueiras inspira dialogar com a diversidade de saberes que se encontra em outros segmentos sociais no sentido de colocá-los em movimento para a construção de um novo espaço social. O saber acadêmico surge neste cenário buscando a compreensão e a organização dos fatos e fenômenos e a catalisação da diversidade de saberes, a fim de orientá-los para a melhoria de práticas produtivas.

Dentre os saberes alguns são considerados “científicos” ou “universitários.” São saberes que visam à universalidade e uma objetividade, isto é, que pretendem ter valor para todos, independente das particularidades e singularidades das pessoas pelas quais são apropriadas. Isso requer que sejam explicitados os termos pelos quais esses saberes são expressos e que esses enunciados sejam verificáveis (SILVA, 2007, p. 48).

O conhecimento científico refere-se àquele que é produzido no âmbito das academias, portanto também conhecido como conhecimento acadêmico. Relaciona-se com o saber que é construído através de critérios rigorosos de experimentos, regido por leis que o validam, traduzido por códigos que lhes permitem inteligibilidade. Para Lakatos e Marconi (2005), o conhecimento científico é transmitido através de treinamento apropriado e é obtido pela racionalidade e procedimentos científicos. Já para Dickmann e Dickmann (2008, p. 70), o conhecimento científico “[...] é aquele sistematizado, publicado e elaborado na academia. Fruto, na maioria das vezes, de reflexões de lideranças oriundas da classe média que se debruçam curiosamente sobre as pejejas dos mais pobres para analisá-las”.

Originado de uma concepção dualista de mundo, ainda na atualidade, o conhecimento científico apresenta-se como uma forma de pensar elitista e hegemônica que subjuga e aparta-se do saber popular, tornando-se, conforme salienta Moura e Teixeira (1993, p. 121), “[...] uma estrutura de pensar viciada e totalitária, e queiramos ou não, profundamente capitalista e contábil”. Assim, ao desconsiderar outras formas de saber, também relega à subalternidade e à invisibilidade seus detentores e suas práticas, produzindo dois mundos distantes.

Tais conceitos revelam o distanciamento do conhecimento científico da subjetividade e do empirismo, portanto, a primeira vista, também se afasta dos conceitos a cerca do saber

tradicional haja vista sua natureza, embora Marconi e Lakatos (2005, p. 76) sinalizem: “[...] o que leva um ao conhecimento científico e outro ao vulgar ou popular é a forma de observação”.

A não aceitação de que o conhecimento das populações tradicionais, acumulados através de milênios em contato com a natureza, seja tão válido quanto o conhecimento científico intelectualizado tem sua origem em um paradigma iluminista ora em transformação. A concepção cartesiana da natureza de que a mente é a força motora do Universo faz com que nos desliguemos do nosso ambiente natural. A separação entre mente e matéria levou à concepção do ‘universo mecânico, que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos aos seus componentes materiais fundamentais, cujas propriedades e interações, acredita, determinam completamente todos os fenômenos naturais (MILLER, 2012, p. 23).

Igualmente, o repertório de problemas complexos de todas as ordens que assolam o mundo denota o quanto o conhecimento científico tem se apartado da humanidade ao tempo em que alertam para a urgente necessidade de relacionamento e articulação entre este e o saber emanado do povo.

Ocorre que a diversidade começa a ser recortada do processo civilizatório da humanidade, tendo como linha de desenvolvimento a tendência imperial homogênea [...]. Por que combater a diversidade, a heterogeneidade, a multiplicidade? Por que perseguir apenas um único caminho evolutivo? (GALEFFI, 2011, p. 18-19).

Compreende-se ainda, que a existência do conhecimento científico somente é passível pela observação de outros saberes e das problemáticas populares, revelando assim o caráter de interdependência entre estes. A disjunção nociva de saberes imposta pela lógica hegemônica entre tradição/ ciência/ e ciência/ciência chega a um limite inconcebível na sociedade atual, manifestando-se na incompetência científica em tornar melhor a vida no planeta terra. A “patologia do saber” revelada por Morin (2005b, p.19), chega ao seu auge fortalecendo a invisibilidade de grupos e comunidades e de suas experiências sociais.

De fato, a reflexão filosófica quase não se alimenta com os conhecimentos adquiridos da investigação científica, a qual não pode nem reunir seus conhecimentos, nem os refletir. A rarefação das comunicações entre ciências naturais, o fechamento disciplinar (apenas corrigido pela insuficiente interdisciplinaridade), o crescimento exponencial dos saberes separados, levam a cada um, especialista ou não, ignorar cada vez mais o saber existente. O mais grave é que tal situação parece evidente e natural. [...]. Como a universidade, e a pesquisa, refúgios naturais do pensamento, toleram desvios e não-conformismos e permitem tomar consciência das próprias carências universitárias e científicas, esquecem-se que produzem a mutilação do saber, um novo obscurantismo (MORIN, 2005b, p. 19-20).

É na fronteira do saber tradicional e do saber acadêmico que se encontra a lacuna para atuação da transdisciplinaridade, podendo constituir um espaço compartilhado onde as

diversas disciplinas atuem no sentido de preencher tais lacunas, transpor seu campo de atuação, articulando o seu saber com os saberes outros no sentido de enriquecimento mútuo e criação do novo, “afinal, vivemos na era da globalização, da sociedade do conhecimento e da informação, na era dos saberes plurais? Vivemos na idade do diálogo entre os saberes e os conhecimentos [...]?” (GALEFFI, 2011, p.15).

A partir da experiência sobre apicultura no semiárido cearense, Gonçalves (2007), afirma que o encontro do saber acadêmico com o saber popular provoca uma resignificação das metodologias e conceitos para todos os atores envolvidos. Desta maneira, salienta que: “[...] Há intercâmbio, há troca e não uma relação assimétrica entre os dois mundos” (GONÇALVES, 2007, p. 39). Entretanto, denuncia que também existe certa tensão, “uma tentativa de imposição do mundo acadêmico do seu *modus operandi*, mais racional, mais objetivo, mais sistemático, mais eficiente e programado para o mercado” (GONÇALVES, 2007, p. 39).

Na ciência ou na tradição a proposta de saberes está vinculada à capacidade técnica que possui o ser humano de intervir nos aspectos adversos produzidos pela natureza e subvertê-los a fim de criar um ambiente favorável a sua existência. A técnica origina-se como termo do vocábulo grego *téchne* representando arte e ofício e tem raiz sânscrita *Tvaksh*, cujo significado é fazer. Tal termo representava para os gregos as atividades relacionadas à fabricação, produção manipulação e execução de objetos. Assim, o termo estaria construído sob os auspícios da prática e da criação. Igualmente, no dicionário Aurélio da língua portuguesa (2010), o significado de técnica refere-se ao conjunto de processos relacionados a uma arte ou uma ciência.

À medida que o ser humano vive provoca mudanças na natureza a fim de produzir melhores condições de ser estar no mundo. Assim, mobiliza sua competência, traduzida em habilidades, conhecimentos, atitudes (saberes) no sentido de adaptar o ambiente às suas necessidades. Para Ortega y Gasset (1996), os atos técnicos são próprios do ser humano e são referentes aqueles em que o homem procura o máximo de eficiência com o mínimo de esforço. Na evolução das sociedades, atividades produtivas revelam-se e traduzem-se em perpetuação da espécie humana garantindo-lhes reprodução econômica e social. Os instrumentos, invenções e maneiras de produzir criados pelo homem ao longo da história a partir de seus saberes garantiram-lhes a dominação da natureza, imprimindo sua marca na história.

A evolução da técnica, e o conseqüente estágio da tecnologia, acontecem apenas quando os saberes são mobilizados e articulados. Por conseguinte, a técnica não se resume

apenas à construção de instrumentos e na ação prática de intervenção na natureza. A técnica configura-se especialmente à elaboração de planos de estratégias de intervenção no mundo para que o meio se adapte ao sujeito (ORTEGA Y GASSET, 1996). Nesta perspectiva, a técnica permite a satisfação das necessidades humanas mediante a reforma que o homem impõe à natureza em um esforço para poupar esforços. Nesta saga, emergem criatividade, novas necessidades, novos saberes e inovações permitindo o homem criar-se e recriar-se no mundo.

As mudanças ocorridas na técnica do barro mole geraram novas possibilidades expressivas para os oleiros. O pote utilitário usado para armazenar e cozinhar, com decoração simples, podia agora ser pintado com cenas mostrando aos gregos a natureza de seus mitos e os acontecimentos mais importantes de sua história. Com a evolução da cerâmica grega, essas imagens pintadas tornaram-se mais que simples representações, acabando por funcionar como comentários sociais [...]” (SENNET, 2013, p. 140).

A habilidade artesanal é discutida por Sennet (2013) como um impulso inerente ao ser humano e que lhe é permanente, e que provém, primeiramente, de práticas corporais, produzindo a necessidade de um trabalho bem feito. Assim, inicialmente, deflagra-se o conhecimento que surge através do toque com a mão. A habilidade artesanal está intimamente relacionada com o vínculo que existe entre a mão e a cabeça. Conforme sinaliza Sennet (2013) a mão, comparativamente aos outros membros do corpo humano, o mais dotado de movimentos que podem ser controlados. O toque, o sentir através do tato, o segurar, a coordenação e a cooperação imprimem às mãos as características necessárias para o desenvolvimento das habilidades artesanais. Tais características, entretanto, tornam-se técnicas refinadas, a partir da unidade da mão com a cabeça.

Desta maneira, evolui-se para a técnica que se desenvolve através da imaginação e assim direciona a habilidade corporal. Mediante a reflexão e o sentimento sobre o trabalho bem feito, sofisticam-se a técnica abandonando-se a perspectiva que a toma apenas como uma atividade mecânica. Neste estágio, atribui-se à técnica o nível de maestria. Sobre tais aspectos, Sennet observa:

As recompensas emocionais oferecidas pela habilidade artesanal na consecução desse tipo de perícia são de dois tipos: as pessoas se ligam à realidade tangível e podem orgulhar-se de seu trabalho. Mas a sociedade criou obstáculos para essas recompensas no passado e continua a fazê-lo hoje. Em diferentes momentos na história ocidental, a atividade prática foi menosprezada, divorciada de ocupações supostamente mais elevadas. A habilidade técnica foi desvinculada da imaginação, a realidade tangível, posta em dúvida pela religião, o orgulho pelo próprio trabalho, tratado como luxo (SENNETT, 2013, p. 31).

O artífice será, portanto, aquela pessoa que, ao mostrar intimidade com os materiais e manipulá-los de forma repetitiva, estabelece com estes um diálogo no sentido de produzir algo bem feito. Este diálogo, que tem suporte entre suas práticas e suas ideias, institui hábitos que resultam no reconhecimento e na solução de problemas. Neste sentido, a motivação será imprescindível para guiar o artífice no seu desejo de um resultado de qualidade. “O artífice representa uma condição humana especial: a do *engajamento*” (SENNET, 2013, p. 30). Entretanto, o mesmo autor assinala que, apesar do artífice ser alguém especial por estar comprometido na condição de ser humana, esta característica não o isenta dos obstáculos passados, ainda presentes nos dias atuais.

Não obstante as dificuldades, o artífice aperfeiçoa sua técnica, produz criatividade e libera seu talento. Deste modo, o aprendizado lento e o hábito seriam aliados do artífice na evolução e aprimoramento de suas habilidades artesanais.

Os artífices orgulham-se, sobretudo das habilidades que evoluem. Por isso que a simples imitação não gera satisfação duradoura; a habilidade precisa amadurecer. A lentidão do tempo artesanal é fonte de satisfação; a prática se consolida, permitindo que o artesão se aposses da habilidade. A lentidão do tempo artesanal também permite o trabalho de reflexão e imaginação – o que não é facultado pela busca de resultados rápidos. Maduro quer dizer longo; o sujeito se apropria de maneira duradoura da habilidade (SENNET, 2013, p. 328)

Na mariscagem, a exemplo de outras profissões que dependem da destreza manual, as técnicas são socializadas, transmitidas e adaptadas no cotidiano das atividades, a partir da observação das práticas de pessoa para pessoa que as aperfeiçoam para melhor utilizá-las. Nesse ofício mão e cabeça não se separam. A corporeidade está presente nos movimentos, no gestual, na interação com ambiente no manejo de práticas produtivas. “O trabalho artesanal cria um mundo de habilidade e conhecimento que talvez não esteja ao alcance da capacidade verbal humana explicar [...]” (SENNET, 2013.p. 11).

A mariscagem traduz-se como forma de expressão de um coletivo, através do qual estão impressos seu modo de vida, assim como suas formas de construção e compartilhamento de saberes, assumindo uma dimensão que vai além da econômica e que revela o sentimento de pertença com o local, as relações sociais, culturais, políticas e as que se estabelecem entre os membros e desses com a sociedade. “A técnica tem má fama, parece ser destituída de alma, mas não é assim que é vista pelas pessoas que adquirem um alto grau de capacitação. Para elas, a técnica estará sempre ligada à expressão” (SENNET, 2013, p. 169).

No cotidiano das Marisqueiras de Mangue Seco, mulheres artífices, dotadas de habilidade artesanal, os instrumentos de trabalho, as práticas de apreensão do pescado e de seu beneficiamento, como a maneira que seguram a faca para filetar camarões, as formas de

descarnar crustáceos, amolecer moluscos, secar peixes, assim como as estratégias de negociação utilizadas para escoamento do produto traduzem técnicas seculares, construídas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e perpetuadas na atualidade.

A proposta da articulação de saberes é justamente construir uma teia com fios que pertençam aos diversos ramos do saber, compreendendo saberes tradicionais, técnicos e acadêmicos que se desenvolvam a partir de uma experiência comunicativa e dialógica coletiva que pode ser o ponto de partida para criar um sentimento de pertencimento e empoderamento nos participantes de modo que se tornem mais autônomos, criativos e inovadores, agreguem valor à sua vida e das pessoas, costurando com muitas mãos um novo tecido.

Neste processo de diálogo, o saber acadêmico incorpora-se como mediador e catalisador entre o saber tradicional, suas técnicas e as técnicas desenvolvidas pela ciência no sentido de pesquisar os benefícios que o aprimoramento do saber técnico pode produzir para o grupo de Marisqueiras e para a coletividade. De um modo geral, atentar para a necessidade de respeitar as técnicas instituídas pelo grupo, mantendo suas características originais e conduzindo-as a um processo de aprimoramento de práticas e posturas de acordo com as demandas do grupo.

A Figura 8 exibe a síntese deste capítulo.

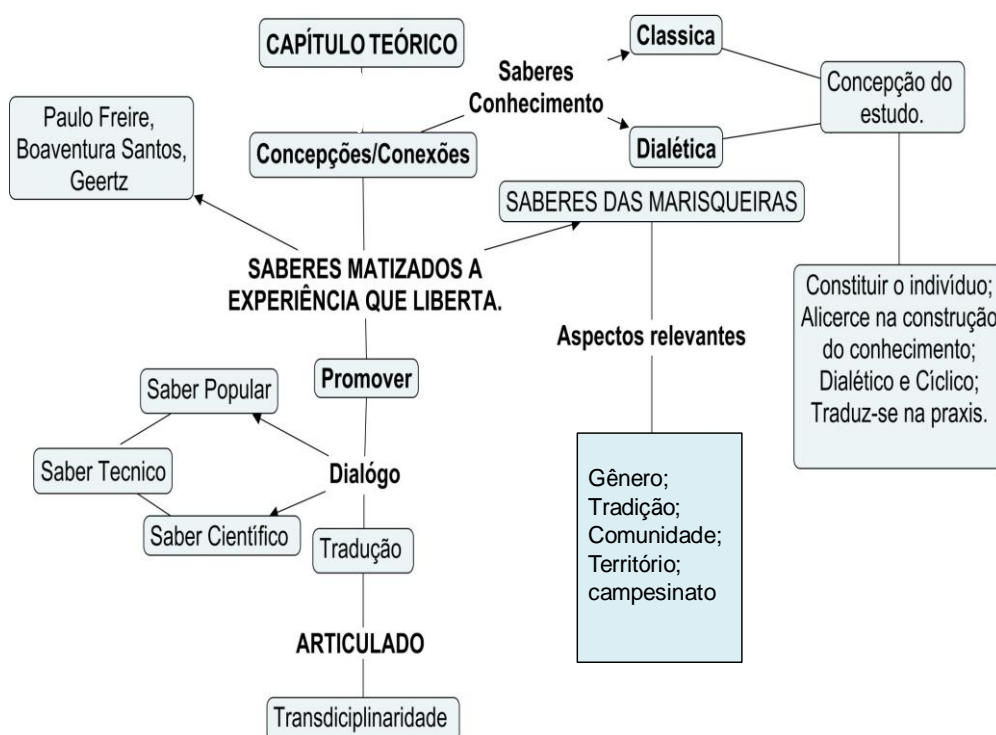


Figura 8: Síntese do capítulo Saberes Matizados: a experiência que liberta.

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

4 ESTRATÉGIAS PARA PRÁXIS PRODUTIVA NA MARISCAGEM: uma busca pelo entendimento e por alternativas

4.1 A COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS PRODUZIDAS COMO INVISÍVEIS

A partir dos anos 1980, o mundo enfrenta o acirramento das relações capitalistas, especialmente com o advento das novas tecnologias, que desenha com mãos impositivas uma nova configuração organizacional, produtiva e social e envolve a mudança nos valores sociais, nas relações comerciais, no trato com a natureza, com a cultura e com os saberes, configurando o que Santos (2008 a) denomina de período técnico científico-informacional. O autor aponta as particularidades do referido período, a exemplo do uso intensivo da informação, a relação estreita entre técnica e ciência, da articulação social a partir de redes e, sobretudo, sustenta a dificuldade de reorganização dos atores sociais (SANTOS, 2002).

Assim, unificam-se diferenças em favor de um reduzido número de sujeitos limitando, dessa forma, as possibilidades de desenvolvimento humano e valorização de experiências vivenciadas por muitos povos, especialmente aquelas relacionadas às práticas produtivas que promovem a sobrevivência de comunidades e grupos e as quais contribuem para o crescimento da economia. Entretanto, permanecem invisíveis aos olhos da sociedade a exemplo de comunidades litorâneas, estuarinas e ribeirinhas que tem como atividade principal a pesca e a mariscagem.

O município de Valença é privilegiadamente cercado por manguezais, ecossistema que fornece subsídios para a sobrevivência de grande parte da população. Assim, muitos grupos, mesmo aqueles que vivem em comunidades localizadas dentro do perímetro urbano, desenvolveram-se a partir da relação íntima com atividades ligadas à natureza, herdadas de geração a geração e ainda nela hoje se mantêm como é o fato da comunidade de Mangue Seco na qual vivem as Marisqueiras participantes desta pesquisa.

Embora possuam acesso aos serviços essenciais, a exemplo de energia elétrica e água, estes grupos enfrentam outras problemáticas típicas dos ambientes urbanos, especialmente da periferia, reveladas na precariedade de fornecimento e manutenção de tais serviços, na dificuldade de ingresso no mercado produtivo, na hierarquização das atividades econômicas, nas disparidades de renda e na ausência ações afirmativas. Tais considerações tornam-se relevantes à medida que se situa as Marisqueiras no circuito inferior da economia, que,

conforme Santos (2008b) representa um subsistema das atividades urbanas de pequena dimensão e baixa utilização de capital, entretanto, responsável por fornecer grande parcela de empregos.

A teoria dos circuitos da economia reporta-se a dois subsistemas que coexistem na economia e possibilitam explicar o funcionamento da vida urbana, conforme proposta de Santos, em 1970. Por um lado, o circuito superior surge da modernização tecnológica e econômica, favorece-se desta e encontra nos monopólios sua principal forma de representação, caracterizando a típica economia do mercado capitalista. Basicamente, suas relações não se travam no local ou região que as acolhem, outrossim, tem como palco o país ou o exterior. Encontram-se neste setor as atividades mais bem remuneradas e criadas em função do progresso tecnológico a exemplo daquelas geradas pelos bancos, indústrias de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, dentre outros.

Por sua vez, o circuito inferior da economia revela-se como um resultado indireto da modernização, haja vista compor-se por pessoas que se não usufruem de benefícios oriundos dos progressos técnicos e atividades ligadas ao mesmo, ou o fazem parcialmente conforme assinala Santos, (2008 b). Dessa forma, alija-se das pesquisas e corresponde especialmente à população pobre, que nele tem suas garantias de obtenção de renda e sobrevivência, o circuito inferior da economia inclui atividades de pequena dimensão que possuem relação com o local e nela se produzem e reproduzem.

As atividades desenvolvidas neste circuito, de um modo geral, são aquelas que envolvem pequenas quantidades de capital, pequenos estoques de mercadorias, a presença do dinheiro líquido nas transações e flutuação de preços dos produtos. Tais atividades impactam e contribuem para o crescimento da economia, entretanto passam ao largo das estatísticas oficiais que tem no circuito superior seu principal objeto de estudo e investimento. As diferenças fundamentais entre os dois circuitos são, sobretudo, aquelas relacionadas à tecnologia e à organização.

O Quadro 4, expõe as principais características de cada circuito da economia, segundo Santos (2008):

	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática/gerencial	primitiva
Capitais	Concentrados/centralizados/volumosos	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Facilidade de formação/ alta qualidade	Pequena quantidade/qualidade inferior
Preços	Inflexíveis	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (barganha)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não - institucional
Margem de lucro	Importante pelo volume de negócios	Pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas/personalizadas
Custos fixos	Grandes	Pequenos
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Precária	Frequente
Capital de giro	Indispensável	Importante, mas não indispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade geralmente voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Quadro 4: Características dos circuitos da economia

Fonte: Adaptado de Santos (2008b, p. 44).

O grupo de Marisqueiras ora investigado tem no trabalho manual e a resistência física atributos para submeterem-se às mudanças climáticas e ambientais no seu cotidiano, além da elaboração de estratégias para o enfretamento de mudanças socioeconômicas e políticas que permeiam o cenário no qual produzem e reproduzem suas relações. Insere-se no circuito inferior da economia materializando características expostas no Quadro 4 que se manifestam a partir nas dificuldades encontradas na produção e escoamento dos pescados que, embora presentes nos hábitos alimentares da população valenciana e de seu entorno, apresentam preços flexíveis e sazonais, sujeitos à pechincha, resultando em uma margem reduzida de lucro e baixa remuneração para as Marisqueiras; nas complicações para produzir capital de giro para aquisição de materiais para o incremento da produção a exemplo de utensílios e instrumentos; na atividade autônoma ou familiar; nas atividades produtivas que assumem a extensão do lar fazendo com tenham uma jornada de trabalho intensiva com horários flexíveis devido às variações climáticas e das marés.

A necessidade de adaptação, improviso e criação também é uma característica marcante no cotidiano das Marisqueiras descortinada, sobretudo, nos períodos de defeso,

quando as mesmas são desafiadas a urdir formas novas de sobrevivência; assim também se apresenta como particularidade do grupo a ausência de ajuda governamental; a utilização precária de propagandas, mídias e publicidade para a divulgação do produto; a presença de intermediários na comercialização dos produtos; a ausência de organização para a produção e a reutilização de bens que o fazem, especialmente, no seu vestiário, na utilização de móveis e eletrodomésticos, na reciclagem de resíduos para produção de utensílios. A prática recorrente de reutilização e o interesse no aprendizado de novas formas de reuso fez com que o grupo sugerisse na construção das oficinas para melhoria de práticas produtivas para este trabalho, oficinas sobre reaproveitamento de cascas, peles e outros componentes dos pescados.

Os aspectos peculiares ao circuito inferior da economia, e que se concretizam na experiência do grupo de Marisqueiras, evidenciam o cenário de desigualdades socioeconômicas e políticas que resultam na desvalorização e subalternização dos saberes, práticas e culturas. Nesta direção, Santos (2008 b) denuncia a urgência de se levar em conta o circuito inferior como parte imprescindível à compreensão do cenário urbano e a necessidade de engendrar condições de conferir a esse circuito condições de produtividade e crescimento sustentado, reconhecendo-o e preservando sua característica de empregador. Neste trabalho, procura-se destacar os saberes das Marisqueiras e suas experiências produtivas no sentido de promover uma alternativa de visibilidade, convivência e participação do grupo reconhecendo suas características e as possibilidades de articulação de saberes para melhoria de tais práticas.

Os limites e as possibilidades do que um dado tipo de saber permite conhecer sobre uma dada experiência humana decorrem de esta ser também conhecida por outros saberes que esse saber ignora. Os limites e as possibilidades de cada saber residem assim, em última instância, na existência de outros saberes [...] (SOUSA SANTOS, 2010, p. 543).

Admitindo a complexidade da situação, devido à multiplicidade de aspectos apresentados, considerando-se ainda que não existam soluções simples para os problemas, recorre-se à sociologia das ausências e emergências, que se configura em um estudo sobre emancipação partindo das experiências sociais, para refletir sobre a busca de alternativas que atendam às demandas do grupo de Marisqueiras. De fato, o quadro que ora se apresenta expõe muitos desafios, no entanto, como assinala Sousa Santos (2007, 2010), apesar de muitas teorias afirmarem que não há alternativas, é o momento de se transpor os modelos vigentes e assumir propostas e ações que façam emergir a experiência social no sentido de valorizarem-se saberes e práticas subalternizados, sufocados e desperdiçados ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera

importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade (SOUSA SANTOS, 2002, p. 238).

É evidente reconhecer que as experiências sociais nem sempre são exitosas, entretanto, são coroadas de expectativas que representam melhores possibilidades de solução de problemas orientados para uma vida melhor; “isso é novo, já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre morria pobre; quem nascia iletrado morria iletrado [...]” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 18). Estas expectativas de uma vida melhor estão presentes e são reveladas nos pronunciamentos de algumas Marisqueiras. Maria Sabedoria (2013) fala e exhibe a filha, que participou de oficinas com o grupo, e que é aluna da universidade pública. “[...] professora, minha filha conseguiu; criada aqui nessa situação de violência, de pobreza e mesmo assim conseguiu passar na faculdade da UNEB e agora participa do Projeto auxiliando a gente nos cursos. É um orgulho pra mim”.

A filha de Maria Sabedoria conta que conheceu a UNEB a partir da participação da mãe na pesquisa, conforme revela: “eu não sabia bem o que fazer depois do segundo grau, mas quando via minha mãe chegar em casa toda animada falando da universidade e do projeto Maria Marisqueira, tive vontade de conhecer. Hoje faço pedagogia”. Atualmente é estagiária bolsista do projeto de extensão Maria Marisqueira, no qual participou também na condição de monitora voluntária.

Quando ocorrem encontros, palestras ou entregas de certificados nas dependências da UNEB as Marisqueiras fazem questão de levar os filhos e filhas adolescentes, mostrar a Universidade e dizer que as querem naquele ambiente estudando. No último encontro na UNEB, quando as Marisqueiras participaram da semana de calouros organizada pela filha de Maria Sabedoria, a mesma conduziu os filhos e filhas das demais Marisqueiras que estavam presentes e mostrou toda a Universidade, explicando-lhes seu funcionamento.

Outro exemplo é o de Maria Visionária, filha de Marisqueira e de pescador da comunidade, criada mariscando que conseguiu ingressar na faculdade, concluir o curso de pedagogia e hoje milita na condição de presidente da Associação dos Moradores do Manguê Seco (ASMOPEMA) articulando com associações e poder público por melhorias na sua profissão. Por sua atuação frente ao grupo de Marisqueiras, foi contratada pela Prefeitura Municipl de Valença para trabalhar como pedagoga no Centro de Assistência Social (CRAS).

Apesar de pontuais, tais exemplos revelam que o fosso entre experiência e expectativa pode ser diminuído e seus resultados admitidos como exemplos de superação para gerações futuras, como indica Maria Visionária (2013):

Eu tenho esperança da comunidade vencer os desafios e as dificuldades que passa. Como eu sou moradora, nascida e criada na comunidade aqui numa rua mais próxima, eu queria mudar a realidade daqui, trazendo os benefícios que nós temos direito. E ajudar no que for preciso para mudar um pouco nossa comunidade, principalmente as Marisqueiras. [...] por enquanto, eu estou recém formada em pedagogia e pretendo articular projetos, sempre contando com ajuda das universidades, por exemplo, da UNEB, que está desenvolvendo projetos aqui com parceria com a gente.

A racionalidade hegemônica produz e reforça inexistências utilizando-se, como forma de manifestação, formas denominadas de razão metomínica e razão proléptica. A razão metomínica, sugere uma analogia à figura de linguagem que compreende tomar a parte pelo todo. Refere-se ao conceito restrito de totalidade proposto pela razão dominante que exclui as experiências que não lhes são interessantes. A razão proléptica, também associada à figura de linguagem prolepse na qual o autor de uma obra ou romance deixa claro que conhece o fim da história, mas não vai contá-lo, propõe que se conheça o futuro a partir do presente. Dessa maneira, o futuro segue um tempo linear identificado no presente (SOUSA SANTOS, 2007).

Desta forma, a razão metomínica compreende o todo pela parte e exclui tudo o que está fora desse todo, contraindo, diminuindo e subtraindo o presente ignorando experiências. Assim, não se admite que as partes vivam para além do que a totalidade permita, e nem que as partes possam se configurar como totalidade. Segundo Sousa Santos (2005), a compreensão de mundo gestada por este modo de pensar é seletiva e limitante. Reconhecer a complexidade das totalidades e de seu entorno, sua composição heterogênea e a necessidade de estabelecer conexões com outras totalidades é ponto imprescindível para pensar outras formas de criar alternativas e possibilidades para valorizar experiências que não estão incluídas na totalidade hegemônica.

A sociologia das ausências mostra que as experiências inexistentes na verdade são fruto de uma produção hegemônica de não-existências resultantes das lógicas presentes na monocultura racional. Sendo assim, propõe mudar estas experiências consideradas impossíveis em possíveis, transformando as ausências em presenças (SOUSA SANTOS, 2002). E isso será feito olhando as experiências, a partir das suas partes, sem compará-las com a totalidade sem, contudo, desqualificá-las.

Também parte do princípio de que é imprescindível promover o enfrentamento às cinco monoculturas: do saber, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala

dominante e do produtivismo capitalista. A monocultura do saber exalta o saber científico acima dos outros saberes, reconhecendo-o como único válido. Assim, saberes e práticas de pequenos grupos, comunidades, povos a exemplo das Marisqueiras são excluídos, pois estão baseados em conhecimentos tradicionais e populares, portanto, não são reconhecidos como relevantes. Por conseguinte, as práticas resultantes desses saberes, nas palavras de Sousa Santos (2007, p. 29) “não são críveis, não existem, não são visíveis”.

Ao constituir-se como monocultura (como a soja), destrói outros conhecimentos, produz o que chamo de “epistemicídio”: a morte de conhecimentos alternativos. Reduz realidade porque “descredibiliza” não somente os conhecimentos alternativos mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos. Qual é o modo pelo qual essa cultura cria inexistência? A primeira forma de produção de inexistência, de ausência, é a ignorância. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 29).

A monocultura do tempo linear promove a ideia de que há uma direção e um sentido para a história e que os países desenvolvidos estão na dianteira, pois tudo que neles existe se relaciona ao progresso, enquanto que os outros países são subdesenvolvidos e atrasados. A monocultura da naturalização das diferenças que sustenta ser a hierarquia consequência e não causa das diferenças, sendo as mais recorrentes a classificação racial, a étnica, a sexual e os sistemas de castas na Índia. Nesta, naturalizam-se as diferenças, sustentando que a inferiorização se dá pela natureza e que a hierarquia advém da inferioridade. A monocultura da escala dominante submete às realidades locais a uma lógica global, a exemplo do universalismo e da globalização.

A monocultura do produtivismo capitalista, aplicado tanto ao trabalho quanto à natureza, sustenta a ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do homem ou da natureza. Assim, vão de encontro às práticas produtivas realizadas por camponeses, tribos, pescadores e marisqueiras, sujeitos ao período de defeso, dependentes do descanso e da renovação da terra e dos ecossistemas, da sazonalidade, dos movimentos das marés e ciclos da lua para obter seus ciclos produtivos. Esta lógica, no entender de Boaventura Santos, é muito mais antiga do que a lógica imposta e é assim que se organiza a natureza.

Quando nasceram os produtos químicos na agricultura, a terra passou a ser produtiva em um ciclo de produção, porque os fertilizantes mudaram o conceito de produtividade da natureza -, apareceu ao mesmo tempo que o conceito de produtividade no trabalho. Tudo o que não é produtivo nesse contexto é considerado improdutivo ou estéril. Aqui a maneira de se produzir ausência é com “improdutividade” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 31-32)

Em um movimento contrário, orientado para a inversão do contexto dominante e objetivando transformar as ausências em presenças, a sociologia das ausências promoverá, em substituição às cinco monoculturas, as cinco ecologias: dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala e das produtividades. Sendo assim, ecologia dos saberes refere-se ao uso contra-hegemônico do que é proveniente da ciência hegemônica promovendo o diálogo entre os saberes científico, laico, tradicional, popular. O importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real. [...] porque é importante saber qual tipo de intervenção um dado saber produz” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33).

Nesta direção, intui-se que há instrumentos criados pela ciência em economia, em gestão, em pedagogia, em veterinária, em química, em geografia que servirão para orientar e organizar as práticas das Marisqueiras, assim como há saberes sobre a natureza, biodiversidade, práticas de catar apreender pescados, sobrevivência importantes para discussão na academia.

Assim, compreende-se que: “[...] necessitamos de dois tipos de conhecimentos e não simplesmente de um deles. É realmente um saber ecológico que estou propondo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33). A ecologia das temporalidades reconhece a existência de outros tempos além do tempo linear: o tempo das marés, dos ciclos da lua, do cio da terra, das comunidades e de seus rituais.

Em um dos primeiros encontros com o grupo de Marisqueiras, quando se discutiu a elaboração das oficinas, elas expuseram de pronto que outras instituições implantaram cursos que não deram resultados, que todas as Marisqueiras desistiram de participar devido ao curso ser ministrado em horário fixo. Explicaram que com elas as coisas funcionavam de acordo com o horário das marés, da chegada de pescados no porto, da disponibilidade de mão de obra familiar para ajudar no beneficiamento.

A vida das marisqueiras é regulada pelo ritmo das marés. Elas seguem a lógica dos ventos e da representação da lua, que segundo afirmam servem como sinal para indicar as condições favoráveis ou não das pescarias. As marisqueiras saem para pescar a partir da lógica das marés, que se diferenciam em maré morta e maré cheia (ANDRADE, 2004, p. 4).

A ecologia do reconhecimento propõe a descolonização das mentes no sentido de aceitarem-se as diferenças que resistem depois de descartadas as hierarquias; as diferenças que permanecem depois de eliminadas as hierarquias são as que valem. A hierarquia da transescala orienta-se para a articulação do local, do nacional e do global, considerando que

ambos fazem parte de um sistema no qual o que é local guarda o embrião para o nacional e o global.

Aponta-se aqui, uma experiência vivenciada nesta pesquisa quando as Marisqueiras foram convidadas a participar do 1º Festival Gastronômico em Valença, evento apoiado pelos governos estadual e municipal, mas que contou com a participação de *chefs* de cozinha de diversos estados e países. Durante três dias as Marisqueiras dialogaram com esses *chefs* e outros atores mostrando na prática seus saberes e os resultados destes traduzidos em práticas e produtos. Dos diálogos travados, compartilhamento de saberes e informações resultaram que cerca de um mês depois estiveram em Valença dois dos *chefs* que participaram do evento, pois queriam firmar contrato de compra de produtos com o grupo de Marisqueiras.

Entretanto, as devidas articulações políticas locais foram, na época, insuficientes para garantir o mínimo de infraestrutura para que o contrato se firmasse. Denuncia-se, deste modo, a dificuldade de articulação se dá entre o circuito superior e inferior da economia, mesmo em nível local, pois neste último encontram-se entidades que podem promover articulações para a visibilidade de grupos, entretanto, preferem mantê-los no âmbito das ausências, pois acreditam que estes não façam parte da totalidade à qual se reportam, conforme aponta Sousa Santos (2008, p. 47): “As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente de ajuda governamental, enquanto as atividades do setor inferior não dispõem desse apoio e frequentemente são mesmo perseguidas [...]”.

Finalmente, a ecologia das produtividades que sugere a recuperação e valorização das práticas alternativas de produção, das organizações econômicas populares, das empresas autogestionadas, da economia solidária, das cooperativas que foram suprimidas pela lógica capitalista. Na contramão das monoculturas, as ecologias surgem como instrumento de visibilidade e valorização às experiências desperdiçadas e ocultadas, tornando-as conhecidas e evidentes. “As ecologias vão nos permitir dilatar o presente com muitas experiências que nos são relevantes” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 37).

Aliada à razão metomínica encontra-se a razão proléptica. Esta propõe pressupor o futuro pela história presente, assentando-se em uma ideia linear de progresso expandindo o futuro como se fosse infinito, ideias estas contestadas pela teoria da complexidade. Assim, a racionalidade hegemônica reforça as monoculturas projetando-se no futuro impactando, de maneira nefasta, especialmente os grupos pertencentes ao circuito inferior da economia. A crítica e a tentativa de contração do futuro são realizadas pela sociologia das emergências.

Tentaremos ver quais são os sinais, as pistas, as latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e

que são “descredibilizadas” porque são embriões, porque são coisas não muito visíveis (SOUSA SANTOS, 2007, p. 37).

A sociologia das ausências propõe a ampliação das experiências sociais a exemplo daquelas vivenciadas pelos pequenos grupos de mariscagem, produzindo tais experiências em nível visível. Para tanto, considera-se ainda que, além de utilizar-se dados e indicadores, recorra-se às pistas, aos sinais retratados nas experiências reais que, ao emergir, tornam-se um sinal de futuro. Deste modo compreende-se o que apregoa Boaventura Santos:

A razão que é enfrentada pela Sociologia das Ausências torna presentes experiências disponíveis, mas que estão produzidas como ausentes e é necessário se fazer presentes. A Sociologia das Emergências produz experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergentes (SOUSA SANTOS, 2007, p. 38).

Sousa Santos (2007) ainda afirma que as sociologias das ausências e emergências produzirão uma quantidade imensa de realidades as quais não se conhecia antes. Embora ricas em variedade de saberes e práticas essas realidades também podem se apresentar caóticas. Igualmente, essa diversidade produz linguagens plurais que precisam traduzir-se procurando descobrir o que é ponto comum entre a diversidade, compreendendo suas diferenças e propondo o diálogo no sentido de tecer soluções para problemas apresentados no tempo presente.

É no presente concreto, dinâmico, contraditório que se trava a luta de que emerge o futuro. Só o passado enquanto tempo vivido, dando-se à nossa análise, à nossa compreensão, não pode ser transformado. Pode ser compreendido, aceito, recusado, jamais mudado. Não nos é possível intervir nele, mas entendendo seus movimentos contraditórios, atuar melhor no presente. O presente e o futuro são tempos em construção, transitando para o passado (FREIRE, 2002, p. 200)

Compreende-se, que o primeiro diálogo a ser travado é aquele que promove o confronto dos sujeitos com o seu próprio saber; a reflexão sobre o que se sabe, como melhorar o que sabe, o que se precisa saber, o que se quer saber e como orientar esta reflexão para o diálogo com outros saberes. “Saber melhor o que já sei as vezes implica saber o que antes não era possível saber” (FREIRE, 2012, p. 29). Este é um exercício que pode transformar prática em práxis e conduzir tanto ao autoconhecimento quanto a autovalorização. “Atuar, refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos *no e com o mundo*. A vida vai virando existência [...]” (FREIRE, 2012, p. 33).

Os termos prática e práxis, embora comumente confundidos, não guardam o mesmo conceito. Para Vázquez (2007), a prática possui um caráter utilitário e imediatista de satisfazer as necessidades humanas. A definição de prática está relacionada com a ação que o

exerce homem sobre as coisas. Sob este prisma o conceito de práxis ultrapassa a definição de prática quando a assume como uma de suas dimensões visto se inscrever no âmbito de uma ação transformadora do homem que, de forma dialógica, altera a natureza enquanto, ao mesmo tempo, se transforma (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008). Assim, o sentido de práxis consubstancia-se como uma atividade consciente, real, objetiva e material do homem enquanto ser social.

Começaremos reafirmando que os homens são seres da práxis. São seres do quefazer, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não “ad-miram” o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do quefazer “emergem” dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com seu trabalho (FREIRE, 2005, p. 141)

4.2 DA PRÁTICA À PRÁXIS PRODUTIVA: um movimento de transição

A existência do homem no mundo revela-se a partir da ação, que inclui a sua atividade produtiva. Na concepção de Marx e Engels (1987), o trabalho surge enquanto dimensão ontológica, na medida em que ele garante a própria condição humana e societal. É, pois, por meio dela que o homem torna-se o seu próprio valor. Nesse sentido Marx (1974) assevera que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico na ação sobre o mundo objetivo sendo que tal produção é sua vida genérica ativa. Através dela, a natureza surge como a sua obra e a sua realidade. Por conseguinte, o objeto e a atividade produtiva é a objetivação da vida genérica do homem. Para Freire (2006) o trabalho deve constituir-se em prática de liberdade no momento em que o indivíduo se constrói e se transforma nas relações interpessoais que são estabelecidas e através do próprio trabalho, notado desde então como espaço concreto de aprendizagem e construção de conhecimento.

Ao discutir a condição humana, Arendt (2010) distingue o trabalho, a obra e a ação como atividades humanas essenciais. O trabalho relaciona-se a um processo biológico do ser humano visando essencialmente a superação das suas necessidades básicas a fim de promover sua sobrevivência e a perpetuação da espécie; nesta atividade, o homem produz objetos não duráveis e os consumirão, não imprimindo, dessa maneira, sua marca no mundo. Com a obra o homem produz artificialmente bens duráveis que não correspondem à natureza e cujo ciclo de produção é determinado. Diferentemente do trabalho, a obra perpetua o homem e sua identidade. Quanto à ação é a única atividade que é exercida entre os homens sem a mediação de um objeto ou de uma matéria como condição de sua pluralidade e de pertencerem ao

mundo. A ação é livre, é plural, é dialógica e configura-se como atividade política por excelência.

O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança [*remembrance*], ou seja, para a história (ARENDR, 2010, p.10).

Compreende-se que a definição de trabalho abarca elementos de transformação que conferem ao homem identidade, diferencia-o dos demais seres e o conduz à liberdade e à perpetuação, sendo que em Arendt (2010) este conceito é mais amplo, incluindo de pronto a ação como categoria central da condição humana. “para Arendt, a mente se ativa uma vez realizado o trabalho. Uma outra visão, mais equilibrada, é a de que o pensamento e o sentimento estão contidos no processo de fazer” (SENNET, 2013, p. 17).

Entretanto, na lógica da produção capitalista, nem sempre o trabalho se configura como um processo de transformação e emancipação na perspectiva do desenvolvimento humano. Sobretudo, em grupos cuja finalidade da produção é a subsistência, o trabalho expõe sua face mais perversa: a da exclusão social. Apesar de excludente e hegemônico, o modelo capitalista, por sua própria incapacidade de absorver toda a população economicamente ativa, abre possibilidades para outros modos de produção (SANTOS, 2005).

Destarte, a prática produtiva não deve ser resumida apenas à sobrevivência ou à produção de artefatos, mas, deve transpor tais conceitos, associando-se ao processo de ação transformadora do mundo e do sujeito, aquela orientada para uma mudança efetiva de si e do mundo. Logo a prática produtiva constituir-se-á na perspectiva desta pesquisa, nas dimensões do trabalho, da obra e, sobretudo, da ação dialógica para configurar-se como em práxis produtiva.

No entendimento de Vásquez (2007), a atividade e a práxis são processos distintos e afirma que a práxis é composta pela atividade, mas nem toda atividade constitui-se em práxis. Para tanto, conceitua atividade, de um modo geral, como sendo um conjunto de atos empreendidos por um agente que modificam uma determinada matéria prima. Para o autor a atividade assume um aspecto dinâmico e holístico visto que se opõe à passividade, enquanto exhibe as relações existentes entre a parte e o todo. Sob este prisma, a atividade exigirá um ato singular de articulação e estruturação de todas as partes objetivando um novo produto, diferente da matéria prima transformada.

Entretanto, a atividade pode estar no domínio do animal, físico ou humano e diferenciam-se, pois, neste último, os esforços de transformação que começam com um resultado ideal e terminam com um produto efetivo. Ou seja, primeiro o sujeito idealiza algo e forma suas expectativas depois, age para atingi-las. Por conseguinte, a atividade produtiva humana distingue-se como ação consciente e a consciência como a própria natureza humana. Uma consciência que se afirma mediante as tarefas concretas nas quais o indivíduo se insere no processo de produção e reprodução da vida. Esse processo cria novas necessidades, entre as quais a sua afirmação enquanto indivíduo.

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem [...] (FREIRE, 2005, p. 103).

Entende-se que tais atividades, quando erguidas permanentemente e associadas a uma ação transformadora da realidade, criam e recriam o homem e suas relações sociais produzindo cultura e emancipação. Ao interferir na natureza, através das técnicas já utilizadas e ao criar novas técnicas, a experiência humana se torna fonte de ideias. Segundo Aranha (2003), “ao mesmo tempo em que transforma a natureza adaptando-a as necessidades humanas, o trabalho altera o próprio indivíduo, desenvolvendo suas faculdades [...]”.

Esse modo de articulação e determinação dos diferentes atos do processo ativo distingue radicalmente a atividade especificamente humana de qualquer outra que se encontre em um nível meramente natural, essa atividade implica a intervenção da consciência [...]. Sua característica é que, por mais que o resultado real diste do ideal, trata-se, em todo caso, de adequar intencionalmente o primeiro ao segundo. [...]. Desse modo, para que se possa falar em atividade humana é preciso que se formule nela um resultado ideal, ou um fim a cumprir, como ponto de partida, e uma intenção de adequação, independentemente de como se plasme, definitivamente, o modelo ideal originário (VÁSQUEZ, 2007, p. 221)

O autor salienta ainda que a atitude humana é revelada na consciência de uma conclusão, para a qual a atividade se orienta que, por sua vez, norteará as atitudes do homem na realização da sua atividade e no atingimento do seu fim. Deste modo, mesmo que alguma espécie do mundo animal produza uma atividade semelhante à do ser humano esta será sempre diferenciada, pois, o homem antes de executá-la planeja-a antecipando seu resultado. Nesta perspectiva, tem possibilidades de provocar ajustes para atingir seu fim, manifestando, ainda, a característica de produzir conhecimento, inerente à atividade visto que mobiliza

“conceitos, hipóteses, teorias ou leis mediante as quais o homem conhece e atua na realidade (VÁSQUEZ, p. 2007, p. 223).

A mariscagem configura-se como uma atividade humana que pressupõe o trabalho, no entendimento de Arendt (2010). Na prática de capturar e beneficiar animais aquáticos, as Marisqueiras empreendem força, resistência e cognição para promover meios, e estratégias e que as direcionem ao resultado de seu trabalho. Nesta relação, as Marisqueiras produzem os meios para sua sobrevivência e para sua perpetuação, revelando em sua atividade uma prática produtiva que exibem os contornos imediatos de satisfação de suas necessidades.

Retomando o conceito de práxis, que conforme Freire (2005, p.106) significa “a reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é a fonte de conhecimento reflexivo e criação”, desvenda-se neste o caráter imprescindível de provocar transformação do sujeito e do próprio mundo. Dentre as formas assumidas pela práxis, a saber: práxis, artística, práxis experimental e práxis política, definidas por Vásquez (2007), inscrevem-se também a práxis produtiva que se insere na categoria de atividade humana, visto se adequar aos fins e prescindir da movimentação de saberes assumindo contornos de realidade, materialidade e objetividade. Desta maneira, representa a ação do homem para produzir uma transformação real e objetiva da natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Nesta relação, provoca mudanças e também se modifica produzindo uma nova realidade.

Entre as formas fundamentais da práxis temos a atividade prática produtiva, ou relação material e transformadora que o homem estabelece – mediante seu trabalho – com a natureza. Graças ao trabalho, o homem vence a resistência das matérias e forças naturais e cria um mundo de objetos úteis que satisfazem determinadas necessidades. Mas como o homem é um ser social, esse processo só se realiza em determinadas condições sociais, isto é, no marco de certas relações que os homens contraem como agentes da produção [...] (VÁSQUEZ, 2007, p. 226-227).

Imersas em um contexto de invisibilidade social, irrelevância de saberes e de subalternidade construídas pela ascendência do capitalismo, reveladas em direitos negados, relações desiguais, baixa autoestima e desvalorização profissional, as Marisqueiras participantes deste trabalho desenvolvem atividades produtivas que mostram características evidentes da economia familiar, típica das comunidades camponesas, baseadas, segundo Shanin (2008), no apoio e na ajuda mútua e na diversidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida. Assim, priorizam a satisfação das necessidades básicas e de segurança que, no entanto, com frequência não conseguem alcançá-las em sua plenitude, conforme revela Maria Esperança (2014):

[...] Trabalhamos principalmente para comer e sustentar os filhos. Depois, o que sobra, vendemos. Com o dinheiro a gente compra o feijão, a carne e paga umas

contas. O dinheiro nunca dá. Sempre agente ta devendo. Às vezes o marisco que vai catar ainda já tá empenhado em dívida. Aí agente tem que repassar logo, não pode esperar preço.

Em um cenário no qual prevalecem tamanhas disparidades e, sobretudo, uma prática produtiva, que embora rica em saberes, está declaradamente alijada de reconhecimento e valorização, situando-se no patamar de sobrevivência, a transição para a práxis produtiva também se embota. Ao mesmo tempo em que ocorre este processo, tolhem-se as possibilidades das Marisqueiras da auto-reflexão sobre suas práticas, sobre si próprias, sobre a realidade que as cercam, sobre as expectativas e possibilidades de melhoria de vida. Retornando às propostas constantes na sociologia das ausências e emergências, persegue-se a ideia de urdir possibilidades, estratégias e alternativas, a partir das pistas enxergadas e sentidas no grupo de Marisqueiras e com elas, no sentido de produzir-se outra realidade que conduza à práxis produtiva.

4.3 DESVENDANDO PISTAS E SINAIS; REVELANDO ALTERNATIVAS, ESTRATÉGIAS E EMERGÊNCIAS

As pistas apontadas coletivamente com as Marisqueiras alertam para a existência de uma experiência produtiva rica em saberes, práticas e criatividade ansiosa por emergir e gritar para o mundo: existimos! Perseguindo conjuntamente a direção destas pistas e sinais, percebeu-se de pronto a relevância de se travar um diálogo entre saberes, imediatamente o acadêmico e o popular, no sentido de investigar alternativas e estratégias para a solução de problemas que surgiram do diálogo.

Entretanto, de logo também se verificou a complexidade da situação e a urgência em chamar outros saberes para dialogar. Diante da incapacidade de se empreender ações isoladamente, buscou-se como primeira estratégia tecer uma rede de relações sociais para cooperação e solidariedade orientadas para a ação coletiva a qual fosse permeada por saberes diversos que pudessem caminhar para a transdisciplinaridade.

A configuração e a articulação em redes não é algo novo na sociedade. A humanidade sempre esteve associada à formação das redes. Os grupos pré-históricos que habitavam a terra articulavam-se de maneira a saciar suas necessidades e assim sobreviverem promovendo encadeamentos e contatos de cooperação em sua logística de sobrevivência e de perpetuação que denotam proximidade com os conceitos e características de redes de articulação formuladas e difundidas na atualidade. Dias (2007, p. 12), observando as tendências e

segmentos de evolução das redes, observa que: “a rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem, portanto, uma forma recente ou original de representar a realidade”.

A sociedade contemporânea, tecida nos teares da tecnologia, traz à tona o conceito de rede enunciado por Castells (1999, p. 498) como “um conjunto de nós interconectados”. Sendo assim, este conceito acaba por ajustar-se a uma infinidade de situações, sobretudo aquelas de natureza social permeadas pela complexidade de tramas, malhas e nós a exemplo das relações construídas dentre e entre os diversos grupos humanos e seu ambiente.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 497).

A flexibilidade presente na arquitetura das redes permite melhor desempenho no trato com a complexidade, na definição de objetivos e na mobilidade dos atores sociais pertencentes a uma determinada rede (CASTELLS, 1999; MARQUES, 2000). Observa-se assim o caráter coletivo presente nas estruturas das redes e a possibilidade de transformarem e serem transformadas de maneira contínua pelos seus participantes e por condições e atores externos a ela, aproximando-se da idéia de sistema aberto, assumindo um aspecto biológico como propõe Maturana e Varela (2001) que consideram os seres vivos como aqueles dotados de autonomia e capacidade de autoprodução e, portanto, capazes de criar e recriar o mundo à medida que o conhecem.

Vivemos com os outros seres vivos, e portanto compartilhamos com eles o processo vital. Construimos o mundo em que vivemos durante as nossas vidas. Por sua vez ele também nos constrói ao longo dessa viagem comum. Assim se vivemos e nos comportamos de um modo que torna insatisfatória a nossa qualidade de vida, a responsabilidade cabe a nós (MATRUANA;VARELA, 2001, p. 10).

O encadeamento de interações no âmbito das redes, a partir do fortalecimento dos laços de confiança, desencadeia os processos de ações coletivas a partir dos atores sociais envolvidos. Esta observação se expressa no pensamento de Scherer-Warren (2003) quando identifica que as tais interações culminam com o empoderamento da rede ou dos atores de forma coletiva que fortalecem a sociedade civil para o enfrentamento de seus problemas, a exemplo dos movimentos sociais que surgem no seio das redes. Nos dizeres de Dias (2007) as noções de democracia, fim das hierarquias, descentralização, autonomia e poder servem de referência como representação de rede na atual sociedade.

Nesta direção, Touraine (1998) destaca a relevância da formação de redes traduzindo-a na importância desta arquitetura para a promoção da solidariedade, identidade, ações coletivas e suas motivações. Neste aspecto, a dinâmica das redes pode evoluir para uma relação com as escalas de seu próprio território nem sempre pacíficas, nem sempre conflituosas, contudo determinantes na transformação e no fortalecimento das possibilidades e das estratégias de fazer emergir e empoderar grupos sociais.

A linha teórica de Putnam (1996) designa como fatores fundamentais do desenvolvimento local²³ as normas de confiança mútua, as redes de compromisso cívico, e o processo de ampliação da capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas e a riqueza do tecido associativo. Segundo Milani (2007) Lyda Judson Hanifan definiu, em 1916, o termo capital social associando-o a elementos tangíveis valorizados e presentes no cotidiano das pessoas a exemplo da boa vontade, amizade, simpatia e as relações estabelecidas entre os indivíduos e a família.

Tais fatores agregam-se ao conceito de capital social proposto por Bordieu, em 1960, quando sinaliza que a estrutura do capital social compõe-se de agentes de um campo e suas relações com outros agentes diferentes que promovem ligações materiais e simbólicas e ainda que o volume do capital social mantém uma relação de dependência com a rede de relações que ele pode mobilizar a fim de se consolidar.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BORDIEU, 1998, p. 67).

Bordieu (1998) ainda explica que o capital social vincula-se a ações tanto atuais como potenciais envolvendo a formação e posse de redes duráveis de relações nas quais os agentes ligam-se por conexões permanentes e úteis. Ajusta-se a este conceito o entendimento de Putnam (2000) quando assevera que o capital social refere-se a elementos como confiança, normas e sistemas que podem possibilitar a organização social, associando-o ao desenvolvimento e ao bem estar. Para Milani (2007, p. 10):

A confiança é a ligação central entre capital social e ação coletiva. A confiança é promovida quando indivíduos são confiáveis, quando eles se encontram em redes múltiplas (networked) e quando há instituições (regras formais e informais) que facilitem o crescimento da confiança.

²³ Aquele que surge a partir das potencialidades locais, mais notadamente, a partir da organização e do diálogo dos diversos atores sociais, ideias sustentadas principalmente por Zapata (2001), Fisher (2002), Dowbor, (2004).

Busca-se, portanto, desenvolver, entre os participantes desta pesquisa, as características e elementos de capital social aqui revelados, especialmente mediados pelos laços de reciprocidade e confiança que surgiu entre seus membros. Conforme Putnam (1996), a confiança promove um ambiente no qual as pessoas estão dispostas a cooperarem e quanto maior for o nível de confiança, maior será a possibilidade de cooperação, constituindo-se este processo em um movimento cíclico em que cada condição gera a outra.

O capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, e em todos os demais grupos intermediários. [...] é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição, ou hábito histórico (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Por conseguinte, o fortalecimento do capital social surge como uma estratégia e uma consequência: estratégia quando se utiliza dos laços de confiança, das redes, da cooperação para compartilhar e articular saberes e produzir conhecimento; consequência, pois, descobre-se a partir do diálogo e do compartilhamento de saberes que estas condições se entrelaçam, formando nós mais consistentes. Embora apenas a configuração fortalecida, convicta e mais sólida não garanta aos grupos subalternizados sua visibilidade, o fortalecimento do capital social traduzido em níveis elevados de confiança e ajuda mútua, de pertença, de compartilhamento de objetivos, de cooperação, de resolução coletiva de conflitos aliados ao laço social formado pelas redes de colaboração e solidariedade podem resultar na orientação para a organização do grupo.

Salienta-se, assim, a possibilidade do capital social poder ser utilizado para promover a redução da pobreza, o desenvolvimento e o bem-estar social, na medida em que o ambiente de cooperação não somente entre empresas – no sentido, por exemplo, da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com qualidade de vida numa certa região- pode vir a se constituir em uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento (MENEZES; FONSECA, 2010, p. 112).

A incapacidade revelada pelo modelo capitalista em buscar alternativas para reduzir as consequências perversas do seu modelo, torna-se questão discutida na contemporaneidade diante do cenário de pobreza, exclusão e invisibilidade de grupos que se encontram na periferia do sistema. Neste sentido, questiona-se de que forma incluir pessoas no arranjo societário vigente de modo que criem possibilidades de expansão de suas capacidades a fim de torná-las visíveis, minimizar as situações de pobreza e, especialmente gerar trabalho, renda e melhoria de vida aos grupos socialmente excluídos e que, como tais, vivem na informalidade.

Ao levar em consideração a formação e articulação de redes solidárias, do fortalecimento da confiança e da cooperação os elementos de capital social podem desenvolver valores de reciprocidade e solidariedade em grupos e comunidades que sirvam de base para desenvolvimento de outros conceitos e estratégias para superação da pobreza, a exemplo do conceito de tecnologia social.

A Tecnologia Capitalista ou Tecnologia Convencional (TC) que tem como características principais ser poupadora de mão de obra, segmentada, alienante, hierarquizada, monopolizada pelos países ricos e ambientalmente insustentável (DAGNINO, 2004), não demonstrou, ao longo dos anos, possibilidades de gerar desenvolvimento social e econômico.

A TC é funcional para a empresa privada, que no capitalismo é a responsável pela produção de bens e serviços para a população. Isso, apesar de óbvio, merece ser salientado em função do enorme impulso feito pelos governos dos países avançados e pelas suas grandes empresas, no sentido de fazer com que essa tecnologia seja vista não só como a melhor, como a última, como a de ponta, a mais avançada, mas como a única que existe (DAGNINO, 2010, p. 58).

Tal cenário fomentou, inicialmente, em entidades a exemplo das universidades, comunidades e do próprio governo, especialmente aquelas que se relacionavam com o estudo e aplicação da tecnologia apropriada (TA) a necessidade de conceber metodologias para além daquelas de cunho meramente econômico, especialmente aquelas orientadas para o trabalho, o que significa, em primeira instância, pensar em uma nova maneira de interpretar “demandas cognitivas (ou demandas por conhecimento científico e tecnológico) associadas aos ‘problemas sociais’ para conceber estratégias e políticas” (DAGNINO, 2010, p. 8).

As tecnologias que satisfazem o consumo popular, a satisfação de necessidades básicas, as que servem para produzir a infraestrutura, ou para a agregação de valor às matérias-primas dos países de Terceiro Mundo, essas tecnologias estão paradas no tempo. Há muito elas não se renovam por novo conhecimento (DAGNINO, 2010, p. 57).

Como produto dessa inquietação, surge no Brasil o conceito de tecnologia social (TS) que tem sua origem na evolução, nos anos 1980, das atividades de extensão universitária propostas em 1950/1960, no movimento da TA, no desenvolvimento teórico sobre Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) e no surgimento da Rede de Tecnologia Social (RTS), em 2003.

A definição de TS como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (DAGNINO, 2010, p. 11), deve-se a heterogeneidade das forças

envolvidas em sua concepção a exemplo de setores do empresariado e de grupos imbuídos na construção de uma sociedade socialista.

Gestado desse modo, o termo exhibe fragilidades, especialmente quando se associa este à sustentabilidade da economia solidária, que representaria uma alternativa à informalidade, ou seja, o conceito carece de indicações sociotécnicas alternativas ao modelo vigente que orientem o desenvolvimento de TS. Além disso, o conceito não engloba relações com o processo de trabalho, este, essencial para a compreensão da exclusão social. Compreende-se que essa definição não traduz a radicalidade das discussões sobre TS travadas nos fóruns e em outros espaços a exemplo das agendas de pesquisa e extensão e nos setores governamentais (DAGNINO, 2010, p. 12).

Sendo assim, propõe-se a ampliação do conceito que, na atualidade, evoluiu para incluir a geração de soluções para problemas e demandas dos grupos e comunidades em uma proposta que os inclua também na identificação, no planejamento e na execução das TS. Assim, os componentes presentes no conceito de TS proposto pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS)²⁴ tornam-no mais abrangente, aproximando da essência desta tecnologia, conforme observa Dagnino et al. (2004, p. 57). Dessa forma, o ITS define TS como: “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004: 26).

O ITS (2009) ainda observa que as implicações da TS estão relacionadas ao compromisso com a transformação social, a criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a organização e sistematização dos conhecimentos, a acessibilidade e apropriação das tecnologias, o processo de aprendizagem dos envolvidos, a promoção de diálogo entre saberes diversos, a difusão do conhecimento e a ação educativa, os processos de participação das comunidades no planejamento, acompanhamento e avaliação e a consequente ação social efetiva e a construção do processo democrático.

O Quadro 5 exhibe as dimensões da TS e suas respectivas características, segundo o ITS.

²⁴ Associação de direito privado, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) conforme Lei 9.790/99 e publicação no Diário Oficial da União, nº 209 – Ministério da Justiça - Seção 1, de 28 de outubro de 2002.

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS/INDICADORES
Conhecimento, ciência tecnologia e inovação	1. Objetiva solucionar problemas sociais 2. Atende à demanda social 3. Organização e sistematização 4. Denota grau de inovação, participação e cidadania e Democracia
Participação, cidadania e democracia	5. Democracia e cidadania 6. Utiliza metodologia participativa 7. Promove disseminação de saberes
Educação	8. Processo pedagógico 9. Diálogo entre saberes 10. Possibilita apropriação e empoderamento dos atores
Relevância social	11. Eficácia 12. Sustentabilidade 13. Transformação social

Quadro 5: as dimensões da tecnologia social e suas características

Fonte: adaptado de ITS, 2012.

Outro conceito que guarda a essência da TS é o proposto pela Rede de Tecnologia Social (RTS), criada em 2004 e consolidada em 2005 com os objetivos de reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação em escala de TS, além de promover o estímulo à adoção de TS como políticas públicas e à sua apropriação e desenvolvimento por parte das comunidades. Assim, a RTS compreende que a TS agrega “produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social”. (RTS, 2004).

As TS possuem as características de não serem discriminatórias, visto não existir a figura do patrão e do empregado, liberarem o potencial físico e financeiro e da criatividade do produtor, viabilizarem empreendimentos autogestionários, populares e solidários, orientarem-se para o mercado de massa e para as realidades das comunidades (DAGNINO, 2010).

Compreende-se, dessa maneira, que o conceito de TS assume proporções que vão além de uma definição. Ao potencializar e articular o saber popular e tradicional, o saber técnico, o saber acadêmico e promover, a partir desse diálogo e, de maneira interdisciplinar, soluções de baixo custo, a TS assume o patamar de estratégia de enfrentamento de problemas cotidianos presentes em segmentos como geração de emprego e renda, saúde, meio ambiente, agricultura familiar, microcrédito produtivo, dentre outras que se desenham necessárias para a melhoria de vida das populações.

As características centrais da TS têm a ver com a finalidade social, a forma equitativa e os critérios éticos e a justiça social com que beneficia as pessoas e os grupos sociais. Nesse sentido, um critério para avaliar se a tecnologia é social, ou

não, é o resultado gerado em termos de benefícios e transformações sociais. [...] Em síntese, as TSs incidem exitosamente na melhoria das condições de vida da população, especialmente a que tem na sociedade seus direitos essenciais restringidos e, até, negados. Elas realizam soluções participativas a partir das potencialidades locais, unindo a resolução de problemas com a produção de conhecimento. Tornam-se um bem público cujo acesso é um direito essencial, que precisa ser reivindicado e apropriado pela organização popular. Trata-se, portanto, da ampliação do conceito de tecnologia para além do processo produtivo do trabalho. Incluem, também, a dimensão metodológica, participativa ou autogestionária, com intencionalidade emancipadora (ADAMS et al., 2011, p. 20).

Salienta-se que a TS construída em um local, por atores que a utilizarão, poderá ser reaplicada em realidades semelhantes, a exemplo do instrumento conhecido e utilizado pelas marisqueiras como bicheiro, que se constitui em um gancho confeccionado de ferro ou arame grosso utilizado para capturar o molusco conhecido como polvo, ou afogar a lama para desprender o sururu. A criação e/ou reaplicação de TS poderá resultar em trabalho e renda, maior cuidado com o ambiente, educação a partir da construção coletiva, fortalecimento da solidariedade e maior respeito à cultura por parte do grupo envolvido, conforme retrata a Figura 9:



Figura 9: Estratégia de reaplicação de TS

Fonte: Fundação Banco do Brasil (FBB).

A atividade da mariscagem é conhecida por abrigar grupos socialmente excluídos, que se encontram na informalidade e cuja atividade não é reconhecida na sociedade, além de representar insalubridade e periculosidade devido à exposição das mulheres Marisqueiras às condições adversas de intempéries e de higiene, conforme sinaliza o ITS (2012, p. 25): “Os trabalhadores do mar, em geral descendentes de escravos, com pouca instrução e sem qualificação, moram nas periferias das cidades e nas florestas de mangue. Áreas, em geral, sem eletricidade, água encanada, educação e saúde”. Demandas a respeito de soluções dos

problemas referentes a estes aspectos são recorrentes nas discussões dos grupos de mariscagem, especialmente no grupo de Marisqueiras de Mangue Seco.

No Brasil são muitas as experiências exitosas de TS que revelam produtos, equipamentos, metodologias nos diversos segmentos da sociedade, a exemplo do crédito comunitário através do Banco Palmas²⁵ destacada pelo ITS (2012). Algumas dessas iniciativas revelam avanços para a pesca artesanal; neste campo, destacam-se TS gestadas no âmbito de comunidades de pesca artesanal a partir da Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (FUNDIPESCA) a exemplo dos projetos Barco-Escola e Estaleiro-Escola realizados em comunidades no Estado da Bahia (ITS, 2012).

Ainda na Bahia revelam-se ações das incubadoras universitárias²⁶ da UNEB e da UFRB que gestam e acompanham grupos em comunidades desenvolvendo, juntamente com estas, tecnologias sociais, a exemplo do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia, o CATARENDA²⁷, o PRONINC²⁸, o projeto TECSOL²⁹. Na relação UFRB, UCSAL e UNEB, mediada pela rede UNITRABALHO, um exemplo é o projeto PROCATEDES – Estratégias e viabilidade de empreendimentos solidários populares da Cadeia do Turismo da Costa do Dendê que abriga o grupo Maria Marisqueira³⁰, a APROBATEC³¹, a Associação Moenda³², o Assentamento Dandara³³, a Associação Boipeba³⁴, dentre outras.

Quando um ser frágil nasce num ambiente hostil, não apropriado, se não for bem cuidado, amparado até se fortalecer, não resistirá e morrerá. Se for bem cultivado e preparado para resistir, encontrar seu lugar para se expandir e viver com autonomia, os riscos de inanição ou morte são afastados. Ora, os seres frágeis a que nos referimos, aqui, são os empreendimentos solidários que, na maioria das vezes, surgem no ambiente muito agressivo do mercado capitalista. O tempo de incubação constitui-se, nesse período, em introduzir os empreendimentos solidários nos princípios e nas práticas da economia solidária e na dinâmica de uma cadeia produtiva (ADAMS et al., 2011, p. 23).

Entretanto, no âmbito da mariscagem, as iniciativas de TS ainda são discretas e não chegam a impactar a vida das Marisqueiras de modo que revele uma melhoria significativa na captura e beneficiamento e qualidade do pescado, na geração de renda, no meio ambiente, na

²⁵ Empreendimento solidário da Comunidade do Conjunto Palmeiras em Fortaleza - Ceará, Brasil.

²⁶ São espaços onde se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção.

²⁷ Estruturação da Gestão Coletiva de Reciclagem de Resíduos Sólidos.

²⁸ Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

²⁹ Tecnologias sociais para a inclusão digital e o desenvolvimento da economia solidária.

³⁰ Grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco em Valença (BA).

³¹ Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Baixão, Tremedal e Cariri em Valença (BA).

³² Associação das Doceiras e Artesãos do Distrito de *Moenda* de Presidente *Tancredo Neves* (BA).

³³ Assentamento localizado em Camamu (BA).

³⁴ Associação Beneficiária das Mulheres Pescadoras, Marisqueiras Aquicultoras de Velha Boipeba- Boipeba-Cairú (BA).

logística e nas condições de saúde das mulheres Marisqueiras. Tais problemas podem ser uma proposta a ser respondida pelas TS.

Entende-se, portanto, que do diálogo e da cooperação podem surgir novos conceitos e metodologias orientadas para a ação transformadora de grupos vulneráveis, assim como as TS. Compreende-se ainda a urgente necessidade de incluir o segmento tecnológico na busca por soluções de problemas sociais. A dimensão tecnológica assim considerada como uma promotora de melhoria de vida seria aquela concebida no seio das comunidades e, sobretudo, com a participação dos saberes e experiências vivenciadas pelos membros desses grupos. Por conseguinte, as TS podem representar inclusão tecnológica pensada para e pela base da pirâmide social.

A geração de produtos, serviços, metodologias, enfim, soluções para os problemas cotidianos e não convencionais das comunidades, e que se traduzem em TS, guarda relação estreita na cooperação, na solidariedade e na reciprocidade, pois esses resultados precisam surgir do saber de cada um dos membros envolvidos e que, posteriormente será traduzido, socializado e compartilhado.

Dessa maneira, torna-se imprescindível pensar na inclusão tecnológica para o enfrentamento da pobreza e das situações de invisibilidade social, dimensão esta traduzida na TS. Vislumbra-se, assim, outro tipo de economia que se oponha aquela baseada apenas nas relações capitalistas de produtividade e lucro; uma economia alternativa que tenha por base os princípios de vida dessas comunidades: a troca, a solidariedade e a reciprocidade. A comunhão de interesses comuns e instrumentos de trabalho partilhados; os princípios de cooperação, a partilha de resultados, a união de esforços e capacidades, típicos da construção de TS, poderão comungar com os princípios da economia solidária para ser pensada nos grupos não formais, como uma possibilidade de modo de vida e uma forma de inclusão.

Sob este prisma, a economia solidária desponta como uma proposta de organização orientada para o ganho coletivo, a melhoria de qualidade de vida e alternativas de sobrevivência construída através da coletividade e a partir das potencialidades desta, partilhando os resultados e a responsabilidade, enfim, priorizando o ser humano em relação ao capital, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais. Conforme Nunes (2011, p. 52), a economia solidária é:

Conjunto de práticas autogestionárias de produção, de comercialização, de consumo, de trocas, de serviços, ainda esparso pelo mundo, mas interligando-se pouco a pouco em redes tem-se mostrado uma das contestações mais interessantes ao modelo capitalista. Elas questionam, na sua própria existência cotidiana, as bases do modelo que deu origem à pobreza e à exclusão.

Tal assertiva comunga com o pensamento de Singer (2002) quando reconhece a economia solidária como um modo de produção dentro do próprio sistema capitalista, mas que, entretanto, poderá configurar-se como uma possibilidade de uma nova organização social. De acordo com França Filho e Laville (2004), atualmente a economia de mercado e suas características individualistas impôs-se mesmo em comunidades tradicionais, cujo arranjo pressupunha a priorização da manutenção das relações e dos vínculos sociais em detrimento da produção de riquezas, criando um abismo entre o econômico e o social.

Entretanto, Souza (2011) assevera que a solidariedade encontra-se incorporada e adicionada ao modelo de economia solidária, visto basear-se no compartilhamento de dons da natureza e dos bens produzidos socialmente e orientados para o bem estar social. Este pensamento conduz a compreensão das novas relações de poder que se fundamentem na ética e nos interesses coletivos, no respeito às diversidades, na cooperação e nos desdobramentos destes aspectos que resultem em novos mecanismos de participação social.

A economia solidária traz no seu cerne a concepção de que o trabalho é superior ao lucro e, como salienta Santos (2005), “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”, retomando a essência e o real significado do trabalho, sobretudo o seu caráter social consolidando-se em um modo de produção que promove a inserção de grupos produzidos como invisíveis, a partir da participação dos mesmos em empreendimentos solidários.

A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil. Em especial, face aos efeitos desiguais e de exclusão do modelo convencional de desenvolvimento, os atores da busca de alternativas devem ser as comunidades marginalizadas, que tem sido os objetos - e não os sujeitos - declarados dos programas de desenvolvimento. O caráter coletivo do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização (SOUSA SANTOS, 2005, p. 47)

A proposta da economia solidária justifica-se e fortalece-se a partir das características inerentes ao seu modelo apontadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL, sd), a saber: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica, a solidariedade. Assim, a cooperação refere-se à existência de interesses e objetivos comuns entre as pessoas promovendo a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. “Trata-se de um ambiente em que trabalhadores e trabalhadoras assumem a cooperação de maneira livre e participativa, no qual se geram

processos relacionais, produtos, técnicas e metodologias não convencionais” (ADAMS et al., 2011, p. 16).

A economia solidária apresenta-se sob diversas formas de organização coletiva, a exemplo das empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); das associações comunitárias de produção; das redes de produção, da comercialização e do consumo; dos grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); dos clubes de trocas, dentre outros específicos e gestados por cada grupo a depender de suas necessidades e especificidades.

A autogestão diz respeito ao exercício, pelos participantes de grupos, de práticas participativas dos processos de trabalho, da elucidação de estratégias para os empreendimentos, da coordenação e liderança das ações. “Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação” (BRASIL, sd).

A dimensão Econômica revela-se como fator motivador para o empreendimento de esforços, agregação de novos participantes e aplicação de recursos pessoais e de organizações orientados para a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Inclui os elementos que proporcionarão viabilidade econômica, eficácia e efetividade, aliados aos aspectos culturais, ambientais e sociais.

A solidariedade expõe a essência solidária presente nos empreendimentos e se expressa em diferentes níveis: na distribuição justa dos resultados alcançados; nas oportunidades orientadas para o desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nos relacionamentos com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório para troca de saberes e experiências; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores. Sobre as experiências em empreendimentos solidários Gonçalves (2009, p. 238) revela:

Nessas experiências, identifiquei laços profundos de solidariedade e de compreensão profunda do sentido da economia solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres e na gestação de novas formas de sociabilidade fundadas em valores solidários e em uma nova ética.

Sendo assim, a economia solidária comunga com a proposta de Sousa Santos (2007) para se pensar uma nova racionalidade que possa fazer das ausências presenças. Também,

partilha com os conceitos de capital social, pois busca o revigoramento de grupos vulneráveis de minorias que produzem, vendem e consomem em relações desiguais com o mercado, entretanto, contribuem para a manutenção de emprego e renda, especialmente em nível local.

As ações promovidas no âmbito da economia solidária pretendem incorporar outra cultura ao guiar-se por conceitos como cooperação, solidariedade, compartilhamento e preocupação com a natureza vinculando as experiências produtivas vivenciadas por grupos pertencentes ao circuito inferior da economia no sentido de dar-lhes mais autonomia, propiciar visibilidade e promover a sustentação de tais experiências.

A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. [...] (SINGER, 2004, p.7).

Diante do cenário rico de experiências produtivas absorvidas pela economia solidária, a exemplo de cooperativas, associações, empreendimentos não formais, concebe-se a possibilidade de suscitá-la como alternativa para o grupo de Marisqueiras. Embora se encontrem implicações em determinadas formas de empreendimentos solidários que impossibilitam a sua aplicação na realidade vivenciada neste projeto, acredita-se que a economia solidária revela-se como um espaço no qual o diálogo pode ocorrer e construir o saber emancipador.

Sobretudo, atrelado e articulado aos princípios das TS, o conceito de economia solidária poderá agregar e promover, de uma forma singular, às reais possibilidades e demandas do grupo. Compreende-se ainda que a semente das TS e da economia solidária precise ser germinada para que o próprio grupo decida de que forma pretende plantá-la e cultivá-la.

As potencialidades educativas presentes no movimento de economia solidária e das tecnologias sociais podem contribuir para minimizar as contradições existentes nas relações econômico-produtivas, bem como com as demais dimensões da vida individual e social, abrindo caminhos emancipatórios, que resultem transformações sociais da realidade (ADAMS et al., 2011, p. 13).

Nesta discussão, surge a importância e a urgência em elaborarem-se e implementarem-se políticas públicas que absorvam as demandas culturais, econômicas, sociais e ambientais dos segmentos socialmente vulneráveis e possibilitem a visibilidade aos problemas dessas comunidades, o fomento e viabilidade da criação de alternativas e as garantias para esses grupos e com a participação dos mesmos. Neste sentido, “A geração de tecnologias pode adequar-se à demanda social, o que implica que as prioridades de pesquisa e extensão

tecnológicas devem estar baseadas nas necessidades socioeconômicas e nos problemas ambientais e na situação dos agricultores familiares e agentes econômicos de poucos recursos” (MACHADO, 2011, p. 58).

O setor da pesca artesanal, promotor de cultura, emprego e renda, especialmente para as comunidades litorâneas e ribeirinhas, carecem de políticas públicas que o fortaleçam e ações que promovam qualificação, maiores rendimentos e valorização para seus participantes. Conforme sinaliza Walter (2010), a atividade da pesca artesanal foi reconhecida a partir da Lei 11.959/2009, oriunda da Presidência da República, que ampliou os direitos trabalhistas referentes ao pescador também para as mulheres beneficiadoras de pescado.

Assim, a priori, as mulheres que atuam no beneficiamento do camarão passariam a ter direito ao seguro-defeso, aposentadoria, dentre outros. Entretanto, tal atividade é realizada no escopo de relações trabalhistas envolvendo um empregador o que gera dúvidas quanto à caracterização de sua participação na atividade familiar, em desacordo com a própria definição de pesca artesanal comercial, que garante apenas aos homens que atuam nas embarcações de arrasto seus direitos: “quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009)”. Tem-se, assim, que as mulheres que atuam nas UDP’s³⁵ contratadas encontram-se no limbo da legislação, dado que nem os comerciantes nem o Estado assumem dentro das suas atribuições a manutenção da renda nos meses em que a pesca de camarão é proibida (WALTER, 2010, p. 231)

Em âmbito Federal, o MPA é o órgão responsável em reproduzir as políticas públicas para o setor da pesca. Sendo assim, No ano de 2009 o MPA, através do Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (IPLAN), lançou duas políticas públicas voltadas para a pesca artesanal na região do Baixo Sul com o objetivo de fomentar o protagonismo das famílias de pescadores em sua cadeia produtiva, a saber: Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR) e o desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva o CIPAR Baixo Sul seria a política mais evidente, pois teria atuação mais específica na infraestrutura física do setor da pesca artesanal da região, a partir de um processo participativo e de autogestão (WALTER, 2008). A segunda política teve o foco na articulação das políticas e dos atores da pesca artesanal da região, visando o desenvolvimento regional.

[...] suas ações envolvem processos participativos em que a demanda é definida em conjunto com as famílias de pescadores. Assim, as estruturas destinadas à cadeia produtiva por meio de editais, tais como fábrica de gelo, caminhões frigoríficos, dentre outros não se constituem CIPAR ainda que visem o apoio à estruturação da cadeia produtiva dos frutos do mar produzidos artesanalmente. O CIPAR necessita da estrutura associada a um processo de planejamento participativo e de autogestão,

³⁵ “Unidade Doméstica de Produção Familiar caracteriza-se pela participação da família, composta por homens e mulheres nas atividades de captura e de beneficiamento” (WALTER, 2012, p. 3).

de forma que a estrutura implementada esteja ancorada em um processo social (WALTER, 2008, p. 285).

Assim, Walter (2008) esclarece que em Valença concedeu-se, a partir do CIPAR Baixo Sul, uma fábrica de gelo e kits marisqueira para a Associação ABIPESCA, assim como outros equipamentos para as demais associações do município, de acordo com um planejamento realizado coletivamente com pescadores, marisqueiras e lideranças. Os programas previstos pelo MPA tiveram finalização no ano de 2010.

Sobre o CIPAR Baixo Sul, as Marias Marisqueiras e uma monitora desta pesquisa, que participou do referido projeto na qualidade de técnica em aquicultura, contam que eram realizadas oficinas nas quais pescadores e marisqueiras podiam falar sobre seus problemas. Afirmaram que foi a primeira vez que isso aconteceu em Valença, entretanto, as oficinas e encontros aconteciam em municípios diferentes e, apesar do custeio de transporte e alimentação, muitas marisqueiras não podiam participar de forma efetiva, pois precisavam trabalhar e muitas vezes os encontros aconteciam em horários impróprios para elas “quando a maré está favorável não se tem outro compromisso. O compromisso é ganhar o pão”, salienta Maria Baluarte (2013). Como o CIPAR estabelecia que era preciso participar regularmente dos encontros, muitas Marisqueiras tiveram sua participação cancelada. A monitora e algumas Marisqueiras também informam que muitas mulheres participavam com objetivos de conseguir benefícios de forma imediata, o que prejudicou em muito a construção da política.

Apesar da política pública de desenvolvimento territorial ter objetivado a articulação entre os atores sociais da pesca artesanal da região, observa-se, em Valença (BA), que a atuação das entidades envolvidas com a pesca artesanal a exemplo das Associações, da Colônia Z15 e da Secretaria de Pesca do município acontece de forma isolada e mais relacionada com opções políticas diversas do que propriamente com as políticas públicas, o que dificulta sua articulação e provoca um afastamento destas entre si, entre as comunidades e, especialmente, da sua real missão que seria o de combater a pobreza, a exclusão e as disparidades do setor. Neste sentido, o engajamento das universidades públicas na construção de pontes entre si e os atores sociais é fundamental, entretanto, tais entidades não podem nem devem assumir uma responsabilidade que concerne ao governo que é promover políticas públicas compensatórias e estruturantes.

A ausência de estruturas de beneficiamento e comercialização de pescados no município ilustra a situação de precariedade vivenciada pelas comunidades que sobrevivem da pesca artesanal em Valença (BA). Das cooperativas de pesca que existiam no Município a mais antiga foi a Cooperativa Mista dos Pescadores de Valença (COOPESVA), resultado do

extinto Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca. Essa Cooperativa, devido aos sérios problemas de ordem financeira enfrentados, principalmente no que se tocante à disponibilidade de capital de giro para arcar com compromissos bancários e previdenciários que acarretaram dificuldades na prestação de serviços e no seu quadro social, encerrou suas atividades a cerca dois anos.

Especialmente no que se refere às Marias Marisqueiras, revela-se a precariedade das políticas públicas materializadas na dificuldade de acesso ao seguro saúde, ao auxílio maternidade e à aposentadoria; nos problemas de violência, especialmente na atualidade nas áreas de manguezais que, a exemplo da comunidade de Mangue Seco foi tomada por traficantes; na dificuldade com creches para deixar os filhos e assim exercer a profissão; na degradação do meio ambiente; na logística para alocação dos produtos no mercado, especialmente com a figura do atravessador; no acesso ao capital de giro e aos equipamentos básicos para exercer a profissão, dentre outros problemas que estabelecem entraves para as atividades de mariscagem. Neste sentido, Leitão et al. (2009, p. 13) observam:

O acesso a benefícios como aposentadoria, seguro saúde, ou auxílio maternidade constitui uma condição própria da cidadania. Garantir às mulheres o estatuto de trabalhadoras da pesca, como parceiras de terra ou das águas, é um grande passo na conquista de uma cidadania de qualidade, com relações mais justas, igualitárias e democráticas entre homens e mulheres (LEITÃO et al., 2009, p. 13).

Outro aspecto a ser observado é o da revisão do papel e da atuação das colônias de pesca que, conforme assinalam Leitão et al. (2009), “são uma forma de associativismo predominante na pesca artesanal e como tal devem constituírem-se em espaços de lutas dos pescadores e, em especial das mulheres pescadoras, assim como as associações”.

As Marisqueiras participantes desta pesquisa apontam que os poucos benefícios que possuem conquistaram a partir de participação na Associação de pesca e que por isso frequentam as reuniões em busca de adquirir direitos. Pontuam e denunciam ainda que existem muitas Marisqueiras que não possuem ao menos a carteira de pescadora, passaporte para o seguro defeso dentre outros direitos, e que é preciso ações mais pontuais de conscientização e divulgação para aquisição deste documento. Alertam ainda para a necessidade de terem mais acesso à colônia de pesca e que esta promova cursos de capacitação em qualidade e beneficiamento do pescado assim como intermediação na aquisição de apetrechos e materiais de suporte para o desenvolvimento da atividade.

As mulheres vivenciam a violência quando não são vistas como pescadoras em seu ambiente de trabalho e moradia, vivenciam precárias condições de trabalho e quando enfrentam dificuldade para tornarem-se sócias das colônias, associações e cooperativas de pescadores e obter a carteira de pescadora; critério exigido para o

acesso aos programas e projetos de apoio à pesca artesanal. Uma forma de violência contra as pescadoras aparece quando as políticas reproduzem o que historicamente ocorre com as políticas do Estado e de governos para as mulheres; não reconhece suas especificidades tornando invisíveis as relações estabelecidas entre o trabalho produtivo e reprodutivo (MELO, 2008, p. 4).

Por fim, entende-se ainda que existam outras alternativas para tornar visíveis a experiência social aqui relatada. Entretanto, a articulação em redes, o fortalecimento do capital social, o fomento à tecnologia social articulada com elementos de economia solidária e, sobretudo, a implementação e a fiscalização de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento da mariscagem, por guardarem uma matriz de similaridade de intenções e de retroalimentação, apresentam-se como opções que se harmonizam com as construções de expectativas das Marisqueiras.

A figura 10 exibe a síntese deste capítulo.

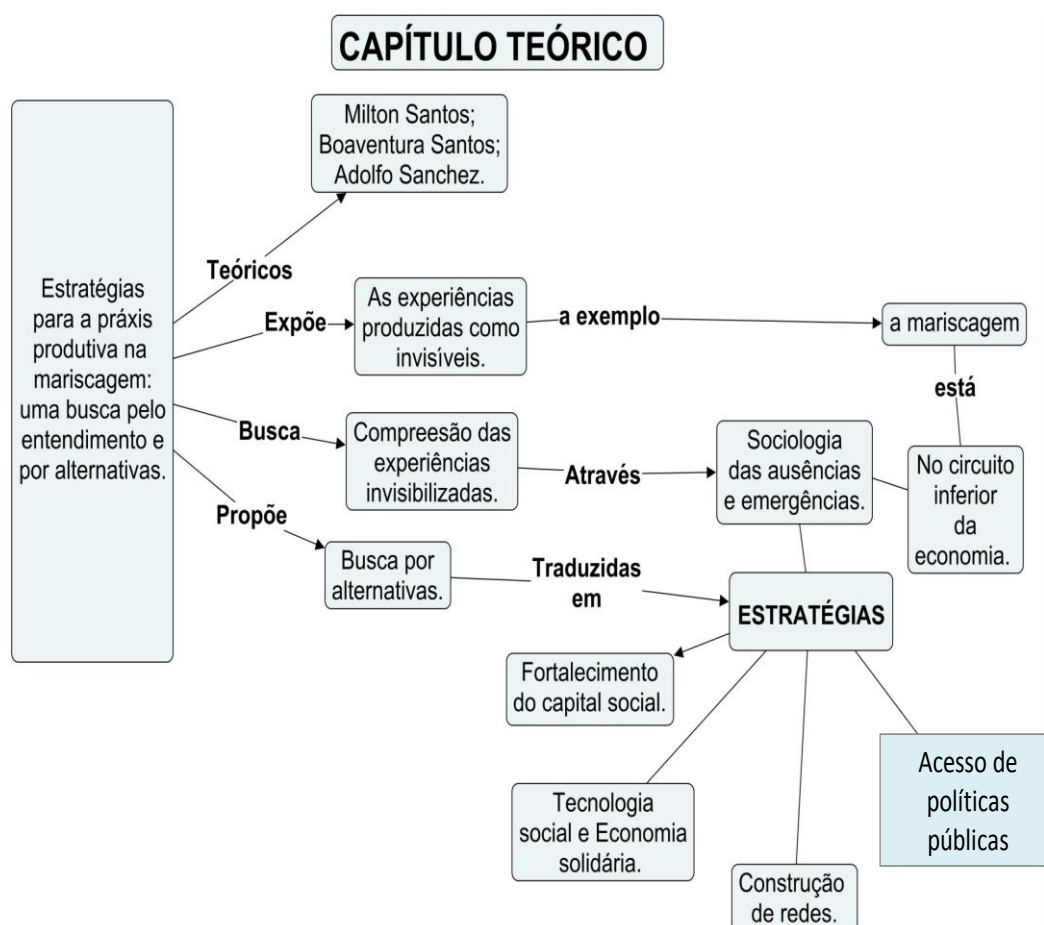


Figura 10: Síntese do capítulo Estratégias para práxis produtiva na mariscagem
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

5 MARIA MARISQUEIRA: subjetividades, saberes e práticas

A pesquisa empírica desse trabalho, especialmente os encontros e as oficinas com as Marisqueiras, e os resultados advindos desta, inspirou-se na ideia presente na sociologia das ausências e emergências proposta por Boaventura Sousa Santos (2007), na busca pela superação da invisibilidade do grupo de Marisqueiras participantes desta pesquisa, a partir das cinco ecologias propostas para o combate do pensamento hegemônico. O autor reconhece o cenário atual como um momento permeado por problemas os quais exigem transcender os modelos existentes a fim de dar respostas que contemplem e satisfaçam às questões sociais, culturais e locais.

[...] nossa situação é um tanto complexa: podemos afirmar que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da emancipação social (SOUSA SANTOS, 2007, p. 19).

Sendo assim, no intuito de investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas percorreu-se um caminho cujas perspectivas da pesquisadora foram, aos poucos, se transmutando e assumindo novos contornos.

As descobertas e resignificações, inclusive do problema proposto inicialmente, a saber: como o grupo de Marisqueiras de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas tornaram-se subsídios de uma pesquisa que desvendou e revelou realidades, sentidos e significados não imaginados inicialmente traduzindo-se em questionamentos, respostas e soluções que surgiram da dialogicidade, do viés participativo, da transdisciplinaridade e de toda a teia de complexidade descortinada.

Assim, para compreender o objeto deste estudo, recorreu-se ao perfil sócio econômico, ao estilo de vida, aos saberes e descobertas do grupo das Marisqueiras participantes desta pesquisa. Deste modo, foi possível participar da vida destas mulheres, de forma que o estudo resultasse em melhoria nos valores imateriais e materiais, partindo da mediação de saberes, para todos os atores envolvidos.

5.1 O RETRATO DA DINÂMICA E DO PERFIL SOCIAL

Discorrer sobre o perfil e a dinâmica das mulheres Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco, especialmente daquelas destacadas nesta pesquisa, é também adentrar no local

onde se travam suas relações históricas e cotidianas, socioeconômicas e afetivas marcadas pela necessidade de expansão de liberdades, visibilidade social, autoestima, aprimoramento produtivo, reconhecimentos de saberes e outros valores necessários à melhoria de vida. Para tanto, parte-se do município de Valença e das suas origens.

As origens do município de Valença, no interior da Bahia, data do século XVI, quando ainda pertencia à Capitania de Ilhéus. O território foi habitado primeiramente pelos índios Tupinambás e Aimorés e, devido à resistência e hostilidade destes últimos aos portugueses, a colonização deste território deu-se lentamente. Nas sucessivas tentativas de se instalarem naquelas terras, os portugueses fundaram várias vilas que, consecutivamente, foram destruídas pelos constantes ataques indígenas.

Segundo Oliveira, (2006), foi somente em 1750, com o processo de catequização dos índios pela igreja católica, que os habitantes das terras valencianas passam a conviver pacificamente. A primeira vila de povoamento nasce com o nome de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu.

Por meio da carta régia de 23 de janeiro de 1799, criou-se a Vila Nova de Valença do Santíssimo Coração de Jesus, dando impulso, dessa maneira, ao desenvolvimento do que então, mais tarde, se tornaria o município de Valença. Em 1844 instalou-se em Valença uma fábrica de tecidos que recebeu o nome de Fábrica de Todos os Santos, sendo a primeira no Brasil movida à energia hidráulica. Por conseguinte, nessa época, o município vive seu período de apogeu, com o suporte da atividade industrial, assumindo expressividade na história do Estado da Bahia.

Com a decadência da atividade industrial, que não se consolidou como uma vocação da região, o município hoje vive cercado por mazelas sociais como desemprego, subemprego, carências nas áreas de saúde e educação, segurança pública ineficaz entre outras tantas que assolam a sociedade valenciana e que permanece em busca de perspectivas socioeconômicas que possibilitem seu desenvolvimento.

Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014) revelam que, com uma população de 88.673 pessoas (IBGE, 2010), apenas 10.291 pessoas possuíam, em 2011, emprego no mercado formal, sendo que dessas 794 situavam-se no setor de pesca. Quanto à saúde, o município de Valença possui somente um hospital conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS). O referido hospital ainda serve de suporte à população dos demais municípios vizinhos, o que torna a situação da saúde na região e, especialmente no município, insustentável.

No ano de 2006, a SEI apontava que o Índice do Nível de Saúde (INS) auferido para o município de Valença o colocava, em comparação a outros municípios baianos, na 70ª posição. No mesmo ano, em relação ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS), o mesmo município figurava em 34ª. A SEI não possui dados mais atuais sobre os tais índices, mas o índice de pobreza e desigualdade social exibido pelo IBGE (2010) para o município, da ordem de 47,7%, retrata a realidade de vida de grande parte da população.

A pesca artesanal sempre esteve presente como atividade econômica no município, que possui uma vasta área de manguezais, estuários e Mata Atlântica. Tal atividade é responsável pelo sustento de muitas famílias que vivem em comunidades pesqueiras da região. Assim, a comunidade de Mangue Seco vive entre o turbilhão urbano da cidade de Valença e os pantanosos e verdejantes manguezais. Trata-se de uma das três comunidades pesqueiras do município de Valença e nela vivem as Marisqueiras protagonistas desta pesquisa, apelidadas de Marias Marisqueiras e cujo grupo foi intitulado Maria Marisqueira assim nomeado visto que a maioria das mulheres possui o prenome Maria.

A comunidade de Mangue Seco possui mais da metade de sua extensão formada por manguezais que são reconhecidos como Áreas de Preservação Permanente (APPs)³⁶, entretanto, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Valença não possui dados precisos sobre esta APP, tampouco documentos da real extensão dos Manguezais tanto para o município, quanto para a comunidade, conforme informação obtida em contato desta pesquisadora com a Secretaria em 2014. Igualmente o IBAMA não possui tais dados, o que deixa uma lacuna sobre o conhecimento do ecossistema manguezal nessa área.

A Figura 11 localiza a área da comunidade de Mangue Seco em Valença (BA).

³⁶ Conforme o IBAMA a Área de Preservação Permanente – APP é : “uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/phocadownload/manual/cartilha-esclarecimentos-diversos-ada-2014-2.pdf>.>.



Figura 11: Vista aérea da comunidade do Mangue Seco em Valença (BA)
 Fonte: *Google earth* (2014)

Há mais de 20 anos, conforme revela a moradora Nostalgia (2014), havia apenas mata e manguezais no Mangue Seco e escassos moradores. Alguns vieram de outras regiões, a exemplo de Gamboa, Wenceslau Guimarães, Sarapuí, Corte de Pedra, Ibirapitanga, dentre outras localidades. Havia pouquíssimas ruas, não havia energia elétrica, saneamento básico, calçamento ou qualquer tipo de infraestrutura. Pouco a pouco as pessoas foram chegando para a comunidade, se incorporando às atividades existentes ali, aprendendo com os outros, edificando construções, em sua maioria desordenadas e sem planejamento, feitas de materiais diversos constituindo assim a comunidade de Mangue Seco.

Duas são as versões para o nome da comunidade. A primeira, baseada em relatos do morador Gentil (2014), conta que o mangue “comandava” aquele local e por fazer parte do manguezal antes da ocupação desordenada, a comunidade recebeu o nome de Mangue Seco. Na segunda versão a moradora Nostalgia (2014) relata que um senhor chamado Catingueiro batizou a comunidade com o nome de Mangue Seco; depois de muito tempo, devido à comunidade situar-se em uma extensão de um bairro periférico de Valença conhecido como Tento, mudou-se o nome para Nova esperança bairro do Tento. Entretanto os residentes da comunidade preferiram manter o nome de Mangue Seco, como é conhecida a comunidade atualmente.

Os primeiros moradores extraíam em abundância siris, caranguejos, aratus e outros tipos de crustáceos na vasta área de manguezal e de estuários o que tem garantido o sustento

das famílias e a sobrevivência da atividade da mariscagem até os dias atuais. Naquele tempo, minha pró, a gente vivia de fartura. Os bichos brotava da lama. Era um tempo que a gente trabalhava e se divertia no mangue. Tinha cantiga e tudo. Depois voltava todo mundo com os balde cheio. Tanto é que quem chegava pra morar aqui, as vez vinha até de lugar que não tem mangue nem mar, mas ia mariscar também. Hoje em dia, ai, ai... Não se pode nem ir no mangue, que dirá [...] (MARIA ESPERANÇA, 2014).

Em 1989, entretanto, a área de mariscagem sofreu seu primeiro impacto, quando da construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), antigo Centro Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (CEFET). Este fato foi significativo para a comunidade e para o grupo Maria Marisqueira, cujas mulheres evidenciam os impactos em suas falas:

Quando começou a construir o CEFET foi horrível para nós. Tiraram a área que a gente mariscava. Nosso sustento diminuiu demais. Tinha gente aqui que odiava o CEFET porque dizia que tirou metade do nosso ganho. A quantidade de marisco que a gente pegava antes dessa escola era muita. Muita gente aqui perdeu seu lugar. (MARIA ESPERANÇA, 2011).

O pior é que além do nosso povo que mariscava ser expulso do lugar por causa da construção por muito tempo a gente nem conhecia a escola por dentro, nunca entramos. Nem os filhos da gente conseguia estudar lá... lhe digo que até antes desses cursos da faculdade agente não conhecia não. (MARIA ARTICULADORA, 2011).

A moradora Nostalgia afirma que a efetiva posse da comunidade às pessoas carentes foi efetivada pelo prefeito conhecido com doutor Agenildo e por sua esposa senhora Ziza, cujo primeiro mandato ocorreu no período de 1989 a 1992, ocasião em que doou as terras. Entretanto, alguns moradores procederam à invasão e à construção de suas casas que, a princípio, eram de madeira e ao longo do tempo foram modificadas pela construção de bloco. “[...] O Dr. Agenildo foi quem deu esse bairro para nós, ele e dona Ziza, nós todo mundo gostou foi um prefeito bem falado e gabado” (2014).

Embora ainda existam casas construídas por diversos materiais a predominância das construções são casas de bloco e cimento, o que se observa visualmente ao andar pela comunidade. Das vinte e nove Marisqueiras, participantes da pesquisa, vinte e seis (89,7%) asseguram que suas casas são de bloco; duas (6,9 %) informam que possuem casas de alvenaria e uma Marisqueira (3,4%) revela que possui casa de madeira. Do total, vinte e quatro mulheres (82,8%) possuem residência própria; quatro mulheres (13,8%) afirmam que moram em residência emprestada e uma mulher (3,4%) mora em residência alugada.

Conforme relato de Maria Sagaz (2014), a comunidade até então teve grandes avanços a exemplo do fornecimento de energia elétrica pela Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA), o abastecimento de água e, recentemente, o calçamento de algumas ruas. Entretanto pontua que na comunidade ainda faltam muitos serviços visto que esta não possui escolas nem creches, e muitas ruas ainda são de chão de barro, carecendo ainda de melhorias nos serviços de saneamento, limpeza e segurança pública. A Tabela 1 revela a infraestrutura do local:

ITENS	QUANTIDADE DE MARISQUEIRAS QUE POSSUEM O SERVIÇO	% DE MARISQUEIRAS QUE POSSUEM O SERVIÇO
Água encanada	29	100
Luz elétrica	27	93
Rede esgoto	29	100
Coleta lixo	20	69
Atendimento de agentes de saúde e edemias	15	52

Tabela 1: Infraestrutura existente na comunidade de Mangue Seco

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria.

A Tabela 1 revela que todas as vinte e nove Marisqueiras entrevistadas afirmam possuírem água encanada e rede de esgoto. Dados da pesquisa de campo revelam que em 96,6% dos casos o serviço de água é fornecido pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) e em 100% dos casos a rede de esgoto também é um serviço fornecido pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). 93% possuem luz elétrica cujo fornecimento é feito pela COELBA; 69% afirmam que usufruem da coleta de lixo fornecida pela Prefeitura Municipal de Valença (PMV), enquanto que nove Marisqueiras (31%) dizem não ter esse benefício. Quinze Marisqueiras (51,7%) revelam ainda que têm acesso ao atendimento dos

agentes de saúde e endemias e quatorze Marisqueiras (48,3%) afirma não ter acesso ao serviço.



Figura 12: Rua principal da comunidade de Mangue Seco, em Valença -2014.

Fonte: Arquivo próprio (2014)

No que se refere à rotina da comunidade, logo ao amanhecer as pessoas despertam para seu cotidiano de afazeres. A proximidade com o porto e com o ecossistema manguezal garante para quem mora na comunidade a manutenção das atividades de extração, beneficiamento e negociação dos mariscos, como o caranguejo, sururu, camarões, siri, dentre outros e a pesca de peixes. Vinte e sete Marisqueiras (93,1%) residem na comunidade há mais de quinze anos e duas (7%) passaram a residir ali há cerca de dez a quinze anos.

Dessa maneira, todos os dias as Marisqueiras estão envolvidas em algum tipo de atividade e assim dividem seu tempo entre mariscar, beneficiar e cuidar dos afazeres domésticos. Foi nesse cenário que se iniciaram os encontros da pesquisadora e da equipe multidisciplinar com o grupo Maria Marisqueira.

O primeiro encontro para levantamento de dados desta pesquisa aconteceu em maio de 2011, embora a pesquisadora e a equipe multidisciplinar já tivessem construído laços de confiança e entrosamento com as Marias Marisqueiras, proveniente dos contatos feitos no projeto de extensão Maria Marisqueira desde o ano de 2009. Desde os primeiros encontros era perceptível que a busca pelo assistencialismo era a cultura presente no grupo, que estava ainda à espera de benefícios que viessem de cima para baixo. A construção da consciência coletiva para o alcance das demandas e objetivos ainda careciam ser semeados.

Encontrou-se no grupo, formado inicialmente por trinta mulheres, diversidade de idade, religião, história de vida, origem e matizes de similaridade com relação à etnia, aos desejos, à constituição familiar, à escolaridade, à profissão dentre outros aspectos que as tornavam muito próximas. No ano de 2012, a Marisqueira Maria Aprendiz sofreu um infarto fulminante e veio a falecer, o que representou para o grupo um momento de profunda tristeza e reflexão.

Assim, naquela época, alguns encontros foram dedicados para conversar sobre a brusca perda de Maria Aprendiz que representava para o grupo um elo de união e de solidariedade fortes. Desta maneira, consolidou-se o grupo com vinte e nove mulheres.

A pesquisa de campo exhibe o perfil socioeconômico de vinte e nove Marisqueiras e revela que vinte (68,7 %) delas são originárias do município de Valença. As demais são provenientes de municípios que fazem parte do território do Baixo Sul e do Recôncavo da Bahia.

O Gráfico de 1 mostra a faixa etária das Marisqueiras. Assim, constata-se que Não existem Marisqueiras na faixa etária de 12 a 18 anos. As mais jovens, que equivalem quatro mulheres (13,8%), estão na faixa etária de 19 a 25 anos; sete (24,1%) encontram-se na faixa de 26 a 35 anos; onze Marisqueiras (37,9%) possuem entre 36 a 45 anos; três (10,3%) situam-se na faixa de 46 a 55 anos; duas mulheres (6,9%) encontram-se na faixa de 56 a 65 anos. Apenas uma Marisqueira (3,4%) está na faixa de 66 a 75 anos e a mais velha (3,4%) possui mais de 76 anos. Tais dados denotam uma há uma diversidade de faixa etária das mulheres inseridas na atividade da mariscagem.

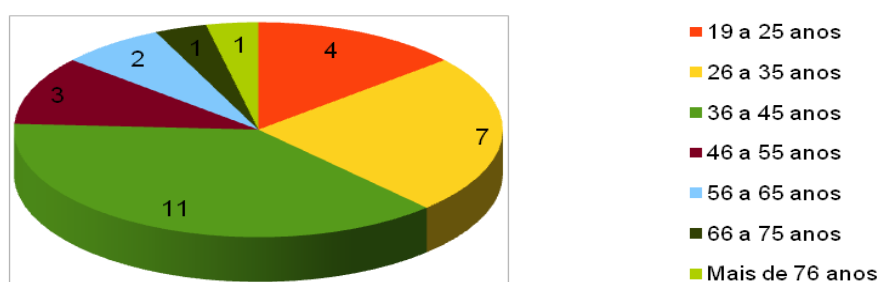


Gráfico 1: Faixa etária das Marisqueiras

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quanto à etnia, as mulheres se constituem como afrodescendentes, sendo que vinte e duas (75,9%) destas declaram-se pardas e sete (24,1%) declaram-se negras.

Apesar de vinte Marisqueiras (69%) revelarem ser solteiras, quatro mulheres (13,8%) estarem em situação de união estável, três delas (10,3%) serem casadas, uma mulher (3,4%) ser separada de fato e uma (3,4%) ser viúva, todas as pesquisadas revelam possuírem filhos.

Os dados revelaram que a média de filhos para dez Marisqueiras é de 2,2; para sete Marisqueiras é de 0,9, para outras sete é de 4,4 e para cinco é de 6,2. Neste encadeamento, as Marias Marisqueiras sobressaem-se como provedoras do seu próprio lar. Dados obtidos na pesquisa de campo demonstram que vinte e seis Marisqueiras (89,7%) sustentam a família, enquanto que somente em um caso (3,4%) a família é sustentada pelo esposo e em dois casos (6,9%) ambos, marido e mulher, são responsáveis pelo sustento da casa.

Tais dados despontam para uma situação vigente na contemporaneidade que expõe as mulheres como esteio da família. O IBGE (2012) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) exhibe que 37,4% das famílias brasileiras possuem mulheres como principais provedoras de seus lares. Infere-se, portanto, que no grupo das Marias Marisqueiras, a renda auferida pela mariscagem, e que historicamente e originalmente não tinha representatividade, ao longo dos anos tornou-se complemento, e, na atualidade, passou a ser a principal fonte de sustento das famílias.

Com relação à religião, quinze (51,7%) das Marisqueiras declaram-se evangélicas, nove (31%) são católicas, três (10,3%) afirmam não possuir religião e duas (6,9%) pertencem a outras religiões. O maior índice de evangélicas no grupo explica a negação ou substituição de alguns rituais praticados outrora por elas na mariscagem, especialmente práticas realizadas na extração de mariscos do manguezal, a exemplo de cânticos que eram entoados aos Orixás, atualmente trocados por cânticos gospel.

Ao dar início à pesquisa a equipe estava ciente de algumas demandas das Marisqueiras que versavam, em sua maioria, sobre a melhoria de suas práticas produtivas. Mas, diante do quadro de escolaridade encontrado e a partir do viés acadêmico da pesquisadora, insistiu-se em oferecer para o grupo um curso de alfabetização em modelos adequados à necessidade das mesmas.

A Tabela 2 exhibe informações sobre a escolaridade das Marisqueiras:

Nível de escolaridade	Quantidade de Marisqueiras
Analfabeta	4
Fundamental I completo (antiga 4ª série)	19
Fundamental II completo (8ª série)	2
2º grau incompleto	2
2º grau completo	1
Pestalozzi ³⁷	1

Tabela 2: Informações sobre escolaridade das Marisqueiras

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria

Embora a maior parte das Marisqueiras, equivalente a 19 mulheres (65,5%), tenha estudado apenas até o nível fundamental I de ensino, antiga quarta série, e quatro mulheres (13,8%) se declararem analfabetas, apenas onze Marisqueiras (37,9%) demonstraram o interesse em continuar os estudos. Na oficina realizada em 2011 para levantar as demandas do grupo, o assunto foi discutido e as mulheres revelaram que não seria prioridade para elas naquele momento fazerem cursos voltados à elevação da escolaridade. Pontuaram ainda que realmente necessitavam de cursos para melhorar seu desempenho profissional, além daqueles sobre melhoria e inovação na atividade e nos produtos. Quanto a Marisqueira que declara ter estudado na Pestalozzi, trata-se de Maria Persistência, que possui deficiência auditiva. Nas oficinas em que a mesma participou, havia sempre a presença de um profissional que fazia a tradução do exposto para a linguagem de libras³⁸.

Sendo assim, procedeu-se à confecção da matriz de priorização de problemas para identificar junto ao grupo os problemas mais importantes e promover uma hierarquia que possibilitasse o ataque aos mais urgentes, estes expressos na Tabela 3:

³⁷ Escola que presta atendimento educacional especializado a pessoas deficientes.

³⁸ Linguagem Brasileira de Sinais

PROBLEMAS	TOTAL DE MARISQUEIRAS RESPONDENTES	CATEGORIA DE PRIORIDADE
Qualificação	20	1°
Inovação de produtos	10	3°
Confiança	6	4°
Associativismo	4	5°
Falta de instrumentos de trabalho	10	3°
Visibilidade	11	2°
Doenças	2	7°
Violência	2	7°
Atravessador	3	6°

Tabela 3: Matriz de priorização de problemas do grupo Maria Marisqueira-2011.

Fonte: Adaptado do DRP

Observou-se nas falas e posturas das Marias Marisqueiras expectativas de melhoria econômica do trabalho, mas de outra dimensão que se refere amor pela profissão e ao orgulho de exercer as atividades. Por conseguinte, o que mais desejavam estava no âmbito das melhorias de trabalho, que se traduzissem em um produto de melhor qualidade, mais apresentável, mais confiável que impactassem na sociedade valenciana e pudessem resultar em maior significação da mariscagem e a consequente visibilidade do grupo conforme revelam alguns depoimentos das Marisqueiras:

Nós não queremos estudo agora não. Queremos melhorar nosso trabalho para poder botar nosso marisco no mercado. Queremos é ser reconhecidas, ver nosso produto e o povo saber que foi feito em Mangue Seco. Fazemos isso a vida inteira, e ninguém sabe que é a gente que faz (MARIA CONSELHO, 2011).

A gente tem que melhorar nossa profissão porque as crianças da gente vem aí, vão ficar no nosso lugar, vão mariscar também e aí eles precisam sentir orgulho de ser marisqueira. Mas do jeito que tá, tá complicado. Então precisamos melhorar. (MARIA ARTICULADORA, 2011).

Entretanto, apesar das falas orientarem-se para a vontade de melhorar seu ofício e sua condição social, as Marisqueiras não sabiam como fazê-lo e agarravam-se ao assistencialismo, prática da qual estavam submetidas, a fim de conseguir benefícios momentâneos, muitos deles configurados como direitos das mulheres pescadoras, mas ignorados pelas mesmas.

A Figura 13 exhibe a síntese do perfil socioeconômico das Marias Marisqueiras.

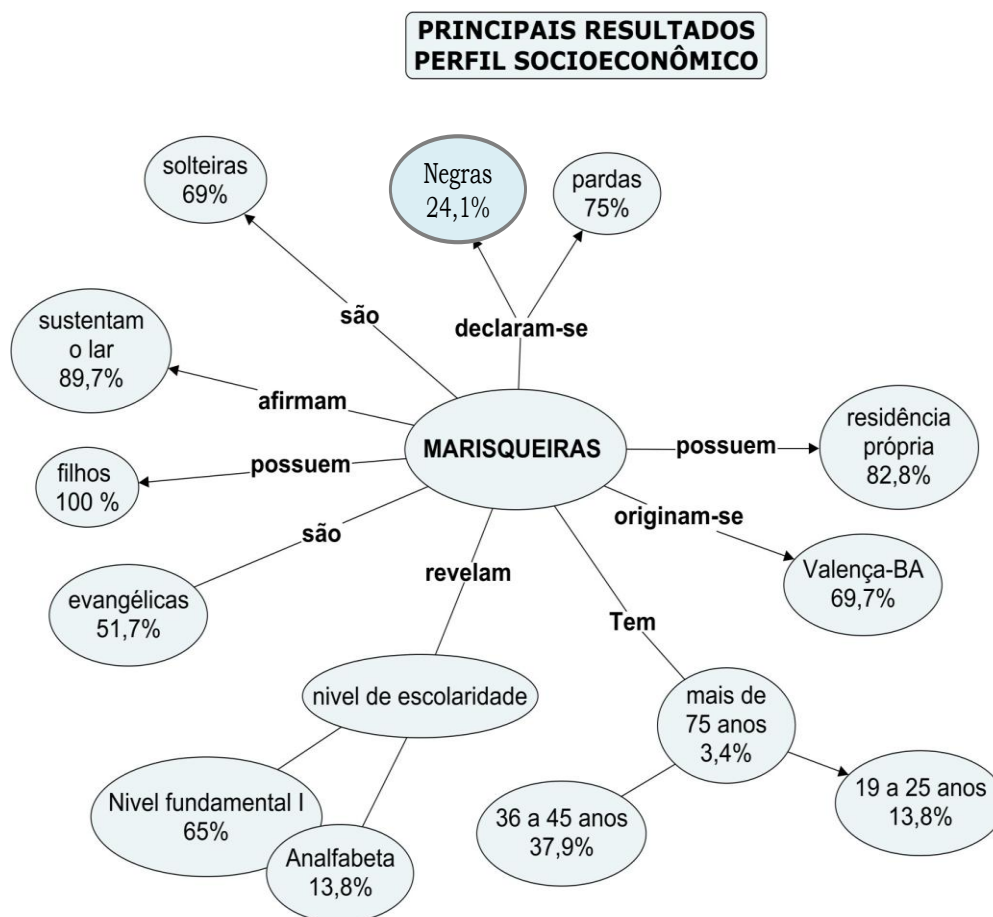


Figura 13: Síntese do perfil socioeconômico das Marisqueiras

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

5.2 DESVENDANDO A PRÁTICA PRODUTIVA

Os primeiros raios da manhã na comunidade de Mangue Seco descortinam o cenário da rotina diária das Marias Marisqueiras. Seja no porto para adquirir do pataqueiro os baldes de siris, caranguejos, camarões, sururus, que são as principais matérias-primas para seus produtos, seja no mangue para a coleta de uma variedade de crustáceos ou em casa para cozer, catar e embalar o produto tais tarefas ocupam, segundo declararam vinte e cinco Marisqueiras (86,2%), de cinco a seis horas de seu dia. Quatro Marisqueiras (13,7%) afirmam ocupar mais de seis horas por dia nas tarefas de mariscagem, isso sem considerar as horas dedicadas à venda do produto que não foram contabilizadas pelas mulheres.

O beneficiamento dos mariscos que envolve algumas etapas como o pré-cozimento, a despostagem que é o processo de separar as partes do crustáceo a exemplo do peito, da boca e

das pernas para serem catados. A catagem, segundo as Marisqueiras, constitui-se em separar as carnes dos crustáceos das cascas, em pequenas porções, que, em seguida, serão embalados. O fluxograma de produção mostra as etapas da produção de catados de crustáceos realizadas pelas Marias Marisqueiras, exibidas na Figura 14.

FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO DE CATADOS

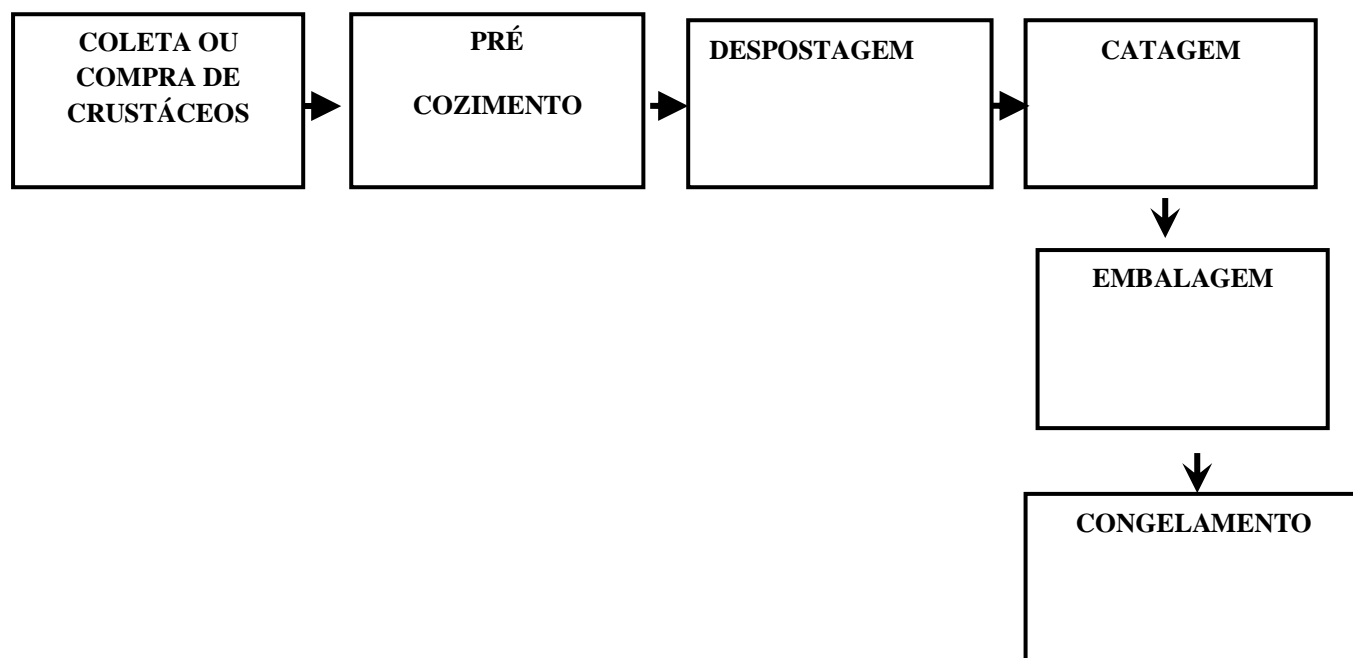


Figura 14: Fluxograma de produção de catados do grupo Maria Marisqueira.

Fonte: Elaboração própria (2014)

Dentre as Marias Marisqueiras, nove delas (31%) afirmam estar na profissão há mais de vinte e cinco anos; oito das mulheres (27,6%) revelam estar na mariscagem entre cinco a dez anos; quatro (13,8%) asseveram exercer a atividade entre vinte e vinte e cinco anos; três (10,3%) dizem estar envolvidas entre quinze e vinte anos; outras três (10,3%) manifestam que estão na atividade entre dez e quinze anos e apenas duas (6,9%) depõe estar na mariscagem entre um e cinco anos.

O Quadro 6 revela as atividades desenvolvidas pelas Marias Marisqueiras anualmente:

MÊS	ATIVIDADE
Janeiro	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Realizam atividades domésticas
Fevereiro	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Realizam atividades domésticas

Março	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Abril	Início do período de defeso do camarão (dia 1º) Beneficiam siri de gaiola e de arrasto Realizam outras atividades (diaristas em residências, vendem cosméticos) Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Maio	Dia 15 fim do defeso do camarão Beneficiam siri de gaiola e de arrasto Realizam outras atividades (diaristas em residências, vendem cosméticos) Participam dos encontros e oficinas do projeto Após dia 20: beneficiam camarão Realizam atividades domésticas
Junho	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Julho	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Agosto	Pescam, compram e beneficiam o mariscos e crustáceos Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Setembro	Dia 15 início do defeso do camarão Beneficiam siri de gaiola e de arrasto Realizam atividades domésticas Realizam outras atividades (diaristas em residências, vendem cosméticos) Participam dos encontros e oficinas do projeto
Outubro	Dia 31 fim do período de defeso do camarão Beneficiam siri de gaiola e de arrasto Realizam outras atividades (diaristas em residências, vendem cosméticos) Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Novembro	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas
Dezembro	Pescam, compram e beneficiam mariscos e crustáceos diaristas em residências, pousadas, hotéis Participam dos encontros e oficinas do projeto Realizam atividades domésticas

Quadro 6: Atividades realizadas pelas Marias Marisqueiras anualmente.

Fonte: Adaptado do DRP

No burburinho dos grupos que mariscam em Mangue Seco, encontram-se crianças da mais tenra idade. Levadas pelas mãos de mães, avós, irmãs e vizinhas elas aprendem as artes da pesca e da manipulação de instrumentos de corte desde jovens, representando uma força a mais para as tarefas, como é comum em comunidades litorâneas e ribeirinhas. Deste modo, entre as Marias Marisqueiras dez (34,5%) iniciaram-se na atividade ainda criança, até os dez

anos; onze (37,9%) começaram na faixa de dez a vinte anos e somente oito (27,6%) inseriram-se na atividade a partir de vinte anos.

Comecei a mariscar pequena com minha mãe e minhas irmãs. Sei fazer de um tudo. Eu aprendi acompanhando mainha no manguezal e ela botava agente pra ajudar, tinha que fazer de tudo. Ganho minha vida assim, sustento hoje minha família assim. Depois que aprendi com minha família ajuntei também com as vizinhas. Depois, ainda cedo, fiquei rápida no trabalho. Hoje também levo as crianças para aprender. Quem sabe uma não quer ser Marisqueira? (MARIA GUERREIRA, 2011).

Fui pra as lidas do mangue bem cedo, quando ainda era criança. Eu e os irmãos era ajuda para conseguir comida para a família (MARIA FUTURO, 2012).

Ahhh, Já faz tempo que se foi, mas lembro. Eu era bem criança quando comecei na lida. Catar não catava não, mais ia pro mangue colher os mariscos. E pra criança era trabalho, mas era também divertido. Ia eu e ia um bando [...] (MARIA LEMBRANÇA, 2012).

Por conseguinte, as razões mais recorrentes apontadas pelas Marias Marisqueiras para a iniciação e permanência na profissão são a iniciação precoce na lida dos portos, manguezais e beiradas proveniente da convivência com familiares envolvidos com a mariscagem e a transmissão dos saberes relativos à atividade, quando ainda jovens, seguida da habilidade com as tarefas.

Conforme a Tabela 4, que explicita os dados relativos à iniciação das Marias Marisqueiras na atividade da mariscagem, dez do total de Marisqueiras (34,5%) declaram que iniciaram a atividade até os dez anos; onze (37,9%) iniciaram entre dez a vinte anos; três (10,3%) começaram entre vinte a trinta anos; quatro (13,8%) iniciaram entre trinta a quarenta anos e somente uma (3,4%) começou entre quarenta e cinquenta anos.

IDADE EM QUE INICIOU ATIVIDADE DE MARISCAGEM	QUANTIDADE
0 – 10	10
10 – 20	11
20 – 30	3
30 – 40	4
40 – 50	1

≥ 50	0
TOTAL	29

Tabela 4: Dados relativos à iniciação das Marias Marisqueiras na mariscagem

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria.

A Tabela 5 expõe os dados sobre a motivação das Marias Marisqueiras para a escolha da profissão. Sendo assim, quatorze Marisqueiras (48,3 %) afirmam que a tradição familiar representou o principal fator; oito (27,6%) declaram que o fato de possuírem habilidade para a profissão foi preponderante na escolha; seis (20,7%) acusam a falta de opção como causa principal e uma (3,4%) aponta a autonomia conferida pela profissão como motivo primordial.

MOTIVO PELO QUAL A MARISQUEIRA ESCOLHEU A PROFISSÃO	QUANTIDADE DE MARISQUEIRAS
Tradição Familiar	14
Habilidade para a profissão	8
Falta de opção	6
Independência	1
TOTAL	29

Tabela 5: Motivação das Marias Marisqueiras na mariscagem

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria

Aos olhos dos mais desatentos, a mariscagem pode parecer uma atividade simples pelos tipos de instrumentos utilizados, pelo manejo aparentemente pouco sofisticado da matéria-prima e pela pequena cadeia produtiva envolvida.

Entretanto, as tarefas produtivas cotidianas das Marisqueiras, elencadas no Gráfico 2, demonstram o nível de elaboração da atividade e das relações travadas no dia a dia da mariscagem. Esta atividade envolve uma gama de aspectos a exemplo dos saberes, da saúde, das relações com o mercado, das políticas, do meio ambiente, da produtividade, da afetividade que manifestam sua real dimensão e possibilitam dilatar a compreensão em torno da mariscagem, orientando-a para a teia de complexidade envolvida.

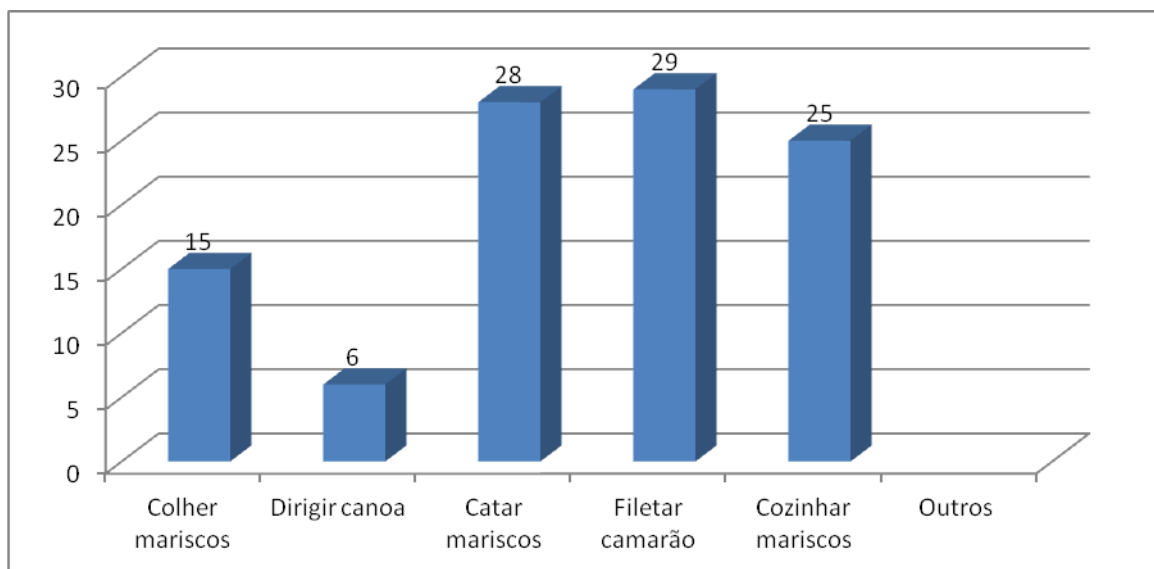


Gráfico 2: Tarefas produtivas cotidianas envolvidas na mariscagem

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

O Gráfico 2 aponta as atividades realizadas pelas Marias Marisqueiras no âmbito da mariscagem. Assim, filetar camarão é atividade recorrente no grupo das Marias Marisqueiras visto que as vinte e nove o fazem; segue-se a catagem de mariscos realizada por vinte e oito mulheres (95,5 %); vinte e cinco delas (86,2) também cozem os mariscos e apenas seis (20,7%) dirigem canoa. Saliente-se que tais tarefas ocorrem de forma sequencial. Entende-se que a dinâmica das Marisqueiras envolve vários tipos de tarefas que são cumulativas assim, as mesmas ainda conciliam suas tarefas produtivas com o trabalho doméstico, o que lhes confere um dia a dia repleto de atividades.

Na paisagem da comunidade de Mangue Seco estão estampadas mulheres e crianças distribuídas em grupos que beneficiam, nas portas das suas casas ou a céu aberto, mariscos de variadas espécies. Desprovidas de técnicas de higienização convenientes, de roupas e equipamentos adequados, a exemplo de luvas, toucas, utensílios apropriados ou mesmo cadeiras e bancos que lhes permita conforto e postura adequada, as profissionais da mariscagem seguem no seu ofício improvisando de acordo com suas possibilidades. Relatam-se aqui impressões colhidas em uma visita ao campo de pesquisa, nos primeiros meses do ano de 2011. Inseridas no cenário peculiar da comunidade de Mangue Seco, estavam as Marias Marisqueiras protagonistas desta pesquisa.



Figura 15: Maria Marisqueira catando crustáceos na frente de casa na comunidade de Mangue Seco (Valença-2011).

Fonte: Acervo próprio (2011)

Desde o acesso até o extremo da comunidade sente-se o cheiro que exala das casas, o cheiro de marisco cozendo. No fogão a lenha, nos fogareiros ou no fogão a gás os caldeirões fervilham no pré-cozimento dos pescados que serão, na sequência, catados e embalados. E então, começa outra difícil tarefa: a logística de armazenagem e de venda dos produtos, revelada pelas Marias Marisqueiras.

Em roda de discussão, as mulheres revelaram que a incapacidade de armazenagem as obrigavam a vender o marisco imediatamente após o beneficiamento e que, sendo assim, perdiam no preço de venda, pois não podiam esperar. De um modo geral o armazenamento era feito em geladeira ou vendido imediatamente *in natura*. Este fato também as vinculava à figura do atravessador que comprava o produto em quantidade, a um preço abaixo do satisfatório e o revendia no mercado. Sobre o mecanismo de preços das atividades que participam do circuito inferior da economia, Santos (2008b, p. 249) observa:

Os preços dependem em parte da possibilidade de o produto ser estocado e da capacidade de estocagem do vendedor. O vendedor procurará escoar o mais depressa possível as mercadorias mais perecíveis. O produto será então oferecido ao que se poderia chamar de preço de ocasião.

Assim, a renda auferida pelas Marisqueiras se tornava exígua e destinada apenas à sobrevivência própria e da família não existindo possibilidade de reserva para investimentos. Sem essa reserva, o investimento para capital de giro para adquirir instrumentos e matéria prima para o beneficiamento ficava comprometido e as prendia em um círculo vicioso de

endividamento no qual o lucro do que produzem já está comprometido com a compra da matéria-prima, fato que lhes tolhia a autonomia produtiva.

O dinheiro líquido assegura várias funções dentro do circuito inferior. Representa os pagamentos em numerário, indispensáveis ao consumidor final, bem como aos agentes, para pagarem parcialmente suas dívidas e é indispensável, mas raro, a *usura* torna-se prática frequente. Ao mesmo tempo, os interessados organizam-se para encontrar soluções engenhosas para a dependência em relação aos intermediários e à carência de numerário (SANTOS, 2008b, p. 229).

Esta realidade ainda persiste, como pode ser constatado em um dos depoimentos recentes: “Muitas vezes quando a gente cata já tá devendo ao pataqueiro. Esse trato tem que ser cumprido e a dívida paga porque senão não consegue balde de marisco. É como trocar dinheiro, não sobra nada, mal dá para sobreviver” (MARIA ARTICULADORA, 2014).

Portanto, eis aí um mundo bem original, onde, na marcha dos negócios o endividamento substitui a poupança [...]. A organização desse mundo pôde passar despercebida aos olhos de certos observadores ocidentais desorientados por um funcionamento que lhes parece oposto à lógica (SANTOS 2008b, p. 198).

Conforme dados coletados por meio dos depoimentos das Marisqueiras, em 2011, o balde de siri custava em torno de R\$ 10,00; com essa quantidade se produzia um quilo de catado que era vendido por R\$ 20,00. A dúzia de caranguejo custava R\$ 8,00, sendo necessárias entre duas e meia a três dúzias para produção de um quilo de catado, se o caranguejo estiver graúdo. Caso contrário, precisa-se utilizar entre três e meia a quatro dúzias para produção de um quilo. Na ocasião, vendia-se o quilo de catado por R\$ 25,00. O peixe pipira *in natura* custava R\$ 2,00 o quilo e, após beneficiado, vendia-se por R\$ 5,00 o quilo.

Atualmente, sujeitos à variação de preço devido à sazonalidade dos animais aquáticos e dos períodos de proibição de pesca dos mesmos, compra-se o balde do siri por R\$ 13,00 e vende-se o catado ao consumidor final entre R\$ 23,00 e R\$ 25,00. A dúzia do caranguejo está a R\$ 15,00 e o catado para o consumidor final fica a R\$30,00. A pipira *in natura* manteve o mesmo preço para compra e venda.

O Gráfico 3 exhibe a quantidade de mariscos beneficiados, em quilos, vendida por semana pelas Marias Marisqueiras:

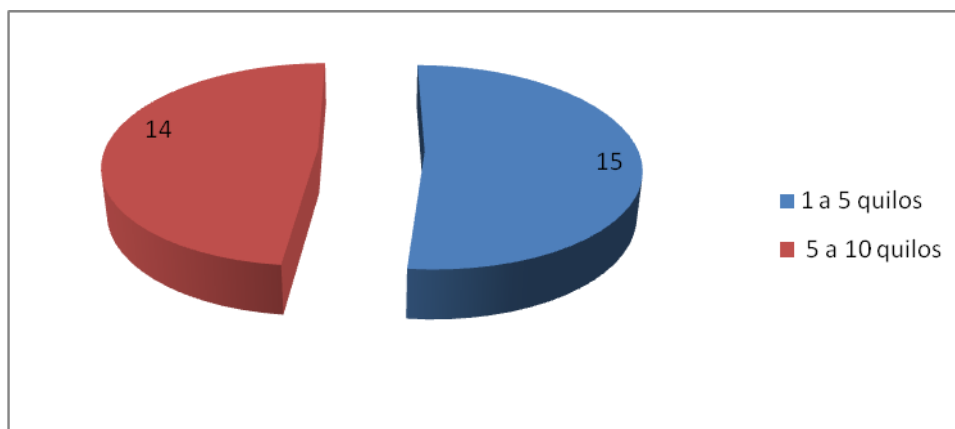


Gráfico 3: Quantidade de mariscos beneficiados vendidos por semana pelas Marias Marisqueiras.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A pesquisa de campo revelou que quinze Marisqueiras (51,7%) vendem de um a cinco quilos de mariscos beneficiados por semana, e quatorze Marisqueiras (48,3%) vendem de cinco a dez quilos por semana.

A renda média mensal advinda do trabalho das Marias Marisqueiras em 2011, para vinte e sete mulheres (93,1%), era menor ou igual a R\$ 272,5 e para duas mulheres (6,9%) a renda média mensal se situava em torno de R\$ 272,5 até R\$ 545,00.

Para complementar renda, as Marias Marisqueiras submetem-se, além da exaustiva jornada nos manguezais, nos portos, no trabalho de beneficiamento e nos afazeres domésticos, aos trabalhos nas peixarias locais para filetar³⁹ camarão. Nas peixarias, as condições de trabalho são sub-humanas. Em 2011, em uma das situações investigadas, as Marias Marisqueiras auferiam R\$ 1,00 por quilo de camarão catado. O quilo deste camarão era vendido na peixaria para o consumidor final na faixa de R\$ 25,00 a R\$ 28,00 o quilo.

No caso das peixarias e atravessadores situados nas sedes dos municípios e nas localidades turísticas, a contratação de mulheres para beneficiamento do camarão nos períodos de safra ou quando há aquisição de grandes volumes do produto adquiridos diretamente das embarcações e/ou do primeiro intermediário é uma prática comum [...]. Para estes comerciantes, a contratação deste tipo de serviço foi declarada como um mecanismo de melhoria dos lucros, dado que é mais barata a contratação do que comprar o camarão beneficiado pelas mulheres no interior da residência [...]. Peixarias e restaurantes mencionaram que uma única marisqueira chega a beneficiar cem quilos de filé de camarão em um mês (WALTER, 2009, p. 181).

Além de produzirem em locais impróprios, agachadas em pequenos bancos ou encostadas nas paredes, sem equipamentos necessários, sem higienização, sem acesso aos

³⁹ Consiste em retirar a casca do camarão e separar a cabeça do corpo do animal.

direitos trabalhistas, ainda trabalhavam trancadas em um galpão da peixaria cuja chave ficava com o proprietário. Assim, até para satisfazerem suas necessidades básicas como ir ao banheiro, beber água e comer precisavam solicitar abertura do local.



Figura 16: Marisqueira filetando camarão na peixaria

Fonte: Acervo próprio (2011)

Em dias de fartura de camarão, nem tinham horário para almoço, permaneciam praticamente todo o dia apenas com pequenos lanches que levavam de casa, quando dispunham destes. Questionadas sobre a situação, imploraram que o fato não fosse divulgado, pois poderia gerar desemprego, o que seria pior para elas.

Neste sentido, praticamente em todos os encontros realizados em 2011 este assunto vinha à tona na roda de discussão. Era um tema que as incomodava muito, pois trabalhavam como escravas, entretanto, não tinham forças nem meios para alcançar uma solução, pois dependiam e contavam com aquele ganho para ajudar na renda familiar. Sobre essa situação, Maria Valente (2011) denunciava:

[...] a gente se sente presa, como escravo antigamente. Por muito que pague no que a gente faz é um real por quilo e vendem depois por um preço pro freguês. Mas o pior é não poder sair. Se os filhos da gente passar mal a gente nem pode ir acudir. Aqui a gente só conta com o celular.

Treze Marisqueiras (44,8%) informaram que complementam sua renda em outras pequenas atividades, a exemplo do trabalho como diaristas, especialmente na alta estação, em barracas de praias, pousadas e hotéis; na fabricação de produtos caseiros e em vendas diversas. Entretanto, dezesseis afirmam (55,2) que não fazem nenhuma outra atividade.

As Marias Marisqueiras contam que há cerca de 10 anos foi instalada pelo Governo Estadual na comunidade de Mangue Seco uma unidade para beneficiamento de pescado. A escolha das pessoas para gerir a unidade foi feita à revelia das Marisqueiras. Também à época foram solicitados documentos pessoais das Marisqueiras para fins de realização de cadastros em órgãos de crédito, sem que as mesmas tivessem qualquer esclarecimento sobre o assunto. “Botaram na mão de pessoas que não tinha capacidade para administrar e no final quem trabalhou é que se deu mal” (MARIA ARTICULADORA, 2011). A intenção era repassar para o município a responsabilidade pelo gerenciamento, entretanto, o governo municipal não assumiu a gestão do local. Assim, como salienta Maria Coragem (2012) “as marisqueiras ficaram ao léu”.

Desta forma, as Marisqueiras que se envolveram no trabalho da unidade de beneficiamento trabalhavam de sol a sol para encher os *freezers* e não conseguiram obter lucro algum. Ao contrário, perderam a produção, pois, segundo denunciam, os *freezers* dormiam cheios e amanheciam vazios. Elas ainda enfatizam que até hoje existem Marisqueiras com o nome comprometido nos órgãos de crédito. “A gente enchia os *freezers* de pescado e não tinha pagamento para ninguém. Fiquei até com fome” (MARIA ARTICULADORA, 2011).

Apesar de considerarem-se as práticas participativas e de cooperação como alternativas na promoção de melhorias para grupos subalternizados e como enfrentamentos das condições políticas, econômicas e sociais adversas as quais tais grupos estão submetidos, a experiência vivenciada pelas Marisqueiras revelou-se traumática e deixou marcas profundas no grupo. Inicialmente, no encontro que versou sobre associativismo, quando se ventilou a possibilidade de empreender-se uma cooperativa, a reação foi de total rejeição, causando, inicialmente, certa desconfiança por parte das Marias Marisqueiras com a pesquisadora e a equipe. Enfim, por insistência elas conduziram a equipe até o local onde outrora funcionou a unidade de beneficiamento.

O que se presenciou foi desolador: uma construção muito bem estruturada, mas com instalações destruídas, um depósito de lixo a céu aberto na entrada, mato crescendo nas dependências, enfim, um típico esconderijo de bandidos, conforme denunciam as Marias Marisqueiras.

O relato revela-se como uma consequência inevitável das políticas aplicadas de cima para baixo que não admitem os atores locais como protagonistas e desconsideram opiniões, demandas e saberes oriundos destes personagens importantes na construção coletiva das melhorias sociais.

No caso específico, não foi levada em conta a inexperiência e o desconhecimento das Marisqueiras no trato com organização de associações, crédito e gestão, assim como foram desconsideradas as reais demandas das mesmas a respeito das condições, horários e locais para trabalhar. Estes foram determinantes na derrocada da unidade de beneficiamento de Mangue Seco. “Derramei suor para o nosso grupo ficar ali, mas não deu certo” (MARIA ESPERANÇA, 2011).

As adversidades da profissão não se restringem aos aspectos econômicos, mas estão impressas em várias perspectivas da vida das Marias Marisqueiras. Nas marcas físicas que trazem por todo corpo, nas rugas expressas em seus semblantes adquiridas na exposição excessiva ao sol, no embaçamento no olhar devido ao sal das marés, na postura e dores do corpo relacionado às posições para realização das tarefas, das feridas e arranhões causados pela vegetação do mangue.

Maria Esperança (2013), marisqueira de 55 anos de idade e uma das mulheres mais presentes e atuantes nos encontros, nas oficinas e na motivação e compartilhamentos dos saberes com as colegas, revela: “tenho o corpo todo dolorido, o médico diz que é artrose e artrite, já não posso mexer as mãos direito para catar. Até a luva que a gente aprendeu no curso que deve usar eu só posso botar em uma mão, na outra não entra”.

O Gráfico 4 exibe a quantidade de Marisqueiras que alega possuir doenças ocupacionais. Quatorze Marisqueiras (48,3%) declaram possuir algum tipo de doença; dentre estas, a doença mais recorrente é a pressão alta que acomete dez (71,4%) das mulheres. Seguem-se enfermidades como diabetes, oftalmológicas, artrite e artrose dentre outras de menor incidência. Quinze (51,7%) Marisqueiras afirmam que não possuem doenças.

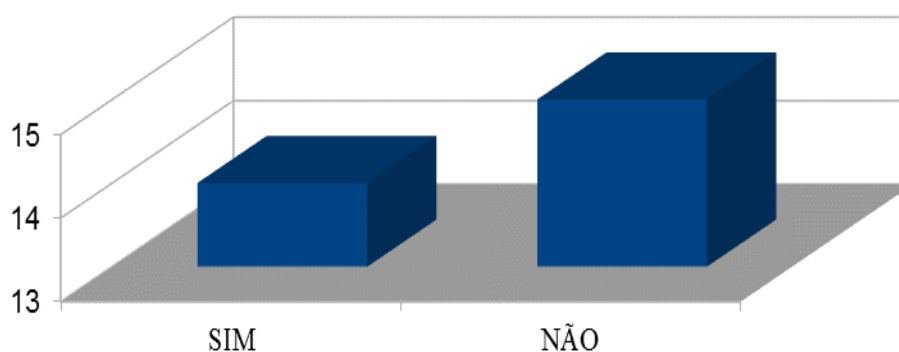


Gráfico 4: Quantidade de Marisqueiras que possuem doenças

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Vislumbra-se, desta forma, uma gama de fatores que se revelam vinculados e preponderantes à melhoria das práticas produtivas, conforme sinaliza Walter (2009, p. 174):

Assim, a alternativa para a melhoria das condições de trabalho perpassa pela valorização do trabalho e de seu produto. Associado a isto, tem-se a necessidade de buscar alternativas técnicas e ergonômicas de forma a diminuir a carga excessiva de trabalho, prever pausas, instrumentos de trabalho adequados, acesso aos serviços preventivo, curativo e de reabilitação. [...]. Esta é a opinião que prevalece dentre os pescadores e marisqueiras do Baixo Sul. Para eles, a melhoria da cadeia produtiva dos frutos do mar e da organização social dos trabalhadores perpassa pela promoção da saúde do trabalhador incluindo a existência de mecanismos de seguridade social adequados à realidade do setor [...].

Além das enfermidades, as Marisqueiras apontam a violência urbana a qual estão submetidas como um fator dificultador da atividade:

[...] mas hoje em dia tá difícil frequentar o manguezal daqui da comunidade porque está tomado pelos bandidos. Arrisca tá lá e a bala comer. Já se foi o tempo a gente saía tudo junto com nosso material e passava o dia mariscando... tempo bom... agora a gente até prefere comprar o marisco e catar, por causa da violência. O Mangue virou esconderijo de bandido (MARIA BALUARTE, 2013).

Navegar nas ondas do mar, como apregoado na música do cantor e compositor baiano Gerônimo⁴⁰, não é uma tarefa tão tranquila como aparenta. Embarcar, pilotar e navegar em uma canoa e dirigi-la pelo mar aberto até os tortuosos caminhos que se abrem e conduzem aos manguezais é tarefa muito difícil e arriscada.

Nas oficinas produzidas no Manguezal, com as Marisqueiras, experimentou-se o descortinar da beleza revelada nas paisagens dos entornos dos estuários, presentes em florestas intocadas, grutas de onde brotam águas geladas e puras, improváveis quedas d'águas, animais exóticos e pitorescos, o mar e o céu em um encontro fantástico de azul e tons de dourado revelados pelo sol da manhã, vento e chuva fina que ofereciam brindes de refrescamento para os corpos suados. Todavia, contratempos e dificuldades oferecidos pela própria natureza também se fizeram presentes, levando toda a equipe à reflexão e à constatação sobre os deleites e desafios da mariscagem.

⁴⁰ Gerônimo Santana Duarte, cantor, compositor e um dos precursores da música afro baiana, popularmente conhecido como Gerônimo.



Figura 17: Encontro do estuário com o manguezal em Valença (Ba).

Fonte: arquivo próprio (2014)

O manguezal localiza-se entre o mar e a terra. Representa assim um ecossistema de transição regido pelas marés. Neste local pantanoso habitam animais de origem aquática, a exemplo dos moluscos e crustáceos e, a depender da maré, algumas espécies de peixes. Do lodo ainda brotam arbustos e árvores com suas enormes raízes que compõem a flora do manguezal que serve de habitat para as graciosas garças e aonde milhares de insetos alimentam-se e embriagam-se de seu néctar. Sobre o conceito de manguezal, Vanucci (1999, p. 25) explica: “[...] um ecossistema formado por uma associação muito especial de animais e plantas que vive na faixa entre marés das costas tropicais baixas, ao longo de estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagoas”.

É nesse ambiente insólito que mosquitos e moscas recebem os visitantes e permanecem ali até o fim da jornada. Ali também a densa vegetação arranha e corta como faca afiada os incautos corpos; a movediça lama e seu forte odor esconde insondáveis buracos engolindo, sem piedade, quem se aventura em seus domínios; as marés, nem sempre favoráveis à extração de mariscos, também constituem em entraves para a mariscagem, conforme observa Maria Acomodada (2014):

A gente precisa esperar o que a natureza, a maré, a lua, a chuva, a lama quer da gente, não é assim como a gente quer não. Pros mariscos tem maré certa. Até pra comprar na mão do pataqueiro depende de tudo porque se chove barco de camarão não vem se chove muito. Ainda tem a desova, quando os bichos tão cruzando ou desovando não pode pegar, chama defeso, então esperamos. Aí precisamos fazer outras coisas.

Para além das dificuldades, existe o puro prazer em mariscar no manguezal. Naquele ambiente as mulheres se sentem livres, se sentem mais unidas e exercem suas relações de reciprocidade e solidariedade de forma espontânea. A própria pesquisadora e a equipe multidisciplinar, que não tinha experiência em frequentar o manguezal sentiu-se confiante em adentrar naquelas sendas pelas mãos das Marias Marisqueiras. Naquele espaço são elas que assumem o protagonismo, a liderança e deflagram o compartilhamento de saberes.

Esse dia que a gente passa no mangue a gente se sente livre, com a cabeça fria, esquece os problemas, as maldades, a violência. O trabalho no mangue faz isso com a gente, desanuvia a mente. A gente quer vim mais vezes, trazer nossas crianças, se puder, pra elas verem, aprenderem (MARIA ARTICULADORA, 2011).

O registro de caderno de campo desta pesquisadora quando participou de uma das oficinas, revela a experiência:

Eu aprendi a reconhecer e retirar o sururu, a equipe também. Algumas Marisqueiras assumiram nos ensinar. Cada uma adotou um membro da equipe. Também cuidavam de nós para nos retirar dos buracos, ou ensinar como sair. Foram momentos únicos de aprendizado e reconhecimento do saber do outro. Voltamos para casa com nosso próprio sururu afinal, Maria Sabedoria nos advertiu que quem não pegasse não comeria (PESQUISADORA, 2013).

Da mesma forma, é elucidativo o depoimento de uma das monitoras membros da equipe e que participou da mesma oficina, em 2013:

Achei fascinante a alegria das Marisqueiras em demonstrar o seu saber, que é diferente do falar. É o prazer de mostrar o saber-fazer, a sua habilidade, a sua identificação com o trabalho. Ninguém sabe da dificuldade que é para extrair os mariscos e assim, é um trabalho insalubre, a posição por horas, os mosquitos, a falta de estrutura, pois tem que carregar água, alimento, material... É difícil demais. Mas, além de ter tudo isso e não serem reconhecidas, elas fazem com alegria, cantam, se sentem donas do espaço (MONITORA VOLUNTÁRIA, 2013).

Ainda como frutos na participação nas oficinas realizadas no manguezal em 2013 e 2014, foi possível observar que depois de um dia de exaustiva jornada, já em terra firme, o esforço continua. As Marisqueiras ainda empurram a canoa até o local onde ficará atracada e carregam os pesados apetrechos de pesca e os baldes e sacos cheios de matéria-prima que será, na sequência, separada para o consumo e para o beneficiamento. Ato contínuo, os crustáceos e moluscos seguem ao cozimento para serem, posteriormente, catados. Mesmo diante de um trabalho custoso e complexo, quando perguntadas se já abandonaram a atividade todas afirmam nunca terem abandonado.

A Tabela 6 enumera os motivos e as dificuldades de permanência na atividade apontada pelas Marisqueiras. Ressalta-se, que cada uma delas enumerou os principais motivos

e, por conseguinte, os dados foram tratados considerando-se as respostas de maior incidência como as mais importantes.

Motivos de permanência na atividade	Quantidade de Marisqueiras	Motivos que dificultam a permanência na profissão	Quantidade de Marisqueiras
Mora perto do porto	19	Esgotamento do marisco	14
Existência compradores	15	Dificuldades de comercializar	10
Trabalho em casa	25	Falta freezer para congelar	20
Poder determinar horário	26	Falta instrumentos	20
		Violência	2

Tabela 6: Motivos e dificuldades de permanência apontada pelas Marisqueiras na atividade.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Apesar das dificuldades descritas as vinte e nove Marisqueiras (100%) afirmam que nunca abandonaram a atividade. Como principais motivos de permanência na mariscagem, a possibilidade de determinar o horário de trabalho aparece na resposta de vinte e seis mulheres (89,7%) e o fato de trabalharem em casa aparece na fala de vinte e cinco mulheres (86,2%).

Ao discutirem-se tais dados com as Marias Marisqueiras inferiu-se que a existência de uma intersecção entre eles. Trabalhando em casa as Marisqueiras podem determinar o horário das tarefas e conciliá-las com os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, o que lhes confere mais liberdade no dia a dia. Assim, justifica-se tanto a relevância de tais dados nas respostas, quanto à pequena variação entre as respondentes.

A respeito da Tabela 6, ainda dentre as principais motivações para permanecer na atividade, identificou-se a proximidade com o porto, para dezenove Marisqueiras (65,5%) e a existência de compradores para quinze delas (51,7%).

Sobre as dificuldades que encontram na mariscagem a falta de instrumentos aparece em vinte (69%) das respostas, enquanto que vinte (69%) apontam a falta de freezer para armazenagem como principal fator de dificuldade. O esgotamento de mariscos aparece em quatorze (48,3%) das Marisqueiras. Questionadas sobre o porquê do referido esgotamento citam aspectos como a poluição ambiental, o lixo jogado nos manguezais e a devastação do

mesmo ecossistema como razões principais. As dificuldades de comercializar referem-se às respostas de dez mulheres (34,5%). Neste sentido, Maria Guerreira (2013) revela:

[...] desde 2009 a gente corre atrás desses kits mariscagem. Coisa simples como um banquinho, facas, caldeirões. Quando o governo manda é uns fogão que não tem serventia, não tem nada a ver com mariscagem. Precisamos de conseguir isso para trabalhar, a gente que é trabalhar. [...] Aí eu pergunto, por que deram curso pra a gente tirar a carteira POP⁴¹? Passa a marinha, tem aula de natação, tem acesso ao mar, é uma habilitação, mas canoa que é bom nada. A gente mesmo, se tivesse uma canoa, não ia precisar mais comprar siri de gaiola, a gente mesmo criava.

Apesar de terem apontado em rodas de conversa sobre a dificuldade de penetrar no manguezal devido à violência local, esse dado aparece em apenas duas (6,9%) falas. Questionadas sobre o assunto, responderam que se sentem amedrontadas em falar sobre o aspecto da violência, especialmente se tem algo registrado, escrito, conforme revela Maria Articuladora (2014): “melhor deixar quieto, senão a gente corre risco”.

5.3 A EXPERIÊNCIA SILENCIADA

Para além dos entraves de ordem material e física pontuados e observados em campo, outros aspectos de ordem social, e que mais impactam de forma negativa a atividade, foram denunciados pelas Marias Marisqueiras. Nesta perspectiva, quando se iniciou esta pesquisa, a invisibilidade social revelou-se como o aspecto que mais as incomodava. Neste sentido, denunciavam os preconceitos e a depreciação sofridos em relação à mariscagem e que se estendiam à sua vida social, produzindo constrangimentos e insatisfações. “Achavam a gente uma causa perdida” (MARIA ARTICULADORA, 2014).

Observaram-se ainda carências e desqualificação no âmbito do trabalho, reveladas no processamento das tarefas cotidianas, no despreparo e ausência de estrutura para a logística de comercialização do produto e, sobretudo, na presença de órgãos e instituições que apoiassem e orientassem as Marisqueiras para seus direitos e para a capacitação, fato que se refletiu no conceito social sobre a mariscagem e sobre a autoestima das Marias Marisqueiras.

Ainda que muitas marisqueiras esperem por ações filantrópicas de entidades e pessoas, o que é raro acontecer para aquela comunidade, no grupo das Marias Marisqueiras já se identificam mulheres que, pelo discurso e por ações, demonstram o desejo e o entendimento pela conquista de seus direitos e espaços, conforme apontam as falas:

⁴¹ Carteira de habilitação concedida pela Marinha para direção de embarcações.

A gente fica aqui esperando que a política resolva a situação. Mas a gente tá vendo que muita coisa não era favor. Com as conversa aqui a gente vê que juntos pode conseguir muito mais coisas e é melhor porque não fica devendo a ninguém (MARIA AGORA, 2013).

É bonito quando a gente consegue com nosso esforço. Com fé em Deus, nós vamos conseguir muito mais. Agora a gente tá enxergando coisa que não via [...] (MARIA ENERGIA, 2013).

Somos mulheres guerreiras. Temos nosso direito. Nada de graça é bom, é bom quando a gente conquista e a gente que sempre lutou, agora com apoio, vai lutar mais ainda. Nada de esperar, vamos a luta! (MARIA ARTICULADORA, 2013).

Não obstante revelarem uma experiência fecunda em saberes e práticas, as Marias Marisqueiras compõem um de muitos grupos cuja experiência socioeconômica é tratada como inexistente pela racionalidade hegemônica pois, nessa perspectiva, as experiências produzidas como invisíveis, seriam experiências produtivas atrasadas no tempo e que produzem um saber periférico, baseado no saber tradicional. Sendo assim, são submetidas à lógica produtiva global e são consideradas, pelo pensamento dominante, como desinteressantes o que resulta em desqualificação, inviabilidade e exclusão das mesmas dos planos socioeconômicos de desenvolvimento.

[...] há nos oprimidos as aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. O diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem dizer: não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são improferíveis. [...]. Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento (SOUSA SANTOS, 2007, p. 55).

O cenário sócio histórico das Marias Marisqueiras, cujas vozes ecoam nesta pesquisa, é marcado por sentidos de pobreza, de exclusão, de baixa escolaridade, de trabalho de subsistência, de violência que as cercam, especialmente no local onde residem e, do alijamento dos direitos econômicos e sociais. Tal panorama permeia as falas dessas mulheres que buscam no trabalho não apenas uma forma de sobrevivência, mas de liberdade, valorização e autonomia.

Para que se possa identificar a exclusão das Marias Marisqueiras do discurso social, político, econômico e cultural é necessário que se entenda o que atravessa suas falas e o que vem a ser discurso. Sendo assim, pode-se dizer que o discurso revela-se através da linguagem e refere-se ao efeito de sentidos produzidos pelos sujeitos, que são construídos a partir de ideologias.

As formações discursivas das pessoas constituem-se em formas de falar imbricadas com a posição ou lugar que assumem no discurso e do seu próprio contexto social. Portanto, os discursos são resultados da ideologia do sujeito, dos aspectos sócio históricos aos quais

estão submetidos, de outros discursos e do processo de antecipação das falas de um interlocutor que profere outro discurso produzido em condições diversas, assim como do contexto de produção (ORLANDI, 2010).

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2010, p.15).

Destacam-se nas falas das mulheres múltiplas questões que evidenciam seus anseios quanto ao seu trabalho relacionados com as discriminações, as relações familiares, a participação em projetos sociais, a produção de conhecimento e a aprendizagem orientados para melhoria de vida:

Uma vez teve uma apresentação na festa de 7 de setembro de uma escola que a gente foi chamada para desfilar apresentando a profissão da gente. Aí a gente levou uma rede, cestos, peixes para representar nossa profissão do mar. Todas as outras pessoas que desfilaram escolinha, secretaria, quando passava pelo palanque recebia palma. Mas a gente que levou tudo aquilo sentiu tristeza, porque ninguém bateu palma pra gente. A gente parou na frente do palanque e ninguém valorizou. A nossa profissão de marisqueira nunca foi valorizada... nunca (MARIA SABEDORIA, 2011).

Maria Sabedoria fala do lugar da mulher Marisqueira cuja profissão não é valorizada na sociedade. Ela não somente fala por si, mas por uma coletividade quando utiliza “a gente” para se referir a outras pessoas que com ela dividiram aquele momento e participam do mesmo contexto social. As palmas significariam aceitação, gestual que não foi realizado. A fala “no palanque ninguém bateu palmas pra gente” destaca a relação de poder na qual as comunidades oprimidas ainda esperam do poder hegemônico sua aceitação, valorização, apoio e visibilidade.

Apesar de oprimir e negar tais comunidades, a classe que representa o poder, especialmente em regiões mais afastadas das capitais, é considerada pelas classes menos favorecidas como distinta e importante, como representado na fala de Maria Sabedoria: “ninguém bateu palmas”.

O tom de voz exaltado de Maria Guerreira (2011) denuncia: “Vivemos esquecidas; nunca tivemos apoio a não ser da família”. Este é o esquecimento ao qual se refere Guerreira e que se reporta ao reconhecimento e valorização já apontados em discursos anteriores, embora dito de outra forma.

Aqui estão postas questões seculares a exemplo da privação de direitos, socioeconômicos e da baixa significação profissional, que as excluem do tecido social, a

condição de mulheres, de afrodescendentes e de Marisqueiras, historicamente desvalorizadas e, sobretudo, a sua invisibilidade perante a sociedade a qual evoca a condição de esquecidas.

Assim, nessa fala a palavra “esquecida” está plenamente carregada de um sentido sócio histórico que significaria dizer: ‘nunca fomos lembradas’. Ela ainda assume a sua fala como da coletividade e traz a família ao cenário como entidade de apoio e importância fundamentais, dito por ela de outra forma. Na sua fala, ressalta a figura da família como sustentação, como lugar de apoio e não ao contrário, como sendo a possibilidade de apoio para a família.

Já no depoimento de Maria Batalha (2011) encontram-se muitos sentidos: “na época da política muita gente aparece aqui. Uns até faz alguma coisa. Mas não é o que a gente quer coisa que não interessa. Só gasta o tempo da gente”. Esse discurso de Maria Batalha demonstra que os supostos benefícios que chegavam para as Marisqueiras eram impostos e vinham de cima para baixo. É latente na fala da Marisqueira o incômodo com esse modelo: “mas não é o que a gente quer, coisa que não interessa”.

“Só gasta o tempo da gente”. Esta última frase também evidencia a preciosidade do tempo para o contexto em que vivem, dinâmica esta imposta pelo sistema capitalista até nas comunidades que desenvolvem trabalhos tradicionais e cujo ritmo de vida poderia ser outro, menos intenso. No entanto, as leis e a dinâmica capitalista imperam no ritmo de vida dessas mulheres, observadas nas falas dessas Marisqueiras.

Dessa maneira, a preocupação em desenvolver um trabalho de melhor qualidade, que promova condições de sustento para a família é latente nos discursos. Tal fato ainda está relacionado com o cenário de pobreza e violência em que vivem e no qual se inserem seus filhos e parentes. “a gente também quer melhorar para poder dar melhoria pros filhos, não deixar eles se envolver com a violência. Começar a conhecer outra coisa melhor” (MARIA ENERGIA, 2011).

Embora carregando o histórico peso de fazerem parte de uma experiência social produzida como invisível, as Marias Marisqueiras demonstraram em suas falas e atitudes que possuem expectativas de melhorias de vida, disposição adquirida em muitas outras lutas travadas e que vem de uma história de derrotas e conquistas que as forjaram na coragem para o enfrentamento das adversidades apresentadas, tendo como armas principais os saberes compartilhados no dia a dia. “A experiência de vida é concretizada nos mínimos detalhes, e, se entendermos o que essas pessoas pensam, falam e fazem a respeito do seu próprio trabalho, estaremos alcançando o sentido, o significado que ele próprio pode ter para si próprias” (MENDES, 2007, p. 92).

5.4 A TEIA DE SABERES PARA A PRÁTICA PRODUTIVA

A pérola é considerada como o resultado natural de um mecanismo de defesa ocorrido no interior do molusco conhecido como ostra. Dessa forma, ao sofrer a invasão de um corpo estranho, a ostra deposita naquele corpo uma substância que ocasiona na formação da pérola. A ostra ferida, então, devolverá para o ambiente uma cicatriz forjada na dor e no sofrimento, mas que resulta em um admirável trabalho.

Assim também acontece com as Marias Marisqueiras. No empreendimento de suas tarefas produtivas, a partir das adversidades presentes no seu cotidiano, colocam em movimento um cabedal de saberes e uma complexidade de interações, construindo uma teia através de um compartilhamento passado por gerações, que se refere, especialmente, ao trato e ao reconhecimento da natureza e suas inconstâncias e do fazer com as mãos para promoverem um trabalho que revela para a sociedade cultura, simbologias e valores singulares.

Essa teia é sustentada pelo pensamento complexo quando se considera que é possível articular saberes, práticas, acontecimentos e objetos que se mostram distintos, mas que possuem constituição para a transmutação em uma nova proposta produtiva. Conforme assevera Morin (1996 b, p. 274) “pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza um emaranhado de ações, de interações, de retroações”.

O entendimento sobre a complexidade do conhecimento propõe um novo olhar sobre a condição humana assim como da forma como o ser humano relaciona-se com o mundo; a própria qualidade de sua existência pressupõe a compreensão, a lucidez, e a mobilização de suas aptidões e saberes reconhecendo que o conhecimento da condição humana tem como componente o conhecimento da complexidade humana que nos ensina a viver em concomitância com seres e situações complexas (MORIN, 2004 b).

Dessa forma, a identificação dos horários das marés e das fases da lua mais apropriados para a pescaria, a direção dos ventos para guiar canoa, o reconhecimento do melhor e mais seguro caminho dentro do manguezal, a destreza em perceber e localizar, dentro da lama, a presença de crustáceos e moluscos, a distinção entre a vegetação do manguezal, a prática de descarnar os animais apreendidos, além de outros necessários à comercialização, são saberes que não funcionam isoladamente e que exibem um tecer constante e complexo o desenvolvimento das atividades da mariscagem.

Comparativamente aos pescadores, as Marisqueiras articulam seus saberes a fim de confrontar os perigos e desafios envolvidos na profissão, conforme observa Teles (2007, p.

60): “Para enfrentar os perigos envolvidos na atividade da pesca [...] os pescadores desenvolvem um conhecimento extraordinário sobre meio ambiente, o tempo, as espécies e as técnicas adequadas de captura e navegação”.

Os saberes de experiência são aqueles elaborados no contexto dos processos sociais e do trabalho cotidiano; é a experiência a fonte desses saberes porque coloca cotidianamente o homem em relação de aprendizagem com o mundo empírico. E nesta relação, o homem produz por meio de suas práticas um saber menos reconhecido, menos objetivado e mais informal, cujo conteúdo legitima uma leitura alternativa da realidade social em contraposição aos saberes dominantes (SALVADOR, 2011, p. 38).

Sem se darem conta, as Marias Marisqueiras promovem em seu cotidiano a articulação desses saberes diversos que, quando compartilhados e encadeados, produzem para a coletividade um complexo de percepções que compõem a mariscagem e fazem desta uma atividade de riqueza ímpar, haja vista que extrapola a esfera profissional e se torna um modo de vida, definindo os contornos socioeconômicos de um grupo e até de uma comunidade, conforme relata Maria Esperança (2013):

Tudo que a gente sabe serve para conseguir dinheiro, alimentação, aprender mais. Mas também serve pra gente ter um tipo de vida diferente, porque a gente vive aqui com os parentes, todo mundo fazendo a mesma coisa, tem sua liberdade, quando falta pra um o outro empresta, podemos contar com o grupo, o que hoje em dia não acontece por aí.

Ainda muito cedo, ao se levantar as Marisqueiras já planejam as atividades do seu dia. Assim planejam o seu dia considerando os horários de pesca, de chegada dos barcos no porto, de beneficiamento e de outras atividades, inclusive dos encontros no projeto de pesquisa de acordo com a variação das marés. A ciência define maré como:

[...] nome dado às *oscilações verticais periódicas do nível do mar*, devido à ação gravitacional da Lua e do Sol e aos movimentos de rotação e translação do sistema Terra-Lua-Sol no espaço. O momento em que o nível do mar atinge seu máximo se chama *preamar*, e o mínimo, *baixamar* (GUIMARÃES; MARONE, 1996, p. 50).

Segundo Garrison (2013), as marés são imensas ondas de águas rasas e constituem-se nas maiores de todas as ondas. As marés são regidas por ciclos, dependem da combinação de forças de atração e repulsa entre lua, sol e terra e produzem e reproduzem práticas sociais e econômicas de muitos grupos a ela relacionados. Deste modo, Garrison (2013) observa que as marés representam mudanças periódicas de curta duração na altura da superfície do oceano causadas pelo efeito da força gravitacional combinada entre o sol, a lua e a terra e afirma que possuem ação incomum mas previsível, que nunca estão livres das forças que as originam.

As marés podem se apresentar como maré alta ou preamar ou maré baixa também conhecida como baixa mar a depender da influência dos movimentos da tríade sol, lua e terra. De um modo geral, tais movimentos promovem, diariamente, duas marés baixas e duas marés altas. Ainda conforme Guimarães e Marone (1996), nas fases de quarto crescente e de quarto minguante da lua surge a maré de quadratura devido ao alinhamento da terra do sol e da lua, onde estes últimos formam um ângulo reto promovendo uma menor dilatação na maré.

Em um movimento de reforço entre sol e lua, que ocorre nas fases de lua cheia e de lua nova, surge uma maior amplitude de maré conhecida como a maré sizígia.

Durante as marés de sizígia, as marés altas são muito altas e as marés baixas são muito baixas. Essas ocorrem em um intervalo de uma semana correspondendo às luas cheia e nova. As marés de quadratura ocorrem quando a lua, a terra e o sol formam um ângulo reto. Durante as marés de quadratura, as marés altas não são muito altas e as marés baixas não são muito baixas. As marés de quadratura também ocorrem em intervalos de duas semanas, uma semana depois de uma maré de sizígia (GARRISON, 2013, p. 222).

Garrison (2013) conta que navegadores gregos e o astrônomo Phyteas foram os primeiros a perceberem, em torno de 300 anos A.C, que havia uma lógica entre posição da lua e altura das marés. Na atualidade, existem instrumentos precisos que permitem estabelecer essa relação determinando horários e variações para orientar de quem delas dependa.

Alheias ao que determina a ciência, as Marias Marisqueiras revelam um saber coincidente com esta, que as possibilita entender, conviver, e se apropriarem do seu ambiente a partir dos horários, ciclos e amplitudes das marés e da influência lunar sobre estas. Desta forma, compreendem o ritmo das marés alta e baixa e as denominam de maré enchente e maré vazante, respectivamente, e sabem em cada uma delas os momentos propícios para a pesca de cada tipo de animal aquático.

Dominam ainda o saber sobre a influência dos ciclos da lua sobre as marés e assim identificam a maré de sizígia como maré viva, aquela propícia para a pesca, na qual os animais aquáticos se mostrem mais desenvolvidos e a maré de quadratura como a maré morta, menos propícia para pesca. Entretanto para as tarefas no manguezal, a maré morta não “incomoda” conforme afirmam, visto que não chega a inundar o manguezal como nas marés vivas.

Dependendo se for maré baixa a gente sai para mariscar no mangue porque fica melhor de chegar nos lugares, e destampa os mariscos. Com o mangue alagado só se pode caminhar nas raízes e só dá para pegar aratu, que pega subido na árvore, isso se a maré não for muito grande. Aí os horários da gente depende de tudo isso, principalmente da maré. (MARIA PRUDENTE, 2011).

Ao penetrar no Manguezal, os saberes se voltam, primeiramente, para as possíveis soluções de enfrentamento das adversidades físicas do trabalho. Antes de tudo, a proteção contra os insetos que infestam o ambiente torna-se fundamental. De acordo com as Marisqueiras, a única substância que realmente funciona como repelente é o óleo diesel queimado⁴². Dessa forma, passam o líquido sob as partes expostas do corpo o que, para muitas mulheres, representa uma porta de entrada para alergias. Outro inconveniente no uso do óleo diesel é a dificuldade de retirá-lo do corpo. Com essa única proteção, as Marias Marisqueiras seguem em seu severo percurso contando apenas com seus saberes para o sucesso da empreitada.

Quando as curvas dos manguezais se tornam imersas pela inundação, o único caminho possível é por cima das escorregadias raízes da vegetação que os cobre, conhecidas como mangue vermelho e mangue branco. O *Rhizophora mangle*, como é denominado cientificamente, ou mangue vermelho, é típico de terrenos pantanosos, possui raízes aéreas e, juntamente com o mangue branco (*Laguncularia racemosa*), encontrado em terrenos mais arenosos e altos e na transição deste com a restinga, integram a flora do ecossistema manguezal.



Figura 18: Manguezal do entorno de Valença (BA).

Fonte: Acervo próprio (2014)

⁴² Segundo a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) da Petrobrás para o óleo Diesel S550: “O produto pode causar irritação das vias aéreas superiores se inalado. Pode causar efeitos narcóticos. Causa irritação à pele e pode causar leve irritação aos olhos. Suspeito de causar câncer. Pode causar a morte se aspirado. Vide o endereço eletrônico: <<http://www.br.com.br/wps/wcm/connect/f69c2f0043a796c4b3f4bfec2d0136c/fispq-oleodiesel-s500.pdf?MOD=AJPERES>>.

Apesar dessas plantas se encontrarem no interior do manguezal e formarem, na maioria das vezes, uma densa vegetação na qual os mangues vermelho e branco estão associados, as Marias Marisqueiras sabem diferenciá-los e apontar sua serventia. Ao penetrar no canal que dá acesso ao manguezal, por todo caminho as mulheres demonstram o seu saber empírico, apontando, identificando e explicando sobre a vegetação.

Segundo as Marisqueiras, o que diferencia as plantas, em um primeiro olhar é justamente a coloração da casca e das folhas; o mangue vermelho possui o casco vermelho, o que lhe confere o nome popular; as folhas são maiores e se apresentam de um verde mais intenso. Em contrapartida, o mangue branco possui o casco branco, constitui-se uma árvore mais alta, de raízes menos densas que as do mangue vermelho e suas folhas são estreitas.

As Marisqueiras contam que se servem da vegetação do manguezal, especialmente dos troncos, para fazerem carvão e lenha, o que acontece em pequena escala, pois preferem utilizar serragem que sobra das madeiras. Também afirmam que a fumaça obtida com o mangue vermelho confere um sabor especial aos defumados e que do seu casco ainda se pode extrair uma tinta para utilizar em barco, contudo elas mesmas não o fazem. Apontam ainda a confecção de instrumentos e apetrechos de pesca simples feitos de lenha do mangue, a exemplo de varas para pescar aratu e estrados para secagem de pequenos peixes.

Dizem ainda que algumas comunidades confeccionam canoas com troncos de mangue, mas não é uma especialidade delas. Embora, se faltar remo, improvisem com troncos, como aconteceu em uma das oficinas no manguezal quando a canoa encalhou e Maria Coragem pegou uma madeira de mangue que boiava no mar para remar.

Nos manguezais, o recém-chegado se depara, antes de mais nada, com a floresta. Ela é grandiosa, única, maravilhosa. Não há, como nas outras florestas, chão sobre o qual andar. Durante a maré cheia, a floresta está inundada, e quando a maré recua, deixa atrás de si um emaranhado caótico de raízes de todo tipo, que alcançam até dois ou três metros de altura; troncos mais ou menos redescobertos de mucilagem, líquens e algas que crescem também sobre os galhos e emergem do lodo, onde é possível afundar-se até os joelhos, se houver espaço suficiente para apoiar os pés (VANNUCCI, 1999, p. 33).

Já dentro do manguezal, é impressionante a desenvoltura com que as Marisqueiras transitam naquele solo hostil. Ali, em pequenos grupos, desaparecem rapidamente para a coleta, retonando sempre com sacos e baldes repletos de mariscos, que equilibram muitas vezes na cabeça para poder segurar-se nas raízes dos manguezais. As mulheres diferenciam, apenas com o olhar, os locais onde há lama dura, boa de pisar, conforme afirmam, daqueles de lama mais movediça, escolhendo assim o melhor local para circularem, evitando o atolamento.



Figura 19: Marisqueiras na canoa no manguezal do entorno de Valença (Ba).
Fonte: Acervo próprio (2014)

Entretanto, quando vitimadas pela lama movediça, exibem práticas de libertarem-se daquela situação buscando sempre o apoio nas raízes que utilizam como alavancas e sustentação para sair dos profundos buracos. Nesse estágio corpo e mente devem funcionar em parceria porque cada movimento se torna importante e determinante para a permanência naquela ambiente e para o sucesso na captura dos mariscos.



Figura 20: Pesquisadora atolada no manguezal do entorno de Valença(Ba).
Fonte: Acervo próprio (2014)

O solo e a vegetação do manguezal revelam, para os experientes olhos das Marisqueiras, uma gama de moluscos, crustáceos e peixes que se camuflam aos olhos desatentos. O aratu, o caranguejo, o guaiamum, o siri, as lambretas, as ostras e os sururus são espécies que exigem maneiras diferentes de apreensão, conforme demonstram as Marisqueiras.



Figura 21: Maria Esperança colhendo mariscos no manguezal no entorno de Valença (Ba).

Fonte: Acervo próprio (2014)

Mesmo antes de saltar da canoa, ainda costeando o manguezal. Maria Experiência aponta as penca de sururu, quase imperceptíveis. Vez por outra pula da canoa em movimento e retorna com as mãos cheias do marisco. “Pra pegar sururu tem que olhar para a lama e você vê logo. Ele fica com a pontinha para fora, pra respirar. Então você enfia lá no fundo a mão e puxa a penca inteirinha” (MARIA EXPERIÊNCIA, 2014).



Figura 22: A pesquisadora coletando sururu no manguezal do entorno de Valença (Ba).

Fonte: Acervo próprio (2013)

O caranguejo e o siri são comercializados pelas Marias Marisqueiras em forma de catado e são também utilizados como fonte de alimentação. Já o aratu é utilizado apenas para consumo próprio. Além de capturar os animais no manguezal, as Marisqueiras têm a opção de comprar nos portos, na mão dos pataqueiros, especialmente os siris produzidos em gaiolas ou aqueles que vêm nos barcos como subproduto da pesca de camarões ou peixes e que são comercializados em larga escala.



Figura 23: Gaiolas para criação de siris em Cajaíba (Valença-Ba).

Fonte: Acervo próprio (2014)

Em outras épocas, quando não havia o defeso, as Marisqueiras pegavam o caranguejo na andata, quando o crustáceo sai da sua toca para o ritual da reprodução. Entretanto, com o período de proibição, a forma tradicional é tapar a toca, buraco feito pelo crustáceo no manguezal, com lama e depois enfiar a mão e trazer o animal, como ensina Maria Colaboração (2012): “tem que pegar ele pelas costas, para ele não apertar seu dedo, depois puxa o bicho e amarra com corda para ele não se soltar, mas se ele tiver fora, andando, você joga um punhado de lama nele, aí ele fica com dificuldade de andar e você, pelas costas, pega ele”.

A pesca do siri envolve uma gama maior de possibilidades de apreensão. As Marisqueiras detalham e mostram como capturar o siri em seus diversos aspectos, conforme relata Maria Agora (2012):

Tem vários tipos de siri; aqui a gente tem o siri de mangue que é o azul e o siri da praia que é o cinza. Para pegar tem um bocado de jeito. Mas eles gostam de isca de carne, fato de peixe ou tripa de galinha. Coisa que tenha cheiro forte. Então você pode amarrar a isca no cordão, se preferível assim já com cheiro, então espera que ele vem. Aratu também é assim, só que o aratu você fica em cima da árvore do mangue e ele prefere carne. Também pode pegar o siri na unha, mas se for de dia é mais difícil. De noite é só levar uma lanterna, é uma festa, ele fica lerdo. Pega fácil. Se tiver em lua de trocar o casco, quando o siri tá mole, é mais fácil ainda.

Dentro do manguezal, Maria Guerreira exhibe o siri capturado à unha, conforme ilustra a Figura 24:



Figura 24: Siri capturado à unha no manguezal do entorno de Valença (Ba).
Fonte: Acervo próprio (2014)

As outras formas de captura de siri demandam a utilização de apetrechos de pesca a exemplo do jereré, apresentado na Figura 13, também conhecido como ripiché ou puçá, que é uma pequena rede envolta em uma armação circular de arame ou material similar que tem um formato de saco. Na parte superior, prende-se uma haste e na parte inferior coloca-se um peso, que pode ser uma pedra, um pedaço de madeira que possibilite o instrumento afundar. No centro da parte interna coloca-se a isca para siri. Assim, os animais penetraram nessa bolsa, atraídos pela isca, e ali ficam presos.

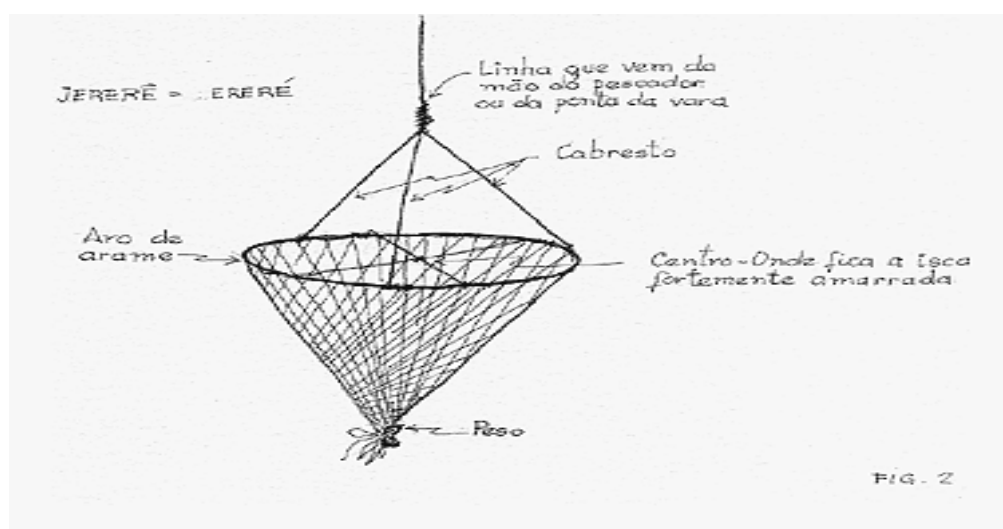


Figura 25: Jereré

Fonte: <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/folclore/a-pesca-do-siri-patola/>

O manzuá, exibido na Imagem 14, que se constitui em uma armadilha confeccionada de madeira e rede de nylon na qual se coloca iscas no interior para atrair siris, lagostas e outros crustáceos. É um apetrecho menos utilizado pelas Marias Marisqueiras.



Figura 26: Manzuá

Fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br/revistach/2013/303/imagens/diamantedesvalorizado02.jpg/vi>

Tais instrumentos construídos a partir de elementos simples e, muitas vezes oriundos do descarte ou da própria natureza, representam a solução para a apreensão de pescados e, assim, revelam-se como exemplos de tecnologia social que são reaplicadas em diversas comunidades de mariscagem.

Na pesca do caranguejo e do siri, evitam-se apreender as fêmeas com ovos. As Marisqueiras diferenciam as fêmeas de caranguejos e dos siris, pois possuem um peitoral mais largo que o dos machos. Também afirmam que, na captura, observam o tamanho dos animais, devolvendo os filhotes para o manguezal.

Os sururus e as lambretas são encontrados no interior da lama. Lá se enterram deixando apenas uma pequena parte aparente que permite serem identificados, visto que ali se formam pequeníssimas bolhas pelas quais respiram. Segundo as Marisqueiras o sururu, que é um dos mariscos mais comercializados pelo grupo, depende do grau de salinidade para crescer.

Assim, afirmam que a água não pode ser muito doce nem muito salgada, e que os manguezais encontrados no entorno de Valença são ricos em sururus. O sururu é retirado de forma rudimentar de dentro da lama com as mãos, com o facão ou o bicheiro que é um pequeno gancho feito de ferro ou arame grosso. Não existem instrumentos mais elaborados para o auxílio da tarefa que depende, essencialmente, da destreza do olhar para identificar onde há o marisco. A captura de sururus está ilustrada na Figura 27:



Figura 27: Maria Esperança capturando sururus no manguezal em Cajaíba (Valença-Ba).

Fonte: Acervo próprio (2014)

As Marias Marisqueiras declaram que não pescam camarão, embora algumas dominem a prática do arrasto de rede. Maria Esperança revela que já puxou muita rede de arrasto. Todas as Marisqueiras consideram o camarão como um produto fundamental para a economia da comunidade. Portanto, todas beneficiam camarão para vendê-los para o intermediário ou para o consumidor final, assim como beneficiam nas peixarias quando recebem pagamento com base no que produzem. A espécie mais comercializada é o camarão do canal, que segundo as Marisqueiras é mais saboroso na elaboração de pratos típicos da culinária baiana. Contudo, também filetam camarão rosa, o camarão pistola e o camarão tanha.

[...] cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da “profissão”. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da arte da pesca se aprende com “os mais velhos” e com a experiência (DIEGUES, 2004, pág. 87).

Para a filetagem de camarão, as Marisqueiras utilizam uma pequena faca, ou uma lâmina improvisada em um cabo de madeira. Mas confessam que o melhor é retirar a casca com a unha, pois é mais rápido. Muitas Marisqueiras conservam sempre uma ou duas unhas das mãos bem maiores para fazer o serviço. Hoje, elas mesmas percebem e discutem sobre a

necessidade de substituir esta prática de filetagem com a unha, visto que vai de encontro às recomendações de boas práticas de fabricação.



Figura 28: Unha crescida para filetar camarão
Fonte: Acervo próprio (2012).

Os instrumentos para a captura de pescados nem sempre são adquiridos em lojas especializadas. A maioria deles é confeccionada pelas próprias Marisqueiras a exemplo de gaiolas de pesca, armadilhas para guaiamu, varas e ganchos. Algumas aprenderam a tecer redes que nas comunidades pesqueiras revela-se como uma atividade tipicamente feminina. Para tanto precisam conjugar toda a complexidade de conhecimentos sobre a natureza, sobre os hábitos dos animais que querem apreender, sobre as marés, ventos e métrica para que esses instrumentos sejam eficientes na captura.



Figura 29: Armadilhas para guaiamuns
Fonte: Acervo próprio, 2014

Moura e Teixeira (1993) apontam elementos que proporcionam o entendimento da complexidade envolvida na confecção dos instrumentos de pesca artesanal, enquanto afirmam que essa produção confirma o aprimoramento do saber empírico quando reafirma na prática a simbiose entre ser humano e meio ambiente, favorecendo, inclusive, a potencialidade de um mercado específico.

[...] O diálogo com os materiais na habilidade artesanal dificilmente poderia ser mapeado através de testes de inteligência; a maioria das pessoas é capaz de raciocinar bem sobre suas sensações físicas. O artesanato expressa um grande paradoxo, na medida em que uma atividade altamente refinada e complexa surge de atos mentais simples como a especificação de fatos e seu posterior questionamento (SENNETT, 2013, p. 299).

De acordo com Sousa Santos (2005), o ecofeminismo é uma corrente intelectual e política que surge dentro dos movimentos mundiais sustentando que a mulher possui um trato natural com o ambiente. Assim, existiria um saber que é próprio da condição feminina. Segundo Sousa Santos (2005, p. 49), na concepção do ecofeminismo: “as mulheres estariam ‘naturalmente’ mais aptas a realizar esforços conducentes à proteção e uso sustentável dos recursos naturais”.

Não se pode afirmar neste estudo que as Marisqueiras, comparativamente aos pescadores, por exemplo, são mais hábeis no trato com a natureza. Entretanto, fruto da convivência com o grupo e das observações realizadas, pode-se afirmar que as Marias Marisqueiras, sob todos os prismas da sua profissão, revelam um trato cuidadoso com o ambiente que as cerca.

Tal constatação está presente na fala da Diretora de pesca do município de Valença (2014), quando sinaliza que as Marias Marisqueiras compõem atualmente um conceito novo de mariscagem sustentável, pois aproveitam ao máximo os produtos, agregando valor aos mesmos, o que se traduz no reaproveitamento de resíduos. Também cuidam do manguezal que representa e garante o sustento delas e de tantas outras famílias. Sobre o aspecto de sustentabilidade, o chefe do escritório da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola em Valença (EBDA, 2014) pontua que as Marias Marisqueiras desenvolvem um trabalho de trato com os manguezais, pois sabem exatamente como utilizar aqueles recursos sem, no entanto, alterar o meio ambiente.

Os saberes das Marisqueiras não se resumem ao conhecimento das técnicas de pesca, nem ao conhecimento sobre a fauna e flora do manguezal e sobre as formas de proteção pessoal. Para inserirem-se no mercado, mesmo que de forma incipiente, as mulheres precisam orientar seus saberes para a negociação. Saberes exigidos tanto na relação de compra que

estabelecem com os pataqueiros, quanto na venda para atravessadores e consumidores finais. Constatou-se, durante as primeiras rodas de conversa, que o grupo não possuía nenhuma noção de custos de produção, prejudicando assim, a formação de preço e o lucro da sua atividade. Fato observado por Maria Prudente (2011) na primeira oficina de tecnologia de pescado que envolveu cálculo de custos:

A gente nunca fez essas contas não! Misericórdia! Mas é mesmo, tem isso do gás, do trabalho da gente, da energia. É difícil... Mas a gente bota o preço pelo o que acontece aí no mercado. Se bem que o atravessador acaba comprando por menos, quando tem muito produto tem que vender logo. No verão aí a gente sobe o preço, é hora de ganhar mais um pouquinho. Tem que ter essa esperteza senão fica tudo com o atravessador.

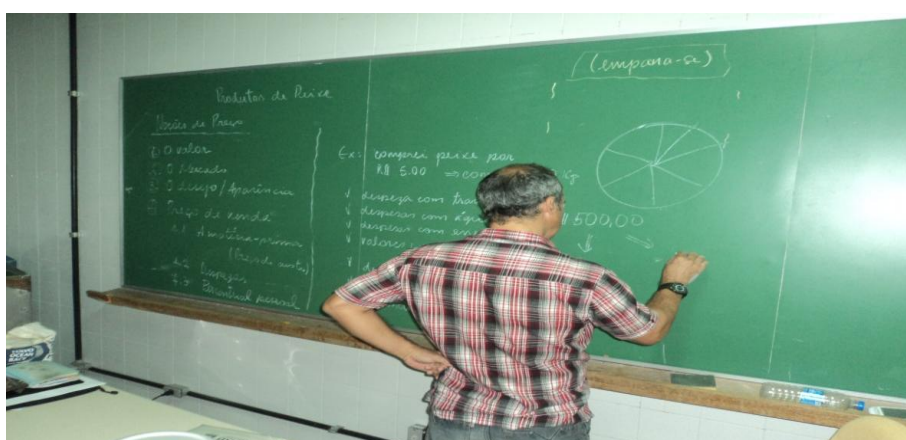


Figura 30: Oficina teórica de custos de produção
Fonte: Acervo próprio (2012)

Ao verificar-se como as Marias Marisqueiras articulam e compartilham seus saberes e orientam-nos para as práticas produtivas, confirmou-se que todas trabalham em grupo e dividem seus instrumentos de trabalho. Infere-se ainda que a experiência passada de geração para geração, as práticas socializadas com vizinhos e familiares, o aprendizado ainda na infância e na juventude, todos esses aspectos baseados na oralidade e na observação, são fontes principais de multiplicação de saberes, de acordo com o exposto na Tabela 7:

PESSOAS COM QUEM AS MARISQUEIRAS COMPARTILHAM OS SABERES	QUANTIDADE	%
Filhas	20	69
Irmã	4	13,8

Amiga	8	27,6
Vizinha	12	41,4
Neta	1	3,4
Nora	1	3,4
Filho	1	3,4

Tabela 7: Informações sobre compartilhamento de saberes entre as Marisqueiras

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Conforme dados da pesquisa de campo vinte e duas Marisqueiras (75,9%) revelam que ensinaram profissão a outra pessoa, enquanto apenas sete delas (24,1%) afirmam não terem ensinado a alguém. Das Marisqueiras que responderam positivamente, considerando-se a superposição de respostas constantes na tabela 6, vinte mulheres (69%) declararam que ensinaram a profissão para as filhas; doze mulheres (41,4%) afirmam que ensinaram às vizinhas; oito (27,6%) revelam que ensinaram para amigas; quatro delas (13,8%) ensinaram para irmãs; uma Marisqueira (3,4%) conta que ensinou para a neta; uma (3,4%) ensinou para a nora e uma (3,4%) ensinou para o filho.

Deste modo, afirma-se que a articulação e o compartilhamento de saberes no grupo Maria Marisqueira está imbricado com o próprio cotidiano e com as relações afetivas destas, muito embora, por vezes desconheçam este saber que lhes é inerente, considerando-se incapazes, como expressa Maria Sabedoria (2014): “eu me acho burra, a minha vida toda nunca aprendi a fazer outra coisa”. Com esta afirmação, que é compactuada por outras mulheres do grupo, Maria Sabedoria mostra o desconhecimento e a relevância do seu próprio saber.

Em contrapartida, Maria Sabedoria é chamada pela pesquisadora de “minha professora”, pois foi quem a iniciou nas artes do beneficiamento de tilápias e nas lidas no manguezal. A mesma Marisqueira também foi apontada pelo facilitador da oficina de boas práticas de fabricação como a Marisqueira mais capacitada tecnicamente para as boas práticas, conforme revela:

Quando começamos a trabalhar percebi logo pela maneira como ela utilizava o instrumental e coloquei logo à frente, para multiplicar o conhecimento e me auxiliar. Depois fui medir os filés produzidos e o dela foi o que se comparou ao tamanho e peso padrão estabelecido cientificamente. Os índices dela ultrapassaram os filés produzidos por mim. Inclusive em minha monografia utilizo todos os filés relacionados foram produzidos por ela. Considero que o grupo está pronto, mas ela é

especial (FACILITADOR DA OFICINA DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, 2014).

Outro elemento fundamental na articulação e no compartilhamento de saberes revela-se na presença de lideranças, Marisqueiras que despontam com habilidades natas de construção do laço social, seja por seu carisma, seja por facilidade em articular pessoas, multiplicar saberes ou mediar conflitos, a exemplo de Maria Articuladora, Maria Esperança e Maria Sabedoria. Essas lideranças informais foram imprescindíveis na implementação das ações e nos encontros desta pesquisa e funcionaram como elementos catalisadores do saber do grupo, quando fortalecidas e orientadas.

Também se identificou a liderança negativa, a exemplo de Maria Conflito que tinha características para assumir a articulação do grupo, mas revelou-se como promotora de divergências desgastando energia do grupo para neutralizá-la e conduzi-la ao entendimento dos objetivos das Marias Marisqueiras.

Nos primeiros contatos com as Marias Marisqueiras, percebeu-se que a articulação e o compartilhamento de saberes apresentavam-se limitados aos imaginários muros da comunidade. Os contatos externos, a formação de redes, a troca com outras práticas e saberes eram incipientes e, na maioria das vezes inexistentes. As Marisqueiras revelam que evitavam se relacionar externamente o quanto possível, pois se sentiam discriminadas e excluídas. Na opinião do Presidente da ABIPESCA (2014) as Marisqueiras limitam o compartilhamento e a articulação de saberes “entre grupos familiares e/ou vizinhos”.

Assim, as dimensões de articulação e de compartilhamento de saberes ficavam restritas à formação de pequenos grupos de mariscagem, quase sempre familiares e amigos, à transmissão oral dos saberes e às vinculações para negociação realizadas apenas em âmbito local. Já o chefe do escritório EBDA, que também é professor do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)⁴³, convidou o grupo de Marisqueiras para demonstrarem as técnicas de filetagem e defumagem de peixes para turmas do mesmo curso por considerar que mesmas dominam tais práticas. As Marisqueiras aceitaram o convite e disseram que seria uma oportunidade de mostrarem, praticarem e compartilharem o que aprenderam. Dessa forma, aguardam a abertura do semestre dos cursos PRONATEC para que se agende a oficina.

⁴³ Programa criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, cujo o objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>.

Também demonstraram interesse em conhecer e participar de um seminário previsto para acontecer na UNEB Campus XV com a finalidade de disseminar com a comunidade esta pesquisa. Diante do interesse demonstrado pelas Marisqueiras, a pesquisadora elaborou uma cartilha intitulada Maria Marisqueira: saberes e práticas, apresentada em apêndice, no sentido de contar um pouco da história das Marias Marisqueiras e compartilhar com elas os resultados obtidos neste estudo que será distribuída à época do seminário.

As expectativas para melhoria produtiva impulsionaram e motivaram as Marisqueiras à movimentarem seus saberes na direção do diálogo com outros saberes acadêmicos, técnicos, políticos a fim de criarem-se as estratégias e soluções para resolução de problemas. Assim, compreende-se que da movediça lama dos manguezais também brota a singela flor do mangue, a *Avicenia schaueriana*, induzindo o entendimento e às possibilidades de transformação que podem irromper daquele ambiente.



Figura 31: Flor do mangue (*Avicenia schaueriana*).

Fonte: http://terevectorino-ea.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html

Os saberes das Marisqueiras estão ilustrados na Figura 32:

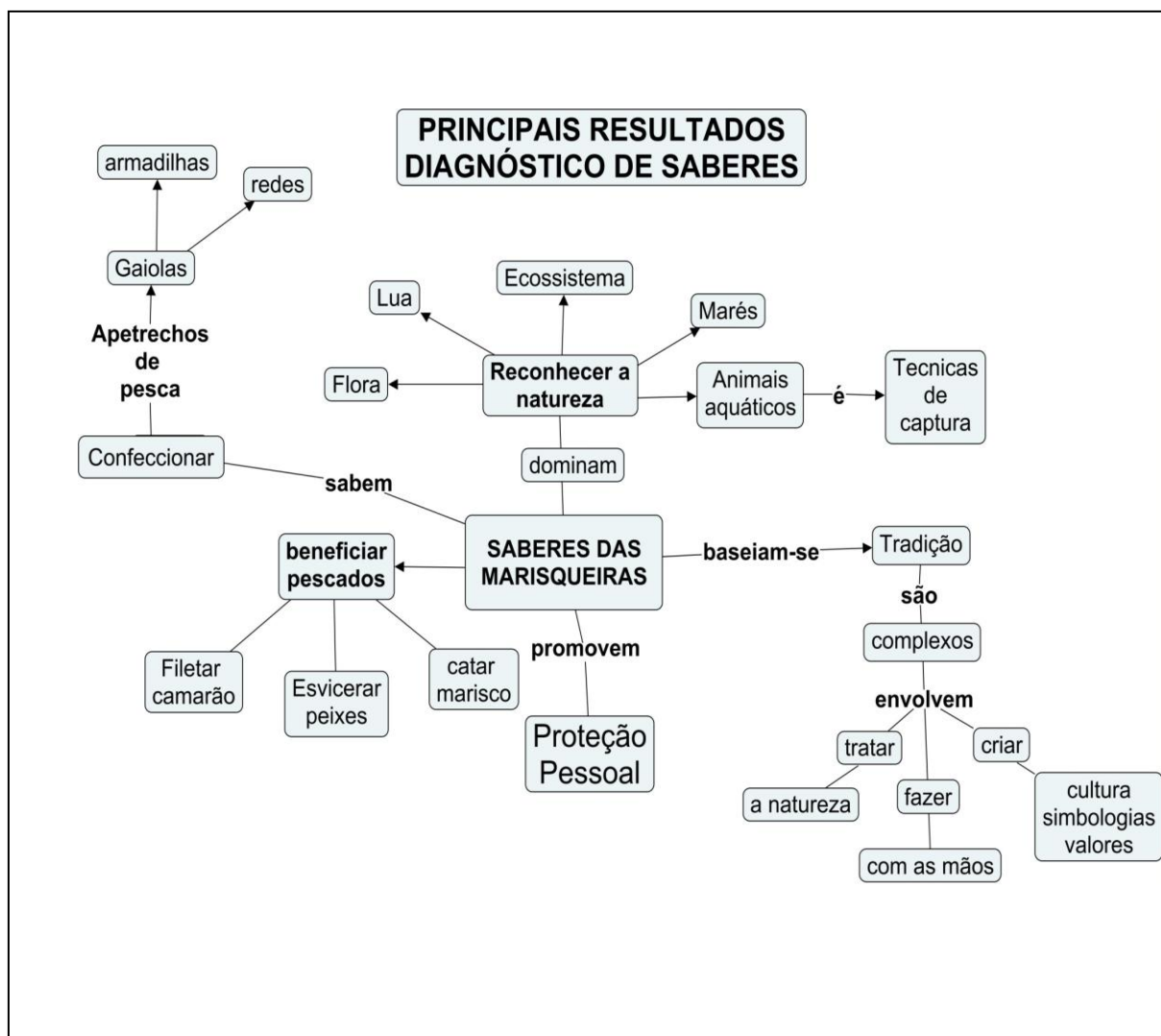


Figura 32: Síntese dos saberes das Marias Marisqueiras

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

5.5 TRANSFORMAÇÕES, RESIGNIFICAÇÕES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PRODUTIVA

No caminho para a construção coletiva da práxis produtiva, e apreciando-se a matriz na qual se descrevem as fortalezas, oportunidades, fraquezas, ameaças às quais está exposto o grupo Maria Marisqueira, deparou-se com a necessidade de planejar, implementar e examinar estratégias de articulação e compartilhamento de saberes para o enfrentamento das dificuldades e para o alcance de melhorias na atividade. A referida matriz está ilustrada na Figura 33:

MATRIZ FOFA (Fortalezas, oportunidades, fraquezas, ameaças para construir estratégias).

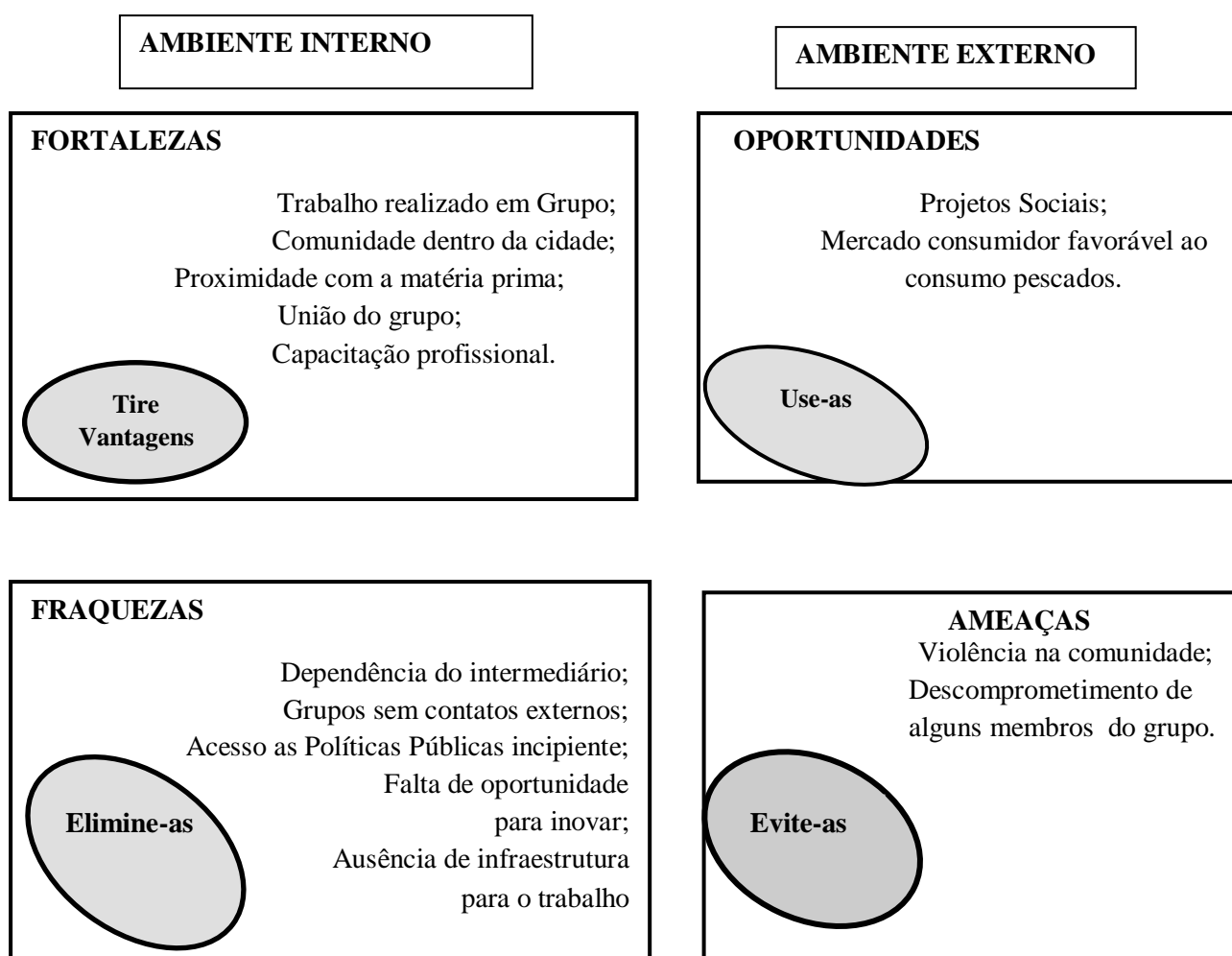


Figura 33: Matriz FOFA do grupo Maria marisqueira (2014).

Fonte: Adaptado do DRP

Aliando teoria e prática em ações dialógicas e em um processo de tradução de saberes, através das oficinas e encontros, surgiram ideias, sugestões, constatações e ações, algumas descartadas durante o percurso, a exemplo das oficinas de artesanato que não surtiram efeitos no grupo por se mostrarem insuficientes no alcance dos objetivos propostos e das demandas das Marisqueiras, e outros revalados aqui como impasses e desafios a transpor.

O planejamento das oficinas, realizados em rodas de conversa, contemplaram, inicialmente, um viés teórico. Assim, logo na primeira oficina percebeu-se que as mulheres não demonstravam interesse algum em participar de aulas, palestras, cursos de cunho apenas expositivo nas quais fossem sujeitos passivos. Queriam fazer, queriam agir, seguindo a lógica do seu cotidiano.

Assim, a partir do *feedback* das Marisqueiras, a estratégia das oficinas foi mudada e passou-se a elaborá-las baseadas na prática, no aprender fazendo. Desse modo, nas oficinas de capacitação e qualificação, boas práticas e higiene para beneficiamento do pescado inseriram-se também temáticas a exemplo de custos de produção, associativismo dentre outros e ali, inseridos na prática, os temas teóricos eram discutidos, pois as mulheres se sentiam motivadas em participar. Outra estratégia foi conduzir as Marisqueiras que revelavam maior destreza para orientar as demais, em um exercício de compartilhamento do saber já elaborado.

Uma das demandas mais pontuadas pelas Marisqueiras durante as rodas de conversa versou sobre a necessidade de elaboração de oficinas que gerassem um produto ou uma novidade com a qual elas pudessem ter renda extra, além do seguro pago pelo governo que a maioria recebe, durante o período do defeso. Assim, as primeiras oficinas versaram sobre tecnologias do pescado, nas quais se desenvolveram novos produtos derivados de pescados.



Figura 34: Oficina tecnologias do pescado I realizada no IFBA – Valença em 2011.

Fonte: Acervo próprio (2011)

Dessa forma, a primeira oficina realizada foi a de tecnologias do pescado I, que teve como proposta desenvolver novas possibilidades de produtos com pescados e seus resíduos além de agregar valor aos saberes e técnicas já utilizadas a exemplo de novos produtos como *fishburger*, empanados de peixe, farinhas de resíduos de pescado, conserva de mariscos e a filetagem e defumação de peixes, sobretudo da tilápia. Estes últimos tornaram-se uma especialidade do grupo das Marias Marisqueiras reconhecido como uma iguaria por *chefs* da cozinha internacional que participaram do Iº Festival Gastronômico de Valença em 2013 e

desenvolveram pratos com o produto, assim como por pessoas que adquiriram o produto e ainda hoje o encomendam.



Figura 35: Defumo de tilápias inteiras e em roletes no IFBA – Valença em 2011.
Fonte: Acervo próprio (2011).

Salienta-se ainda que as competências desenvolvidas durante as oficinas construídas com as Marisqueiras foram muito além das competências para o trabalho; abrangeram as competências comportamentais, aquelas orientadas para a vida em coletividade que emergiram da própria dinâmica dos cursos e que transcenderam, dessa maneira, a problemática desta pesquisa que em princípio orientava-se ao entendimento do aspecto produtivo.



Figura 36: Dinâmica comportamental no IFBA –Valença em 2012.
Fonte: Acervo próprio (2012).

As oficinas de tecnologia de pescado descortinaram uma complexidade de questões que foram inicialmente levantadas durante o curso e aprofundadas em rodas de conversa e em oficinas específicas. As Marisqueiras internalizaram práticas de higiene e segurança de alimentos, filetagem de tilápias e embalagem de produtos que culminaram na oficina de boas práticas de fabricação na qual desenvolveram o Processo Operacional Padrão (POP) no sentido de organizarem-se no espaço de produção para a otimizarem em termos de tempo, higiene e aproveitamento de matéria prima. Um processo representa uma estrutura de ação no qual ordena-se tarefas em termos de tempo e espaço, identificando as entradas e saídas (DAVENPORT, 1994).



Figura 37: Filés de tilápia produzidos seguindo o POP

Fonte: Acervo próprio (2014)

Durante as oficinas com manipulação de pescados sempre esteve presente a noção de boas práticas de higiene para manipulação que representava um entrave na melhoria das práticas pois, as Marisqueiras já possuíam um modelo mental arraigado e adquirido na própria profissão, conforme descrito:

Os maiores desafios encontrados na elaboração dos POP foram em relação aos hábitos das marisqueiras adquiridos durante ao longo da vida na atividade da mariscagem portando apenas de conhecimento empírico e desconhecendo as boas práticas apresentadas. Durante a atividade era comum a conversa, a intolerância ao uso de óculos de proteção que acabavam sendo tirados e deixados de lado. Algumas marisqueiras também não tinham as unhas cortadas alegando que facilitava catar camarão com unhas grandes [...] (SANTANA, 2014, p. 30).

Contudo, o interesse das Marisqueiras em desenvolver seus saberes para melhoria das práticas produtivas tornou-se latente e revela-se na fala de Santana (2014, p. 30): “demonstraram o tempo inteiro interessadas em aprender e ensinar para as outras que ainda estavam com dúvidas a importância das boas práticas aprendidas na oficina.”

No final das oficinas, as Marisqueiras assumiram que as boas práticas eram de extrema importância na atividade que realizam. Muitas delas solicitaram a cessão de luvas, aventais e toucas descartáveis, a fim de utilizá-los na sua atividade cotidiana; o fato demonstra a internalização das práticas realizadas no laboratório e a repercussão destas no dia a dia da mariscagem.

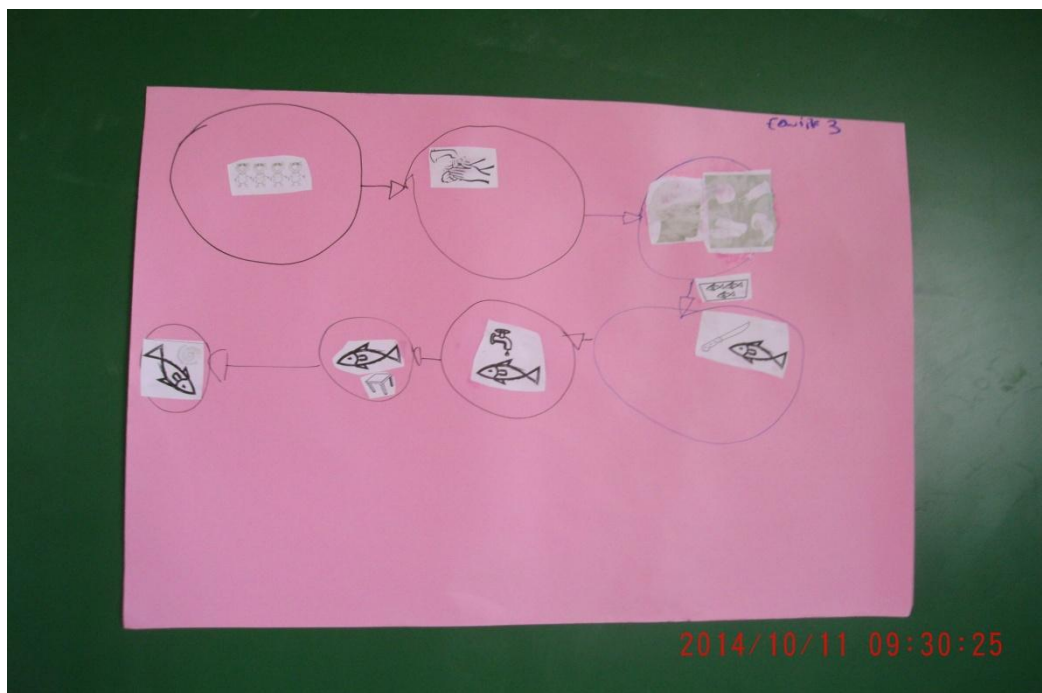


Figura 38: POP desenvolvido pelas Marias Marisqueiras em Valença (Ba)- 2014.
Fonte: Acervo próprio (2014)

Santana (2014) compreende que as boas práticas de fabricação compõem as ferramentas de qualidade e equivalem a procedimentos que, quando aplicados dentro da cadeia produtiva, permitem que produzam alimentos que se adequam às leis vigentes oriundas dos órgãos de vigilância sanitária.

O mesmo autor, que foi facilitador da referida oficina, aponta para a internalização das práticas desenvolvidas com o grupo de Marisqueiras e para a relevância desse fato no despontar das Marias Marisqueiras como futuras precursoras de práticas produtivas que resultem em produtos que possam adquirir selos de qualidade para expansão do negócio, especialmente na possibilidade de implantação de unidades cooperativas. Comparando o desempenho das Marias Marisqueiras no filetagem de tilápias com um estudo científico realizado, constata:

Em um comparativo com o estudo de Souza (2002), que obteve entre 33,66% a 36,58% de rendimento de filé e uma média de 34,82% pelo mesmo método de filetagem, as marisqueiras demonstraram uma boa técnica, já que chegaram a obter em média 30% de rendimento o que representa 86,2% de meta cumprida do referencial (SANTANA, 2014, p.30).

Também observou-se na prática cotidiana das Marisqueiras, em visitas às suas residências, que sabem da importância das boas práticas, utilizam os equipamentos, aplicam o que aprenderam de alguma forma e multiplicam o seu saber com suas colegas de profissão.



Figura 39: Maria Esperança catando mariscos em sua residência na comunidade de Mangue Seco em Valença (Ba), 2014.

Fonte: Acervo próprio (2014)

Nesta ótica, vinte e seis Marisqueiras (89,7%) revelam que ensinaram ou divulgaram para outras pessoas o que aprenderam nas oficinas e afirmam que o que sabiam sobre mariscagem foi aproveitado durante os cursos e somente três delas (10,3%) afirmam que não compartilharam o saber.

O chefe do escritório do EBDA (2014) em Valença, observa que as Marias Marisqueiras atualmente estão visíveis no município porque conseguiram articular-se com outros grupos da sociedade. Assim, compartilham e demonstram seu saber para o público através da participação das mesmas em encontros, oficinas, cursos, festivais e pela busca de informações.

O Gráfico 5 revela de que forma as Marisqueiras multiplicaram o conhecimento elaborado durante as oficinas e rodas de conversa. Considerando-se a possibilidade de múltiplas opções nas respostas, o gráfico revela que das vinte e seis Marisqueiras que afirmaram compartilhar o conhecimento dezoito delas (62,1%) contam o que aprenderam, enquanto quatorze (48,3%) convidam outras pessoas para participarem dos cursos. Treze Marisqueiras (44,8%) ensinam o que aprenderam.

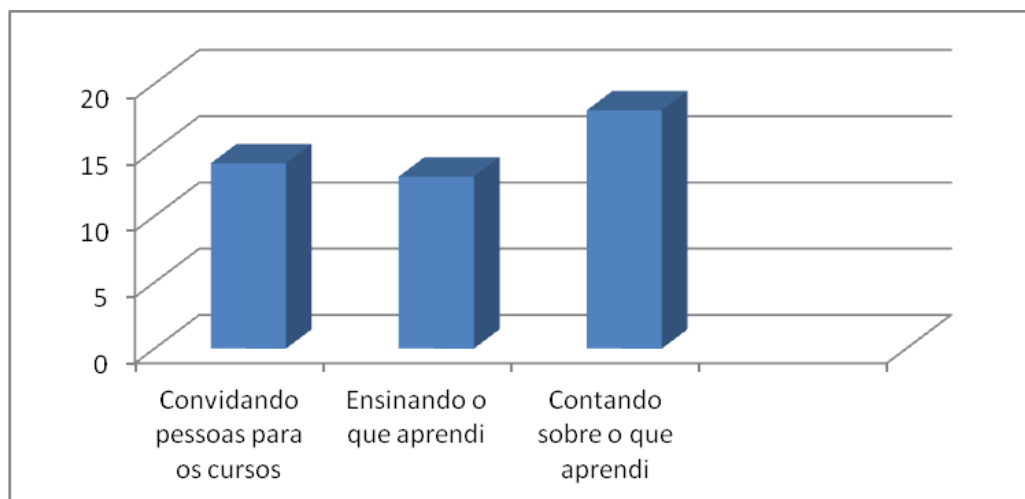


Gráfico 5: Formas de compartilhamento do conhecimento das Marias Marisqueiras
Fonte: pesquisa de campo (2014)

Apesar de estarem prontas para colocar seu produto no mercado, de acordo com o atestado pelos facilitadores das oficinas, pelos *chefs* de cozinha e pelas lideranças de pesca da região, existe uma grande dificuldade em colocar o produto no mercado. Tais dificuldades revelam-se pela ausência de infraestrutura adequada às normas, e ainda pela carência na logística de produção, de transporte e de *marketing* o que poderia ser promovido através de uma consistência na organização social e aplicação de políticas públicas, notadamente locais, para o fomento da mariscagem.

As Marisqueiras reconhecem que o filetagem e defumagem de tilápia, assim como outros produtos desenvolvidos em tecnologias do pescado, alguns deles criados pelas mesmas, poderiam representar uma alternativa de complemento de renda, especialmente na alta estação e em períodos de defeso. Entretanto, a ausência das estruturas já denunciadas inibe a produção.

Cabe destacar que inicialmente, para executar as oficinas, as Marisqueiras utilizaram a unidade de beneficiamento da Colônia de Pesca Z 15, entretanto, nos últimos dois anos, o espaço encontra-se indisponível, segundo informações dos funcionários da organização, pois está passando por reformas. Atualmente as Marisqueiras utilizam a estrutura do laboratório do IFBA para produzir os produtos mencionados e também dependem da disponibilidade do mesmo visto ser um espaço em que também diariamente acontecem as aulas práticas do curso de aquicultura.

Portanto, nesse local, o grupo precisa ser monitorado e não tem autonomia de gerir a produção. Observe-se ainda que o único defumador disponível no IFBA será inviabilizado

para dar espaço a um outro projeto, o que deixará o grupo de Marisqueiras sem a possibilidade de realizar o defumo de peixes.

O grupo de Marisqueiras que participou do Festival Gastronômico em dezembro de 2013 conviveu com momentos de visibilidade em nível local e estadual. Participaram de mesas redondas, falaram sobre suas demandas, mantiveram diálogo com a imprensa, universidades, faculdades, representantes dos governos estadual e local e expuseram seus saberes em forma de produtos para a sociedade valenciana demonstrando seu valor, conforme tanto desejavam.

Depois desse festival a gente foi visto até na televisão. A nossa profissão tá melhorando, o povo agora sabe que a gente é as unicas a defumar tilápia e filetar aqui na região. Veio até gente da fazenda juliana aprender com nós [...]. O pessoal do quilombo que tava na feira só queria saber de almiçar tilápia defumada, disse que nunca viu igual. Vendeu foi tudo. Adoramos mesmo! (MARIA PRUDENTE, 2013).

Também representou um momento de praticarem a venda de um produto levando em conta a construção dos custos de produção. Dessa forma, calcular preço, peso, lucro e a destinação deste último foram práticas recorrentes durante os tres dias de participação das Marisqueiras no Festival.



Figura 40: Produtos comercializados no 1º Festival Gastronômico de Valença
Fonte: Acervo próprio (2013)

Diante da participação das Marisqueiras, a Bahia Pesca as contemplou com kits de mariscagem e com a tão sonhada canoa que lhes foi entregue simbólica e formalmente, mas que até o momento não foi efetivamente entregue à comunidade. Diante da cobrança do grupo

em relação ao recebimento da canoa, o atual presidente da câmara dos veradores articulou-se com outros órgãos e conseguiu a doação de duas canoas, de menor porte, para a comunidade.

Entretanto, as Marisqueiras denunciam que estas não estão servindo aos fins a que se destinam e que uma delas, inclusive, já não está na comunidade. Descobriu-se que a canoa foi emprestada para fins ilícitos e que, no trajeto, foi abatida. Muitas promessas foram feitas, poucas cumpridas. Uma delas refere-se a inserção das Marias Marisqueiras no fornecimento de pescados para a merenda escolar local.

As articulações para este fim esbarram-se na burocracia do setor público configurando-se ainda em uma expectativa para o grupo de Marisqueiras que demonstram uma transformação coletiva e individual visível mas que não é acompanhada pela mudança no modelo das instituições das quais dependem.

Um dos resultados mais significativos das rodas de conversa e das oficinas refere-se à mudança de atitude das Marias Marisqueiras frente ao trabalho que realizam nas peixarias, ou seja, filetar camarões. Primordialmente, conforme observam, elas exerciam essa atividade totalmente tolhidas de direitos. Após cinco meses de convivência com o grupo de pesquisa relataram que conseguiram mudar a relação de servidão à qual se submetiam.

Assim, exigiram do proprietário que queriam trabalhar em um ambiente que lhes permitisse ir e vir. Revelam ainda que elas conseguiram um melhor preço por quilo de camarão filetado que passou de R\$ 1,00 por kg para R\$ 2,00 por kg. As Marisqueiras atribuem tais melhorias ao modo com elas próprias se comportaram, como aplicaram os saberes elaborados durante as oficinas e os argumentos desenvolvidos nas rodas de conversa, conforme relatam:

Ahhh! tem uma novidade. A gente não trabalha mais presa. A gente conversou com o dono e disse que aquilo não era certo e que a gente não ia filetar mais daquele modo, trancadas sem poder sair nem para fazer as necessidade. Tudo aquilo que a gente conversou no encontro, aquelas coisas que a gente conversou com vocês, a gente falou com ele. Ele atendeu. Agora tá muito melhor (MARIA ARTICULADORA, 2012).

O negócio melhorou lá na peixaria. A gente começou a trabalhar usando luva, levando nossa touca, com unha cortada, tudo, tudinho que a gente aprendeu na oficina. O dono achou muito bom, valorizou. Até a gente conseguiu aumento no quilo do camarão filetado (MARIA ESPERANÇA, 2012).

Ainda tem umas coisas que a gente precisa conseguir. Com a fé de Deus a gente vai devagar conquistando. Pelo menos a gente não tá mais presa como era antes. Os donos da peixaria tão reconhecendo que a gente melhorou muito. Mas lá também melhorou. Mesmo assim ainda falta coisa... (MARIA GURREIRA, 2012).

Atualmente onze Marisqueiras decidiram negociar com outra peixaria. Hoje prestam serviço em uma peixaria na própria comunidade e que exhibe melhores condições de trabalho.

Assim, revelam que saíram da antiga peixaria porque perceberam que os donos as exploravam e que elas não permitirão mais esses abusos.

BOLSA FAMÍLIA						
Recebem		Não recebem		Valores recebidos		
Quantidade	%	Quantidade	%	Mínimo	Médio	Máximo
24	82,6	5	17,2	64,00	157,20	232,00

Tabela 8: Bolsa família recebida pelas Marisqueiras em 2014.

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria.

Com referência à renda média mensal, atualmente vinte e uma mulheres (72,4%) auferem uma renda menor ou igual a R\$ 362,00, enquanto seis mulheres (20,9%) afirmam possuir renda mensal entre R\$ 362,00 até R\$ 724,00 e duas mulheres (6,9%) declaram não possuir renda. As duas Marisqueiras que afirmaram não possuir renda mensal, ao serem questionadas sobre o assunto, declararam que não responderam que possuem renda no questionário, pois acreditavam que essa informação prejudicaria o recebimento da bolsa família.

As Marisqueiras também revelam terem acesso ao seguro defeso, embora esse fato não ocorra com a totalidade de mulheres pois nem todas são cadastradas. Alegam ainda que o seguro defeso é pago uma vez no mês, período que corresponde ao defeso, conforme a Tabela 9.

SEGURO DEFESO (PESCA)						
Recebem		Não Recebem		Valores recebidos		
Quantidade	%	Quantidade	%	Mínimo	Médio	Máximo
23	79,3	6	20,7	1.440,00	1.570,00	2.896,00

Tabela 9: Seguro defeso recebido pelas Marisqueiras

Fonte: Pesquisa de campo (2014), elaboração própria

No entendimento e enfrentamento da complexidade apresentada, a formação de redes e parceiras solidárias apresentou-se como uma estratégia cujos resultados positivos foram reconhecidos pelas Marias Marisqueiras. As mulheres apontam que a construção de parcerias as auxiliou na melhoria de renda, no acesso aos serviços, nos benefícios para a comunidade e na visibilidade delas perante a sociedade.

Nunca que a gente imaginou tanta gente vindo aqui na comunidade. O pessoal nem conhecia, tinha medo de entrar. Agora até carro do SAC, doutor, advogado, as faculdade, todo mundo aqui tentando ajudar (MARIA VALENTE, 2011).

[...] Sozinhas a gente nunca ia conseguir. Ninguém consegue nada sozinho, agente até que falava mas não sabia falar, ou não escutavam a gente. Agora com todos esse pessoal junto com a gente tem que dá certo. Somos Marisqueiras e não desistimos nunca (MARIA ARTICULADORA, 2014).

Entretanto, durante a pesquisa, algumas aproximações de pessoas, órgãos e instituições não foram bem avaliadas pelo grupo de Marisqueiras que com veemência afirmaram não mais participar de ações nas quais aqueles sujeitos estivessem envolvidos, visto não estarem imbuídos na construção de melhorias para elas. Tampouco tais sujeitos demonstravam compactuar dos mesmos objetivos, o que resultou no afastamento dos mesmos denotando autonomia das Marisqueiras no processo de decisão.

Parceria é tudo. Sempre a gente contou aqui apenas com nossos familiares. Antes desse projeto a gente vivia esquecida mas agora a gente não tem mais vergonha de procurar os parceiros não. Agora tem uns que Deus me livre, que a gente não quer. Tem uns que só tá de olho [...] (MARIA CONSELHO, 2011).

Não queremos trabalhar com aqueles elementos, então como a gente já tem confiança em vocês e a gente pode falar francamente a gente pede para não virm mais porque senão a gente também não participa. Tô falando em nome do grupo aqui (MARIA ARTICULADORA, 2013).

A parceria realizada com o IFBA evoluiu para a construção de uma rede solidária. Também foi uma ação muito festejada pelas Marias Marisqueiras pois representou para elas uma aproximação com o espaço pelo qual nutriam um sentimento de exclusão. A abertura do IFBA ao grupo de Marisqueiras, e conseqüentemente à comunidade de Mangue Seco, impactou especialmente nos aspectos sociais da vida das mulheres que hoje retornam à sala de aula participando de cursos a exemplo do Mulheres Mil⁴⁴ e de outras capacitações, assim como podem ver seus filhos inseridos na instituição, o que representa para elas uma perspectiva de melhoria de vida.

⁴⁴ Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), é um programa do Governo Federal que trabalha a questão de gênero a fim de elevar a escolaridade e profissionalizar mulheres. Constitui-se em uma política pública executada pelos *Campi* do IFBA em todo o Brasil. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-noticias/1681-brasil-99735477>.

[...] agora os meninos da gente que quer faz curso de computador. Tem também o projeto mulheres mil e o nosso projeto Maria Marisqueira e o PRONATEC. Agora sim é da gente também. Agora a gente é estudante de lá. (MARIA ARTICULADORA, 2012).

Fico é feliz de poder entrar nesse lugar. O povo aqui da comunidade mais velho sempre diz que aqui era da gente, era mangue, era lugar de trabalhar. Agora eu venho tomar curso, trago minhas criança... Mas foi muito tempo sem nem passar na porta, sem nem a gente ver. E o muro fica de fundo com nosso bairro. (MARIA CORAGEM, 2012).

Muita Marisqueira voltou para terminar o estudo. Depois que comecei os encontros com vocês me incentivei. E tô adorando as aulas. Lá na aula a gente sempre conta da vida da gente, das coisas que a gente aprende aqui nos encontros do projeto. Tem aula de economia doméstica, é a que eu mais gosto. Outro dia a gente foi apresentar e então a gente apresentou sobre as coisas novas que a gente aprendeu com professor Muniz e professor Vinícius nas oficinas. Apresentamos como se faz a tilápia defumada. A gente também apresentou contando como é o projeto Maria Marisqueira. (MARIA PRUDENTE, 2013).

Dados colhidos nos questionários aplicados aos líderes de pesca do município revelam que todos conhecem o grupo Maria Marisqueira devido à sua participação no projeto de pesquisa e de extensão e reconhecem que as mesmas passaram por um processo de transformação traduzido na melhoria da prática produtiva do grupo, conforme apontam algumas falas:

Mulheres que por vezes tinham vergonha de dizer que viviam da mariscagem, hoje chegam nos eventos e espaços público e dizem com um orgulho visível “Sou Maria Marisqueira”(DIRETORA DE PESCA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, 2014).

Um fator relevante foi a melhora na higiene e qualidade nas etapas do beneficiamento dos pescados, possibilitando a agregação de valor aos produtos e aumento a demanda de comercialização. Porém para atender a essa demanda, as Mulheres Maria Marisqueiras necessitam de colaboração para melhorar a infraestrutura de produção e a rede de comercialização. (VETERINÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE VALENÇA, 2014).

Valorização da Mulher Marisqueira, aumento da renda na família, acesso a novas tecnologias, valorização da profissão, contribuição na aceitação dessas mulheres em uma sociedade cheia de preconceitos. (DIRETORA DE PESCA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, 2014).

Ampliou a visão para o mercado futuro e elas se tornaram mais conscientes de sua profissão. Tiveram seu trabalho mais valorizado, o grupo de tornou mais visível. (CHEFE DE ESCRITÓRIO DO EBDA VALENÇA, 2014).

Autoestima, aperfeiçoamento, melhoria na qualidade do produto, aproveitamento dos resíduos (COORDENADORA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS- PAA - VALENÇA, 2014).

Trabalho coletivo, motivação das envolvidas no projeto, aprendizado e autoestima (PRESIDENTE DA ASMOPEMA, 2014).

Entretanto, essas mesmas lideranças denunciam os pontos críticos aos quais as Marisqueiras estão sujeitas e que se tornam entraves no processo de desenvolvimento

socioeconômico do grupo. Saliente-se que na maioria das falas, a estrutura aparece como fator fundamental de melhoria para a profissão Assim, revelam que:

As Marias Marisqueiras hoje são capacitadas para fornecer seu produto com qualidade, entretanto esbarram-se em dificuldades que as desmotivam e que se tornam dificultadores para o bom andamento de sua profissão como um local apropriado para venda do produto para que se livrem dos intermediários e a divulgação do trabalho delas em nível estadual (CHEFE DO ESCRITÓRIO DO EBDA VALENÇA, 2014).

As Marias Marisqueiras do município de Valença vivem e produzem com muita dificuldade, devido a falta de estrutura e equipamentos para a captura, processamento e beneficiamento dos pescados. (VETERINÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, 2014).

Baixa Escolaridade. Ocupação do espaço onde realizam suas atividades, por marginais (PRESIDENTE DA ABIPESCA, 2014).

As Marisqueiras embora exerçam importante papel na economia do município, não dispõem de condições adequadas para o desenvolvimento de suas funções. A falta de estrutura para o beneficiamento que possibilite o acesso a condições de higiene e sanidade do marisco, agregando valor ao produto (DIRETORA DE PESCA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA, 2014)

Local inadequado para beneficiamento e armazenamento, acesso ao credito, falta de segurança, escassez do marisco, falta de equipamentos, baixo grau de escolaridade (COORDENADORA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA – VALENÇA, 2014).

Todos os líderes entrevistados afirmam que são diversas as as políticas públicas para o setor da pesca, mas que na maioria das vezes tornam-se inacessíveis aos grupos de mariscagem, por motivos diversos.

As Políticas Públicas são lançadas com o direcionamento às marisqueiras, porém quanto ao acesso a estas políticas, as dificuldades de acesso são inúmeros e muitas vezes com exigência de documentação que foge a realidade da classe. Desta forma, em muitos programas não se consegue alcançar o benefício (VETERINÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE VALENÇA, 2014).

Já o presidente da ABIPESCA (2014) sugere que se fortaleçam os laços entre Secretaria Municipal de Pesca que se promovam visitas mais atuantes às comunidades, que resultem na elaboração de projetos construídos, na assistência social, na segurança pública, e na atenção à saúde e que sejam assessorados por profissionais conhecedores dos problemas que assolam a atividade de pesca e da mariscagem.

Destaca-se ainda, na fala da coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Valença, (2014), a imperiosa necessidade de, no âmbito das políticas públicas desburocratizarem-se as linhas de créditos, garantir preço mínimo aos produtos provenientes da mariscagem e promover o acesso das Marisqueiras aos programas do governo federal.

A presidente da ASMOPEMA (2014) destaca que o Conselho de pesca deve incluir as marisqueiras, e não só os pescadores. Também propõe que se implementem cursos de sustentabilidade visto que a pesca está cada vez mais escassa, além de enfatizar a necessidade de um maior fortalecimento da Secretaria de pesca do município no sentido de atuar mais nas comunidades pesqueiras.

Enquanto que o chefe do escritório do EBDA Valença (2014) aponta para a relevância de criarem-se estruturas físicas para a comercialização do pescado. Indignado com a situação, aponta que as Marisqueiras não possuem um ponto de venda no mercado de peixe da cidade de Valença e, na ausência dessa estrutura, continuam reféns dos atravessadores. A matriz de comercialização semanal em quilos de pescados do grupo Maria Marisqueira, exposto na Tabela 10, sustenta a fala do chefe o escritório do EBDA quando revela que a maior parte da produção das Marias Marisqueiras destina-se ao atravessador.

PRODUTOS	CONSUMO DA COMUNIDADE (Kg)	CONSUMO PRÓPRIO (Kg)	VENDA AO ATRAVESSADOR (Kg)	VENDA AO CONSUMIDOR (Kg)	PREÇO PARA O ATRAVESSADOR R\$	PREÇO AO CONSUMIDOR R\$
Catado de siri	1 a 2	1 a 3	De 7 a 10	1 a 5	17,00	23,00
Catado de caranguejo	1 a 2	1 a 2	De 5 a 10	1 a 5	17,00	30,00
Catado de aratu		1 a 2				
Sururu			De 5 a 10		8,00	15,00
Pipira beneficiada		1 a 3	De 5 a 10	2 a 4	3,00	5,00

Tabela 10: Matriz de comercialização semanal em quilos de pescados das Marias Marisqueiras.

Fonte: adaptado do DRP (2014).

Conforme exposto na Tabela, observa-se que a maior parte da produção das Marias Marisqueiras é vendida para atravessadores, conforme apontado anteriormente. No caso do caranguejo catado, cruzando os dados com o exposto na página 163, percebe-se que as Marisqueiras tem prejuízo na comercialização do mesmo, visto que o que gastam para adquirir a matéria prima, somado a outros custos de produção, supera a possibilidade de lucro. Questionadas o porquê continuam vendendo com prejuízo o referido produto, afirmam que o fazem para manter clientela e que tentam tirar o prejuízo com outros produtos. Afirmam ainda que realizam a filetagem de camarões nas peixarias para compensar os prejuízos e complementar a renda.

Sendo assim, salientam que precisam expandir as vendas para outros mercados no sentido de ampliarem as possibilidades de ganham aumentando as quantidades vendidas.

Cientes da real condição da mariscagem no município, as lideranças envolvidas com a profissão, e questionadas nesta pesquisa, reconhecem as lacunas existentes no âmbito das políticas públicas e apontam as estratégias de formação de redes, de fortalecimento do capital social e das tecnologias sociais como fundamentais para a orientação e articulação do grupo Maria Marisqueira com os canais de implementação das políticas para o setor da mariscagem, por possibilitarem uma maior coesão do grupo e a consequente articulação e reflexão a cerca da atividade.

Neste estudo, o fortalecimento do capital social traduzido uma maior autonomia do grupo para a tomada de decisões, na maior participação das Marisqueiras em associações, em outros grupos e na reivindicação por seus direitos despontou como uma estratégia que só se tornou possível através das redes e parcerias formadas. Assim, pode-se afirmar que as estratégias apontadas nesta pesquisa não devem ser consideradas isoladamente e que há um encadeamento e um imbricamento entre elas configurando uma malha promotora de mudança.

Tal proposição é confirmada a partir do aumento da participação e da confiança das Marias Marisqueiras em instituições e órgãos dantes rejeitados por estas, a exemplo de associações e universidades. Dessa maneira, vinte e sete mulheres (93,1%) revelam que se encontram atualmente associadas à ABIPESCA e possuem a carteira que lhes dá acesso aos direitos. Somente duas mulheres (6,9%) ainda não participam. Comparativamente, em 2009, apenas onze (37,9) delas participavam de algum tipo de associação.

As Marisqueiras que participam aconselham e levam outras colegas a participarem, especialmente da associação de pesca e dos projetos das universidades admoestando-as sobre os benefícios. O Gráfico 6 exhibe a quantidade de Marisqueiras que se sentiram mais estimuladas em agregarem-se a grupos ou organizações após participarem das ações oriundas da pesquisa. Sendo assim, vinte e seis (89,7%) declaram que se sentiram estimuladas em participar de grupos e organizações devido às ações oriundas desta pesquisa e apenas três (10,3%) revelaram que não se sentiram estimuladas.

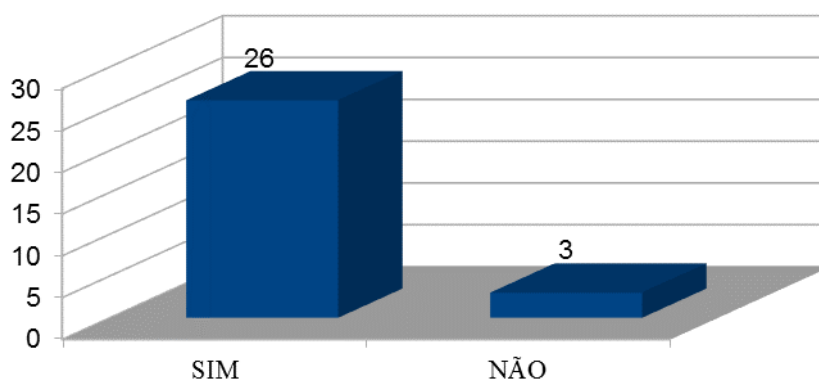


Gráfico 6: Quantidade de Marisqueiras estimuladas a participarem de organizações

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Dessa maneira, vinte e seis Marisqueiras afirmam que a participação nas ações da pesquisa foi estimulante para sua associação a órgãos e grupos a exemplo de associações, colônias e projetos oriundos de universidades.

Atualmente as Marias Marisqueiras revelam que recorrem a organizações diversas para auxiliá-las nas lidas profissionais e cotidianas. Dessa maneira, contam com a ABIPESCA, que é a associação de pesca, e com a ASMOPEMA, que é a associação de moradores de Mangue Seco, para representar seus direitos e, junto ao poder público, buscar soluções para as problemáticas que envolvem a pesca artesanal na localidade.

O Gráfico 7 revela a incidência de Marisqueiras participantes da pesquisa que participam de associações de pesca e de moradores. Considerando-se que as Marias Marisqueiras que declaram participar de mais de uma organização, expõe-se que vinte e três delas (79,3%) participam de associações ou colônia de pesca. Das que participam, dezesseis delas (69,6%) afirmam que se conscientizaram da importância de se cadastrarem a partir dos diálogos travados nos encontros deste projeto de pesquisa. Embora o gráfico aponte para participação em cooperativas revelou-se, nas rodas de conversa, que nenhuma delas está vinculada a cooperativas e que esse tipo de organização não existe na localidade.

Assim, dezoito mulheres afirmam participar de associação de Moradores (62,1%), no caso das Marias Marisqueiras a associação de moradores referida é a ASMOPEMA. Dezesseis Marisqueiras (55,2%) declaram que participam de grupos religiosos. Nenhuma delas participa de grupos políticos.

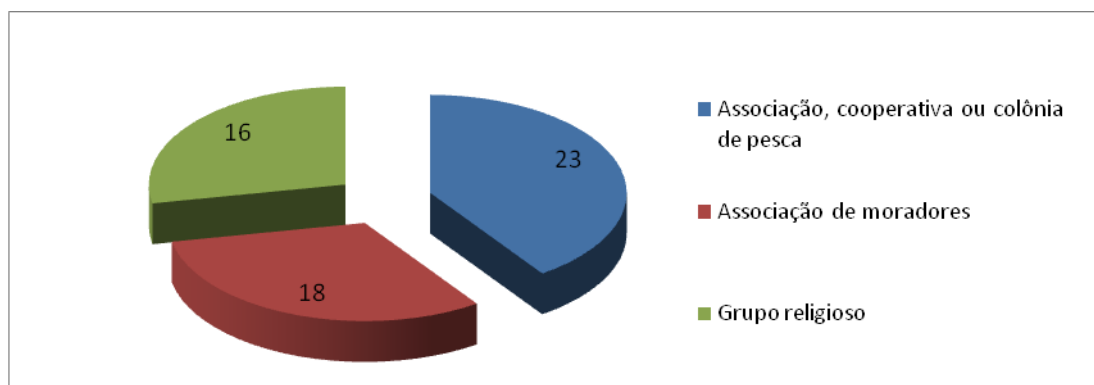


Gráfico 7: Incidência de Marisqueiras que participam de associações de pesca e de moradores.

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Igualmente apontam organizações as quais recorrem para buscar apoio na atividade da mariscagem, conforme o Gráfico 8. As Marisqueiras revelam que recorrem a diversas instituições e órgãos na busca pela melhoria e desenvolvimento da profissão. Deste modo, vinte e cinco (86,2%) Marisqueiras recorrem à UNEB; vinte e quatro (82,8%) delas contam com o projeto de pesquisa; vinte e uma (72,4%) recorrem à associação de pesca; nove (31%) ao IFBA; três mulheres (10,3%) recorrem à colônia de pesca; duas (6,9%) a vereadores; uma Marisqueira (3,4%) recorre a Marisqueiras pertencentes a outros grupos e nenhuma recorre ao governo local. Dos grupos aqui apontados, todas as Marisqueiras afirmam que confiam na atuação dos mesmos.

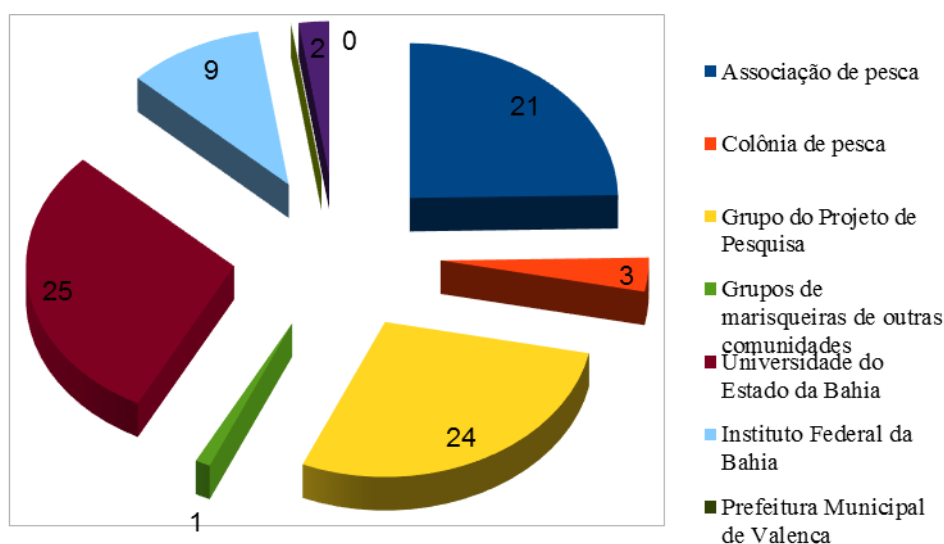


Gráfico 8: Instituições e órgãos aos quais Marisqueiras recorrem para apoiar a profissão em 2014.

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O nível de confiança demonstrada pelas Marisqueiras para com as Universidades e as Instituições de ensino superior públicos revela que tais instituições têm assumido uma postura de compromisso com o grupo. Questionadas se confiavam nas universidades públicas envolvidas nessa pesquisa todas as Marisqueiras responderam positivamente.

Igualmente, o nível de confiança nas instituições revela-se na participação das Marisqueiras em eventos promovidos pela UNEB. Nessas ocasiões a participação das mesmas é maciça. Inicialmente muito tímidas no ambiente acadêmico, aos poucos elas se soltam ao ponto de darem depoimentos. Nesses momentos, colocam as melhores roupas, arrumam o cabelo e, como afirmam: “Caprichamos no visual para aparecer bem na faculdade” (MARIA GUERREIRA, 2013).



Figura 41: Marisqueiras participando da semana de calouros na UNEB Valença-2015.
Fonte: arquivo próprio (2015)

O Gráfico 9 exibe os benefícios elencados pelas Marisqueiras quando da participação em grupos e organizações. Os benefícios para comunidade é um motivo que aparece em vinte e uma das respostas (72,4%), seguido pela melhoria de renda presente em quatorze das respostas (48,3%); seis (20,7%) apontam o acesso aos serviços como motivo de participação e o prazer/diversão aparece apenas em quatro (13,8%) das respostas.

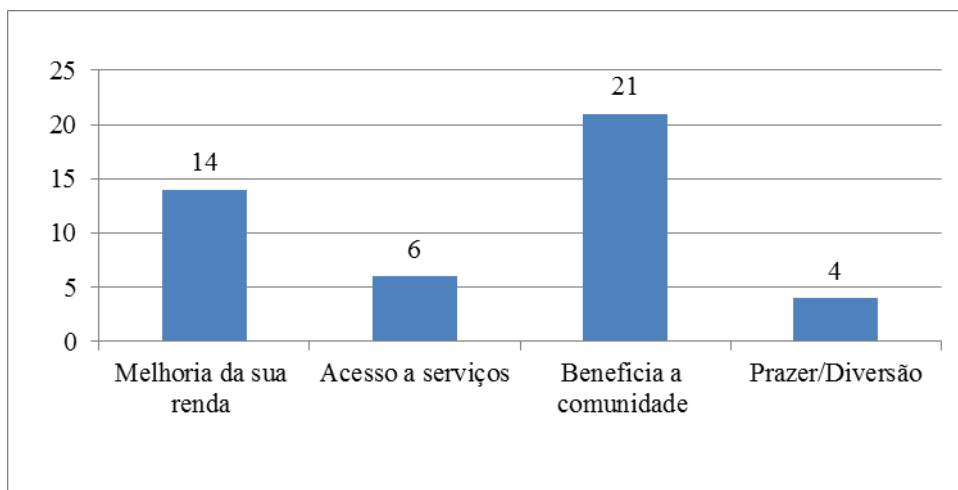


Gráfico 9: Benefícios elencados pelas Marisqueiras em participar de grupos e organizações

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Em uma das oficinas para apresentar parcerias e construir redes realizadas em 2013, também dedicadas a discutir sobre cooperativismo e associativismo, a qual contou com a presença da então coordenadora do PAA do município, à época diretora de associativismo, que revelou sua intenção junto ao grupo em realizar trocas de experiências, diálogo sobre associativismo e outras demandas com a prefeitura de Valença a mesma pediu que as Marisqueiras fechassem os olhos e pensassem em como gostariam que suas vidas estivessem dali a cinco anos.

Despontaram, nas falas das Marisqueiras presentes, o desejo de prosperar o trabalho coletivo em uma cooperativa gerida por elas, que lhes proporcionasse melhor condição de vida. Nesse devaneio momentâneo imaginaram-se:

Em uma cooperativa organizada com carro para vender os mariscos (MARIA INQUIETUDE, 2013).

No meu cantinho... na luta, carregando o carro de mariscos (MARIA ESPERANÇA, 2013).

Tendo uma estrutura. O carro vai mudar, mas se não estiver união o carro vai ficar velho (MARIA ARTICULADORA, 2013).

Destacam-se nas atuais falas das Marisqueiras, paralelamente às falas de anos anteriores a 2011 quando não se sentiam à vontade para se posicionar, o empoderamento e a articulação em torno das demandas por melhorias nas políticas públicas para o grupo e para a comunidade, ressaltando que gostariam de conversar com a prefeita de Valença. Deste

encontro, resultou a construção de um documento contendo reivindicações que ainda aguardam o atendimento por parte do poder local.

Dos resultados das oficinas nas quais se discutiu sobre associativismo e cooperativismo, constatou-se que há um nível de cooperativismo satisfatório naquele grupo de Marisqueiras e que especialmente nove delas sentem-se interessadas em participar de uma nova experiência coletiva de produção, apesar da malfadada experiência com a unidade de beneficiamento anterior. De forma incipiente, as nove Marisqueiras se juntaram para comprar produtos e trabalhar juntas vendendo e dividindo os lucros e insistem na possibilidade de formalizar um grupo de trabalho.

Resolvemos juntar o dinheiro, comprar os produtos que precisa para a gente fazer o que aprendemos. Isso a gente depois divide o lucro. A gente resolveu isso na oficina que aprendemos a fazer novos produtos de marisco, conversamos com o professor e resolvemos. Se a gente pudesse fazer uma associação só com quem a gente confia, a gente queria sim (MARIA ARTICULADORA, 2012).

Igualmente percebe-se a evolução em nível de empoderamento do grupo para o planejamento e a tomada de decisões no âmbito profissional. Este avanço evidenciou-se e é percebido a partir da maior autonomia do grupo, que se revela nas palavras de Maria Esperança (2014): “Agora toda vez que a gente marca reunião a gente se reúne antes, discute o que vamos conversar com vocês, vê o que a maioria quer [...]”.

Diversos métodos de trabalho advindos do saber tradicional compõem um conjunto de técnicas que facilitam a execução das tarefas diárias das Marisqueiras. Muitas compreendem soluções para problemas cotidianos e são inventadas pelo próprio grupo. Outras são tecnologias reaplicadas que são utilizadas secularmente por grupos de mariscagem e que são transferidas de geração a geração e entre as comunidades de pesca artesanal. Algumas ainda se perdem no tempo por falta de compartilhamento. Normalmente representam alternativa a alguma tecnologia existente, mas inacessível para aquele grupo.

Santos (2008b) considera que os grupos pertencentes ao circuito inferior da economia poderiam definir-se de acordo com a formulação de Lavoisier na qual nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. Seguindo essa lógica, as Marias Marisqueiras admitem que utilizam instrumentos adaptados ou reaproveitados que inventam ou que já foram inventados por outros grupos de mariscagem e que representam tecnologias sociais reaplicadas.

Citam como exemplo as armadilhas construídas com latas de óleo para apreender guaiamus, o bicheiro, e as gaiolas para apreensão de crustáceos, confeccionadas por elas a partir de cipó ou palha de dendê. Na oficina sobre tecnologia social, solicitadas em listar instrumentos que considerassem como tal, manifestaram-se:

Esse negócio de tecnologia social pode ser então aquele banquinho de pet que a gente fez e que serve no lugar da cadeira que a gente pediu no kit (MARIA ENERGIA, 2014).

Então se é assim, a rodilha é essa tecnologia que vocês tão falando. A rodilha é antiga, mas tem uma serventia demais. Se não fosse ela, como ia carregar a lata na cabeça? (MARIA ESPERANÇA, 2014).

Quando a gente entra no mangue umas passam óleo de motor queimado, mas outras levam uma mistura para queimar, outras se cobre de lama para espantar mosquito, é invenção (MARIA CORAGEM, 2014).

A gente aqui não compra muito material de pesca não. É tudo arranjado com o que acha aqui. O anzol para pegar guaiamu no mangue é dos galhos de mangue, os pescador usa tinta do mangue vermelho pra selar canoa e barco, os balde pra carregar siri é de lata com um arame ou fio pra segurar (MARIA BALUARTE, 2014).

Revelam ainda que durante as oficinas de tecnologia do pescado desenvolveram um enchedor de linguiça de pet, que consiste em uma garrafa pet com o fundo aberto na qual se introduz a massa da linguiça de peixe. Este funciona tanto acoplado à máquina moedora, ou manualmente. Neste caso, adapta-se o bico da garrafa na tripa e empurra-se a massa com um objeto ou com a própria mão enluvada. “Como a gente não tem máquina de encher, faz assim e fica do mesmo jeito” (MARIA PRUDENTE, 2012).

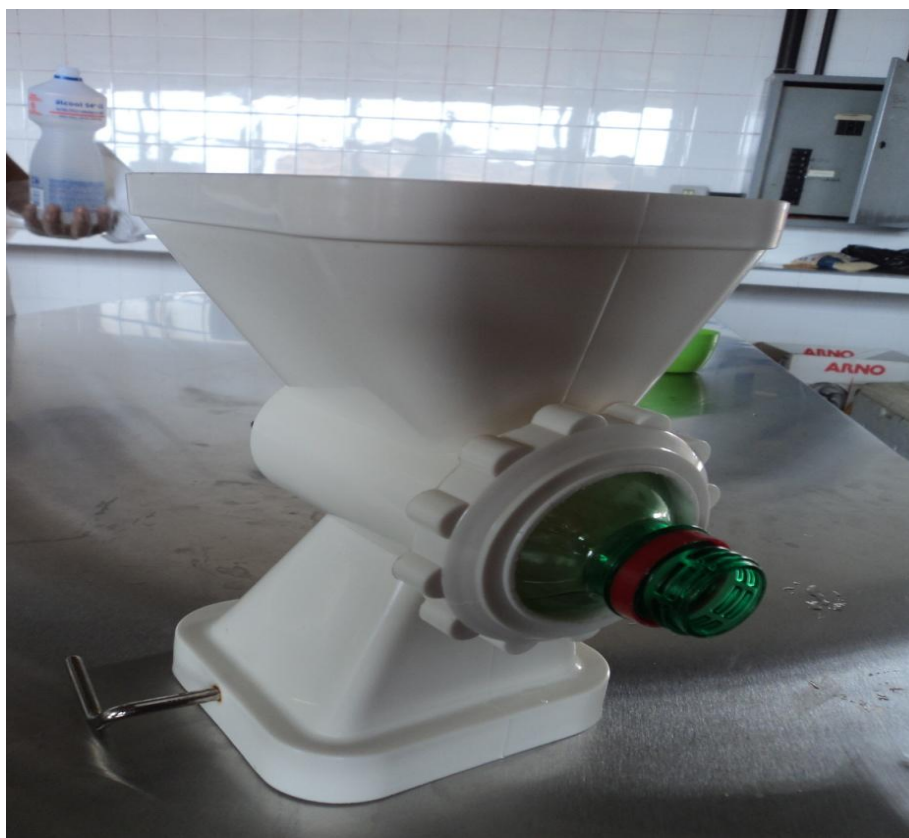


Figura 42: Enchedor de embutidos inventado pelo grupo Maria Marisqueira.
Fonte: Arquivo próprio (2014)

A desativação do defumador instalado no IFBA, e utilizado pelo grupo para produzir tilápias, foi discutido em roda de conversa. A solução encontrada para substituir o defumador construído de bloco e cimento foi construir um defumador feito com toneis de latão que são descartados pela Companhia Valença Industrial (CVI). Assim, procedeu-se à solicitação dos toneis para que se produza o defumador. Enquanto o grupo aguarda a efetivação da doação, conseguiu-se um tonel e, diante da solicitação das Marisqueiras, a pesquisadora e um dos monitores voluntários desenharam e construíram um defumador para teste, que funcionou de maneira satisfatória.



Figura 43: Defumador de latão- Valença (Ba).

Fonte: Arquivo próprio (2014)

As invenções para viabilizar e facilitar o trabalho são soluções engendradas pelas Marisqueiras para enfrentar os empecilhos e adversidades diários que ainda revelam-se nos métodos com que apreendem os mariscos e moluscos, em como separam as carnes dos pescados para beneficiamento na selagem de embalagem dos produtos com velas, em

substituição à seladora, na adaptação de fogareiros feitos de lata para o cozimento dos mariscos.

Tais tecnologias ainda revelam-se nas formas como utilizam remédios caseiros a exemplo das plantas conhecidas como aroeira, anador, maria preta, benzetacil e no recente uso do barbatimão, este último descoberto nas conversas durante os encontros de pesquisa, para sanar as dores oriundas da lide e fechar ferimentos decorrentes de cortes e inflamações.

As soluções encontradas pelas Marias Marisqueiras, originadas do aproveitamento de resíduos ou de recursos da natureza, representam alternativas às tecnologias existentes as quais, na maioria das vezes, são inacessíveis ao grupo. Assim, a cada dia, as Marisqueiras promovem tecnologias sociais que as permitem sobreviver no turbilhão de suas demandas e avançar em suas práticas produtivas.

Na finalização da escrita deste trabalho, em abril do ano de 2015, o grupo Maria Marisqueira foi convidado para partir da Primeira Feira de Economia Solidária promovida pelo Centro de Referência da Mulher (CRAM), órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Valença. No referido evento as Marisqueiras tiveram a oportunidade de vender seu produto sem necessitar do atravessador o que, para elas, representou uma evolução.

Também interagiram com outros grupos produtivos da região composto por mulheres e assim participaram não somente de outra configuração de comercialização, como puderam expor para o público, para a imprensa e para os órgãos do governo local seus anseios em relação ao ofício da mariscagem. A demanda mais pontuada pelas Marisqueiras foi que esse tipo de evento ocorra pelo menos uma vez no mês, especialmente na última sexta-feira para que possam expor seus produtos e participarem de uma negociação na qual lucram muito mais.



Figura 44: Feira de Economia Solidária em Valença (BA)
Fonte: arquivo próprio (2015).

Os resultados da participação das Marisqueiras na Feira de Economia Solidária foram proveitosos e culminaram em um convite da Secretaria de Promoção Social do município de Valença para uma reunião cuja proposta seria apoiar dez grupos de mulheres que desenvolvem atividades produtivas no município e que participaram da feira, a fim de potencializá-los para as suas respectivas atividades. Assim, no dia 23 de abril, aconteceu a referida reunião, com a presença de três Marisqueiras escolhidas pelo grupo como representantes.

A Coordenadora do PAA em Valença expôs que o critério de escolha dos grupos foi em função da sua capacidade produtiva e da participação em eventos promovidos no município e que as Marias Marisqueiras se tornaram visíveis diante da atuação que vem demonstrando. Salientou que a reunião referia-se a uma proposta para construção de um programa ou projeto que possa orientar para uma política pública composta pelo Centro de Inclusão Produtiva (CEIP) que é vinculado à Secretaria de Promoção Social do município de Valença.

A referida proposta tem como princípios o acompanhamento dos grupos produtivos para fortalecê-los, o associativismo; a inclusão dos grupos nos programas de segurança alimentar, aquisição de alimentos, a economia solidária e a intermediação da comercialização. Dessa forma foi solicitado a cada grupo que contasse sobre sua situação atual.

As Marisqueiras falaram das demandas, inclusive da urgente necessidade em conseguir espaços para a comercialização, dentre outras solicitações. Igualmente sugeriram ações e se colocaram disponíveis em participar da construção da proposta. Solicitou-se que os

grupos registrassem por escrito suas forças, fraquezas e oportunidades e, a partir dessas constatações, juntamente com as parcerias iniciarão as ações. Imediatamente já se oportunizou a oferta de cursos e oficinas para os grupos interessados.

Como desdobramento deste evento, as Marisqueiras solicitaram um encontro com a equipe multidisciplinar e neste encontro elas salientaram que estavam muito satisfeitas em participar da reunião com a prefeitura e que dessa vez “sentiram firmeza na proposta” (MARIA ARTICULADORA, 2015).

Igualmente, revelaram que depois do evento conversaram com o grupo e resolveram ir à busca de outros mercados a exemplo dos municípios de Tancredo Neves e Santo Antônio de Jesus que são vizinhos de Valença e nos quais os frutos do mar são muito apreciados. Por não fazerem parte do litoral, esses municípios, dentre outros mapeados pelas Marisqueiras, possuem um potencial grande para comercialização de frutos do mar.

A intenção das Marisqueiras é a de organizarem-se em grupos a fim de revezarem-se na participação das feiras. Combinaram também em pagarem uma condução para irem aos municípios participar das feiras livres que ocorrem as quartas e sábado. A equipe multidisciplinar incumbiu-se de buscar outros mercados como restaurantes e encomendas maiores nos municípios mapeados.

Dentro deste planejamento e do limite da infraestrutura do grupo Maria Marisqueira, uma das monitoras componente da equipe multidisciplinar fez contato com uma proprietária de restaurante e com um grupo de mulheres do município de Santo Antônio de Jesus que, diante das qualidades do marisco e das boas práticas divulgadas pela monitora, encomendaram treze quilos que já foram entregues, pagos e fecharam encomendas semanais de 13 a 20 quilos de pescado.

Existem outras negociações em fase de andamento com donos de restaurantes do município de Tancredo Neves, o que representa o resultado do esforço contínuo das Marisqueiras em torno de um objetivo comum e das estratégias utilizadas para o alcance desses objetivos.

Diante dos resultados obtidos em campo e, expostos neste capítulo, foi possível elaborar um mapa da atividade de mariscagem referente ao grupo investigado, que expõe o processo de trabalho das Marias Marisqueiras, elaborado coletivamente, e a consequente sugestão de ressenho da atividade, que se encontra ainda inacabada e aponta para estudos futuros sugeridos na conclusão deste escrito e exibido no apêndice F.

A Figura 45 expõe a síntese das principais estratégias para a práxis produtiva do grupo Maria Marisqueira.

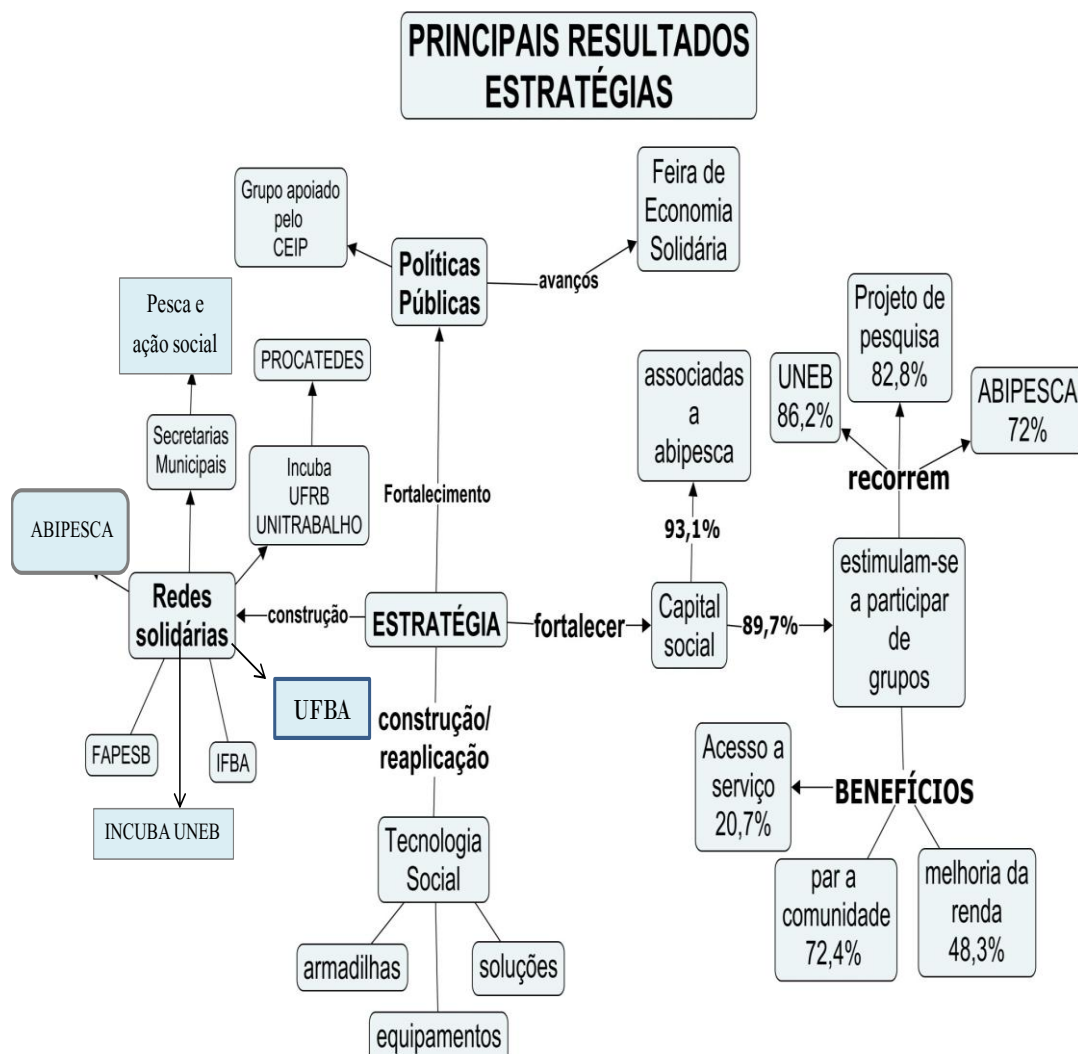


Figura 45: Estratégias para a práxis produtiva do grupo Maria Marisqueira
Fonte: Elaborado pela autora (2014).

CONCLUSÃO

Nesta seção apresentam-se as principais conclusões obtidas neste estudo que se orientaram pela problemática sugerida e pelos objetivos propostos na introdução. Levantam-se, ainda, sugestões que ampliem a temática em questão e possam contribuir para a melhoria contínua da atividade da mariscagem.

Retomando-se a pergunta geral deste trabalho de pesquisa, a saber, como o grupo de Marisqueiras de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas, compreende-se que a resposta a este questionamento sustentou-se, na compreensão da dimensão complexa dos sujeitos envolvidos e da atividade investigada, que conduziram a investigação a assumir aspectos variados para a elucidação do problema proposto, bem como no diálogo mantido entre o referencial teórico pertinente a este trabalho e deste com a realidade do grupo de Marisqueiras e com as inferências percebidas no campo empírico, oriundas da experiência vivenciada com o grupo.

Assim, ao perseguir o alcance do objetivo geral desta pesquisa, o de investigar como o grupo de Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (Valença) articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas, descortinaram-se aspectos e domínios que levaram à resposta da problemática inicial, ultrapassando-a, e fazendo surgir outros questionamentos, outras respostas e outras perspectivas ainda não aventadas.

De pronto, ao caracterizar-se o grupo de Marisqueiras participante da pesquisa nos aspectos socioeconômicos, conforme proposto no primeiro objetivo específico, inferiu-se que estas desenvolvem uma atividade tradicional e, por meio desta, produzem um estilo de vida *sui generis*, que exhibe em seu cerne aspectos como a constituição prioritariamente familiar na organização social e econômica, a presença das relações de solidariedade e de reciprocidade e um cabedal de saberes baseados na experiência que remontam às suas origens campesinas.

Igualmente, compreende-se que, embora participem de uma atividade tradicional, estão inseridas em um ambiente urbano, sujeitas aos apelos e aos elementos da modernidade e, sendo assim, demonstram a necessidade de se articularem e conviverem com tais aspectos, assim como de empreender estratégias que as façam se estabelecer na sociedade. Por tratar-se de um grupo subalternizado ao longo dos anos, as Marisqueiras ainda travam lutas cotidianas para ter sua visibilidade e seus direitos garantidos. Na caracterização do grupo os dados exibem, por exemplo, a evolução da comunidade onde residem, desde sua constituição, em termos de infraestrutura.

Mas, apesar dos esforços empreendidos pelos últimos governos populares em reduzir o fosso de desigualdade social, o grupo de Marisqueiras ainda sofre o *déficit* histórico a que foram submetidos os pequenos grupos que se encontram em situação de informalidade e de invisibilidade social, produzidas pelo pensamento hegemônico. Assim, os serviços de infraestrutura básica a despeito de água, luz e rede de esgoto, ainda são insuficientes, e não abrangem toda a comunidade o que demonstra ainda a carência na localidade de outras estruturas a exemplo de postos de saúde e creches. Igualmente, o grupo de Marisqueiras ainda submete-se aos problemas típicos da modernidade e, especialmente por se localizarem na periferia de um centro urbano, convive com a violência, o que lhes dificulta, inclusive, o acesso ao local onde realizam suas atividades, o manguezal o qual lhes fornece trabalho e renda.

Somem-se a tais aspectos o baixo índice de escolaridade exibido pelo grupo, conforme demonstrado na análise de dados, fato que aprofunda as dificuldades e tolhe o empoderamento das Marisqueiras no sentido de assumirem o protagonismo de suas vidas, especialmente no enfrentamento por seus direitos e na melhoria de suas práticas produtivas, o que as submete à dependência do assistencialismo e à incompreensão sobre suas próprias fortalezas e oportunidades, localizando-as, dessa maneira, no circuito inferior da economia.

Neste panorama, emergiu, como segundo objetivo específico, a importância de diagnosticar saberes do grupo e verificar como o grupo articula e compartilha saberes para as práticas produtivas, pois deste conhecimento originaram-se planejamentos e ações que conduziram à compreensão sobre a articulação e o compartilhamento das práticas produtivas das Marisqueiras e sobre a construção de melhorias de forma coletiva.

Nesta senda, entendeu-se que os saberes das Marisqueiras foram adquiridos tradicionalmente, passados de geração para geração e confirmados na prática cotidiana no trato com a natureza, demonstrando seu caráter coletivo e colaborativo. Apontam-se, como fatores relevantes na composição desses saberes, os aspectos oriundos da formação campesina, dos relacionados com o gênero e aqueles que surgiram da sua relação com o território. Tais aspectos dão a tônica dos saberes exibidos pelas Marisqueiras, materializando-se em sua experiência prática, agregando valor a esta, revelando-as como artífices.

Deste modo, a articulação e o compartilhamento dos saberes das Marias Marisqueiras sobre o mundo natural, sobre as relações sociais e sobre as práticas produtivas, as orienta em suas relações socioeconômicas cotidianas, reafirmando a existência de um saber que sustenta uma comunidade e que, quando visibilizado e compartilhado, efetivamente promove transformação pessoal e social.

Contudo, apesar de possuírem saberes diversos, genuínos e que lhes conferem singularidade, as Marisqueiras não os reconheciam de imediato, e quando o faziam não sabiam como lidar tampouco como articular esses saberes para sua melhoria e o aprimoramento de sua atividade. Pode-se afirmar que o saber ainda não possuía a característica de práxis, pois apesar de baseados em uma experiência social rica, ainda não havia deflagrado o processo reflexivo. Infere-se que as Marias Marisqueiras foram submetidas à razão presente no pensamento hegemônico que negou sua cultura e, por tal motivo, sentiam-se exiladas da sociedade e não conseguiam enxergar na sua própria experiência como detentoras de um saber passível de produzir transformações.

Compreendeu-se que o processo de tradução de saberes, discutida na sociologia das ausências e emergências, conduziu à ampliação da problemática, dos conceitos e das posturas deste estudo. Constatou-se que o conceito inicial de prática produtiva ampliou-se não só para aquela limitada ao que se faz de forma repetida e cotidiana, mas a prática que conduziu à práxis: interação, reflexão e transformação promovidas através da relação de três atores: a natureza, as Marisqueiras e a equipe multidisciplinar. Através do processo de tradução foi possível identificar os saberes pertinentes ao grupo, assim como as possibilidades de articulação e de compartilhamento dos mesmos.

Todavia, as características exibidas pela ciência contemporânea, herdadas da modernidade, ainda promovem tensão com o saber popular, subalternizando-o e desconhecendo-o, criando, dessa maneira, fronteiras que dificultam o processo de tradução entre os saberes, expropriando os diversos grupos sociais, a exemplo das Marias Marisqueiras de usufruir de seu patrimônio cultural em favor de seu próprio desenvolvimento. Assim, a compreensão da complexidade e a forma de conduzir a pesquisa no sentido de romper com a distância estabelecida entre saberes tornou-se um campo conflituoso que somente foi transposto com a mediação da transdisciplinaridade.

No caso desse estudo, o processo de tradução, mediado pela transdisciplinaridade, conduziu à troca de saberes, à produção dos laços de confiança mútua, de aproximação, de reflexão e da busca para a solução de problemas a partir de um caleidoscópio disciplinar. A composição de uma equipe multidisciplinar, na qual diversos saberes dialogaram entre si e com os saberes das Marisqueiras, tornou-se especial para romper a disjunção danosa entre os saberes acadêmicos, os populares e os técnicos. Cabe salientar que o papel da universidade pública deve ser aquele de promover o processo de tradução, reconhecendo os outros saberes e sua riqueza e disponibilizando-se igualmente em aprender e fazer coletivamente. O reconhecimento dos Saberes das Marias Marisqueiras e o religamento destes com os saberes

acadêmicos e técnicos da equipe multidisciplinar foram conclusivos para impactar todos os atores. Deste modo, reafirma-se aqui o papel das universidades, especialmente aquelas de caráter público, em (re) unir ciência e saber popular e dissipar as dicotomias presentes na proposta científica através da transdisciplinaridade.

Outrossim, pontua-se que o processo de tradução não se deu de uma forma linear, tampouco isento de conflitos. O cenário de complexidade que se apresenta na mariscagem e sua própria configuração, não comporta regularidade nas ações. O processo dos encontros, oficinas e rodas de conversa revelou-se, muitas vezes, caótico, pois muitas vezes desconstruiu-se o que já se havia planejado e recomeçava-se novamente do marco zero. Compreendeu-se, portanto, que o trabalho com grupos humanos envolve as situações de incerteza e, notadamente, o conflito é elemento presente. Também garante a reflexão sobre ideias e posições para que surjam as soluções para os problemas.

Na articulação e no compartilhamento de saberes e, especialmente no processo de tradução, torna-se imprescindível a figura da liderança que surge espontaneamente no grupo. As líderes naturais surgiram no âmbito do grupo Maria Marisqueiras motivando, articulando e incentivando grupo e equipe multidisciplinar na condução da pesquisa, assumindo a construção de pontes.

Entende-se que no grupo de Marisqueiras os saberes são prioritariamente compartilhados com os familiares, os amigos e os vizinhos e quem elas reconhecem como comunidade, em um processo que envolve reciprocidade e solidariedade. Contudo, ao longo da pesquisa, as Marisqueiras revelaram disponibilidade em compartilhar saberes e práticas com outros grupos de Mariscagem, a exemplo dos encontros com a comunidade de Maricoabo em Valença, com a equipe multidisciplinar e, atualmente, sentem-se motivadas e dispostas em ampliar esse compartilhamento com grupos que não fazem parte de seu cotidiano, a exemplo do que aconteceu no encontro do 1º Festival Gastronômico, quando trocaram saberes com *chefs* de cozinha, e da possibilidade em multiplicarem o saber com os alunos do curso PRONATEC.

Ao se disponibilizarem em compartilhar saberes com uma diversidade de sujeitos, as Marias Marisqueiras ampliaram e resignificaram seu modelo mental e suas práticas, inovaram e promoveram a articulação de saberes, tornando-se visíveis. Depreende-se, portanto, que o saber confere ao sujeito a condição de ser e estar no mundo, de construir e ser construído em um movimento dialético. Apesar das Marias Marisqueiras, estes resultados podem ser observados quanto a sua maior autoestima, autonomia e empoderamento revelados nas falas e posturas nas relações sociais. Igualmente, os resultados da articulação e compartilhamento de

saberes revelaram-se nas melhorias das práticas produtivas, na melhor qualidade do pescado, no domínio de novas técnicas, na criatividade resultante em tecnologias sociais, na participação em eventos públicos solidários, na conquista de novos mercados e possibilidades de negócios que promoveram visibilidade ao grupo.

Na busca pela articulação e compartilhamento de saberes das Marisqueiras, e diante das peculiaridades dos saberes diagnosticados, perseguiu-se o terceiro objetivo específico deste estudo, a saber: construir coletivamente estratégias de articulação e compartilhamento de saberes orientadas para melhoria de práticas produtivas. Sendo assim, diante da diversidade de saberes do grupo e da ausência de articulação dos mesmos com outros grupos, além das dificuldades encontradas em avançar nos processos de articulação e compartilhamento desses saberes, compreendeu-se a necessidade em agregar outros atores para promover o diálogo entre experiências diversas e sustentar a promoção de ações necessárias.

Desse modo, a tecitura de uma rede solidária revelou-se como fortalecedora de laços e promotora de ações que não estavam ao alcance do grupo isolado. O trabalho em rede incentivou o fomento do capital social e sua solidificação, exibido a partir do revigoreamento dos laços de união e confiança notadamente em instituições de apoio à mariscagem a exemplo das universidades públicas envolvidas, materializadas através de projetos, e da Associação de pesca, que aparecem na pesquisa como entidades confiáveis para as Marisqueiras. O processo de construção de estratégias para o enfrentamento de problemas revelou-se dinâmico e transformador, pois ao mesmo tempo em que o grupo identificava as estratégias prioritárias e as construía, também a própria construção destas já produzia modificações nos hábitos, nas crenças, nas ações do grupo. Igualmente, pode-se afirmar que as estratégias interagiram entre si, produzindo-se mutuamente.

As Marisqueiras reconheceram, nesse processo, que não se empreende uma mudança de forma isolada devido ao caráter complexo dos acontecimentos e situações. Dessa maneira, ao identificar a formação de redes, o fortalecimento do capital social, o fomento de tecnologias sociais, a construção da economia solidária e a elaboração de políticas públicas para a mariscagem como estratégias orientadas para a articulação e compartilhamento de saberes para melhoria de práticas produtivas, criou-se uma malha indissociável entre as estratégias que culminaram em ações orientadas para o grupo de Marisqueiras e para cada aspecto estratégico observado, cada um emergindo como resultado do diálogo e da interação com os demais.

Para exemplificar, pode-se afirmar que o fortalecimento do capital social foi consequência da formação de redes; a atuação conjunta das entidades envolvidas na rede fez surgir os elementos de confiança, união e participação que desencadeou uma ação coletiva na busca por melhorias nas práticas produtivas das Marisqueiras. Contudo, o fortalecimento do capital social fez com que as Marisqueiras identificassem outras entidades que poderiam fazer parte da rede, assim como excluir outras que não representavam segurança para elas, fortalecendo ainda mais a formação.

Com a construção do capital social foi possível fortalecer a união e a criatividade e por em movimento os saberes tácitos em torno de um objetivo comum. Pode-se afirmar que o exercício de produzir tecnologia social também fortalece os laços de união e de confiança do grupo e entre grupos que possuem similaridades, quando as tecnologias são reaplicadas. As ações de economia solidária, como as possibilidades de firmar uma associação foram aos poucos nascendo nesses momentos de construções e descobertas. Assim, o grupo que tem a expectativa de reunir-se para formar uma associação de negócio, já o fez de forma incipiente adquirindo produtos juntos, repartindo lucros, participando de feiras solidárias de forma coletiva.

A política pública representa uma estratégia fundamental na ação social. Sem ela os esforços não se consolidam, visto que os atores envolvidos na rede não possuem a função, que é do âmbito governamental, de construí-las. Entretanto, tais atores podem e devem estar envolvidos na construção das políticas públicas para que representem e satisfaçam as reais demandas dos grupos sociais. A política pública, portanto, pode representar tanto o fortalecimento do capital social, quanto, quando elaborada de forma avessa aos anseios sociais, sua desintegração, conforme revelado nas falas das Marisqueiras sobre a experiência fracassada da implantação de uma unidade de beneficiamento na comunidade de Mangue Seco.

Conforme o terceiro objetivo proposto nesta pesquisa, que se refere a examinar se as estratégias adotadas para a articulação e o compartilhamento de saberes possibilitaram a melhoria das práticas produtivas e a visibilidade do grupo, conclui-se, a partir dos dados e inferências obtidos em campo e através dos sujeitos envolvidos, que as estratégias citadas foram fundamentais para a obtenção da visibilidade social do grupo, da desenvoltura das Marisqueiras em suas práticas produtivas, assim como em suas relações sociais, garantindo sua participação na sociedade a partir da articulação e compartilhamento de seus saberes.

A partir dessas construções e da articulação e compartilhamento de saberes, as Marias Marisqueiras passaram à visibilidade social, conforme revelam suas falas, as falas das

lideranças de pesca local e as inferências desta pesquisadora. Apesar de ainda carentes de políticas públicas, esboçou-se, a partir dessa visibilidade, um cenário promissor para o grupo no qual o governo local desponta demonstrando certa sensibilidade, traduzida em ações compartilhadas, para o grupo Maria Marisqueira a exemplo do apoio e fortalecimento da economia solidária, da oferta de capacitação para o grupo e de progressos na inclusão deste nos programas de segurança alimentar local.

Igualmente, refletindo sobre as dificuldades e entraves encontrados nas negociações locais e as possibilidades de ampliação dos seus produtos, as Marisqueiras desenvolveram novas técnicas e novos produtos, e foram em busca de novos mercados nas cidades circunvizinhas à Valença. Entretanto, cabe apontar que, apesar das melhorias nas práticas produtivas obtidas pelas Marisqueiras e, em consequência, uma melhoria na visibilidade social e econômica, considera-se que as práticas capitalistas enraizadas na sociedade tolhem a evolução de pequenos grupos, tornando-os vulneráveis, especialmente aqueles cuja questão econômica é fundamental para a sobrevivência e reprodução.

Assim, apontam-se neste espaço, os pontos de estrangulamentos ainda presentes no cotidiano da mariscagem que representam vulnerabilidade para a profissão, a exemplo da ausência de infraestrutura para o beneficiamento e a comercialização de pescados que produz a dependência da figura do atravessador, fazendo com que o lucro com a negociação dos produtos seja ínfimo e, muitas vezes, inexistente; a debilidade na oferta de crédito para investimento em capital de giro que, embora seja ofertado por bancos públicos de fomento, ainda carecem de uma adaptação à realidade das Marisqueiras no tocante à exigência de documentação, a desburocratização no acesso ao crédito, à educação financeira para o uso do crédito e, sobretudo, à aproximação e parceria dessas entidades com a realidade das Marisqueiras, para que as mesmas estabeleçam laços de confiança e possam sentir segurança para manter transações com tais instituições.

Similarmente, aponta-se para ausência no acompanhamento para qualificação, para a produção do tecido associativo e para a educação financeira das Marisqueiras. Outro fator dificultador ocorre na aquisição de matéria-prima, pois embora a natureza presente no município as produza em abundância, as Marisqueiras encontram-se, na atualidade, impedidas de colhê-las no manguezal, devido ao processo crescente de violência urbana, além da dificuldade em adquiri-las através da compra nos portos, devido ao custo da aquisição de siris e outros mariscos intermediados pelos pataqueiros. Observa-se que, embora as políticas públicas para a mariscagem tenham evoluído a partir dos anos 2000, incluindo a mulher

marisqueira na qualidade de pescadora, ainda há uma distância grande a ser percorrida no que diz respeito à promoção das melhorias e do fortalecimento da categoria.

Percebem-se lacunas e fragilidades que relativas à aquisição de direitos a exemplo da aposentadoria, do seguro maternidade, da participação mais ativa das Marias Marisqueiras na construção das políticas públicas e no reconhecimento da sua profissão. É também no âmbito de tais políticas que se encontrarão as respostas para a promoção das estruturas materiais e humanas necessárias para a melhoria das práticas produtivas, do fomento às tecnologias sociais, da articulação imprescindível dos órgãos de pesca nos três níveis de governo, assim como destes entre si em nível local e com as universidades e centros de ensino.

Ao afirmar que as estratégias construídas neste trabalho quias sejam: o fortalecimento do capital, a construção de redes solidárias e o fomento de tecnologias sociais e a economia solidária apresentaram-se exitosas para o grupo, salienta-se também que estas devem ser sistematizadas e acompanhadas até que o grupo consiga efetivamente a sua autonomia. Assim, torna-se imprescindível o pensar e agir contínuo sobre possibilidades que emancipem os diversos grupos sociais, em especial aqueles empenhados no ofício da mariscagem. Notadamente as Marias Marisqueiras precisam manter a motivação focada na transformação, para que possam servir de exemplo de mudança coletiva e conquistas sociais que possam se ampliar para outros grupos semelhantes, a fim de contemplarem-se as demandas por melhorias produtivas e de vida das comunidades e grupos.

Em nível conclusivo, infere-se a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, que as Marias Marisqueiras articulam e compartilham saberes para a melhoria de práticas produtivas em um processo de dialogicidade, na qual mulher e natureza configuram-se em uma unidade gerando, a partir dessa relação, inovações, tecnologias sociais e estratégias de enfrentamento ao pensamento hegemônico instituído. Nesta dinâmica, o saber articulado e compartilhado adquiriu status de práxis, pois se colocou em movimento produzindo reflexão e transformação que se deu a partir do trabalho, das subjetividades e da interação do grupo com outros saberes.

Para além da problemática proposta, compreende-se que para que a mediação ocorra é preciso e possível por em movimento e diálogo os saberes diversos e interagir saber científico, técnico e popular mediados pelo processo de tradução. Na experiência das Marias Marisqueiras reconhecem-se as mudanças ocorridas no grupo, embora se aponte que, mesmo dentro do grupo Maria Marisqueira, as mudanças não foram homogêneas.

Conforme revelado no capítulo empírico, nove mulheres estão prontas para assumir outro patamar produtivo, a exemplo de empreender uma associação para negócios. Nestas mulheres observou-se a vontade de transformarem sua realidade para além das condições

materiais quando apontam em suas falas que não querem apenas dinheiro. Apontam, neste sentido, que querem construir valores para que seus filhos se orgulhem delas e da profissão que elas tem. Valores estes que as tornem visíveis na sociedade na qual vivem a exemplo do reconhecimento de seus saberes. A articulação e o compartilhamento de saberes destas Marisqueiras permitiu sua inserção no Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), ⁴⁵em 2015. Assistidas pela UNITRABALHO e pela Incubadora da Universidade Federal do Recôncavo, poderão fortalecer seus saberes para o associativismo, para o cooperativismo e para a melhoria contínua de suas práticas produtivas.

As demais, vinte Marisqueiras, demonstraram que queriam uma transformação econômica, mas não evoluíram no entendimento das causas e consequências dessa necessidade. Observou-se que estas dominam novas técnicas de produção e boas práticas, promovem o compartilhamento de saberes, demonstram criatividade na construção de tecnologias sociais, mas ainda necessitam evoluir no aspecto de capital social, notadamente no que diz respeito ao associativismo e a autogestão e perseverar nas práticas e técnicas desenvolvidas nesta pesquisa para, enfim, associarem-se.

Revela-se que neste processo dialético, a transformação é contínua e alcança todos os atores envolvidos. Neste sentido, afirma-se que Marisqueiras, pesquisadora e equipe, no movimento de seus saberes, recriaram-se. O relato desta pesquisadora, no tocante a sua experiência pessoal nesta pesquisa, revela que foram imensuráveis suas conquistas humanas, comportamentais, emocionais e intelectuais. Acrescente-se o valor inestimável quando a experiência social pesquisada revelou, pela ação, pelo diálogo e pelo discurso de seus atores, teorias incorporadas à crença da pesquisadora, acrescentando a estas teorias e à própria concepção da pesquisadora, outros valores, em um processo dialético. Envolvida inteiramente nesse contexto, a pesquisadora se robusteceu para o enfrentamento de novos desafios, ampliou seus horizontes para a busca e o entendimento de realidades e conceitos diversos, reinventou-se para a troca de saberes e práticas na diversidade cultural existente e mantém-se na perseverança, porque sabe que a transmutação social é possível.

Este estudo enveredou para a compreensão de que é urgente e imprescindível o reconhecimento e a articulação dos saberes das Marias Marisqueiras, além de fomentar seu compartilhamento, mas, sobretudo, urge que os saberes e experiências diversas, inclusive

⁴⁵ Projeto implementado pelo Governo Federal tem com a finalidade de fortalecer os processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários. Informação disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7357.htm.

aquelas das dimensões econômica, social e política, se apresentem e se disponibilizem desnudando-se das hierarquias no sentido de promover uma comunhão de ideias e ações que se transformem em soluções que possam minimizar as dificuldades presentes na mariscagem.

Na última roda de conversa realizada na casa da Marisqueira Maria Esperança, juntaram-se ao grupo Maria Marisqueira e à equipe multidisciplinar, atraídos pelas discussões travadas naquele ambiente, pescadores e pataqueiros, antigos na profissão, que também fizeram parte do debate sobre a implementação de ações orientadas à melhoria das práticas produtivas das marisqueiras que possam alargar as oportunidades dos grupos envolvidos nessa atividade. O referido debate sustentou as sugestões exaradas na sequência:

- Fortalecer e acompanhar do grupo Maria Marisqueira para o fortalecimento do associativismo e da autogestão;
- Sistematização de características e saberes de comunidades envolvidas com mariscagem, pois os dados constantes nos órgãos de pesca estaduais e municipais são insuficientes e/ou defasados para que se conheça a realidade da atividade no município de Valença e o desconhecimento sobre os saberes de tais grupos faz com que se percam e se desvalorizem;
- Modelagem da atividade da mariscagem, orientado, inicialmente, para o grupo participante desta pesquisa, a partir do desenho e redesenho do processo, da identificação dos fatores críticos de sucesso e da construção de indicadores para a atividade como possibilidade de estudos futuros desta pesquisadora.
- Qualificação contínua em boas práticas de fabricação para as marisqueiras, promovidos pela Colônia de Pesca, pela Associação e pelos órgãos de pesca municipais conjuntamente, com a participação das marisqueiras na escolha dos cursos;
- Capacitação em associativismo e a autogestão para que se emprenda associações ou cooperativas orientadas para a melhoria da comercialização de pescados;
- Criação de entreposto solidário de comercialização e unidade de beneficiamento que ampliem as vendas, que também funcionem como distribuidor, via política pública permanente, que se configure como política de Estado e não de governo;

- Melhoria e padronização dos produtos no tocante a embalagem, caracterização, logotipo para que os consumidores saibam sua procedência e os produtores sintam-se valorizados em comercializar aquele produto;
- Inserção das marisqueiras no banco solidário de microcrédito, com acompanhamento contábil e financeiro, à marisqueira, especialmente àquelas já capacitadas para o associativismo, para fomentarem seus negócios;
- Participação de discentes das universidades e institutos públicos de ensino, em forma de estágio ou monitoria, nas associações e nos grupos comunitários, assim no acompanhamento em projetos solidários
- Abertura da Colônia de Pesca Z15 para os grupos de mariscagem produzirem, assim como fomento de parcerias diversas que possam formar redes solidárias para melhoria da mariscagem;
- Elevação da escolaridade a partir de programas que respeitam os saberes e a temporalidade dos grupos de mariscagem;
- Implantação de programas educacionais e de esportes e lazer na comunidade de Mangue Seco para as crianças e jovens filhos de marisqueiras;
- Recondução das Marisqueiras aos manguezais, especialmente na comunidade de Mangue Seco, com a redução da violência no local.

Enfim, cabe salientar que esta investigação não possui um sentido conclusivo. Espera-se que seja uma semente para outros estudos que possam preencher suas lacunas e limitações e que, sobretudo, possam efetivamente contribuir para um novo olhar sobre a mariscagem; uma perspectiva que contemple a difusão dos saberes e experiências de conhecimento vivenciadas e reelaboradas pelos diversos sujeitos na criação de um conhecimento coletivo que conduza à democratização das conquistas e benefícios desse mesmo conhecimento de forma mais abrangente, e não apenas para um só grupo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE, Kaio César Damasceno; FISCHER, Izaura Rufino. **A mulher na pesca artesanal**: discutindo gênero, divisão sexual do trabalho e conservação ambiental nos ambientes estuarinos do litoral norte pernambucano. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/4688.htm>>. Acesso em: 12 de Nov. de 2014.

ANDRADE, Fabiana de Santana. **As mulheres Marisqueiras em Ilhéus-BA**: mudanças e permanências nos modos de vida e de trabalho. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/fabiana_santana.pdf> . Acesso em: 03 Jul 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e emprego. Economia solidária. S.d. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em 12 de ago. de 2014.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA AQUÍCOLA - ATEPA. **O Baixo Sul Baiano**. Disponível em: < <http://projetoatapa.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14 de Mai. de 2014.

_____. **O território pesqueiro do baixo sul**. Disponível em: < <http://projetoatapa.blogspot.com.br/p/o-territorio-pesqueiro-do-baixo-sul.html>>. Acesso em 14 de Mai de 2014.

BAHIA PESCA. **Dados sobre pesca e Aquicultura**. 2013. Disponível em:<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/?page_id=26>. Acesso em 06 de Jun. de 2014.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro editora, 2007.

BARQUETE, Danilo et AL. **Modelagem da atividade Artesanal de pesca e Beneficiamento de crustáceos Sob a óptica da gestão da Produção**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STP_069_496_11071.pdf>. Acesso em: 05 de Fev. de 2014.

BARTH, Britt -Mari. **O saber em construção**: para uma pedagogia da compreensão. Lisboa: Instituto Piaget. 1993

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O poder - ou as potências como substantivo. *In*. GAUTHIER, Jacques; SOUSA, Leliana de. (coord). **Poder e potência-Saber e Ciência**: uma pesquisa sociopoética. Salvador: NEPEC, 1999.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia**: como se produz o conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

BONJOUR, Laurence. **Epistemology**: classic problems and contemporary responses. Maryland: Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc., 2010.

BOURDIEU, Pierre. Capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA -MPA. **Pesca artesanal**. 2014. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>. Acesso em 15 de jun de 2014.

_____. **Estatísticas sobre Pesca e Aquicultura**. 2012a. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/>>. Acesso em: 12 de Abr. de 2014.

_____. **Dados sobre pesca artesanal**. 2012b. Disponível em:<<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 12 de Abr. de 2014.

_____. **diretrizes para a pesca artesanal**. 2012c. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/topicos/2969-fao-divulga-diretrizes-para-a-pesca-artesanal-e-considera-o-setor-fundamental-para-o-combate-a-fome-no-mundo>>. Acesso em 12 de Abr. de 2014.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 de Fev. de 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável**. 2010. Disponível: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf>. Acesso em 27 de Dez. de 2014.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/12/30/28688-dois-de-cada-cinco-pescadores-artesanais-do-pais-sao-do-nordeste-apura-secretaria.html>>. Acesso em 12 de Fev. de 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego Brasil. SD. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 05 de Mai. 2015.

BRASÃO, Maria de Fátima Fernandes. **Cotidiano e trabalho das Marisqueiras e catadeiras de Valença - BA (1960-2000)**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Mestrado em História Regional e Local, 2011.

BROSLER, Taísa Marotta et al. **Métodos na nova extensão rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?** 2010. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/4955.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. de 2014.

CAMPOS, Wagner de Sousa. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CAPRA, Fritjof. Conexões ocultas: **Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo Editora Pensamentos Cultrix, 2004 a.

_____. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Pensamentos Editora Cultrix, 2003.

CERQUEIRA DOS SANTOS, Miguel. **Relações físico-culturais, populações tradicionais e turismo no litoral da Bahia**. Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/miguel>>. Acesso em: 10 de dez. de 2014.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000.

_____. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. Ijuí: Unijuí, 2006.

CHAMBERS, Robert. **Rural Appraisal: Rapid, Relaxed and Participatory**. London, Institute of Development Studies, 1992. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/w2352e/W2352E06.htm>>. Acesso em: 05 de Jan. de 2015.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: DUARTE, Ana Lúcia (coord.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Comissão de Patrimônio Cultural, 2003.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHISHOLM, Roderick. **Teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento.** Revista Brasileira de Educação. n 17. São Paulo, Mai/Jun/Jul/Ago, 2001.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas, SP : Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DEMO, Pedro. **Complexidade e Aprendizagem.** São Paulo: Atlas, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do Método.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

DIAS, Leila. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila ; SILVEIRA, Rogério Lima (orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DIAS, Manuel Afonso. **Breves notas sobre a história da pesca.** Disponível em: <<http://w3.ualg.pt/~madias/docencia/paq/BrevesNotasHistoriaPesca.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2013.

DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivânio. **Primeiras palavras em Paulo Freire.** Passo Fundo: Battistel, 2008.

_____. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais.** 2003. Disponível em:

<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/interdisciplinaridade%20nas%20ciencias%20sociais_Diegues.pdf>. Acesso em 22 de Dez. de 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB - USP, 1999.

_____. **Povos e Mares: por uma sócio-etnologia marítima.** NUPAUB-USP: São Paulo, 1995.

_____, Antônio Carlos. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DORTIER, Jean- François. **Dicionário de Ciências Humanas.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ESTEVEES, Uliana. **Saberes do mangue**: relação “mulher- ambiente” na comunidade pesqueira de Batateira, Cairú-Ba. 2007. Monografia. Universidade Federal da Bahia, Escola de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAGUNDES, Norma Carapiá.; BURHAM, Teresinha Fróes. **Discutindo a relação entre espaço e aprendizagem na formação de profissionais de saúde**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.16, p.105-114, set.2004/fev.2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa**. Curitiba:Positivo, 2010.

FISHER, Fernando (org). Baixo Sul da Bahia: **uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.

FREIRE, Paulo. **Á sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Educação como prática de liberdade**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

_____. **Cartas a Cristina – Reflexões sobre minha vida e minha práxis**. São Paulo: UNESP, 2002.

FUKUYAMA, Francis. Capital social. In: HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel. (orgs.). **A cultura importa**: os valores que definem o progresso humano. São Paulo: Record, 2001.

_____. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

GALEFFI, Dante. Saberes plurais e difusão do conhecimento em educação. In: GURGEL, Paulo Roberto Holanda; SANTOS, Wilson Nascimento.(Orgs). **Saberes plurais, difusão do conhecimento e práxis pedagógica**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GARRISON, Tom. **Fundamentos de oceanografia**. São Paulo:Cengage Learning, 2013.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. São Paulo: Vozes, 2009.

_____. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2003.

GOMES, Íris dos Santos (org). **Aprendendo com Identidades e Diversidades de Comunidades Tradicionais de Pesca e Mariscagem do Baixo Sul Baiano**. Coleção Roteiros Gestão Social. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPq, 2009.

GOMES, Rosana Costa. **A vida no vai e vem das águas: mulheres Marisqueiras de Salinas da Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Experiências em economia solidária no Estado do Ceará**. Campinas: UNICAMP/CMU – Publicações; Arte Escrita, 2009.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default_reponderadas.shtm>. Acesso em: 11 de Mai de 2014.

_____. **Censo Demográfico**. 2010: Informações completas. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293290&search=bahia/valença/infograficos:informações-completas>>. Acesso em: 11 de Mai de 2014.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **ITS BRASIL 10 anos**. 2012. Disponível em: < <http://itsbrasil.org.br/10-anos-de-its>>. Acesso em: 05 de Dez. de 2014.

_____. **Conhecimento e Cidadania: Tecnologia Social**. São Paulo: ITS, 2007.

_____. **Caderno de Debate - Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KUMMER, Lydía. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade et al. **Mulheres Pescadoras: a construção da resistência em Itapissuma**..(2009). Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1668-2.pdf> >. Acesso em: 12 de Dez. de 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAVILLE; Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LOLIS, Dione. Violência cotidiana em diferentes espaços institucionais da periferia da cidade de Londrina. In: **serviço social em revista**. Volume 7. Jul/Dez 2004. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v7n1.htm>. Acesso em: 19 de Fev. de 2015.

MACHADO, Ricardo Bittencout. **Afetividade e desenvolvimento**: a formação do servidor comunitário e as tecnologias sociais. Relatório de pós-doutoramento. Universidade Federal da Bahia- DMMDC, 2010.

MALANOVICZ, Aline Vieira. **A dialética de Hegel em nossas pesquisas**. 2008. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1257201>>. Acesso em 05 de Jan. 2015.

MANDELL, Myrna . **The impact of collaborative efforts**: changing the face of public policy through networks and network structures. Policy Studies Review, v. 16, n. 1, p. 14-18, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Eduardo César. **Estado e redes sociais**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução In: **Os pensadores**(coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

_____; _____. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MELO, Maria de Fátima Massena de. **Políticas públicas entre pescadoras artesanais**: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST15/Maria_de_Fatima_Massena_de_Melo_15.pdf>. Acesso em 04 de Jan. de 2015.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; FONSECA, Manoel Justiniano Melo da. Capital social, redes e desenvolvimento: um estado da arte da teoria. In: **Reflexões de economistas baianos** 2009. Salvador: COECON – Ba, 2010.

MILANI, Carlos. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético**: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. Santa Cruz do Sul: REDES, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007.

MILLER, Francisca de Souza. **Pescadores e coletoras de Pantané/Camocim**: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte

MORIN, André. **Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica**: Uma Antropopedagogia Renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Berthand Brasil, 2009.

_____. **O método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____. Articular os saberes. In ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

_____. **O método V**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2005 a.

_____. **O método III**: conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2004 a.

_____. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 b.

_____. **O método IV**: as ideias: habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2002 a.

_____. **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 b.

_____; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

_____. Articular os saberes. In ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

_____. Complexidade e liberdade. In: MORIN, Edgar; PRIGOGYNE, Ilya (Orgs). **A sociedade em busca de valores**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996 a.

_____. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Friedman. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 b.

_____. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1984.

MOTA, Ednaceli Abreu Damasceno. **Saberes e conhecimentos docentes**: experiências da formação e experiências da profissão. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, Maria da Conceição de; TEIXEIRA, Wani Fernandes Pereira. **Lagoa do Piató: Fragmentos de uma história**. Natal: CCHLA, 1993. (coleção Humanas Letras, nº 8).

NICOLESCU, Basarab. **A Educação e transdisciplinaridade**. 1996. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>. Acesso em 03 de Ago. de 2014.

_____. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Os Professores e sua Formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

OLIVEIRA, Neusa Maria. **Rainha das águas e dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no ambiente marinho**. 1993. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol10_nle2_1993/vol10_nle2_1993_6artigo_71_88.pdf>. Acesso em 20 de Dez. de 2014.

OLIVEIRA, Bruno Marcel Caneval de et al. **Percepção ambiental dos pescadores de marisco do litoral norte de Pernambuco**. 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-043.pdf>>. Acesso em 21 de Mai de 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação sobre a técnica: vicissitudes das ciências cacofonia da física**. Rio de Janeiro: Livro Ibero - Americano Limitada, 1963.

PAREYN, Frans. et al. **Diagnóstico Rural Participativo**. 2006. Disponível em < http://www.plantasdonordeste.org/assentamento/Produto_1/DRP_Catole.pdf>. Acesso em 15 dez. 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIAGET, Jean. **Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PLATÃO. **Dialogos I - Teeteto, Sofista, Protagoras**. São Paulo: Edipro, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/>>. Acesso em 07 de fev. de 2013.

PORTAL INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: < <http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em 07 de fev. de 2013.

PORTAL REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Algumas considerações sobre tecnologia social.** Disponível em: <<http://cseabra.wordpress.com/2006/10/01/algumas-consideracoes-sobre-tecnologia-social/>>. Acesso em 04 de mar. de 2013.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem. In: MORAES, Antônio Carlos Robert et al (Org.). **Ratzel.** São Paulo: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.).

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe – Santo Amaro (Ba):** saberes e práticas na construção dos territórios pesqueiro. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1335_1.pdf. Acesso em: 13 de Dez. 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho; SANTOS, Potyguara Alencar dos. **Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais.** Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=RODRIGUES%2C+Lea+Carvalho.+Antropologia+e+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas:+incentivo+ao+turismo+no+extremo-oeste+da+costa+cearense+e+impactos+sobre+popula%C3%A7%C3%B5es+locais.+Projeto+de+pesquisa.>. Acesso em: 28 de Dez. de 2014.

SALVADOR, Borges Mariléa. **Saber popular e autonomia nos assentamentos rurais.** São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

SANTANA, Vinícius Silvano. **Elaboração de procedimento operacional padrão no beneficiamento de tilápias.** Trabalho de conclusão de curso. Salvador: UFBA, 2014.

SANTIAGO, Laita; ACCIOLY, Francisco. **Trabalho na lama:** Saberes e fazeres de marisqueiras em Garapuá e Barra dos carvalhos – Ba. Disponível em: <<http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%201/SANTIAGO,%20L.,%20ACCIOLY,%20M.%20da%20C.%20%20Trabalho%20na%20lama.%20saberes%20e%20fazer%20de%20marisqueiras%20em%20Garapu%C3%A1%20e.PDF>>. Acesso em: 15 de Mai de 2014.

SANTOS, Íris Gomes dos (org). **Aprendendo com Identidades e Diversidades de Comunidades tradicionais de pesca e mariscagem do Baixo Sul Baiano.** Coleção Roteiros Gestão Social. Salvador: CIAGS/UFBA; FAPESB; SECTI; CNPQ, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 a.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 b.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **O país distorcido:** O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Para uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociais:** trajetórias e fronteiras. 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em 20 de dez de 2014.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. **A definição de camponês:** conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. 2005. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/1456-4239-1-PB.PDF>. Acesso em: 05. de Deze. 2014.

SILVA, Anahí Veleida. **Conexão de saberes:** um desafio, uma aventura, uma promessa. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

SILVA BARRETO, Ronalda. **Educação comunitária:** além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** Revista Estudos Avançados, v. 18, mai-ago. 2004.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Leliana Santos de. O Saber - ou a Ciência como substantivo. In: GAUTHIER, Jacques; SOUSA, Leliana de. (coord). **Poder e potência-Saber e Ciência:** uma pesquisa sociopoética. Salvador: NEPEC, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p 237-280, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1299961>> Acesso em: 12 de jul de 2013.

SOUZA, José Carlos Moraes. Economia solidária e desenvolvimento como projeto da sociedade. In: **BAHIA. Secretaria do Trabalho e Emprego, Renda e Esporte. Economia solidária**. Salvador: SETRE, 2011.

STOPILHA, Ana Lícia de S. **O projeto Rede UNEB 2000 sob a perspectiva da gestão do conhecimento: um estudo de caso no Município de Valença (BA)**. 2008. 253 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR)/ Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Dados sobre o município de Valença**. 2014. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 07 de abr. de 2015.

_____. **Informações municipais**. 2006. Disponível em: < http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp>. Acesso em: 07 de abr. de 2015.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. **O trabalho no Mangue nas tramas do (des)envolvimento e da (des)ilusão “com esse furacão chamado carcicultura”**: conflito sócio –ambiental no CUMBE, Aracati – CE. Tese (doutorado) Universidade

TERRIEN, Jacques; LOIOLA, Francisco Antônio. **Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente**. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, p. 143-160, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. 2011.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y asociación**. Barcelona: Península, 1979.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Projeto de Pesquisa Mapeamento e difusão de ferramentas de gestão do conhecimento e capital social em comunidades locais: um estudo sobre as marisqueiras do mangue seco em Valença (Ba)**. Salvador, 2011-2014.

_____. **Projeto de extensão Maria Marisqueira**. Valença: Campus XV, 2010-2014.

_____. **Projeto de Ensino Economia, Trabalho e Educação**. Valença: Campus XV, 2009.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Felipe. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade.** 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em 17 de Jan. 2015.

VANUCCI, Marta. **Os Manguezais e nós.** Uma síntese de percepções. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1999.

VASCONCELOS, Marcelo et al. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira Nacional.** Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/SEAPRelatorio.pdf>>. Acesso em: 21 de Mai. De 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão popular, Brasil, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WALTER, Tatiana. **Novos usos e novos mercados: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

WALTER, Tatiana; et al. **A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil.** 2012. Disponível em: < http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-346_Walter.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** 1996. Disponível em: < <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 22 de Dez. de 2014.

WEBER. Max. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Centauro, 2002.

_____; WILKINSON, John. **Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no baixo sul baiano.** Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-5.pdf>. Acesso em 14 de Mai de 2014.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras' do Nordeste**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, p. 41-60, 1992.

WOORTMANN, Klaus. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

FONTES ORAIS:**LIDERANÇAS DE PESCA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA**

Chefe do Escritório do EBDA no município de Valença, 2014.
 Coordenadora do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA - Valença, 2014.
 Diretora de Pesca do município de Valença, 2014.
 Presidente da ABIPESCA, 2014.
 Presidente da ASMOPEMA, 2014.
 Veterinária da Secretaria Municipal de Agricultura de Valença, 2014.

MARISQUEIRAS

Maria Acomodada, 2014.
 Maria Articuladora: 2011; 2012;2013;2014.
 Maria Agora: 2012; 2013.
 Maria Baluarte: 2013.
 Maria Batalha: 2011; 2013.
 Maria Colaboração: 2012.
 Maria Conselho: 2011.
 Maria Coragem: 2012; 2013; 2014.
 Maria Energia: 2011; 2013.
 Maria Esperança: 2011; 2012; 2103; 2014.
 Maria Experiência: 2014.
 Maria Fortaleza: 2013; 2014.
 Maria Futuro: 2012
 Maria Guerreira: 2011; 2012; 2013.
 Maria Inquietude: 2013.
 Maria Lembrança: 2012.
 Maria Prudente: 2011;2012; 2013.
 Maria Sabedoria: 2011; 2012; 2014.
 Maria Valente: 2011.
 Maria Sagaz: 2014.

MORADORES DA COMUNIDADE MANGUE SECO

Gentil: 2014.
 Maria Visionária: 2013.
 Nostalgia: 2014.
 Nostalgia: 2014.

MEMBROS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Monitora Voluntária: 2013.
 Pesquisadora: 2013.
 Facilitador da oficina de boas práticas de fabricação: 2014.

OUTRAS REFERÊNCIAS CONSULTADAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação – Resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BURNHAM, Teresinha F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, Joaquim (Org). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

DIAS, Manuel Afonso. **Breves notas sobre a história da pesca**. Disponível em: <<http://w3.ualg.pt/~madias/docencia/paq/BrevesNotasHistoriaPesca.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho ; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe. (Orgs.). **Ação Pública e Economia Solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____; LAVILLE, Jean- Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FUNDAÇÃO PROZEE/SEAP/IBAMA. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil**. Relatório final. Brasília, 2006.

JAPIASSU, Hilton. **O sonho transdisciplinar e as razões da Filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo**. Disponível em: <<http://www.uesb.br/labtece/artigos/da%20necessidade%20de%20um%20pensamento%20complexo.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. 2014.

NUNES, Débora. A economia solidária como projeto da sociedade. In: BAHIA. Secretaria do Trabalho e Emprego, Renda e Esporte. **Economia solidária**. Salvador: SETRE, 2011.

NUNES, Eduardo José Fernandes et al (org.). **Saberes e Patrimônio material e imaterial**: uma abordagem intercultural. Salvador, EDUNEB, 2010.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e trabalho social**. São Paulo: Veras, 2008.

SANTOS, Luiz Carlos. **Material didático sobre projeto de pesquisa**. Salvador:UNEB, 2007. Digitalizado.

SAWAYA, Ana Lydia et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros . **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 17, n. 48, p. 21-44, ago. 2003. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9918/11490>>. Acesso em: 11 Ago. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. Publicações. Brasília: MTE/SENAES. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ prog_cooperativatrabalho2](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2) Pdf. Acesso em: 12 de ago. de 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da globalização**. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>>. Acesso em: 23 ago 2008.

_____. **Forum Social Mundial**: manual de Uso. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Acesso em 20 de fev. de 2014.

APÊNDICES

- A) ROTEIROS DE RODAS DE CONVERSA
- B) ROTEIROS DE OFICINAS
- C) INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
- D) NOMES FICTÍCIOS DAS MARISQUEIRAS E DE ENTREVISTADOS
- E) MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM
- F) MAPA DE PROCESSO
- G) ÁRVORE DE ARTICULAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES
- H) CARTILHA MARIA MARISQUEIRA: SABERES E PRÁTICAS

A) ROTEIROS DE RODAS DE CONVERSA

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA (1)

Tema: Diagnóstico sócio-econômico do grupo

Data: julho/2011

Mediador: Ana Lícia stopilha

Apoio de mediação: 02 pedagogas

Grupo participante: 30 Marisqueiras

Objetivos:

Caracterizar e diagnosticar o grupo objeto da pesquisa na perspectiva sócio-econômica

Questão chave

Quais as principais características sócio-econômicas do grupo?

Descrição:

Convocar as Marisqueiras a apresentarem-se discorrendo sobre o que gostam de fazer. O Mediador conduz a conversa para que as mulheres possam falar sobre os grupos dos quais participam, suas relações com grupos externos, sua profissão e as atividades que exercem no cotidiano. Questões como números de dependentes, nível de renda e escolaridade também são abordados.

Utilizar como suporte a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), Gênero Rotina Diária de Mulheres, Homens e Jovens para gerar figura do perfil sócio-econômico do grupo.

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA (2)

Tema: Diagnóstico de práticas produtivas

Data: agosto/2011

Mediador: Ana Lícia de Santana Stopilha

Apoio de mediação: 02 pedagogas

Grupo participante: 25 Marisqueiras

Objetivos:

Diagnosticar organização e práticas produtivas

Questão chave:

Quais são as práticas produtivas que as Marisqueiras desenvolvem?

Descrição:

Dividir o grupo em subgrupos para discutirem e refletirem sobre as práticas produtivas que realizam considerando-se a forma como se organizam para a atividade, os tipos de tarefas, a seqüência de tarefas, o ambiente no qual produzem as tarefas, os instrumentos necessários.

Montar um mapa mental de atividades produtivas

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA (3)

Tema: diagnóstico dos problemas demandas do grupo

Data: setembro/2011

Funções:

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Apoio de mediação: 03 pedagogas

Grupo participante: 30 Marisqueiras

Objetivos:

Diagnosticar e os principais problemas e demandas do grupo

Questão chave

Quais os principais problemas e demandas do grupo e como priorizá-los?

Descrição:

Pedir para cada uma refletir sobre os problemas que são mais comuns para o grupo. Conforme o Diagnóstico Rural Participativo - levantamento de problemas, priorização e sistematização. Portanto registram-se, avaliam-se e ordenam-se os problemas. Agrupam-se em temáticas, socializa-se e escolhem-se os problemas prioritários. O problema será priorizado a partir do diálogo, conforme o grau de importância.

ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA (4)

Tema: diagnóstico, articulação e compartilhamento de saberes do grupo orientados para práticas produtivas

Data: outubro/novembro 2011

Funções:

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Apoio de mediação: 02 Pedagogas

Grupo participante: 22 Marisqueiras

Objetivos:

Diagnosticar os saberes do grupo orientados para práticas produtivas e como estes são articulados e compartilhados.

Questão chave

Quais são os saberes do grupo orientados para práticas produtivas?

Como o grupo articula e compartilha os saberes?

Descrição:

Pedir para cada uma refletir sobre os seus saberes na atividade da mariscagem. Levantar os saberes individuais registrando na lousa. Depois formar pequenos grupos e discutir saberes relacionados ao grupo. Discutir como estes saberes são articulados e compartilhados. Socializar e registrar. Produzir mapa mental de saberes do grupo.

ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA (5 e 6)

Tema: Construção coletiva de ações /*feedback* dos encontros anteriores

Data: Janeiro/Fevereiro - 2012 (02 encontros)

Funções:

Mediador: Ana Lícia S. stopilha

Apoio de mediação: 03 Pedagogas

Grupo participante: Marisqueiras

Objetivos:

Construção coletiva de ações para melhoria de práticas produtivas

Obter *feed- back* dos encontros anteriores

Questão chave:

- a)Quais as ações demandadas pelo grupo para melhoria das práticas?
- b)O que o grupo precisa aprender?
- c)Qual a impressão do grupo sobre os encontros anteriores?

Metodologia

Encontro 1

Para as questões a e b: Distribui-se uma folha de papel para que cada pessoa exponha as ações que acredita úteis para a melhoria das práticas produtivas. Desenha-se um quadro com as ações mais recorrentes.

Para a questão c: escuta sensível: deixar que o grupo exponha sua opinião. Promover o diálogo.

Encontro 2

Depois de discutidas as ações mais recorrentes com a equipe multidisciplinar, decide-se com o grupo as ações prioritárias, que terão forma de oficinas, e a elaboração do cronograma de execução de acordo com a disponibilidade.

B) ROTEIROS DE OFICINAS

ROTEIRO OFICINA 1

Tema: Tecnologias do pescado e boas práticas I.

Data: Dezembro/2011

Área de estudo: Tecnologias do pescado

Executor:

Profº José Antônio Muniz (Mestre em tecnologias do pescado)

Monitores:

Telma Pereira (técnica em pesca e aquicultura)

Vinícius Santana (estudante de veterinária)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Apoio de mediação: Helena Bastos e Aline Andrade (estudantes de pedagogia)

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: laboratório de tecnologia do pescado – IFBA/colônia de pesca Z 15 (Valença)

Número de participantes: 30

Objetivos:

- ✓ proporcionar o conhecimento de novas técnicas de manejo de pescado;
- ✓ iniciar o grupo nas técnicas de boas práticas;
- ✓ dialogar saberes do grupo com saberes técnicos

Metodologia:

Aula expositivo - participativa sobre a importância das boas práticas na mariscagem;

Aula expositivo-participativa sobre o desenvolvimento de novos produtos derivados do pescado;

Aula expositivo-participativa sobre instrumentos e utensílios

Aulas práticas sobre boas práticas em mariscagem e beneficiamento de pescado;

Aula prática em esviceramento, filetagem e novas tecnologias de pescado.

ROTEIRO OFICINA 2

Tema: artesanato com resíduos de pescado I

Data: setembro /2012

Área de estudo: Artes/saberes

Executor: Rosinete Pereira (técnica em artesanato com resíduos de pescado)

Monitores:

Telma Pereira (técnica em pesca e aquicultura e pedagoga)

Helena Bastos (pedagoga)

Aline Andrade (estudante de pedagogia)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 20 horas

Espaço físico: IFBA/ (Valença)

Número de participantes: 30

Objetivos:

- ✓ Introduzir e desenvolver novos saberes derivados da atividade da mariscagem
- ✓ Desenvolver produtos oriundos do reaproveitamento de resíduos de pescados

Metodologia:

Aulas práticas sobre artesanato com escamas de peixes.

Discussão sobre descoberta de novas aptidões.

ROTEIRO OFICINA 3

Tema: tecnologia do pescado e boas práticas II

Data: Agosto/ 2012

Área de estudo: Tecnologia do Pescado

Executor: José Antonio Muniz (mestre em tecnologia do pescado)

Monitores:

Telma Pereira (técnica em pesca e aqüicultura)

Vinícius Santana (estudante de veterinária)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Apoio de mediação: Helena Bastos e Aline Andrade (estudantes de pedagogia)

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: Laboratório de tecnologia do pescado – (Valença)

Número participantes: 24

Objetivos:

- ✓ Aprofundar a elaboração de novos produtos;
- ✓ Fortalecer conhecimentos anteriores sobre tecnologia do pescado;
- ✓ Introduzir a noção de preço e custo de produção;
- ✓ Articular saberes do grupo, técnicos e científicos;
- ✓ Aprofundar saberes adquiridos sobre boas práticas;
- ✓ Discutir noção de cooperação, coletividade e associativismo.
- ✓ Aprofundar saberes adquiridos sobre boas práticas

Metodologia:

Aula expositivo-participativa sobre custo de produção e preço;

Aula expositivo-participativa relembrando e internalizando práticas em novas tecnologias do pescado;

Aulas práticas de tecnologias do pescado associado à internalização de boas práticas;

Discussão, durante a prática, sobre cooperação, coletividade e associativismo.

ROTEIRO OFICINA 4

Tema: Organização produtiva: associativismo, produção coletiva

Data: outubro/2012

Área de estudo: Cooperativismo/associativismo

Executor: Ana Lícia S. Stopilha

Monitor: Aline Andrade

Mediador: Aline Andrade (estudante de pedagogia)

Tempo de duração: 02 horas

Espaço físico: IFBA (Valença)

Número de participantes: 18

Objetivos:

- ✓ Introduzir noções de organização produtiva para o grupo;
- ✓ Observar a orientação do grupo sobre produção coletiva.

Metodologia:

Dinâmica de grupo: cooperação

Discussão e reflexão sobre a temática.

ROTEIRO OFICINA 5

Tema: Saberes e práticas I: reproduzindo experiências no manguezal

Data: setembro/2013

Área de estudo: saberes/práticas produtivas

Executor: grupo de marisqueiras

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 07 horas

Espaço físico: manguezal

Número de participantes: 09

Objetivos:

- ✓ Compartilhar práticas produtivas;
- ✓ Examinar o processo de trabalho;
- ✓ Receber feed-back das atividades realizadas de forma lúdica

Metodologia:

Atividade prática no manguezal

Demonstração de saberes do grupo

Compartilhamento de saberes do grupo com a equipe multidisciplinar

ROTEIRO OFICINA 6

Tema: Tecnologia do pescado III e Processo operacional Produtivo (POP) I

Data: Dezembro/2013

Área de estudo: tecnologia do pescado

Executor: Vinícius Silvany (estudante de veterinária)

Monitores:

Helena Bastos (pedagoga)

Maico da Silva Santos (Segurança do trabalho)

Raíssa Consenza (estudante de direito)

Gilcivane Passos (estudante de direito)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: IFBA/ (Valença)

Número de máximo participantes: 29

Objetivos:

- ✓ Observar a articulação e difusão de novas práticas produtivas no grupo;
- ✓ Introduzir a noção de organização do processo de trabalho;
- ✓ Internalizar aprendizados anteriores

Metodologia:

Aula expositivo - participativa sobre POP

Aula expositivo – participativa relembrando tecnologias do pescado

Aulas práticas envolvendo POP e tecnologias do pescado

Noção de custos de produção e preço

ROTEIRO OFICINA 7

Tema: Articulação e compartilhamento de práticas produtivas

Data: dezembro /2013

Área de estudo: saberes/práticas produtivas

Executor: Marisqueiras e equipe multidisciplinar

Monitores:

Maico da Silva Santos (Segurança do trabalho)

Raíssa Consenza (estudante de direito)

Gilcivane Passos (estudante de direito)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: IFBA (Valença), Praça da República (Valença) – Festival gastronômico

Número de participantes: 20

Objetivos:

- ✓ Verificar em campo a desenvoltura dos saberes do grupo em relação a:
 - Produção;
 - Boas práticas;
 - Comercialização

Metodologia:

Prática de produção de tilápias defumadas;

Prática de acondicionamento de produtos;

Prática de cálculos de preço e custos;

Prática de exposição, propaganda e negociação de produtos;

Diálogo com o público externo através de participação em palestras sobre gastronomia e saberes.

ROTEIRO OFICINA 8

Tema: Saberes e práticas II: reproduzindo experiências no manguezal

Data: abril/2014

Área de estudo: saberes/práticas produtivas

Executor: grupo de marisqueiras

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 07 horas

Espaço físico: manguezal

Número de participantes: 20

Objetivos:

- ✓ Compartilhar práticas produtivas;
- ✓ Examinar o processo de trabalho;
- ✓ Receber feed-back das atividades realizadas de forma lúdica

Metodologia:

Atividade prática no manguezal

Demonstração de saberes do grupo

Compartilhamento de saberes do grupo com a equipe multidisciplinar

ROTEIRO OFICINA 9

Tema: Tecnologia do pescado IV e Processo operacional Produtivo (POP) II e Boas práticas

Data: outubro/2014

Área de estudo: tecnologia do pescado

Executor: Vinícius Silvany (estudante de veterinária)

Monitores:

Davina Hungria (marisqueira)

Aline Andrade (pedagoga)

Raíssa Consenza (estudante de direito)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: IFBA/ (Valença)

Número de participantes: 27

Objetivos:

- ✓ Fomentar a utilização do processo produtivo padrão na prática da mariscagem
- ✓ Aprofundar saberes adquiridos sobre boas práticas e tecnologias do pescado
- ✓ Receber feed-back das atividades realizadas

Metodologia:

Aula expositivo – participativa relembrando tecnologias do pescado

Aulas práticas envolvendo POP e tecnologias do pescado e boas práticas

Noção de custos de produção e preço

ROTEIRO OFICINA 10

Tema: Articulação e compartilhamento de práticas produtivas II

Data: novembro/2014

Área de estudo: saberes/práticas produtivas

Executor: Marisqueiras e equipe multidisciplinar

Monitores:

Raíssa Consenza (estudante de direito)

Aline Andrade (Pedagoga)

Mediador: Ana Lícia S. Stopilha

Tempo de duração: 40 horas

Espaço físico: IFBA (Valença), Maricoabo (Valença)

Número de participantes: 29

Objetivos:

- ✓ Verificar em campo a desenvoltura dos saberes do grupo em relação a:
 - Produção;
 - Boas práticas;
 - Comercialização

Metodologia:

Prática de produção de tilápias defumadas;

Prática de acondicionamento de produtos;

Prática de cálculos de preço e custos;

Prática de exposição, propaganda e negociação de produtos;

Diálogo com o público externo através de participação em palestras sobre gastronomia e saberes.

C) INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS



DOUTORADO MULTI-INSTITUCIONAL E MULTIDISCIPLINAR EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

LINHA DE PESQUISA 2: DIFUSÃO DO CONHECIMENTO Informação, Comunicação e Gestão

FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS COM AS MARISQUEIRAS

Prezadas respondentes,

Saudações!

O presente instrumento tem como objetivo colher informações sobre as principais características relacionadas com o estilo de vida socioeconômico do grupo Maria Marisqueira. Sua informação é de grande importância para o Projeto de pesquisa que o grupo participa e é intitulado de: **SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)**. Sendo assim, ao responder as perguntas, você estará contribuindo de maneira significativa para conhecermos melhor o grupo, como também auxiliando em uma pesquisa que tem como objetivo principal perceber como este grupo articula e compartilha saberes para o aprimoramento de práticas produtivas. Dessa maneira, agradecemos antecipadamente sua colaboração e colocamo-nos à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre o referido tema.

Ana Lícia de S. Stopilha
Pesquisadora

Nome completo (opcional)

Endereço: _____

Tópico I – Identificação

1 – Qual seu sexo: o projeto de pesquisa se propôs a estudar um conjunto de mulheres marisqueiras, portanto, o sexo feminino é uma pré-condição, sem, no entanto, querer tratar da questão de gênero.

2 - Identifique sua faixa etária:

- a) 12 a 18 anos [] b) 36 a 45 anos [] c) 66 a 75 anos []
 d) 19 a 25 anos [] e) 46 a 55 anos [] f) Mais de 76 anos []
 g) 26 a 35 anos [] h) 56 a 65 anos []

3 – Você se declara:

- a) Amarela [] b) Branca [] c) Parda []
 d) Negra [] e) Indígena [] f) Outra: _____

4 - Qual sua religião?

- a) Não tem [] b) Católica [] c) Espírita [] d) Batista []
 e) evangélica [] f) Candomblé [] g) Testemunhas de Jeová [] h) Adventista
 i) Outra: _____ []

5- Qual é o seu estado civil?

- a) Solteira [] b) Casada []
 c) Viúva [] d) Separada Judicialmente []
 e) Separada de Fato [] f) Divorciada []
 g) União Estável – Amigada – Amasiada []

6 – Sinalize os documentos que você possui:

- a) Certidão de nascimento [] b) RG [] c) CPF []
 d) Carteira da Associação de Pesca [] e) Carteira de trabalho [] f) Título de eleitor []
 g) Outro: _____ []

7 - Você tem filhos?

- a) Sim [] b) Não [] c) Quantos: _____ []

Tópico II – Questões econômicas

1 - Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

- a) A própria entrevistada [] b) Esposo []
c) Pai [] d) Mãe []
e) Filho(a) [] f) Irmão(a) []
g) Outro(s) _____ []

2 – Há quanto tempo exerce a profissão de mariscagem?

- a) Menos de 1 ano [] b) De 1 a 5 anos [] c) De 6 a 10 anos [] d) De 11 a 15 anos []
e) De 16 a 20 anos [] f) De 21 a 25 anos [] g) Mais de 25 anos []

3 – Você complementa sua renda com outra atividade? Qual?

- a) Sim [] b) Não []

Especifique: _____

4 - Qual é a renda mensal média de sua família hoje?

- a) Até 362,00 [] b) Inferior a R\$ 724,00 []
c) R\$ 724,00 [] d) De R\$ 725,00 até R\$ 1048,00 []
e) De R\$ 1.449,00 até R\$ 1.810 [] f) Acima de R\$ 1.896,00 []
g) Não possui nenhuma renda – Vive de ajuda de outros ou de programas governamentais []

5 - Você ou alguém da sua família recebe algum tipo de benefício do Governo?

- a) Sim [] b) Não []

6 - Caso receba, qual é?

- a) Bolsa família [] b) Vale gás [] c) PETI [] d) Auxílio do Pro Jovem []
e) Outros: _____

7 - Qual valor? R\$ _____

8 - No período do defeso você recebe algum auxílio governamental?

- a) Sim [] b) Não []

9 - Qual valor? R\$ _____

Tópico III – Questões Sociais (moradia e escolaridade)

III.1 - Moradia

1 - Quantas pessoas moram em sua casa atualmente, contando com você?

- a) 03 pessoas [] b) 04 pessoas [] c) 05 pessoas []
 d) 06 pessoas [] e) 07 pessoas [] f) mais de 8 pessoas []

2 - Sua residência é?

- a) Própria [] b) Alugada []
 c) Emprestada [] d) Dividida com parentes []
 e) Outra: _____

3 - Qual é o tipo de residência da sua família?

- a) Alvenaria [] b) Tijolo []
 c) Madeira [] c) Bloco []
 d) Outros: _____

4 - Na sua casa possui:

- a) Água encanada [] b) Rede de esgoto [] c) Coleta de lixo []
 d) Luz elétrica [] d) Atendimento de agente de saúde/epidemias []
 e) Outros: _____

5- Em caso positivo, como é fornecido?

- a) Água encanada _____ b) luz elétrica _____
 b) Rede de esgotos _____ c) Coleta do lixo _____
 d) Atendimento de agente de saúde/epidemias _____
 e) Outros _____

6 - Há quanto tempo vive na comunidade?

- a) De 0 a 1 ano [] b) De 2 a 5 anos [] c) De 5 a 10 anos []
 d) De 10 a 15 anos [] e) Mais de 15 anos [] f) Outros _____ []

III.2 Saúde

7- Você possui algum tipo de doença?

- a) Sim [] b) Não []

13 - Em caso afirmativo, sobre?

- a) Gastronomia []
- b) Artesanato []
- c) finanças []
- d) Primeiros socorros []
- f) Práticas produtivas []
- e) Educação familiar []
- g) Outros: _____ []

III. 4 – História de vida

14) Local de nascimento?

- a) Cairu []
- b) Camamu []
- c) Gandu []
- d) Igrapiúna []
- e) Ituberá []
- f) Nilo Peçanha []
- g) Piraí do Norte []
- h) Presidente Tancredo Neves []
- i) Taperoá []
- j) Teolândia []
- l) Valença []
- m) Taperoá []
- n) Outro []. Especifique: _____

15) Que idade você iniciou a atividade de mariscagem?

- a) 0 a 10 anos []
- b) 11 a 20 anos []
- c) 21 a 30 anos []
- d) 31 a 40 anos []
- e) 41 a 50 anos []
- f) 51 em diante []

16) Qual o motivo que fez você escolher essa profissão?

- a) Tradição passada de mãe para filha []
- b) Habilidade para a profissão []
- c) Falta de opção []
- d) Outros []. Especifique: _____

17) Como aprendeu as atividades da mariscagem?

- a) Através de observação []
- b) Participando da mariscagem com a família []
- c) Participando da mariscagem com outros grupos []
- d) Outra situação []. Especifique: _____

18) Você ensinou essa profissão para outras pessoas?

- a) Sim []
- b) Não []

19) Em caso positivo, quem?

- a) Filha []
- b) Irmã []
- c) Mãe []
- d) Amiga []
- e) Vizinha []
- f) Outros []. Especifique: _____

20) Destas pessoas que você ensinou quantas continuam na profissão?

- a) Nenhuma []
- b) 1 a 5 []
- c) 6 a 10 []
- d) Outra situação []. Especifique: _____

21) Selecione os principais motivos que facilitaram a sua permanência na atividade de mariscagem:

- a) Morar perto do mangue []
- b) Existência de compradores para os mariscos []
- c) Trabalhar dentro de casa []
- d) Poder determinar o horário de trabalho []
- e) Outros. Especifique: _____

22) Selecione os principais motivos que dificultaram a sua permanência na atividade de mariscagem:

- a) Esgotamento dos mariscos []

- b) Dificuldades de comercializar []
- c) Freezer para congelar os catados []
- d) Falta de equipamentos/instrumental []
- e) Outros []. Especifique: _____

III.5: Práticas produtivas

23) Quais tarefas produtivas estão envolvidas no seu cotidiano?

- a) Colher mariscos []
- b) Dirigir canoa []
- c) Catar mariscos []
- d) Filetar camarão []
- e) Cozinhar mariscos []
- d) Outros []. Especifique: _____

24) Quantas horas por dia você leva na atividade de mariscagem?

- a) 1 a 2 horas []
- b) 3 a 4 horas []
- c) 5 a 6 horas []
- d) Mais de 6 horas []

25) Com quais tipos de mariscos você mais trabalha?

- a) Ostra [] b) Camarão [] c) Sururu [] d) Siri [] e) Caranguejo []
- f) Aratu [] e) outros []. Especifique: _____

26) Qual a quantidade de produto que você vende por semana?

- a) 1 a 5 quilos [] b) 5 a 10 quilos [] c) 10 a 15 quilos []
- d) outros []. Especifique: _____

27) Em caso afirmativo para a pergunta anterior, como você divulgou e/ou ensinou o que aprendeu nos cursos?

- a) Convidando pessoas para os cursos []
- b) Ensinando o que aprendi []
- c) Contando sobre o que aprendi []
- d) Outras formas []. Especifique: _____

28) Na sua opinião, o que você já sabia sobre mariscagem foi aproveitado durante os cursos que você frequentou durante o Projeto?

a) Sim []

b) Não []

c) Em parte []. Justifique: _____

29) Você já abandonou a atividade?

a) Sim []

b) Não []

30) Caso tenha respondido afirmativamente à questão acima, diga:

a) Por que abandonou? Especifique: _____

b) Por quanto tempo? Especifique _____

III.6: Capital social

31) Você participa de alguma organização ou grupo?

a) Sim [] b) Não []

32) Em caso positivo, qual dos seguintes grupos ou organizações você participa?

a) Associação, cooperativa ou colônia de pesca []

b) Associação de moradores []

c) Grupo religioso []

d) Grupo político []

e) Outros grupos [] Especifique _____

33) Qual é o maior benefício de se fazer parte deste grupo?

a) Melhoria da sua renda []

b) Acesso a serviços []

c) Beneficia a comunidade []

d) Prazer/Diversão []

e) Outros [] Especifique _____

34) Qual desses grupos é importante para a sua melhoria na atividade da mariscagem?

a) Associação, cooperativa ou colônia de pesca []

b) Associação de moradores []

- c) Grupo religioso []
- d) grupo político []
- e) Universidades []
- e) Outros grupos [] Especifique _____

35) Você se sente mais estimulado a participar de grupos ou organizações após as ações desenvolvidas pelo Projeto de Pesquisa?

- a) Sim []
- b) Não []

36) Em qual (is) organizações/grupos você busca apoio para o desenvolvimento da mariscagem?

- a) Associação de pesca []
- b) Colônia de pesca []
- c) Grupo do Projeto de Pesquisa []
- d) Grupos de marisqueiras de outras comunidades []
- e) Universidades []
- g) Prefeitura Municipal de Valença []
- h) políticos []
- j) Outros [] Especifique _____

27) Você confia na atuação dessas organizações/grupos?

- a) Sim []
- b) Não []
- c) Qual (is)? _____



**DOUTORADO MULTI-INSTITUCIONAL E MULTIDISCIPLINAR EM DIFUSÃO
DO CONHECIMENTO**

LINHA DE PESQUISA 2: DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Informação, Comunicação e Gestão

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS LÍDERES DE PESCA LOCAIS

Prezado Respondente.

O Projeto de Pesquisa em nível de doutorado intitulado **SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)** realizou, através da pesquisa-ação, desde de 2011, encontros, ações, oficinas com um grupo de Marisqueiras da Comunidade de Mangue Seco objetivando o das práticas produtivas do grupo de Marisqueiras a partir dos seus saberes. No sentido de Examinar se as estratégias adotadas para a articulação e o compartilhamento de saberes possibilitaram a melhoria das práticas produtivas e a visibilidade do grupo solicitamos sua ajuda no sentido de, na condição de líder/parceiro no âmbito da pesca e do projeto em referência, responder ao questionário seguinte. Agradecemos pela habitual colaboração.

Ana Lícia de S. Stopilha

Pesquisadora

Qualificação do respondente:

Nome:

Órgão:

Função que ocupa:

Sobre a participação no Projeto

1- Você conhece o grupo de Marisqueiras em questão?

a) Sim [] b) Não

2- Quais as maiores dificuldades ou pontos críticos que enfrentam as Marisqueiras atualmente no exercício da sua profissão?

3- Na sua opinião como as Marisqueiras participantes deste projeto articulam e compartilham seus saberes para a melhoria de suas práticas produtivas?

4- Quais estratégias podem ser construídas no âmbito das temáticas abaixo relacionadas para melhoria das Mariscagem em Valença?

a) Políticas públicas:

b) Redes solidárias

b) Fortalecimento do capital social:

c) Tecnologias sociais:

5- Na sua opinião as estratégias citadas na questão anterior, construídas no Projeto, permitiram alguma mudança/transformação no perfil socioeconômico das Marisqueiras participantes do mesmo?

a) Sim [] b) Em parte [] c) Não []

6- Em caso positivo aponte tais mudanças

D) NOMES FICTÍCIOS DAS MARISQUEIRAS E DE MORADORES DA COMUNIDADE ENTREVISTADOS

NOMES FICTÍCIOS DAS MARISQUEIRAS ENTREVISTADAS

1. MARIA ACOMODADA
2. MARIA AGORA
3. MARIA APRENDIZ (faleceu)
4. MARIA ARTICULADORA
5. MARIA BALUARTE
6. MARIA BATALHA
7. MARIA COLABORAÇÃO
8. MARIA CORAGEM
9. MARIA CONFIANÇA
10. MARIA CONFLITO
11. MARIA CONSELHO
12. MARIA DECIDIDA
13. MARIA ENERGIA
14. MARIA ESPERANÇA
15. MARIA FIRMEZA
16. MARIA FORTALEZA
17. MARIA FUTURO
18. MARIA GUERREIRA
19. MARIA INDECISÃO
20. MARIA INQUIETUDE
21. MARIA LEMBRANÇA
22. MARIA PARTILHA
23. MARIA PERSISTÊNCIA
24. MARIA PRUDENTE
25. MARIA REGENTE
26. MARIA SAGAZ
27. MARIA SOLIDÁRIA
28. MARIA TRADIÇÃO
29. MARIA VALENTE
30. MARIA VENCEDORA

MORADORES DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO ENTREVISTADOS:

1. SENHOR GENTIL
2. SENHORA NOSTALGIA
3. MARIA VISIONÁRIA

E) MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, abaixo assinado e identificado, declaro para os devidos fins, que autorizo a utilização de minha imagem, som de minha voz, nome e dados biográficos por mim revelados em depoimento pessoal concedido e todos os direitos autorais em caráter gratuito, pelo projeto **SABERES E PRÁTICAS PRODUTIVAS DAS MARIAS MARISQUEIRAS DA COMUNIDADE DE MANGUE SECO: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA), e ao projeto de extensão e pesquisa Maria Marisqueira** para uso e produção em programas, projetos e atividades de cunho didáticos-pedagógicos, para serem utilizadas integralmente ou em parte, com citação de meu nome, nas condições originais da captação das imagens e/ou som produzidos pelo próprio PROJETO, sem restrição de prazos, desde a presente data.

A presente autorização abrange os usos indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista e jornal, entre outros), como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes, documentários para cinema ou televisão, entre outros), internet (hotsite), Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home vídeo”, DVD, (“digital vídeo disc”), suportes de computação gráfica em geral e divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e *formação de acervo histórico*, sem qualquer ônus para o PROJETO ou as Instituições diretamente vinculadas ao mesmo, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada para a preservação da memória histórica, todo território nacional e no exterior.

Ademais, presente autorização não permite a modificação das imagens, dos textos, adições, ou qualquer mudança, que altere o sentido das mesmas, ou que despreze a inviolabilidade da imagem das pessoas, previsto no inciso X do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 20 da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil Brasileiro. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.]

Valença, -----.

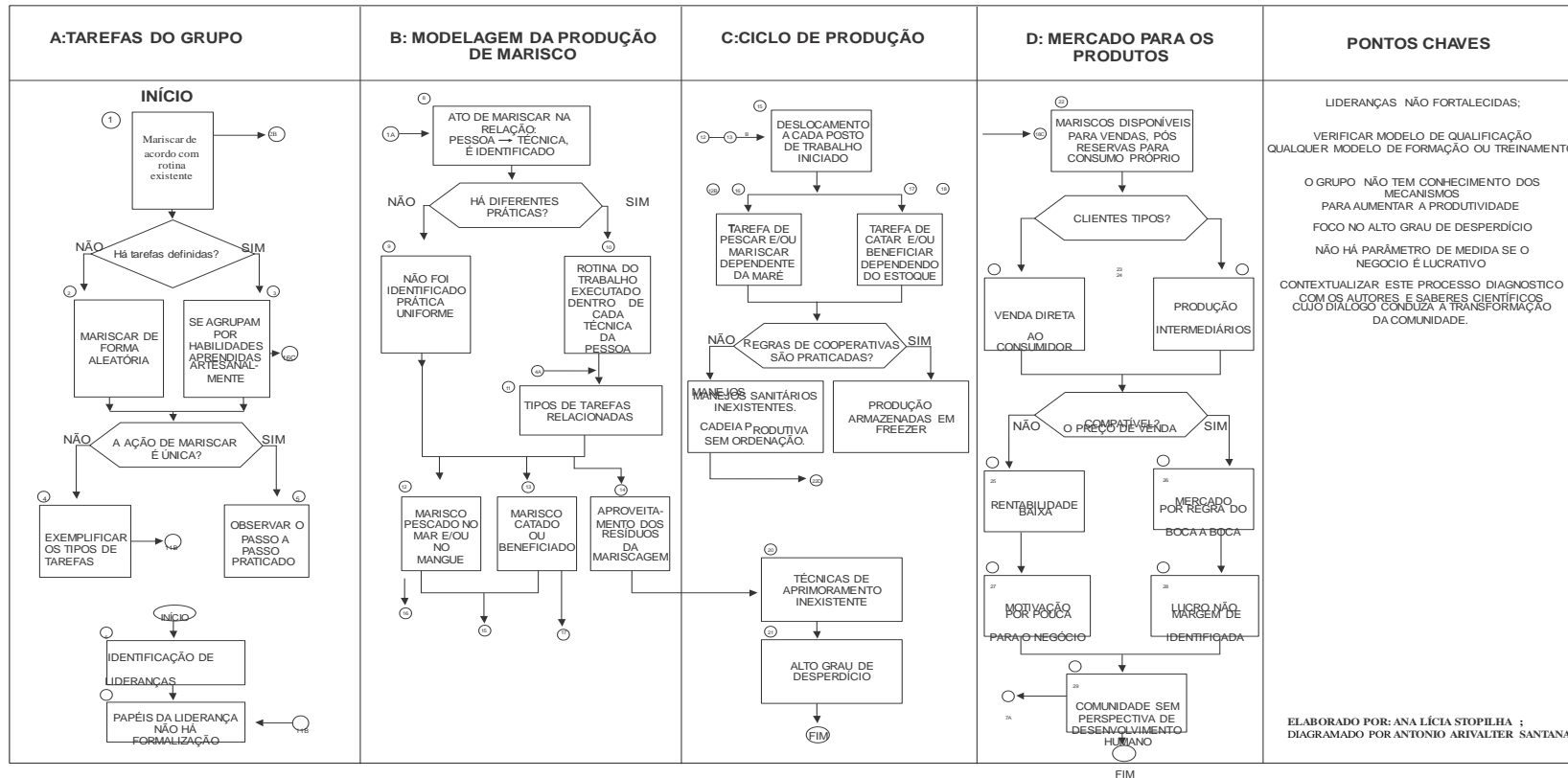
Assinatura

Nome: _____

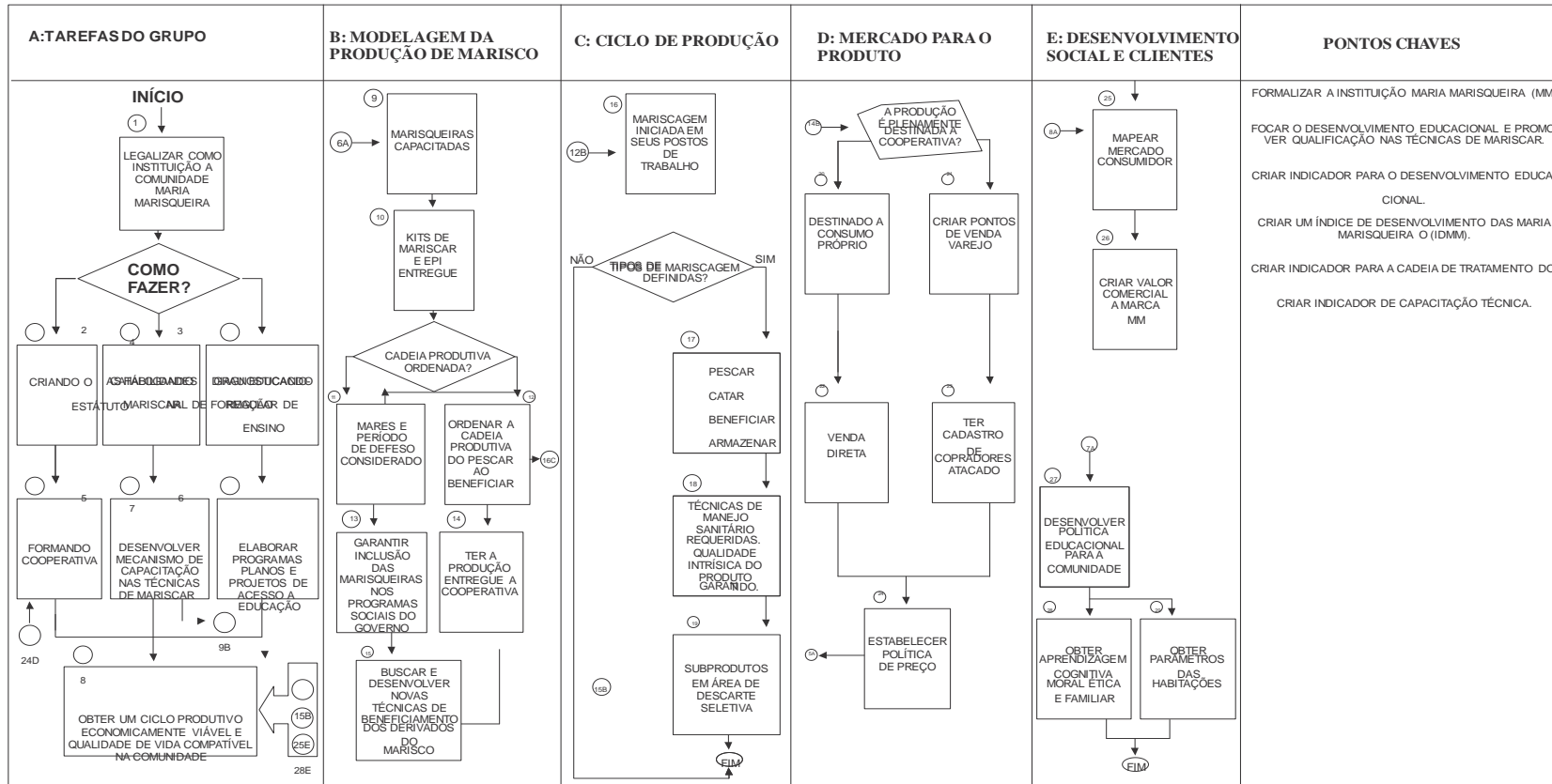
CPF: _____

F) MAPA DE PROCESSO

MAPA DE PROCESSO DO GRUPO MARIA MARISQUEIRA: DESENHO DO PROCESSO EXISTENTE

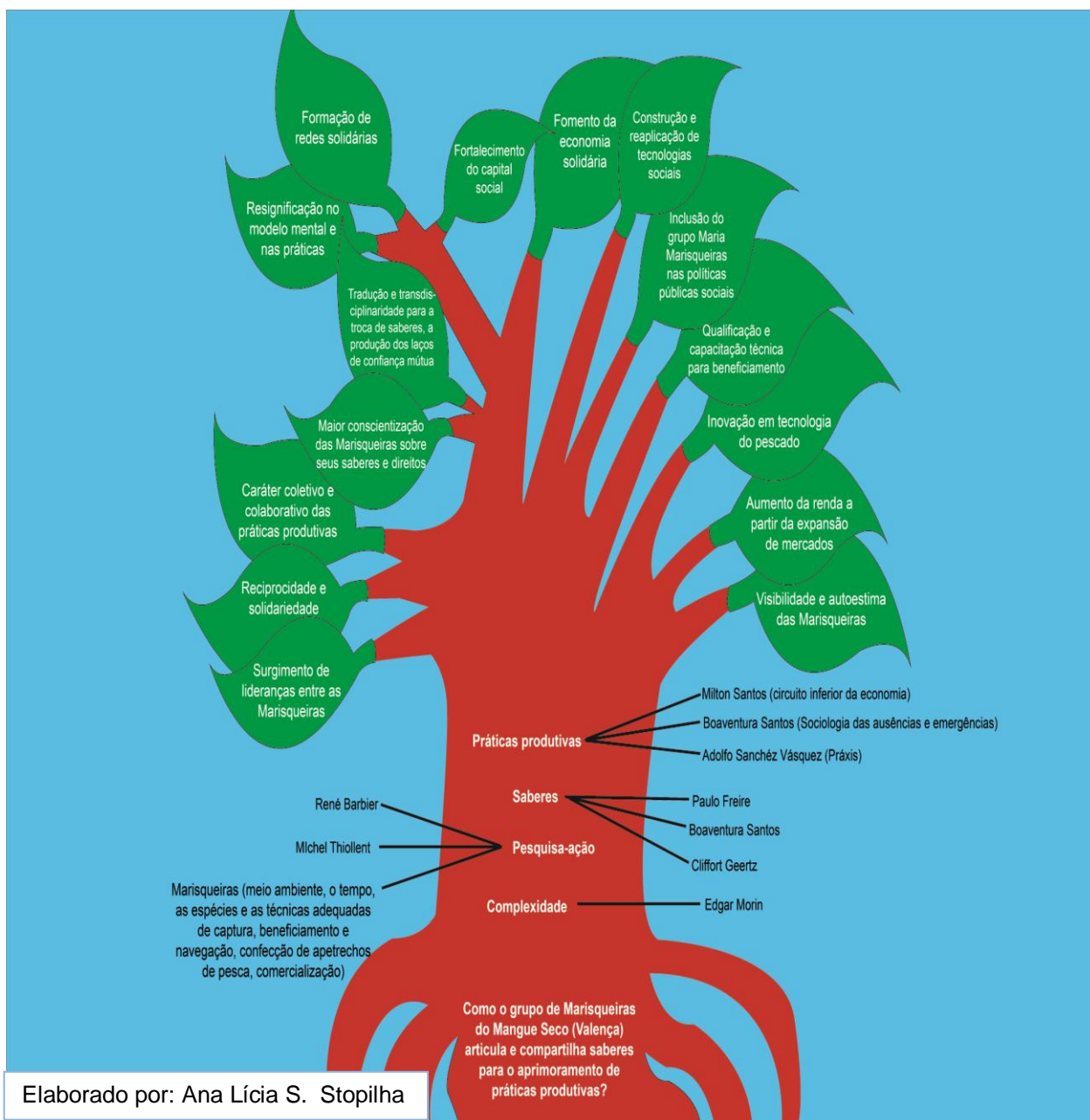


MAPA DE PROCESSO DO GRUPO MARIA MARISQUEIRA: REDESENHO COM PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO



G) ÁRVORE DE ARTICULAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES

ÁRVORE DE ARTICULAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES



H) CARTILHA MARIA MARISQUEIRA: SABERES E PRÁTICAS